

IICA



ANÁLISE E PROPOSTAS DE
AÇÃO DO IICA NO BRASIL
1994-1998

ESCRITÓRIO NO BRASIL



Centro Interamericano de
Documentación e
Información Agrícola

23 JUL 1995

CICA — CIDIA

**ANÁLISE E PROPOSTAS
DE AÇÃO DO IICA
NO BRASIL
1994-1998**

00004205

ILCA
E14
19

ÍNDICE

Introdução

Capítulo I - Brasil - Análise e Propostas de Política para o Setor Agropecuário

- **Sumário Executivo**

Capítulo II - Resumo de Ações Executivas do Setor Agropecuário

Capítulo III - Proposta de Diretrizes para a Ação do IICA no Brasil 1994 - 1998

- **1. A Ação do IICA no Brasil**
- **2. Estratégia de Ação do IICA no Brasil**
- **3. Combate à Pobreza Rural**
- **4. Identificação de Instrumentos de Cooperação Técnica em cada uma das Áreas Prioritárias**
- **5. Disponibilidade Recursos Financeiros para 1994**
- **6. Estrutura Organizacional do Escritório do IICA no Brasil**

Anexo: Estrutura do Pessoal do IICA no Brasil



INTRODUÇÃO

O objetivo deste relatório é fornecer os subsídios necessários à definição de uma estratégia de ação do IICA no Brasil, adequada ao novo cenário nacional e internacional, e incorporá-los ao processo de elaboração do Plano de Médio Prazo 1994-1998.

Os documentos anexos foram elaborados por uma equipe técnica do IICA no Brasil com o propósito de levar ao conhecimento das autoridades do Instituto a situação macroeconômica, social e setorial agropecuária, bem como a estratégia adotada pelo IICA no Brasil até o momento. Assim sendo, o presente relatório propõe uma readequação dessa estratégia, ajustando-a à nova realidade.

No que se refere à situação nacional, foi elaborado um documento intitulado "Análises e propostas de políticas para o setor agropecuário".

Por outro lado, elaborou-se um "Resumo de ações executivas para o setor agropecuário", o qual identifica cada componente da política agrícola, a situação atual e propostas de ação relacionadas com cada uma das temáticas.

Posteriormente produziu-se o documento "Proposta de diretrizes para a ação do IICA no Brasil". Referida proposta diz respeito à ação do IICA no âmbito da crise política e econômica por que atravessa o Brasil, bem assim o relacionamento e as atividades levadas a cabo pelo Instituto, em consonância com as instituições e o setor privado. Por conseguinte, relaciona as atividades vinculadas aos temas prioritários da agenda agropecuária internacional, quais sejam, competitividade, sustentabilidade e equidade.

Prossegue o documento definindo uma estratégia de ação do Instituto no Brasil, adaptada ao novo cenário, propondo um reordenamento gerencial e temático do Escritório em termos de duas grandes áreas, a saber:

- Modernização da agricultura, com vistas à competitividade e ao estímulo do comércio internacional.**
- Combate à pobreza rural.**

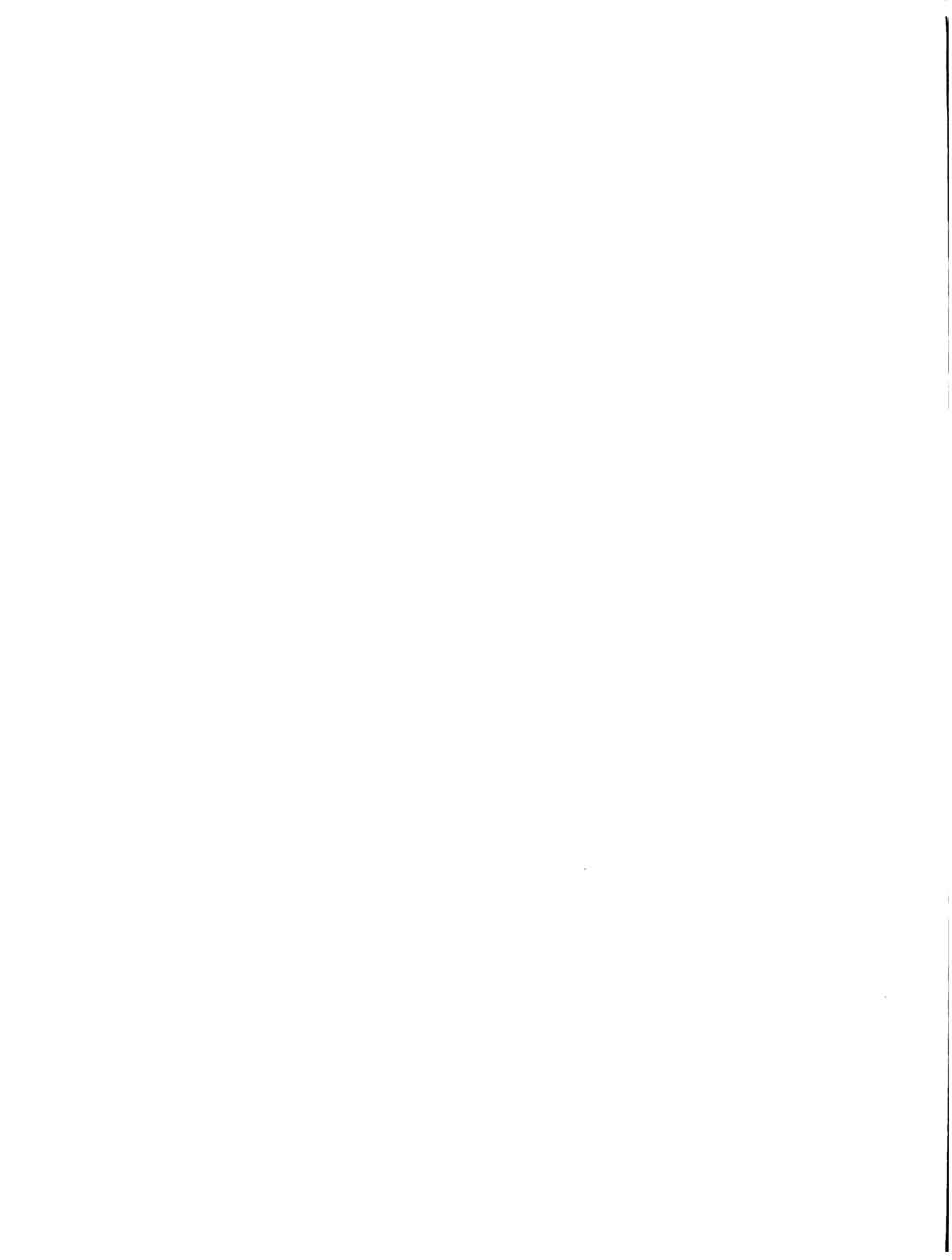


Estas duas áreas contariam com uma série de projetos gerenciados por especialistas da respectiva área temática. Cada área seria coordenada por um perito internacional, o qual, por sua vez, será pessoalmente responsável pelo gerenciamento de um "projeto bandeira", que oportunamente identificará a representação, segundo sua importância técnica e política, e que submeterá à apreciação da Direção-Geral do IICA uma proposta definitiva.

Mais adiante, o documento identifica os instrumentos de cooperação técnica adotados para cada das áreas prioritárias, com a descrição do objetivo geral, dos objetivos específicos e do nível de gerenciamento do projeto.

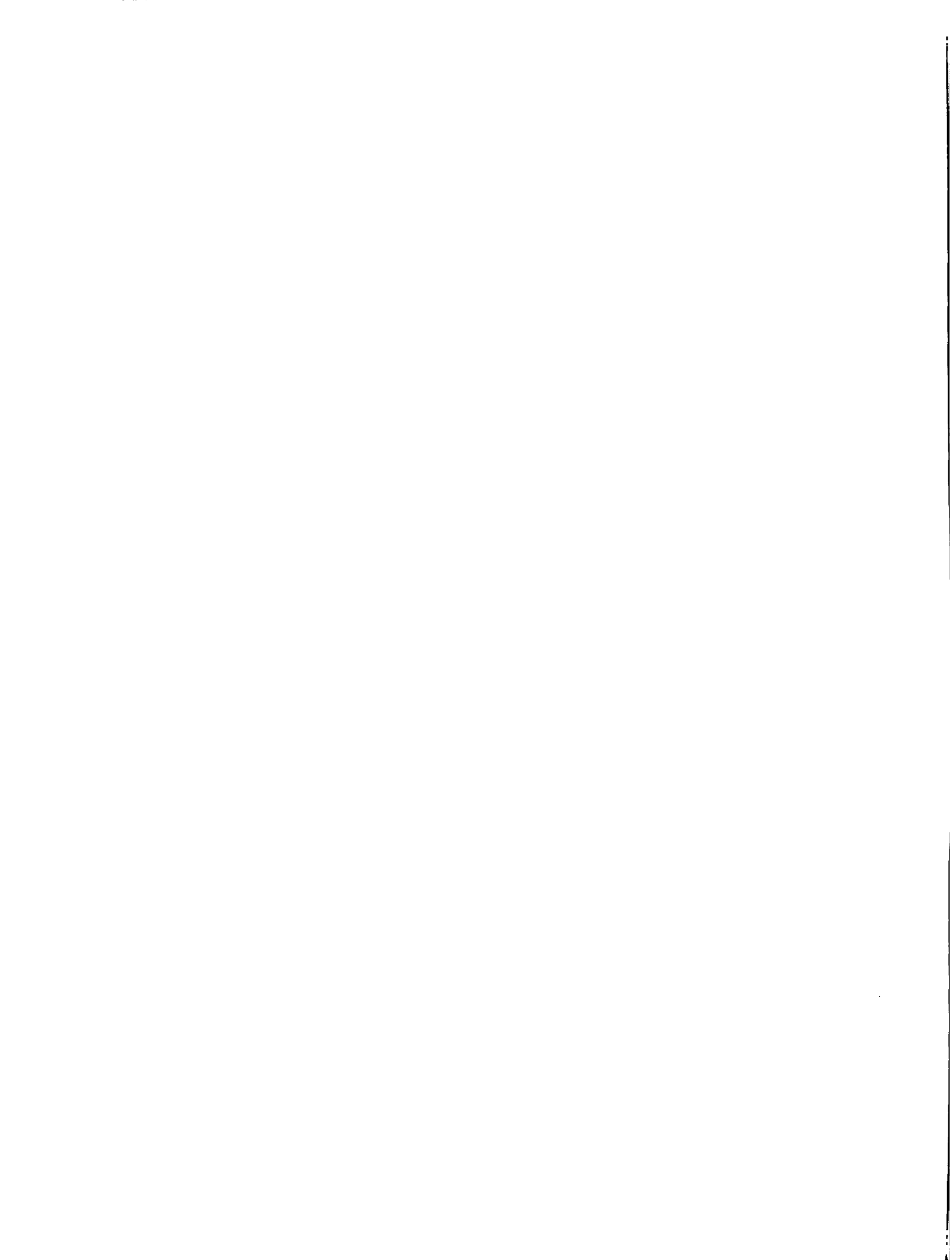
A seguir, explicita o montante necessário ao atendimento do operativo 1994, dado que ainda não se encontra disponível a cifra alocada pela DIPROE em termos de recursos de Cotas.

Finalmente, o documento descreve, de forma sucinta, a estrutura que seria ideal para o Escritório manter a estratégia de ação, do ponto de vista gerencial e técnico.



Capítulo I

Brasil Análise e Propostas de Política para o Setor Agropecuário



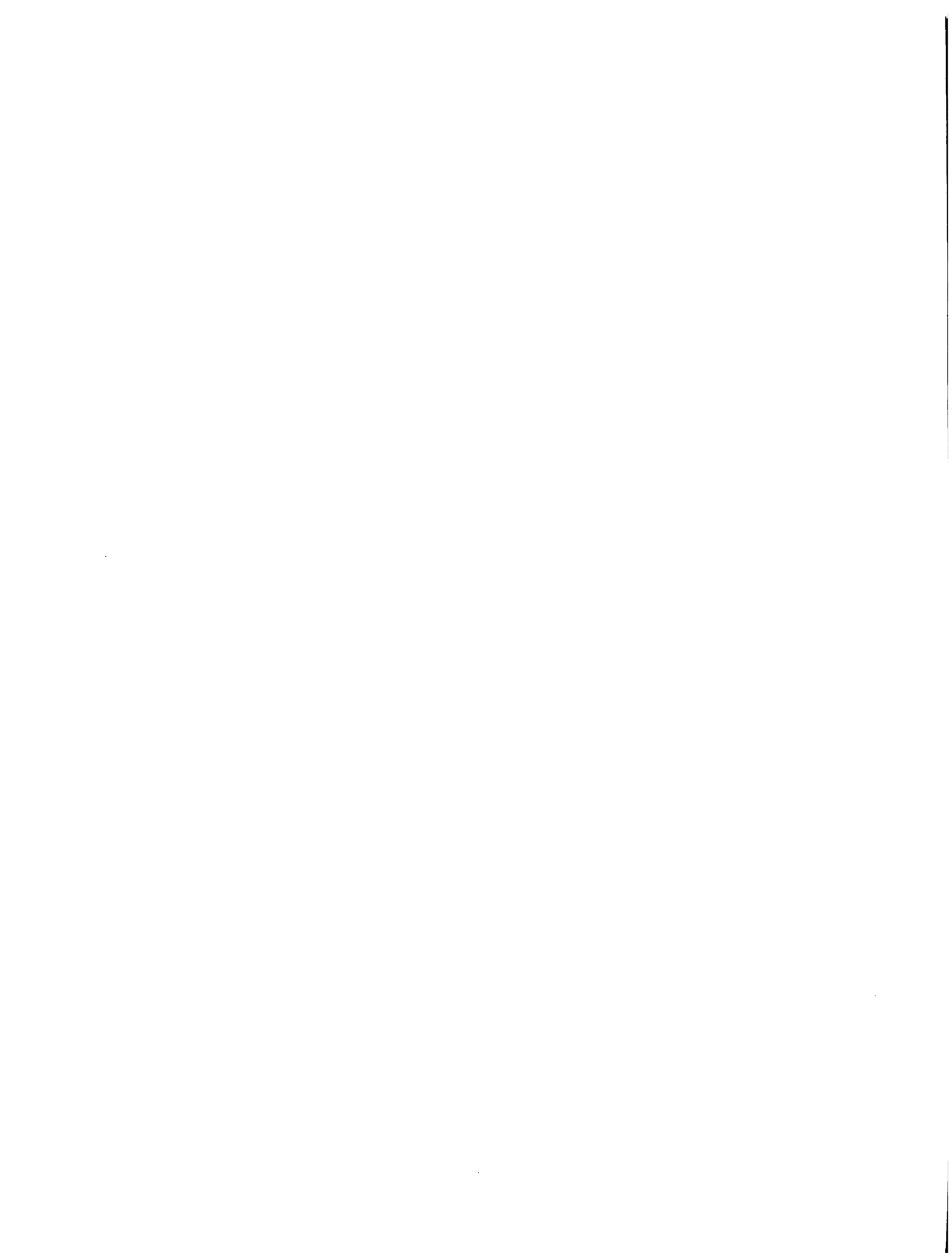
BRASIL
ANÁLISE E PROPOSTAS DE POLÍTICA
PARA O SETOR AGROPECUÁRIO

Outubro de 1993



BRASIL
AGENDA ESTRATÉGICA PARA O SETOR AGROPECUÁRIO

SUMÁRIO	Página
I. COMPORTAMENTO MACROECONÔMICO.....	2
1.1. POLÍTICA ECONÔMICA RECENTE	2
1.2. PRODUÇÃO E EMPREGO.....	5
1.2.1. Indicadores de Produção.....	5
1.2.2. Indicadores do Nível de Emprego.....	6
1.3. PREÇOS E SALÁRIOS.....	7
1.4. MOEDA E CRÉDITO.....	8
1.5. FINANÇAS PÚBLICAS.....	10
1.5.1. Política Fiscal.....	11
1.5.2. Execução e Programação Financeira do Tesouro Nacional.....	12
1.5.3. Dívida Líquida do Setor Público e Necessidades de Financiamento.....	13
1.6. DÍVIDA MOBILIÁRIA FEDERAL.....	14
1.7. BALANÇO DE PAGAMENTOS.....	15
1.7.1. Balança Comercial.....	17
II. ANÁLISE DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA	18
2.1. Política de Preços e Comercialização.....	18
2.2. Política de Comércio Exterior do Setor Agropecuário.....	20
2.3. Política de Crédito Rural.....	21
2.4. Impostos na Agricultura.....	23
2.5. Política de Irrigação.....	24
2.6. Política de Geração e Transferência de Tecnologia Agropecuária.....	25
2.7. Reforma Agrária.....	28
2.8. Pobreza Rural.....	29
2.9. Desenvolvimento Sustentável.....	31
III. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	37
IV. EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES AGROPECUÁRIAS.....	43
V. PROPOSTAS DE POLÍTICAS AGROPECUÁRIAS	45



BRASIL
AGENDA ESTRATÉGICA PARA O SETOR AGROPECUÁRIO

I - COMPORTAMENTO MACROECONÔMICO

1.1 - POLÍTICA ECONÔMICA RECENTE

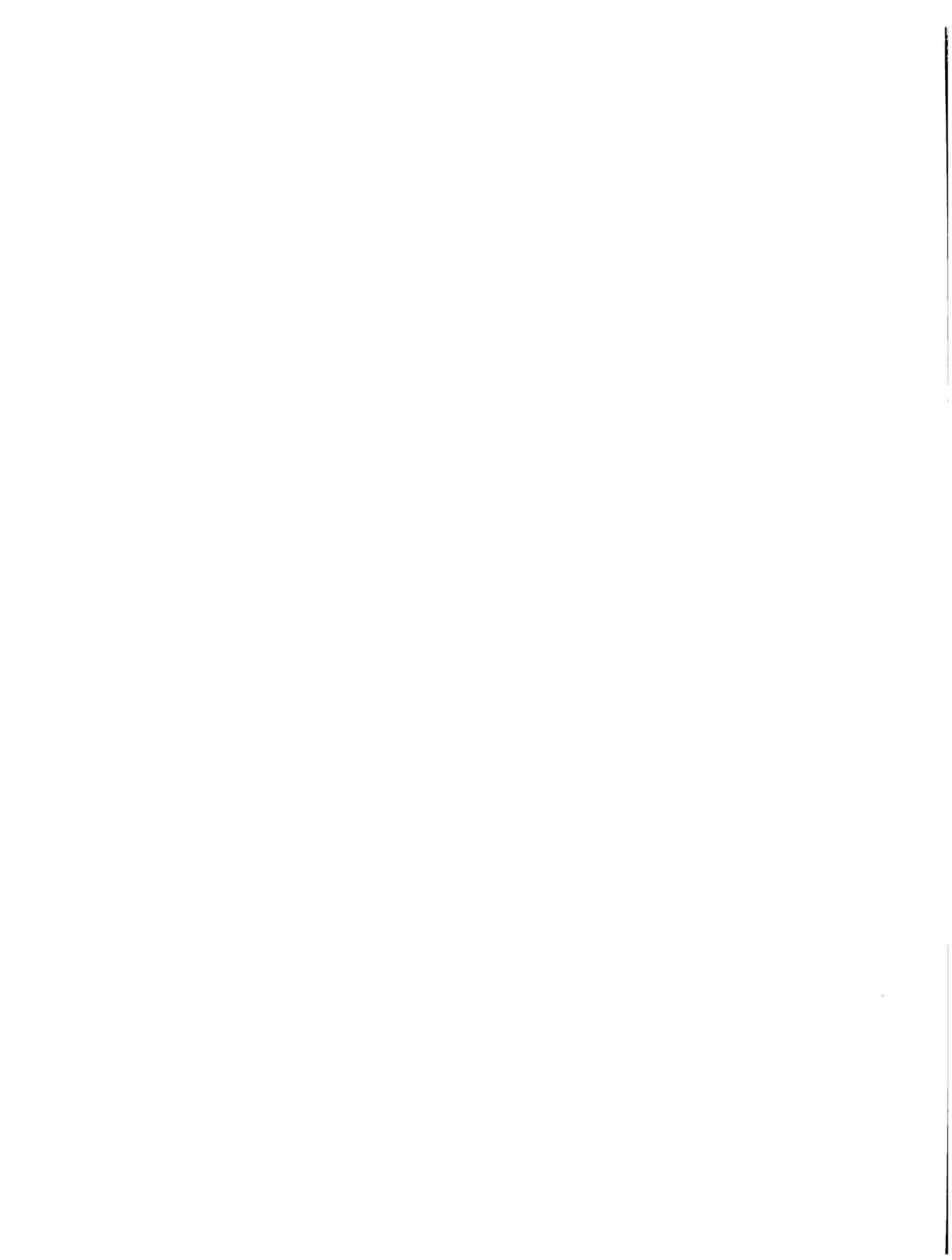
A economia brasileira no ano de 1993 tomou um novo impulso a partir do mês de junho com a substituição do Ministro da Fazenda, Eliseu Rezende, pelo até então Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, apesar dos índices de inflação continuarem elevados, o novo Ministro e sua equipe técnica implantaram o Plano de Ação Imediata (PAI), o qual apresentou o seguinte balanço após três meses de execução, segundo o próprio Ministro:

Orçamento 1993 - O Congresso aprovou os cortes de gastos do Orçamento deste ano propostos pelo governo e o Ministério da Fazenda vem seguindo rigidamente o cronograma de desembolsos das verbas. Esse controle associado ao aumento da arrecadação tributária, permitirá que o Tesouro Nacional feche 1993 com uma disponibilidade de recursos em caixa maior do que a prevista.

Déficit 1994 - A proposta do Orçamento da União do próximo ano, preparada pelo governo, prevê um déficit primário equivalente a US\$ 10 bilhões (CR\$ 1,1 trilhão). O governo negociará com o Congresso a cobertura integral desse déficit, mediante cortes de despesas e aumento da receita que poderão ter origem nas modificações a serem propostas na revisão constitucional.

Sonegação - O programa de combate à sonegação, desencadeado há três meses, está sendo o maior responsável pela significativa elevação da arrecadação tributária. A arrecadação cresceu 31%, em termos reais, no primeiro semestre deste ano, em comparação a igual período do ano passado, pelo conceito de competência. Pelo conceito de caixa, o crescimento foi de 20% real.

Privatização - Durante os três meses do Plano PAI, apenas três empresas foram privatizadas (Poliolefinas, Cosipa e Açominas), numa média de uma por mês, quando, no ano passado, se chegou a uma média de uma empresa e meia ao mês. Mas o Ministro destaca o sucesso da venda da Açominas e o anúncio, até o início de outubro, de medidas para acelerar a privatização.



Dívidas - O Governo Federal e 11 estados fecharam acordos provisórios de refinanciamento das dívidas destes junto à União. Em breve o Distrito Federal e mais cinco estados assinarão o acordo inicial. Até o final do ano, os municípios com dívidas junto à União deverão aderir ao processo de rolagem.

Caixa Preta - O Ministro em seu balanço informou que o governo continua o processo de alongamento do perfil de sua dívida mobiliária, mediante troca de títulos. Esse processo também promoveu uma redução de 10 pontos percentuais na taxa de juros real média. Com a separação de contas do Banco Central e Tesouro Nacional (abertura da "caixa preta" do BC), o total da dívida interna cairá em US\$ 52 bilhões (CR\$ 5,6 trilhões).

Dívida Externa - O acordo de refinanciamento da dívida junto aos bancos credores internacionais está praticamente concluído, restando apenas o fechamento de um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), cujas negociações serão adiantadas até o final do mês de setembro, com a ida do Ministro aos EUA.

Câmbio - A equipe econômica está preparando a liberalização gradativa do câmbio. A idéia é acabar com as três faixas existentes hoje, criando-se em seu lugar a taxa flutuante, que teria sua cotação determinada livremente pelo mercado.

Uma das principais vantagens da liberação do câmbio seria retirar do Banco central o monopólio nas operações com dólar relativas ao mercado exterior. Hoje o Banco Central adquire praticamente todos os dólares gerados pelas exportações, injetando cruzeiros reais na economia. Para evitar uma explosão inflacionária, o Governo emite títulos públicos, com o objetivo de enxugar os cruzeiros reais do mercado, e aumenta o endividamento do governo.

O incremento das exportações nos últimos meses tem sido um dos principais fatores de aumento da liquidez na economia. A expansão monetária mostrou que, em julho, as trocas de dólar por cruzeiros reais responderam por 74% do aumento de moeda em circulação.

A economia está crescendo e os capitais estão retornando ao Brasil. Neste ano deve-se chegar a crescimento acima de 5%. No ano passado o total de ingressos de capital excedeu US\$ 18 bilhões. Algo parecido pode acontecer outra vez neste ano.

Entretanto, o desarranjo das finanças públicas provoca a inflação, mina o potencial da economia brasileira e agrava as condições de vida da população.

Segundo o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, em recente pronunciamento na reunião do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, em Washington, no momento em que completar a



reforma fiscal e a estabilização da economia, o Brasil poderá estar preparado para retomar novamente seu modelo histórico de crescimento.

Dentre as medidas adotadas, para se lograr a estabilização da economia, o Ministro destacou os seguintes pontos:

1. Buscar e aprofundar as reformas estruturais, especialmente a liberalização comercial e a privatização

- **estabelecer alternativas ao leilão público**
- **ampliar os setores a serem privatizados**
- **criar novas "moedas"**
- **desenvolver novos critérios para impedir efeitos negativos potenciais sobre a competição.**

2. Restaurar a credibilidade pública

a. O programa de ação imediata foi o primeiro passo nesse sentido e incluiu:

- **corte de gastos da ordem de US\$ 6 bilhões**
- **acordo de dívida com estados e municípios**
- **racionalização de bancos federais**

b. O segundo estágio compreende, de um lado, a revisão constitucional, que poderá abranger:

- **um regime mais favorável para os investimentos estrangeiros**
- **a redistribuição de responsabilidades entre o governo federal e o governo local**
- **reforma do sistema de previdência social**
- **reforma do sistema tributário**

c. Por outro lado, deve-se obter um orçamento realista e equilibrado junto com uma política monetária compatível com o esforço de estabilização.



Um aspecto básico da política econômica do Brasil no passado recente foi a normalização de relações com a comunidade financeira internacional. Em fevereiro de 1992 o Brasil chegou a acordo com o Clube de Paris sobre o rescalonamento de dívida com os credores individuais - na verdade, com todos exceto um, a Itália, com a qual as negociações vêm prosseguindo. O Brasil respeitou completamente esses acordos. Alguns credores já restabeleceram suas operações financeiras com o setor público do País. Outros vêm discutindo possíveis oportunidades de negociação.

O Brasil manifestou ao Clube de Paris sua intenção de renegociar parte da dívida que não foi incluída no acordo de fevereiro de 1992. Foi feito um pedido-padrão por parte do Brasil, significando não haver nenhum desvio do bom relacionamento com o Clube de Paris. Segundo o procedimento padrão, a discussão de um possível novo acordo não seria realizada antes de se chegar a um entendimento com o FMI.

Estão sendo finalizados entendimentos sobre a implementação do acordo com os credores comerciais. A documentação dos contratos finais está virtualmente concluída. Alguns passos, no entanto, ainda são exigidos de ambas as partes. A existência de um programa com o Fundo Monetário Internacional é, nesse contexto, de importância crucial, não só porque é um "precedente de condições" previsto na "minuta condensada" mas porque é uma questão de política para o Brasil concordar sobre um programa com o Fundo Monetário Internacional.

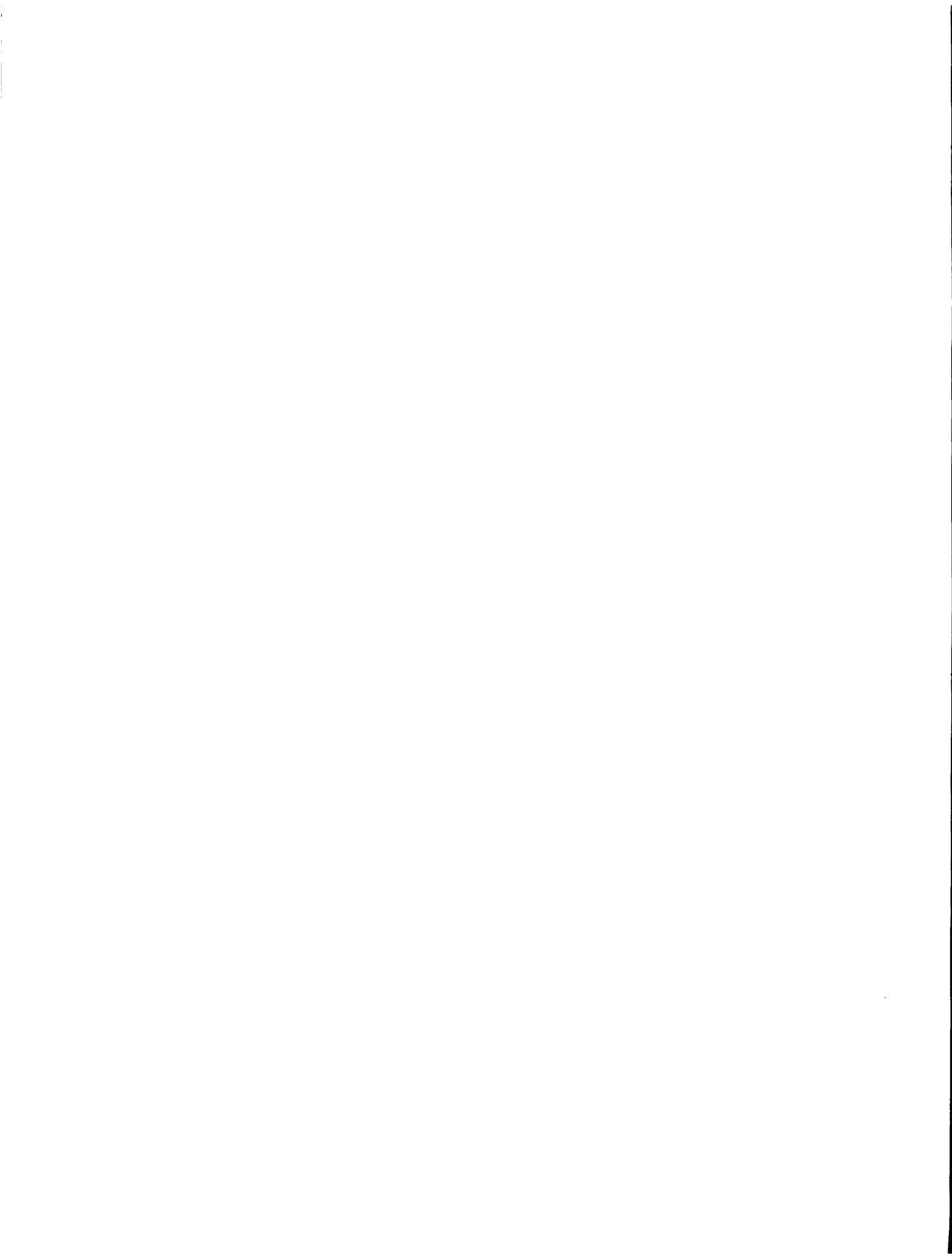
1.2 - PRODUÇÃO E EMPREGO

1.2.1 - Indicadores de Produção

Em 1992, o PIB continuou a tendência de queda, com redução real de 1,0% em relação a 1991 no entanto para 1993, as projeções indicam que apesar do quadro de aceleração inflacionária, o PIB poderá crescer 4,1%, refletindo as prováveis evoluções estimadas para os setores industrial (6,5%), agropecuário (1,9%) e de serviços (2,6%).

O setor agropecuário, que liderou o crescimento econômico de quase 17 % de 1980 a 1991, segundo informações do IBGE, continua repetindo a sua importante participação. Em 1992, a safra de grãos foi a segunda maior já obtida, alcançando 68,4 milhões de toneladas, e verificando expansão de 4,8% no produto das lavouras e de 5,5% da pecuária.

A safra de 1993, deverá superar em 300 mil toneladas (0,4 %) a safra de 1992, conforme levantamento da CONAB e alcançar 68,7 milhões de toneladas. A produção de grãos, mesmo com redução de 2,6% na área plantada, deverá apresentar crescimento de 3%. Os principais produtos responsáveis pelo desempenho da produção agrícola, deverão ser soja, milho e arroz.



A produção industrial em 1990 teve resultado negativo de 8,9% e continuou em declínio menos acentuado em 1991, apresentando redução adicional de 0,7%; a partir daí, começou a esboçar-se um tenue processo de recuperação. A indústria de transformação, com participação de 97% na composição da produção industrial, registrou redução de 0,7% em 1991; as perspectivas em 1993, para esse mesmo segmento industrial, indicam crescimento de 5,8 %.

Entre os fatores que vem influenciando a recuperação fabril aparecem a elevação da demanda interna, estimulada por certa estabilidade no mercado de trabalho, o aumento da renda agrícola e o desempenho favorável das exportações.

O setor de serviços em 1993, vem apresentando boa performance, o que deverá permitir-lhe registrar um crescimento aproximado de 2,6 a 2,8 %, contra queda de 0,7% no ano anterior.

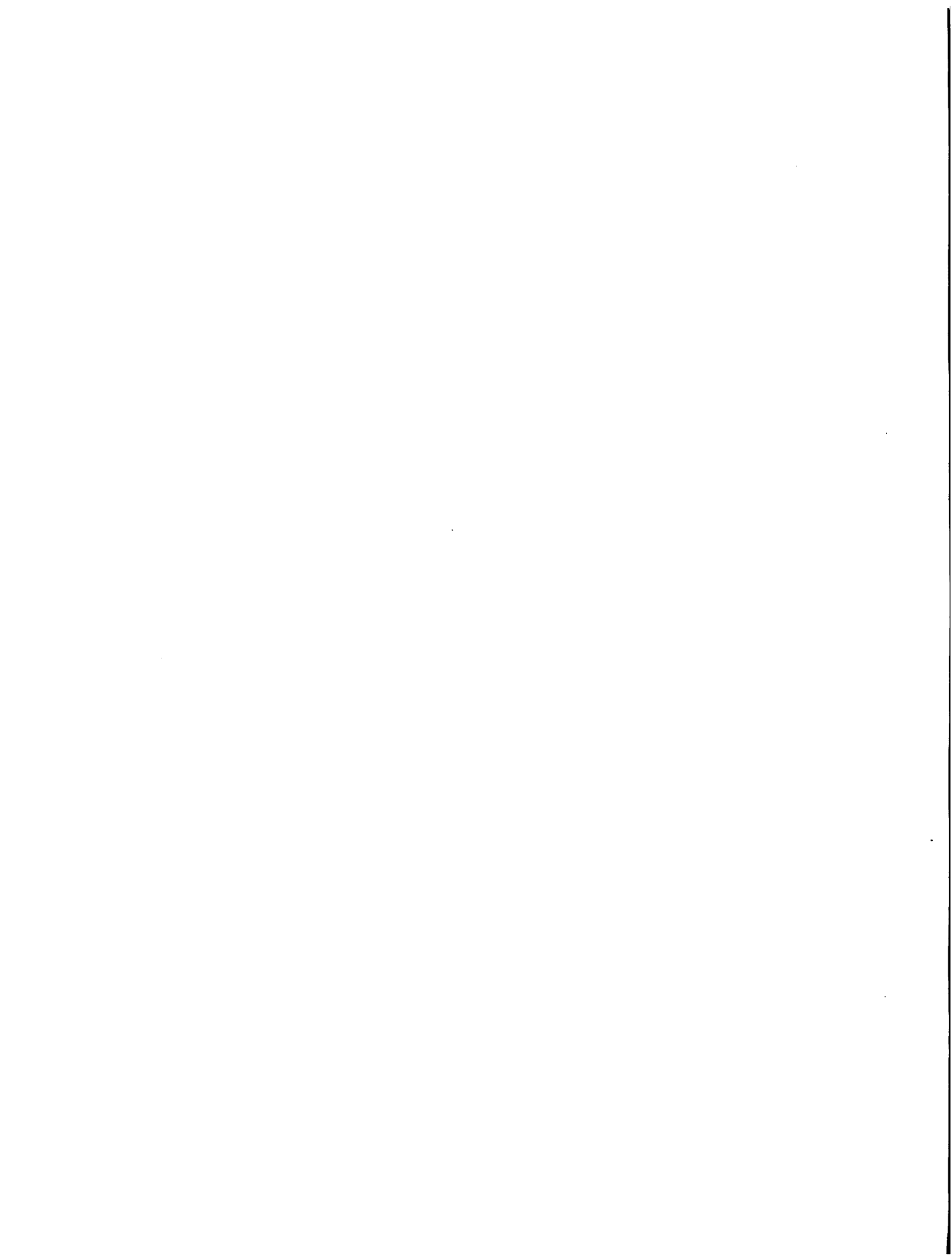
1.2.2 - Indicadores do Nível de Emprego

O nível de emprego calculado pelo Ministério do Trabalho em 1991, continuou com comportamento negativo até os últimos meses de 1992, embora em ritmo mais lento do que o verificado até o mês de setembro daquele ano; já os indicadores de emprego para 1993, confirmam as expectativas de aquecimento na demanda de trabalho.

A desaceleração na queda do nível de emprego, em parte, justificou-se pela tendência de recuperação da indústria e de alguns setores que aumentaram as contratações, face ao movimento sazonal de final de ano. Essa tendência de recuperação entretanto, parece continuar mantendo-se no decorrer de 1993.

Pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) revelou que a indústria paulista demitiu em 1992, 160 mil trabalhadores, refletindo queda de 9,3% no nível de emprego do setor. Este resultado evidenciou a continuidade de queda observada na produção industrial e o processo de reestruturação das empresas voltado para a melhoria da produtividade e da competitividade.

Os demais setores, também afetados pela crise econômica, não tiveram condições de absorver a mão-de-obra desempregada pela indústria, aumentando consideravelmente o contingente de trabalhadores informais na economia brasileira. A tendência de recuperação observada a partir do último trimestre de 1992, no entanto, vem tendo reflexos positivos sobre o mercado de trabalho; o Ministério do Trabalho registrou, em abril de 1993, expansão de 0,15% no nível de emprego formal do país.



1.3 - PREÇOS E SALÁRIOS

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, indicou que o índice de inflação mensal em 1992 voltou a crescer para 23,49 % enquanto que em 1993, a média mensal até o mês de julho alcançou 29,45 %.

O Índice de Preços ao Consumidor em 1991, apresentou taxa anual de crescimento de 493,8% comparativamente à de 1.657,7% registrada em 1990. Nos últimos meses de 1992, registrou-se elevação do patamar inflacionário, motivando inflação acumulada anual no intervalo de 1.100% a 1.170%.

Em 1993, os principais índices de preços registraram aceleração da inflação. O IGP-DI apresentou crescimentos de 27,81% em março, 28,21% em abril, 32,27% em maio, 30,72% em junho, 31,96% em julho e 33,53% em agosto. Para setembro, estima-se índice aproximado a 34 %. A inflação acumulada no ano, até o mês de agosto inclusive, alcançou 713,10% enquanto que o índice acumulado para os últimos doze meses, também incluindo agosto, chegou a 1.888,39%.

Os preços no atacado (IPA), mantiveram-se praticamente estáveis na casa dos 28% até abril, como resultado do decréscimo na variação dos preços agrícolas, compensando a aceleração dos preços industriais. Já os custos da construção civil (INCC), cresceram 21,28% em abril, 40,60% em maio e 27,13% em junho.

As pressões dos preços no segmento atacadista (30,30% em junho, 32,06% em maio e 28,32% em abril), e o aumento dos custos da construção civil, foram os principais responsáveis pela acentuada aceleração do índice. Dentre os componentes do IPA destacou-se a elevação dos preços dos bens de produção, sobretudo do item "matérias-primas".

Quanto a salários, foram definidas regras para o reajuste do salário-mínimo no mês de janeiro de 1992, uma vez que se preparava nova legislação sobre as regras de reajuste e sistemática de crescimento gradual do salário-mínimo.

As pesquisas mensais de emprego realizadas pela Fundação IBGE, registraram acentuada queda nos índices de salário médio real em 1991. Nas seis regiões metropolitanas investigadas, as variações com relação a 1990, foram de -21,4% no Rio de Janeiro, -14,6% em São Paulo, -14,5% em Belo Horizonte, -13,2% em Recife, -17,9% em Porto Alegre e -20,3% em Salvador.

Os salários na indústria em 1992, mantiveram tendência diversa daquela observada no emprego, ou seja, apresentaram crescimento em termos reais. Informações até junho de 1993 e relacionadas com o salário real médio na indústria, demonstram que houve ganhos médios em 12 meses, de 15,90% em 1991, 15,40% em 1992 e 16,80% em 1993.



A recuperação do salário médio na indústria em 1992, pode associar-se, em grande parte, aos ajustes efetuados pelas empresas, uma vez que as demissões foram maiores na base da pirâmide ocupacional, afetando mais fortemente os trabalhadores de baixa qualificação e, conseqüentemente, de menores salários. Importantes segmentos da indústria celebraram acordos coletivos que levaram a reajustes mensais dos salários em percentuais superiores aos determinados pela legislação vigente. Isso, também explica parte dos aumentos do rendimento dos trabalhadores.

O valor fixado para o salário-mínimo no mês de setembro de 1993, elevou o seu crescimento para 1.739,57%, tanto no decorrer do presente ano de 1993, quanto no acumulado dos 12 últimos meses.

1.4 - MOEDA E CRÉDITO

Em 1992, verificou-se expansão relativa dos meios de pagamento e da base monetária, voltando-se a nova retração em 1993. Os meios de pagamento no conceito restrito (M1), registraram em 1992, a exemplo do ocorrido em 1991, significativa retração de estoque em termos reais. Os conceitos mais amplos de moeda, influenciados pela expressiva queda real ocorrida no saldo de títulos federais em poder do público em dezembro, apresentaram no último trimestre, crescimento real modesto. A relação M4/PIB ficou ao final do ano em 24,2% enquanto que em 1993, essa mesma relação M4/PIB permanece no patamar de 24%.

Nos conceitos mais amplos de meios de pagamento, o agregado M5 registrou expansão de 330,70% em 1991; 896,53% em 1992 e variação de 319,96% até fins de julho de 1993. A base monetária por sua vez, registrou taxas de expansão de 291,2% e 991,27% nas posições de ponta dos saldos diários, respectivamente em 1991 e 1992. Já em 1993, a mesma posição até fim do mês de junho, revela expansão de 154,22%, com severa retração nos saldos diários. Todas as variações apresentaram-se muito inferiores à evolução dos preços no mesmo período.

A rígida contenção de despesas, derivada da queda real de receita verificada ao longo de 1992, fez com que as operações com o Tesouro Nacional, principalmente no último trimestre, se constituíssem em importante fator contracionista. Também, o incremento observado nos depósitos dos Fundos de Aplicação Financeira (FAF), notadamente em dezembro, atuou no sentido de conter a expansão da base monetária.

Ao longo do último trimestre de 1992, as variáveis monetárias foram influenciadas pelas expectativas do mercado quanto aos rumos da economia, verificando-se expansão monetária crescente. Ainda assim, como mencionado, houve expressiva retração dos estoques da base monetária e dos meios de pagamento (M1) em termos reais. No período, as taxas de juros continuaram sendo ajustadas de acordo



com as expectativas do mercado, sem perder de vista contudo, os objetivos de criação de condições favoráveis à retomada do crescimento econômico.

Em 1993, a base monetária manteve a trajetória de queda real. As operações do Tesouro Nacional voltaram a constituir-se no principal fator de controle monetário e de efeito contracionista em termos reais. Isso, pelo crescimento da receita tributária e pela contenção de gastos do Governo através de cortes, em função do déficit potencial detectado em algumas rubricas do orçamento.

O resultado do Tesouro compensou o efeito expansionista das operações do setor externo, principalmente do mercado de divisas, que refletiu o movimento de adiantamentos sobre contratos de câmbio.

No que diz respeito à evolução do crédito, os empréstimos totais do sistema financeiro refletiram, em 1991, um declínio real de 3,2%, tomando-se por base o IGP-DI centrado. Pelo mesmo deflator, o estoque estimado dos empréstimos do sistema financeiro aos setores público e privado revelou expansão real de 19% no ano.

Os créditos canalizados para o setor privado mantiveram sua representatividade próxima dos 70% durante quase todo o período e apresentaram redução real de 3,8%. Nos empréstimos direcionados para o setor público, o declínio real foi de 1,9%, derivado de determinações explícitas no sentido de restringir a expansão do crédito. No decorrer de 1992, o setor privado apresentou crescimento real de 24% entanto que o setor público teve evolução real de 5%; em 1993 o setor público registra pequeno crescimento real.

Pela conjuntura desfavorável à retomada do crescimento, as empresas procuraram fugir dos altos custos financeiros do mercado interno recorrendo com mais freqüência aos recursos externos. Assim, o setor industrial ajustou o nível de sua produção à demanda do comércio. O saldo dos empréstimos à indústria cresceu 24% em termos reais em 1992, contra 25% nos empréstimos ao comércio.

A área rural, retomou os empréstimos ao setor através do Banco do Brasil, respaldada sobretudo, nos repasses da FINAME, com liberação de créditos para aquisição de máquinas e implementos agrícolas. O cronograma de desembolsos da instituição previa ainda, a contratação de 20 mil novas operações. Neste contexto, os empréstimos direcionados ao campo revelaram expansão de 27% reais em 1992.

Em 1993, os créditos ao setor público, vem registrando pequeno crescimento real. O Governo Federal apresenta redução de 0,7% em oposição ao crescimento real de 1,2% referente aos estados e municípios. Considerando que essa tendência vem se mantendo nos



últimos anos, evidencia-se que o ajuste perseguido pela União não consegue alcançar com a mesma intensidade as demais esferas de governo.

Os créditos direcionados às pessoas físicas e ao comércio cresceram 7% e 3,9%, respectivamente, em razão da maior liquidez na economia e da política salarial vigente, que tendem a manter o nível de demanda. Apesar disso, não houve crescimento dos empréstimos ao setor privado, principalmente face a: a) sensível capitalização do setor industrial, b) contingenciamento do FGTS para pagamento das contas inativas, c) insuficiência de recursos para a comercialização da safra 1992/93 e d) existência de débitos do PROAGRO e AGF relativos à safras passadas.

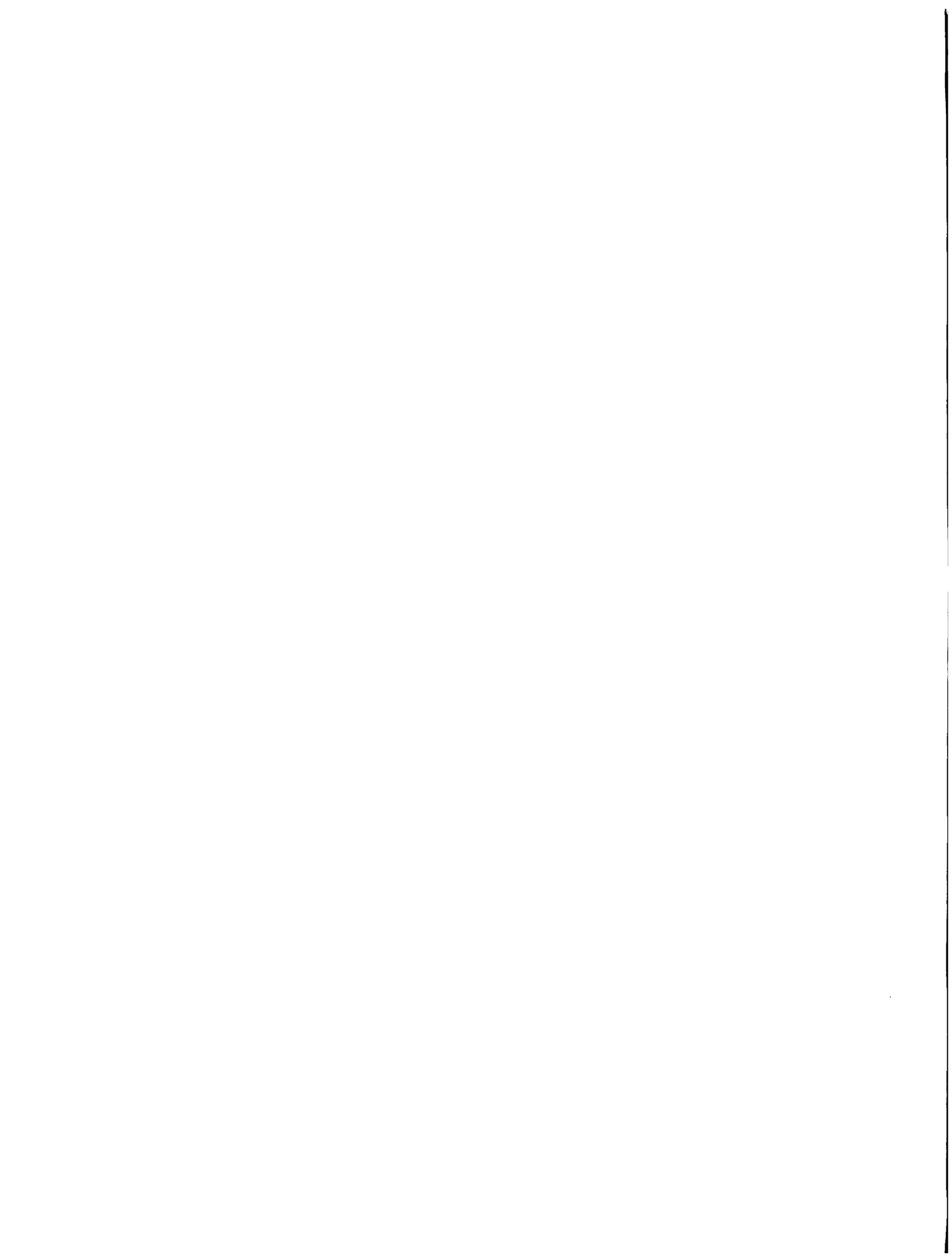
1.5 - FINANÇAS PÚBLICAS

Ao longo de 1991, o Governo Federal deu prosseguimento ao plano de modernização da economia, com ênfase no reordenamento das finanças públicas. Reforma e reformulação do Estado inseriram-se num contexto de ajuste profundo. No primeiro caso, impôs-se a necessidade de aliviar o pesado ônus representado pelo serviço da dívida interna. A reformulação estatal, passou a exigir: a) privatização de empresas em setores nos quais a iniciativa privada pode ser mais eficiente; b) desregulamentação de entraves burocráticos inibidores da produção e do investimento, c) enxugamento da máquina estatal.

Paralelamente ao reposicionamento do Estado na economia, o Governo Federal acertou com o Fundo Monetário Internacional - FMI um amplo programa de ajuste macroeconômico onde foram explicitados critérios de desempenho das contas públicas para o 1º semestre de 1992. Nesse ano, não obstante os questionamentos jurídicos relacionados com a legislação tributária, notadamente no âmbito do imposto de renda das pessoas jurídicas, do Finsocial e da contribuição sobre o lucro, com frustração das expectativas de arrecadação, as contas do Tesouro Nacional mostraram superávit primário equivalente a US\$ 4,8 bilhões.

O Programa de Ação Imediata (PAI), divulgado em meados de junho de 1993, identificou na desordem financeira e administrativa do Estado a causa do persistente quadro inflacionário brasileiro e razão do fracasso dos planos de estabilização aplicados no passado. Da mesma forma, diagnostica que a superação deste quadro requer um novo posicionamento da administração federal.

No âmbito orçamentário federal, a tônica será a busca de maior eficiência nos gastos e recuperação da receita tributária.



1.5.1 - Política Fiscal

O processo de austeridade fiscal foi ratificado nas diretrizes orçamentárias para o exercício de 1991. O Orçamento da União refletiu com relação a 1990, reduções reais de 10% nas despesas de custeio, inclusive pessoal e encargos; de 15% nas despesas com diárias e consultorias de qualquer espécie; de 30% nas despesas com locação de mão-de-obra e de 50% nos gastos em publicidade, propaganda, prêmios etc.

Apesar da matéria ter sido objeto de amplas discussões nas áreas políticas e econômica ao longo dos últimos meses de 1992, o Governo Federal não logrou êxito no propósito de ver aprovada a reforma fiscal pelo Congresso Nacional ainda em 1992.

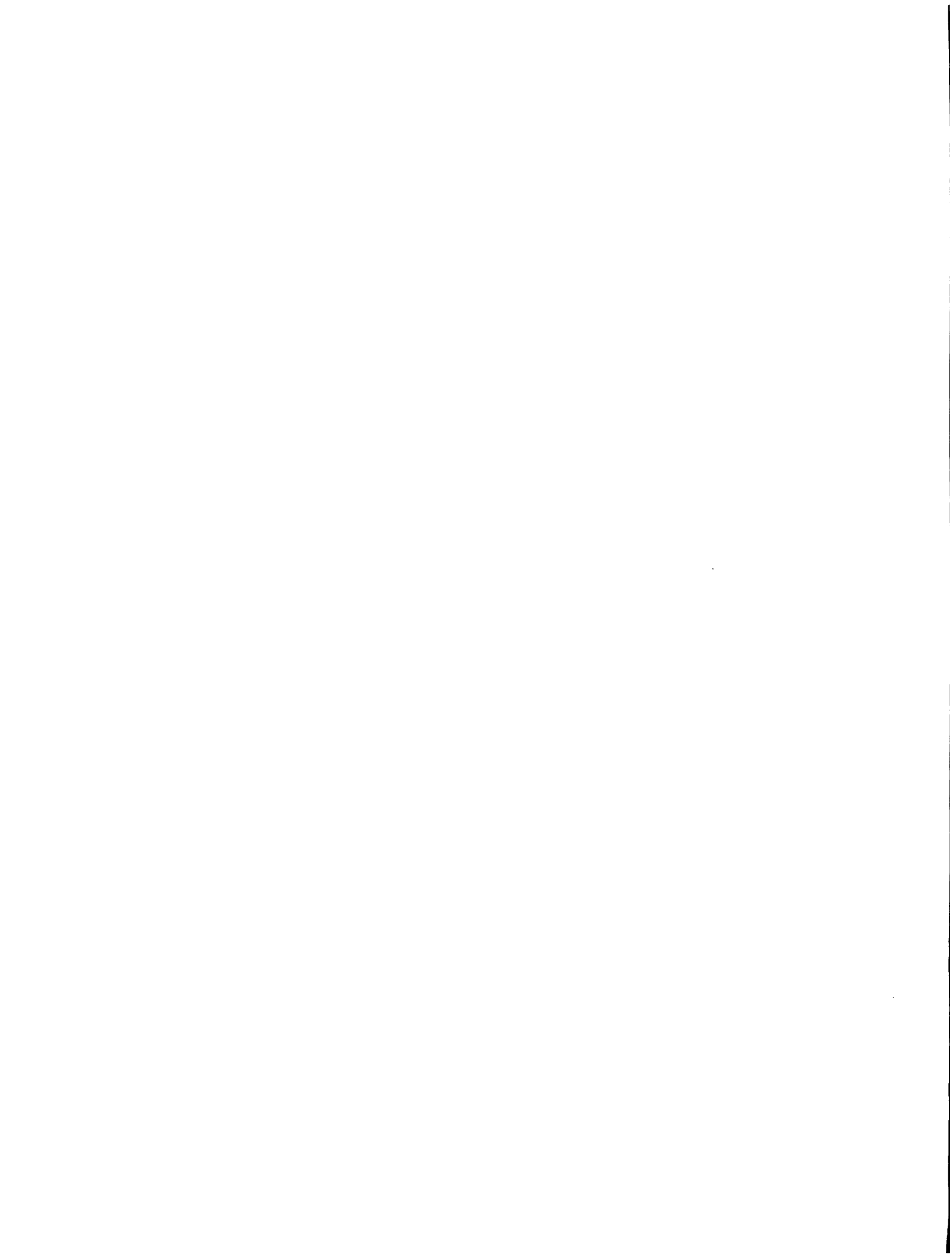
Paralelamente, foram envidados esforços para viabilizar aperfeiçoamentos na legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, o que culminou com o advento da Lei nº 8.541 de 23.12.92, o que deverá trazer ao Tesouro Nacional em 1993, uma arrecadação adicional, em relação à proposta orçamentária, correspondente a US\$ 5,3 bilhões.

A principal alteração em termos de política fiscal, se refere à tributação na fonte dos rendimentos reais em títulos de renda fixa (com exceção das aplicações no FAF) e dos ganhos líquidos em aplicações de renda variável, que passaram a ser tributados exclusivamente na fonte, não mais sendo permitida sua compensação na declaração de renda anual pelas empresas. Ou seja, passou a vigorar para as empresas o mesmo regime das pessoas físicas. Essa alteração deve gerar recursos da ordem de US\$ 2,8 bilhões.

O Orçamento Geral da União para 1993, fixou receitas e despesas de US\$ 226 bilhões, incluindo as contas fiscais e da seguridade social.

O orçamento, como foi aprovado, deverá ter dificuldades para compatibilizar sua execução e o objetivo de zerar o déficit operacional. Além de gastos com projetos sem definição de fontes de financiamento, o orçamento fiscal não previu entre as despesas, os pagamentos de reajustes às aposentadorias e nem os pagamentos dos efeitos da isonomia e da política de reajuste salarial do setor público.

Ao tramitar no Congresso Nacional, foram adicionadas despesas de US\$ 9,5 bilhões por conta de reestimativas da arrecadação do imposto de renda (US\$ 6,5 bilhões) e da utilização da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional (US\$ 3 bilhões) que, apesar de não ter destinação legal, sempre foi usada para redução da dívida mobiliária. A inclusão dessas despesas, além da não liberação dos depósitos judiciais do Finsocial, projeta um déficit no orçamento de cerca de US\$ 10 bilhões.



Nesse contexto, está em estudo uma ampla reprogramação orçamentária, de modo a excluir do orçamento todas as despesas consideradas não-típicas do Governo Federal. Enquanto não sai o resultado das negociações, uma das primeiras providências para manter o equilíbrio das contas públicas foi a edição do Decreto nº 825, de 28.5.93, fixando limites de gastos no primeiro semestre para cada ministério, a fim de compatibilizá-los com a efetiva disponibilidade de caixa do Tesouro Nacional.

1.5.2 - Execução e Programação Financeira do Tesouro Nacional

A execução financeira do Tesouro Nacional encerrou 1991 com superávit de US\$ 1,671 bilhões. Por sua vez, o fluxo global de recursos, resultado de caixa mais financiamento, proporcionou elevação de US\$ 5,971 bilhões nas disponibilidades do Tesouro.

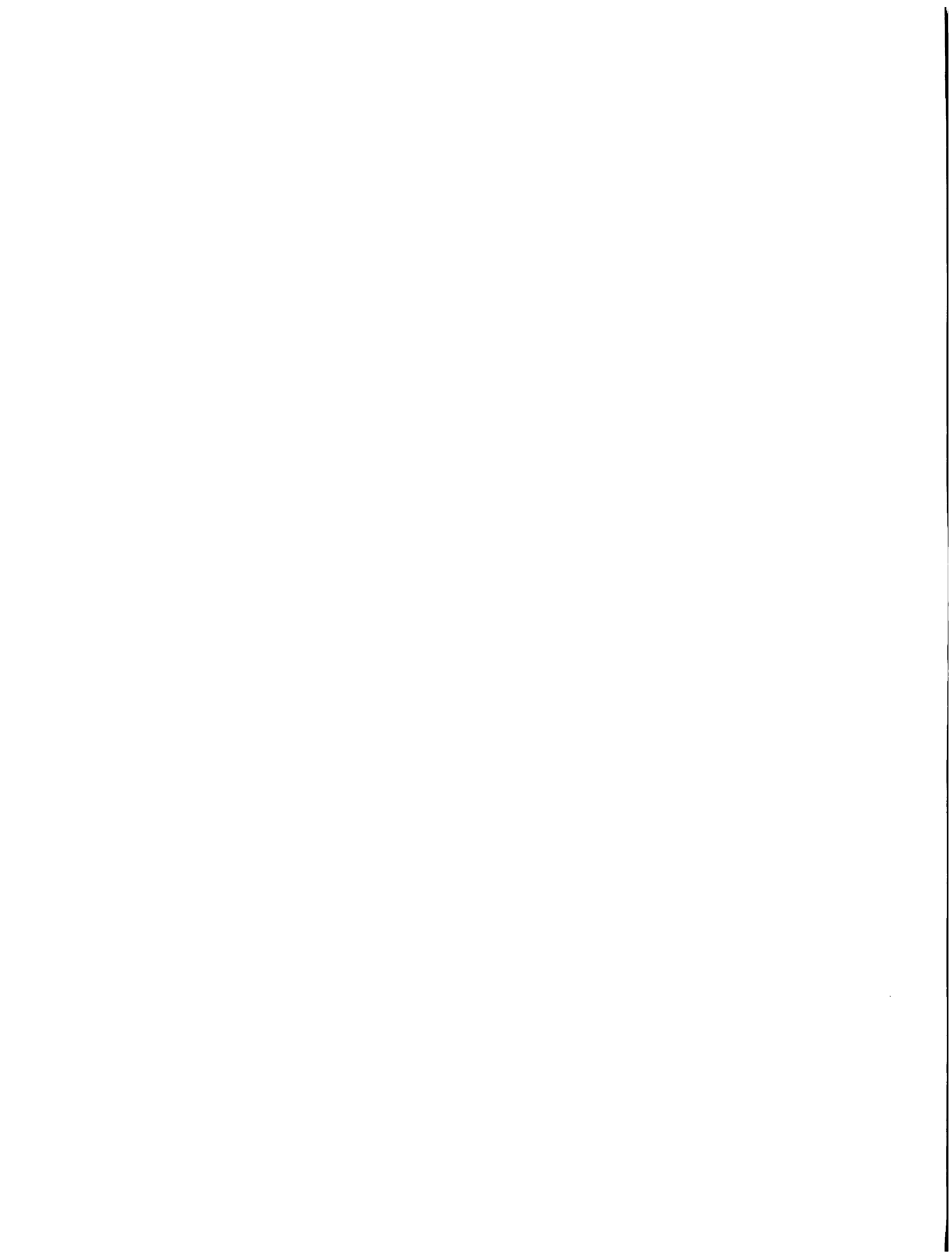
O financiamento de US\$ 4,3 bilhões, resultou do balanceamento das seguintes operações: remuneração das disponibilidades do Tesouro no Banco Central; transferência do resultado do Banco central; recursos do empréstimo compulsório; resgate líquido de títulos e amortização da dívida contratada.

Em 1992, o Tesouro Nacional contabilizou receitas fiscais da ordem de US\$ 42,19 bilhões, contra despesas de US\$ 43,07 bilhões. Os fluxos mensais dessas operações, quando avaliados a preços de dez/92 pelo IGP-DI, para eliminar os efeitos inflacionários e obter avaliação mais precisa desses valores, alcançam US\$ 102,61 bilhões de receitas e US\$ 101,95 bilhões de despesas, resultando portanto, um superávit de aproximadamente US\$ 656,17 milhões no ano.

Não obstante a reforma de emergência aprovada em 1991 - tributação do rendimento das pessoas jurídicas em bases correntes, criação da UFIR para atualização do pagamento de impostos, etc. através da qual esperava-se arrecadação adicional de US\$ 11 bilhões, a receita em 1992 apresentou queda real de 8%.

As arrecadações de imposto de renda e IPI, as duas principais fontes de receita do Tesouro, praticamente se mantiveram nos mesmos níveis de 1991. O primeiro, com participação de 32% na receita total, mostrou decréscimo de 2%, enquanto o IPI, com participação relativa de 21% na receita, cresceu 0,6%.

Com relação às despesas com pessoal e encargos sociais, o montante de US\$ 13,3 bilhões correspondeu a 3,6% do PIB, ficando abaixo portanto, da média dos últimos três anos, (4,1%). Se comparadas à receita disponível (receita total menos transferências aos estados, municípios e orçamento da seguridade social), essas despesas mantiveram-se no mesmo patamar verificado no período 1989-91 que foi de 52%. Em termos reais, 1992 verificou queda de 7,5% em relação ao exercício anterior.



A Lei nº 8.652, de 29.4.93, aprovou o Orçamento Geral da União para 1993, incluindo as contas fiscais e da seguridade social e fixou as receitas e despesas em Cr\$ 13.896 trilhões, equivalentes a US\$ 226 bilhões.

As receitas fiscais aprovadas alcançam o total de US\$ 190 bilhões, distribuídas em receitas correntes (16,1%), de capital (79,3%) e de outras fontes (4,6%). Os recursos provenientes da arrecadação de tributos e contribuições (91% das receitas correntes) somam US\$ 58 bilhões enquanto os recursos de operações de crédito (90% das receitas de capital) significam US\$ 136 bilhões. Complementando o total de recursos do Tesouro Nacional, as receitas do sistema da seguridade social totalizam US\$ 36 bilhões.

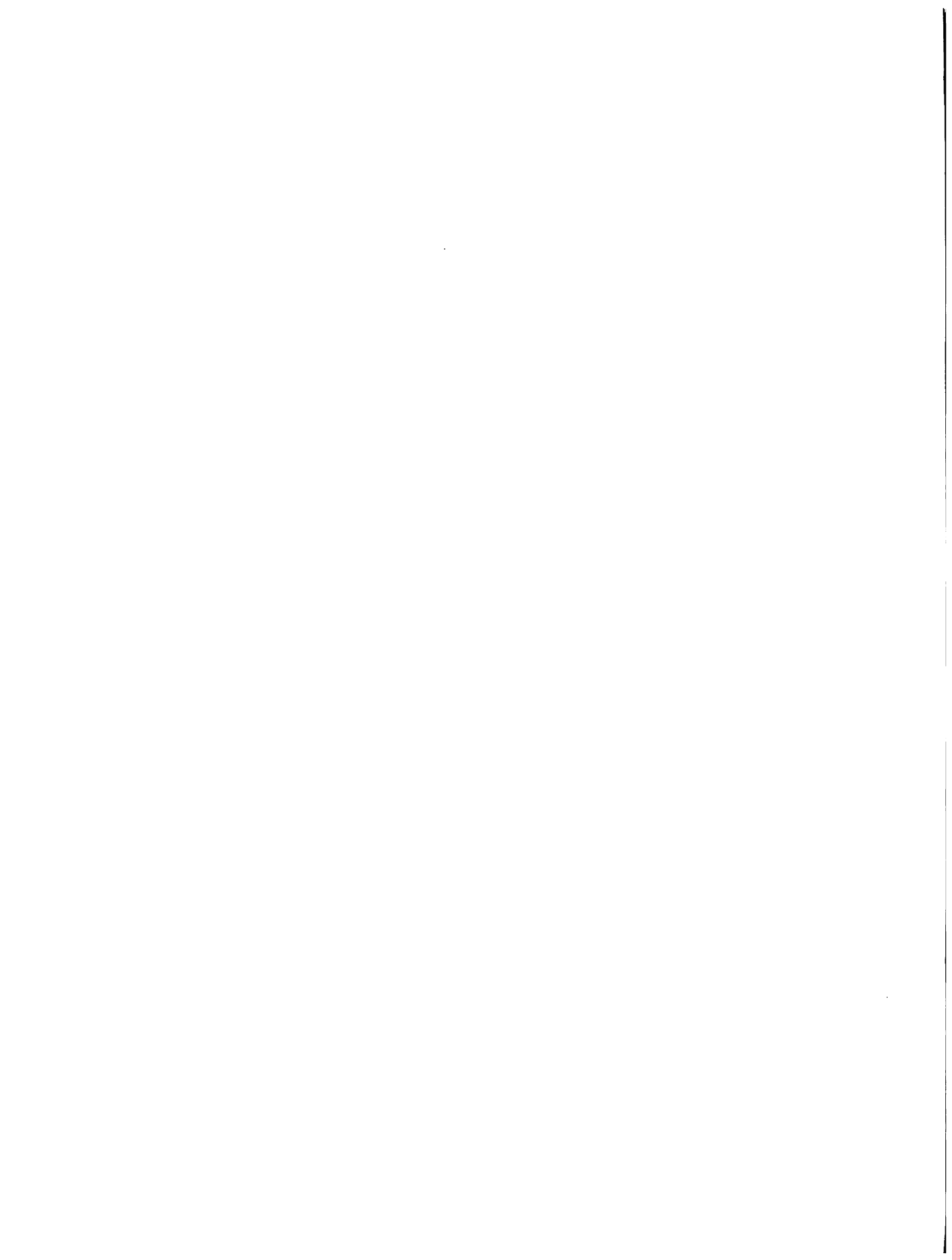
Considerando-se a alocação dos gastos, os encargos financeiros e previdenciários da União deverão absorver 62,8% dos recursos. Os recursos direcionados aos ministérios da área social deverão representar 21,1% das despesas, com participação majoritária do Ministério da Previdência Social, seguido dos Ministérios do Trabalho; Saúde; Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária; Educação e Desporto; Bem-Estar Social; Integração Regional e Meio Ambiente. As transferências para estados, municípios e Distrito Federal totalizam 5,5% da despesa total.

1.5.3 - Dívida Líquida do Setor Público e Necessidades de Financiamento

O saldo da dívida líquida do setor público antigui US\$ 146,6 bilhões em dezembro de 1991, indicando um crescimento nominal de 460,9% sobre o saldo de dezembro de 1990. Esse montante, apresentou-se inferior aos US\$ 165,7 bilhões do ano anterior, isto é, uma queda de 11,5%, sobretudo pela diminuição de 25% na dívida interna, e pela estabilidade da dívida externa, que verificou queda de apenas 0,5%.

A dívida interna de US\$ 55,9 bilhões, reduziu a sua participação de 45,0% para 38,1%, ao passo que a dívida externa atingiu US\$ 90,7 bilhões; ao final de setembro de 1992, o saldo da Dívida Líquida do Setor Público alcançou 32% do PIB. A dívida externa apresentou redução de 4% em relação a dezembro de 1991 caindo de 21% para 17% do PIB face, basicamente, ao acúmulo de reservas internacionais, já a dívida interna, mostrou acréscimo de 2%.

Já em 1993, a dívida líquida do setor público em termos do PIB, diminuiu para 2,6 % nos primeiros cinco meses do ano, situando-se em 37,7% em maio. A queda, é mais acentuada no caso da dívida externa, reflexo da valorização cambial no período e do aumento das reservas internacionais. Após os movimentos de 1992, de alta no endividamento interno e de baixa no externo, ambos atingiram patamares bem próximos, cerca de US\$ 75,3 bilhões e US\$ 74,7 bilhões, respectivamente.



Para 1991, as necessidades de financiamento do setor público no conceito nominal representaram 21,5% do PIB. Retirando a correção monetária, se observou um resultado operacional superavitário para todos os níveis de governo, situado em 1,4% do PIB na posição acumulada de dezembro. Os juros reais estimaram-se em 1,3% do PIB, o que resultou em superávit primário de 2,7% do PIB.

O fluxo das necessidades de financiamento do setor público, no conceito nominal e para o período janeiro-setembro de 1992, apresentou um déficit de 35% do PIB estimado para o mesmo período. No conceito operacional, a evolução acumulada de setembro apresentou redução significativa no montante do déficit, chegando a 2% do PIB contra 6% no primeiro trimestre, refletindo, em parte, a redução nas taxas de juros reais, observadas nos meses de agosto e setembro de 1992.

No que se refere ao resultado primário, apurou-se para o período janeiro-setembro/92, superávit de 2,5%. A piora do resultado primário, quando comparado ao 1º semestre de 1992 (3% do PIB), refletiu o comportamento do Governo Federal e do Banco Central e estaduais, já que os estados e municípios mantiveram sua performance.

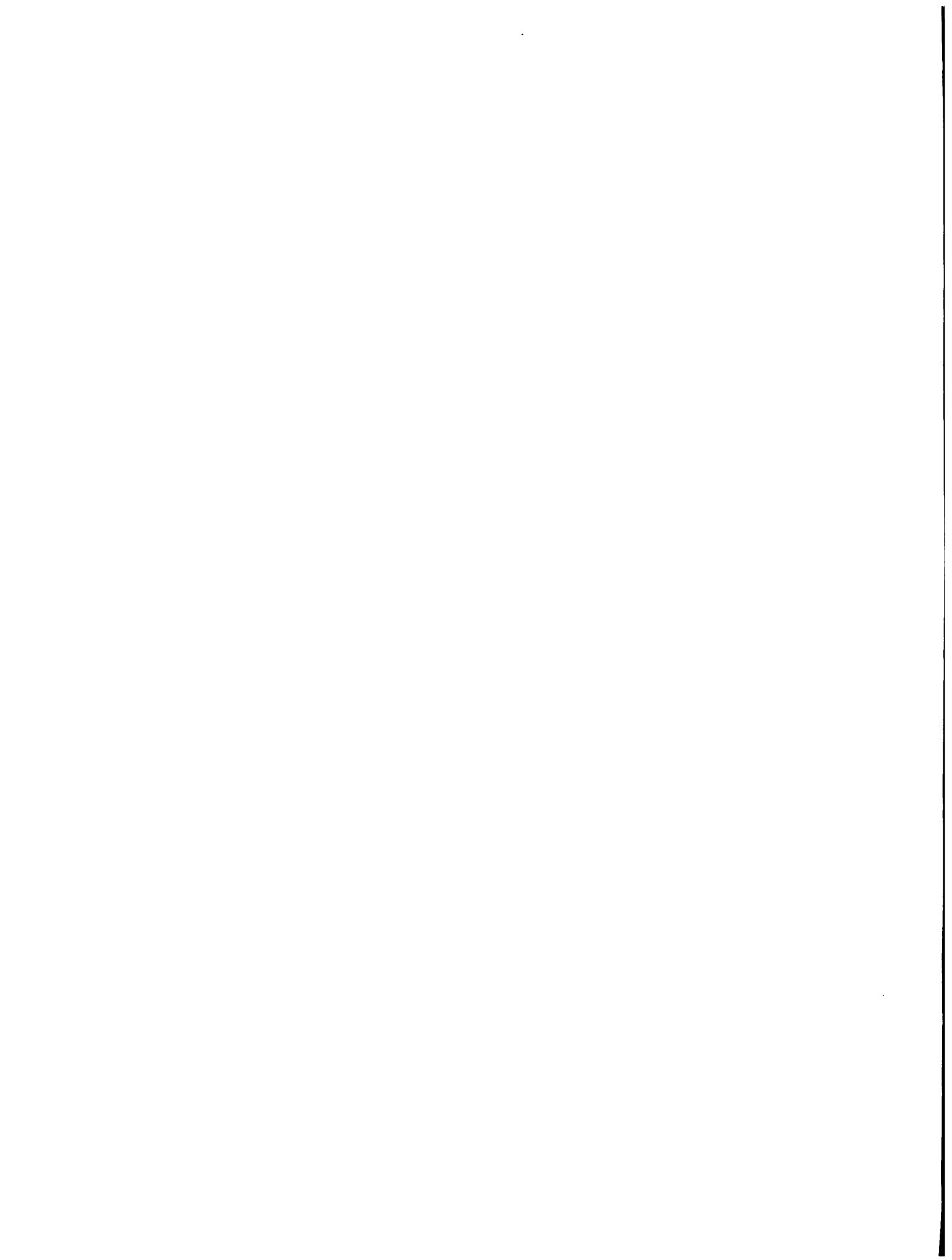
Em 1993, as necessidades de financiamento do setor público, conceito nominal, têm apresentado estabilização próxima a 52% do PIB, nível alcançado após terem saído do patamar de 42% em dezembro de 1992, resultado do recrudescimento do processo inflacionário.

O superávit operacional apresentou pequena elevação no acumulado até o mês de maio, passando para 0,9% do PIB, concentrando-se nos resultados das empresas estaduais e do governo central, refletindo uma redução nas despesas de juros reais. O resultado primário, apesar de mais favorável do que o ocorrido em 1992, apresentara redução desde o mês de fevereiro.

Quanto às fontes de financiamento do governo, apenas a emissão monetária se manteve ativa. Tanto o financiamento interno quanto o externo encontravam-se negativos até meados do ano, reflexo da queda real do endividamento público.

1.6 Dívida Mobiliária Federal

Ao longo do último trimestre de 1991, a dívida mobiliária federal (DPMF) fora do Banco Central permaneceu condicionada, embora em menor escala que a dos trimestres precedentes, ao diferencial entre as taxas reais de juros internas e externas, especialmente as praticadas na economia norte-americana.



Nesse cenário, em que houve recomposição das reservas internacionais, a Autoridade Monetária atuou colocando títulos públicos federais no sentido de neutralizar a expansão da liquidez. A relação DPMF/PIB, em dezembro de 1992, atingiu 8%, nível sensivelmente inferior ao observado até março de 1990. A dívida global do Governo Federal, constituída pelas dívidas externa líquida e interna (mobiliária, NCz\$, DER e outros) apresentou, no último trimestre do ano, decréscimo de 0,4%, observando-se mudança na composição da dívida total da União.

Ao final do primeiro semestre de 1993, o estoque da dívida pública mobiliária federal atingiu US\$ 99,8 bilhões, dos quais US\$ 82,6 bilhões representados por títulos na carteira do Banco Central.

Quanto à dívida fora do BCB, o saldo alcançou a US\$ 37 bilhões, com decréscimo real da ordem de 4,3% no ano e 3,5% em 12 meses.

O endividamento global do Governo Federal, composto pelas dívidas interna e externa líquida, vem experimentando quedas sucessivas, tendo decrescido 7% no semestre e 15% nos últimos 12 meses, em termos reais.

1.7. - BALANÇO DE PAGAMENTOS

As variações ocorridas no resultado das transações correntes, desde 1983, estiveram relacionadas ao comportamento da balança comercial. Em 1991 entretanto, o saldo das transações correntes melhorou, com redução de 71,0% no déficit em relação ao ano anterior; isso, pela queda de 12,7% no pagamento líquido de serviços e pela elevação de 86,6% nas transferências unilaterais do país. O resultado da conta serviços foi fortemente influenciado pela redução nos níveis das taxas internacionais de juros, e pela significativa diminuição das remessas de lucros e dividendos.

As reservas internacionais no conceito de caixa do Banco Central, alcançaram US\$ 8,552 bilhões ao final de 1991, acusando redução de US\$ 199 milhões sobre o valor observado no final do ano anterior. No conceito de liquidez internacional, as reservas totalizaram US\$ 9,046 bilhões, apresentando queda de US\$ 567 milhões em relação à posição de dezembro de 1990. Tais posições de reservas, permitiram ao País cumprir de forma adequada com os compromissos externos, notadamente os relacionados às remessas de 30% dos juros incidentes sobre a dívida pública afetada e aos pagamentos referentes ao acordo sobre os juros em atraso com os bancos credores.

A crise política instaurada no País ao final do primeiro semestre de 1992, repercutiu no comportamento das contas externas no terceiro trimestre. Uma importante consequência foi evidenciada



na retração dos fluxos de investimentos externos e de empréstimos em moeda; neste segundo caso, devem ser considerados, também, os efeitos das medidas implementadas pelo Banco Central, ampliando os prazos mínimos de amortização dessas operações.

Dessa forma, os excepcionais resultados obtidos no primeiro semestre do ano não tiveram seqüência. Mesmo assim, o exame dos fluxos das contas externas efetivados de janeiro a setembro de 1992 indicaram um desempenho satisfatório, refletido no superávit global do balanço de pagamentos de US\$ 20 bilhões, ou US\$ 10 bilhões se excluídos os registros de caráter contábil, relativos ao financiamento de atrasados junto ao Clube de Paris. Este resultado contrasta com o déficit de US\$ 4,8 bilhões observado em igual período de 1991.

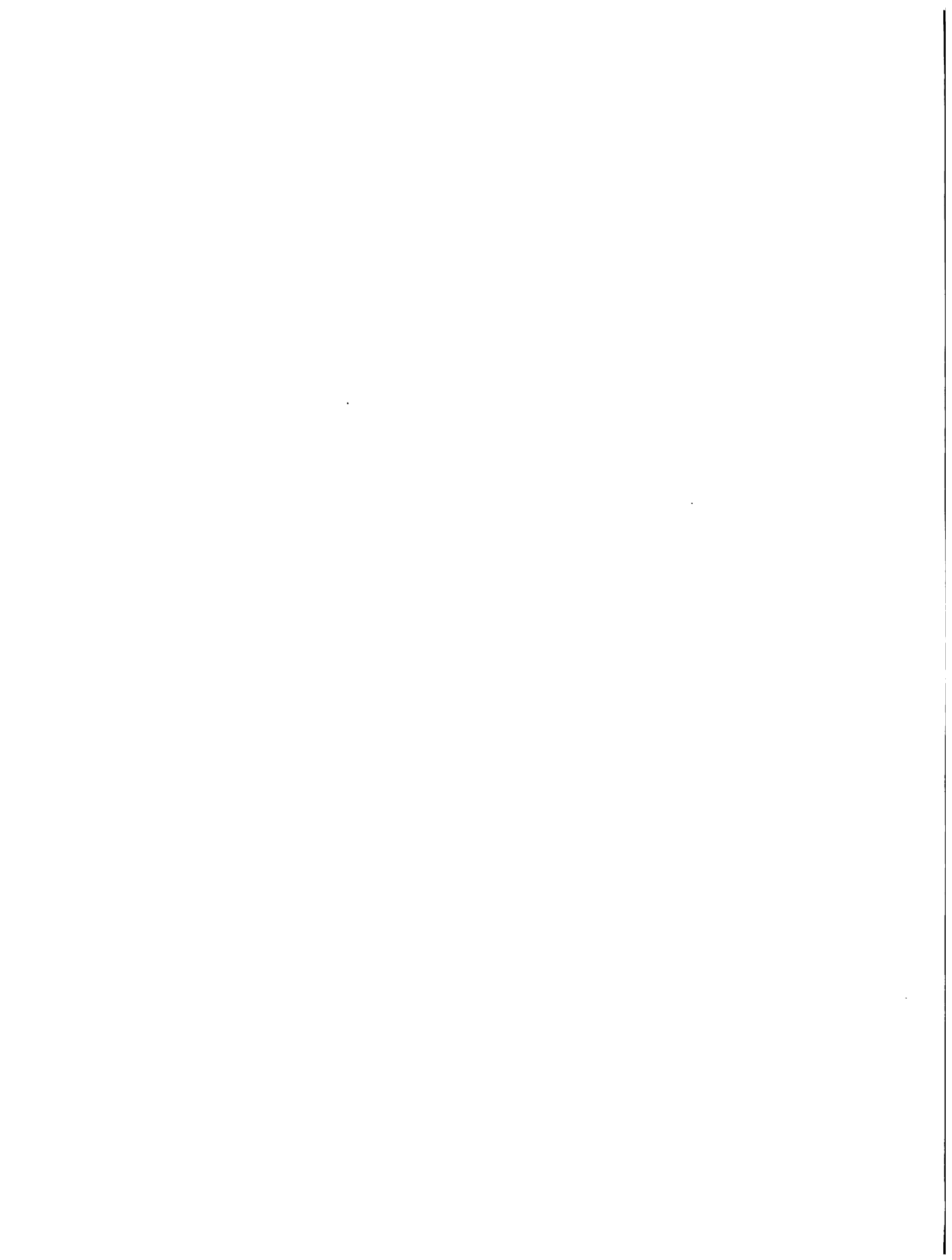
A nível dos principais componentes do balanço de pagamentos, nos primeiros nove meses de 1992, verificou-se superávit de US\$ 4,2 bilhões nas transações correntes, revertendo o resultado deficitário de US\$ 200 milhões registrado no mesmo período de 1991. Para esse desempenho, contribuíram o aumento das exportações e a redução nas importações, propiciando superávit comercial de US\$ 11 bilhões, superior em US\$ 2,5 bilhões ao observado no correspondente período de 1991.

Em setembro de 1992, conforme estimativas, a dívida externa registrada situou-se em US\$ 104 bilhões, 12% superior à posição de dezembro de 1991. O aumento verificado na dívida registrada foi explicado, principalmente, pelo expressivo ingresso de recursos externos através da colocação de títulos no mercado financeiro internacional, e pela renegociação dos débitos em atraso junto ao Clube de Paris. Desta forma, a dívida com instituições não bancárias, que inclui os débitos junto ao Clube de Paris e significativa parcela de novos recursos, foi a que apresentou maior crescimento (20%).

A dívida externa não registrada, em setembro de 1992, apresentou acréscimo de 7,0% em relação à posição de dezembro de 1991, em decorrência da maior contratação de linhas de crédito no exterior pelos bancos comerciais.

No primeiro trimestre de 1993, o balanço de pagamentos registrou déficit de US\$ 1,3 bilhão, financiado com a redução de US\$ 1,4 bilhão nos haveres e US\$ 0,1 bilhão nas obrigações. Esse resultado, deveu-se, em parte, à redução do superávit das transações correntes.

O Balanço de Pagamentos para 1993 está englobando as transações financeiras internacionais efetuadas em moeda nacional, que geraram receitas equivalentes a US\$ 555 milhões e despesas de US\$ 965 milhões, no primeiro trimestre.



O déficit com serviços cresceu 55% devido ao aumento nas despesas e redução nas receitas. Quanto às despesas, merece destaque o aumento de 33% nos dispêndios com juros, em razão dos maiores encargos devidos ao Clube de Paris bem como a formação da nova dívida decorrente de captações externas, contratada em sua maior parte a taxas fixas, em média, superiores a 10% ao ano.

Ainda no concernente às despesas, cabe assinalar o incremento de 123% nas remessas de lucros e dividendos em função de melhores resultados obtidos pelas empresas e também pela eliminação do imposto suplementar de renda e redução da alíquota de 25% para 15% do imposto de renda regular.

As transferências unilaterais registraram redução de US\$ 554 milhões nos ingressos líquidos, explicada pelas menores receitas com disponibilidade em moeda estrangeira, item bastante afetado pela exigência de identificação dos intervenientes.

O movimento de capitais registrou saída líquida de US\$ 835 milhões. Os investimentos diretos apresentaram fluxo positivo de US\$ 303 milhões, bastante inferior ao de US\$ 1,487 bilhão observado no primeiro trimestre de 1992. Além dos menores ingressos líquidos de recursos direcionados ao mercado de capitais, os investimentos foram afetados pelas aplicações brasileiras no exterior, realizadas em cruzeiros, que registraram saída líquida equivalente a US\$ 483 milhões, amplamente superior aos US\$ 56 milhões efetivados em moeda estrangeira.

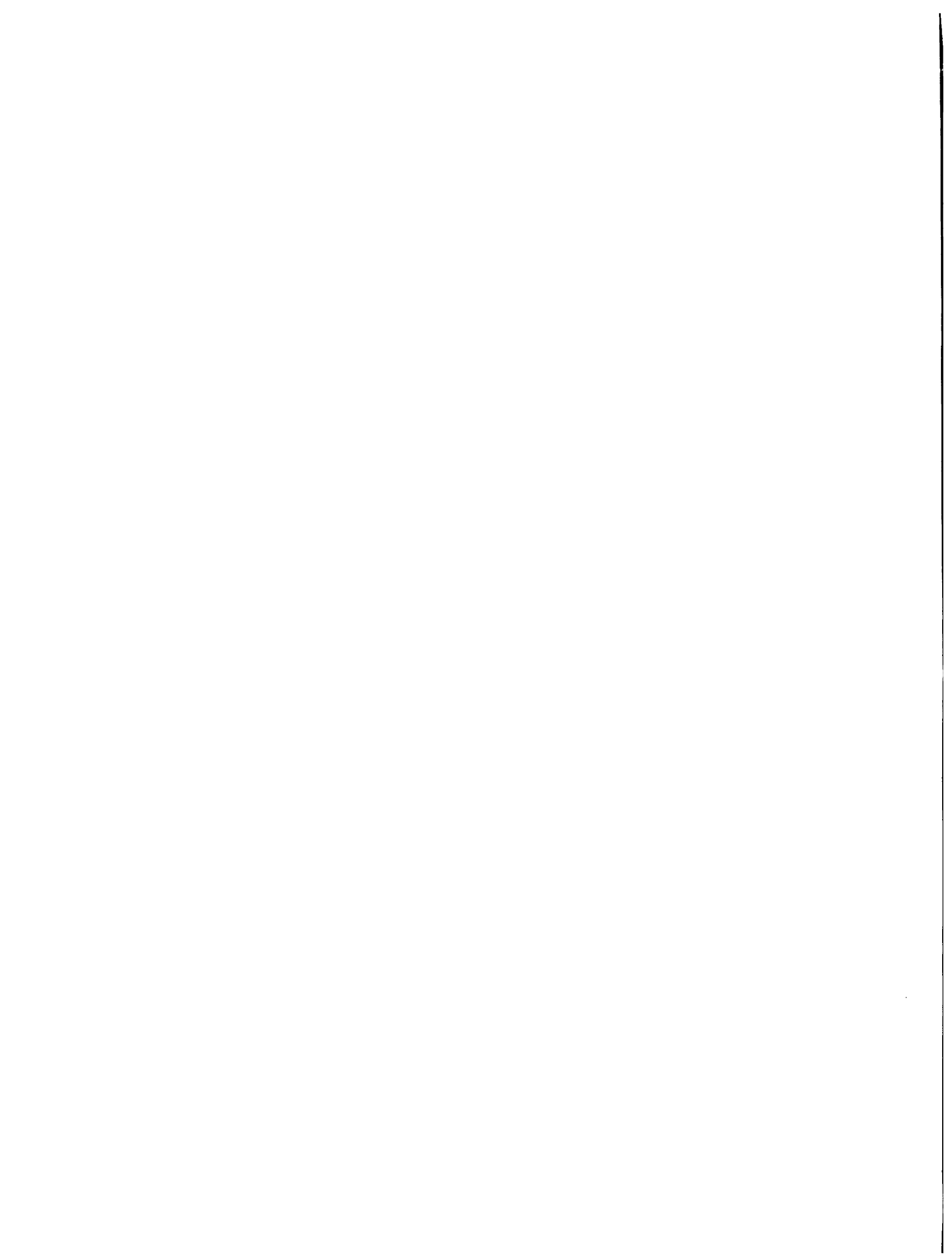
Cabe ressaltar, ainda, a saída líquida de US\$ 1,393 bilhão de capitais de curto prazo, após apresentar ingresso líquido de US\$ 3,6 bilhões, no primeiro trimestre de 1992. O comportamento nos primeiros meses de 1993, refletiu, em grande parte, as operações interbancárias internacionais, através da arbitragem de moeda estrangeira contra cruzeiros no exterior.

1.7.1. Balança Comercial

A balança comercial registrou, em maio, superávit de US\$ 1,45 bilhão, 5,5% superior ao de maio de 1992, resultado de exportações de US\$ 3,037 bilhões e importações de US\$ 1,587 bilhão.

O saldo acumulado até o mês de maio atingiu US\$ 6,552 bilhões, 12,7 % superior ao registrado nos cinco primeiros meses de 1992. As exportações totalizaram US\$ 15,514 bilhões, com expansão de 15% enquanto as importações evoluíram 16%, ao acumularem US\$ 8,962 bilhões.

Segundo dados preliminares, prevê-se que as exportações brasileiras totais em 1993, deverão alcançar US\$ 39,2 bilhões, acusando crescimento de 6,9% com relação a 1992 enquanto que as



importações, deverão chegar a US\$ 23,8 bilhões, expandindo-se 15,6%. Daí, surgiria um saldo comercial de US\$ 15,4 bilhões, o que representaria acréscimo de apenas 0,03% com relação a 1992.

As exportações de produtos básicos poderão atingir US\$ 10 bilhões, com crescimento de 13,0%. Já as vendas de produtos industrializados deverão somar US\$ 28,7 bilhões, com evolução de 7,6%. Os semimanufaturados deverão crescer 3,9% chegando a 5,4 bilhões enquanto que os manufaturados deverão alcançar os US\$ 23,2 bilhões e crescimento de 7,6%.

Os principais países destinatários das exportações brasileiras, até maio de 1993, continuaram sendo os Estados Unidos (20%), Argentina (8,3%), Japão (6,7%) e Países Baixos (5,7%). É importante observar o aumento verificado nas receitas auferidas em outros mercados, especialmente a China (247%), Paraguai (116%), Uruguai (109%) e Colômbia (90%).

Se examinado por blocos de países, o principal mercado comprador ainda é a Comunidade Econômica Européia (CEE) com 26%, seguida de perto pela ALADI (23%). Deve-se destacar, porém, a expansão desse último mercado, com aumento de exportações de 39% entre maio de 1992 e o mesmo mês de 1993, ao passo que as vendas para a CEE apresentaram queda de 1,6%. A participação da Aladi na pauta de exportações brasileiras evoluiu, pois, nesse período de 19,5% para 23,8%, contra o decréscimo da CEE de 30,2% para 26,5%.

II. ANÁLISE DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA

2.1. Política de Preços e Comercialização

Embora se verificasse uma sensível liberalização dos mercados, a principal política utilizada pelo Governo brasileiro para poder intervir nos preços e na comercialização agropecuária, continuou a ser a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), contando com os instrumentos básicos, constituídos pelos Empréstimos do Governo Federal (EGF), Aquisições do Governo Federal (AGF) e Preços de Intervenção (PI), pouco tempo atrás transformados em Preços de Liberação de Estoques Públicos (PLE).

No período 1986-90, verificou-se uma tendência de queda nos preços recebidos pelos produtores agropecuários. A evolução dos preços mínimos reais dos principais produtos não apenas esteve sempre abaixo dos preços recebidos pelos produtores, como também seguiu uma trajetória decrescente para a maioria dos produtos, acompanhando a tendência mencionada.

Em janeiro de 1991, estabeleceram-se regras legais para a venda de estoques públicos e criou-se o Preço de Liberação de Estoques, que veio a substituir o Preço de Intervenção. A consequência dessa política disciplinadora da ação governamental,



foi uma maior participação do setor privado na comercialização agrícola e, portanto, uma redução da intervenção via mecanismos tradicionais de EGF e AGF.

A implementação dos preços de liberação de estoques e a diminuição da interferência do Governo no mercado de produtos agropecuários, tem estimulado a participação da iniciativa privada no processo de armazenamento.

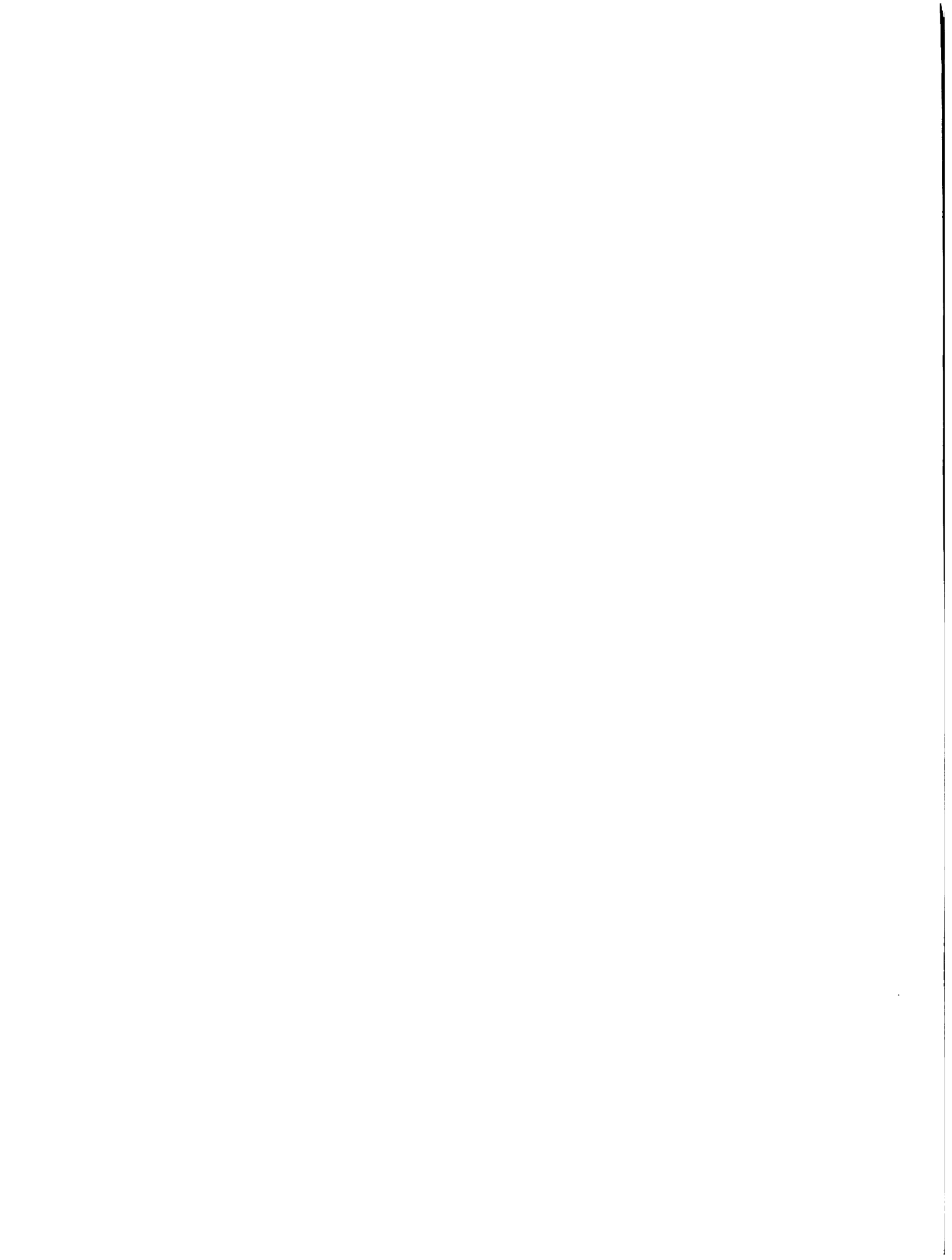
A partir de 1991, o Governo implementou as primeiras medidas, que representaram o início de uma política direcionada a estimular o setor por meios que privilegiaram a eficiência competitiva. A busca de novos padrões de competitividade no setor agrícola, encontraram ambiente propício na política de estabilização do Governo Federal que, orientada por ajustes ortodoxos na política macroeconômica, afastou o temor de choques intempestivos nos mercados.

Restabelecida a confiança na política macroeconômica, criaram-se condições para alavancar a produção agrícola, tanto por ser fundamental no combate à inflação quanto pelo seu efeito multiplicador de demanda para os demais setores da economia. Dentre as medidas adotadas, deve-se ressaltar: finalização dos controles de preços, eliminação da cunha fiscal sobre os financiamentos, fixação de regras claras de comercialização dos estoques do Governo e fixação de preços mínimos, capazes de permitir um patamar razoável de retorno econômico à atividade agrícola.

Aliadas a estas medidas de estímulo ao setor, outras medidas como a automaticidade da conversão do crédito de custeio em crédito de comercialização; concessão de EGF/COV a todos os produtos e a criação de EGF especial, contribuíram para a normal comercialização das últimas safras.

Buscando consolidar medidas de caráter estrutural como maior liberdade de mercado e integração com a economia mundial, a Política de Preços Mínimos vem procurando ser clara sinalizadora da direção desejada. Isso, porque os principais problemas da política de preços e comercialização interna, normalmente relacionaram-se com a intervenção excessiva e inadequada do Governo no mercado, levando a conflitos entre as políticas de produção e de abastecimento.

Dentre outros problemas relevantes com respeito à política de preços e comercialização, devem incluir-se a concentração dos benefícios da PGPM e a falta de coordenação das políticas de preços e comercialização no âmbito do MERCOSUL. Os pequenos produtores, principalmente aqueles localizados em regiões menos desenvolvidas,



não têm tido acesso aos mecanismos de EGF e AGF. Os grandes produtores, processadores de soja e beneficiadores de algodão das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, têm sido os principais beneficiários desses instrumentos.

Os preços mínimos, nesta safra, serão efetivamente garantidos. O Congresso Nacional aprovou, dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), medida que possibilita ao governo emitir títulos para sustentar a Política de Garantia de Preços Mínimos em 1994. Não deverão faltar, portanto, recursos para concretizar as Aquisições do Governo Federal (AGF), com previsão inicial de desembolso da ordem de US\$ 1 bilhão, fundamentais para viabilizar a equivalência-produto, pois é a garantia de que o governo terá dinheiro suficiente para adquirir os produtos conforme as condições contratuais.

Será dado início ao processo de regionalização dos preços mínimos para o arroz e milho, o que se concretizará, gradualmente, ao longo de quatro safras.

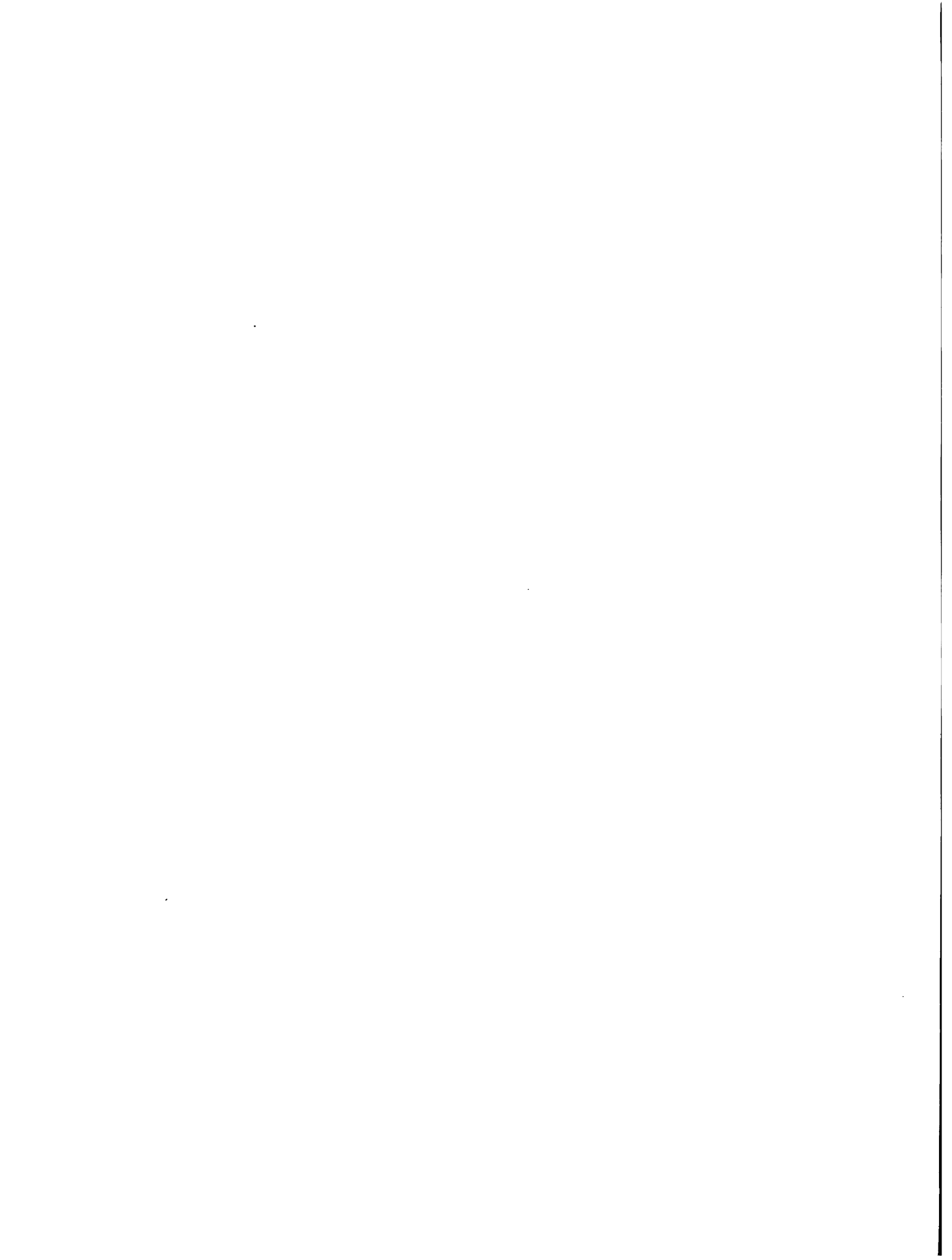
Os Preços Mínimos, se necessário, terão correção periódica dentro do mês, de forma a compatibilizá-los com os níveis de inflação na época da divulgação das normas de comercialização da safra 93/94.

2.2. Política de Comércio Exterior do Setor Agropecuário

Como foi mencionado, face às políticas comerciais que vigoraram durante o período 1985-92 e aos demais fatores que influenciaram o comportamento do setor, as exportações agropecuárias exibiram um comportamento cíclico de queda (1985-87), recuperação (1987-88) e nova queda (1988-91). Tomados em conjunto, entretanto, estes movimentos estabeleceram uma tendência nitidamente crescente durante o período. As importações agropecuárias, por outro lado, apresentaram também uma tendência global crescente, apesar de terem declinado no sub-período 1987-88.

A gradativa exposição da economia brasileira à pressão da competição externa, tem exigido sucessivas medidas de ajustes das normas existentes, para garantir que tal exposição contribua efetivamente para agregar eficiência aos setores em disputa pelo mercado, e evitar riscos de monopolização via eliminação da concorrência.

Dessa forma, no setor de máquinas e implementos agrícolas, foram reduzidas as alíquotas de importação de tratores enquanto que, no sentido de assegurar um nível mínimo de proteção aos pequenos produtores e a economias regionais, foram fixadas alíquotas de importação para produtos como feijão e juta, liberadas as exportações de fumo e investigação da possível existência de subsídios nas importações de trigo.



Como estímulo ao plantio, expansão de área e proteção contra o ingresso de produtos subsidiados de terceiros países, a tarifa de importação do arroz aumentará de 10% para 15%. Para o trigo a tarifa de importação será elevada de 5% para 10%. Este mecanismo permanecerá em vigor até que, no âmbito do MERCOSUL, seja adotada a Tarifa Externa Comum (TEC). Tudo isso, sem embargo da aplicação de tarifas compensatórias contra importação de produtos subsidiados na origem.

2.3. Política de Crédito Rural

Na política de Crédito Rural, diante da crise financeira do setor público, não mais poderá ser sustentada a maciça participação dessa fonte de recursos no financiamento da atividade agrícola. Assim, o principal problema da política de crédito rural consiste em garantir fontes privadas estáveis de recursos, em quantidades adequadas e em condições de custo compatíveis com a rentabilidade esperada do setor.

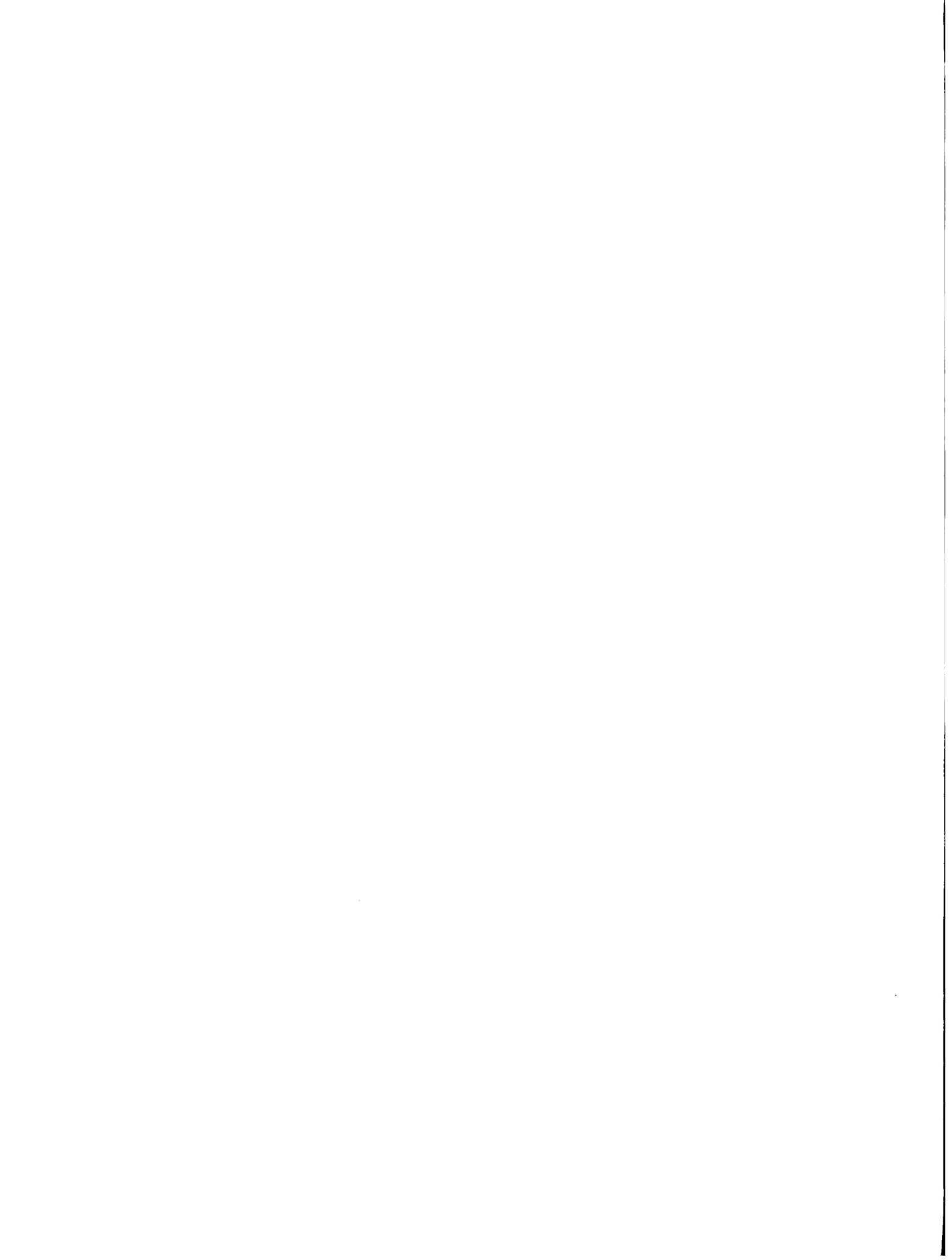
Outro problema de destaque, são as distorções criadas pelos subsídios creditícios. Entre outros aspectos, o crédito a taxas de juros subsidiadas, desestimulou o desenvolvimento de um mercado financeiro privado adequado, favoreceu uma apropriação desigual dos benefícios do crédito e produziu impacto negativo sobre o déficit fiscal. Também, deve-se dar atenção especial à escassez crônica de recursos para financiar investimentos rurais e à excessiva e inadequada regulamentação do crédito rural.

Também, desde há algum tempo, vem sendo discutidas formas alternativas e complementares ao atual sistema de crédito rural, através de propostas relacionadas com (i) emissão de títulos sobre a produção agrícola individual, devidamente avalizados por instituições financeiras e comercializados em bolsas e (ii) crédito com equivalência em produto.

No primeiro caso, o título representaria o compromisso do agricultor de entregar em determinado prazo, certo volume de produto dentro das especificações de qualidade exigidas pelo mercado. O documento, receberia a garantia de uma instituição financeira - banco, seguradora ou cooperativa de crédito devidamente regulamentada junto ao banco Central e passaria a formar um mercado futuro

O segundo sistema, continua sendo discutido ainda que, conforme a Resolução 2006 (27.07.93) do Banco Central, tal sistemática já tenha sido adotada. A partir desta safra, portanto, o produtor terá opção pela equivalência em produto no sistema de crédito rural.

O valor da dívida do produtor será calculado, desde a data da concessão do crédito, em quantidade de produto, de tal modo que ele saberá quantas sacas ou arrobas serão necessárias para resgatar



seu financiamento no dia do pagamento, ou seja, na liquidação do contrato. Todos os produtores poderão utilizar o sistema de equivalência até o limite de 960 mil Unidades de Referência de Financiamento Rural e Agroindustrial (UREF), equivalentes a cerca de US\$ 200 mil dólares.

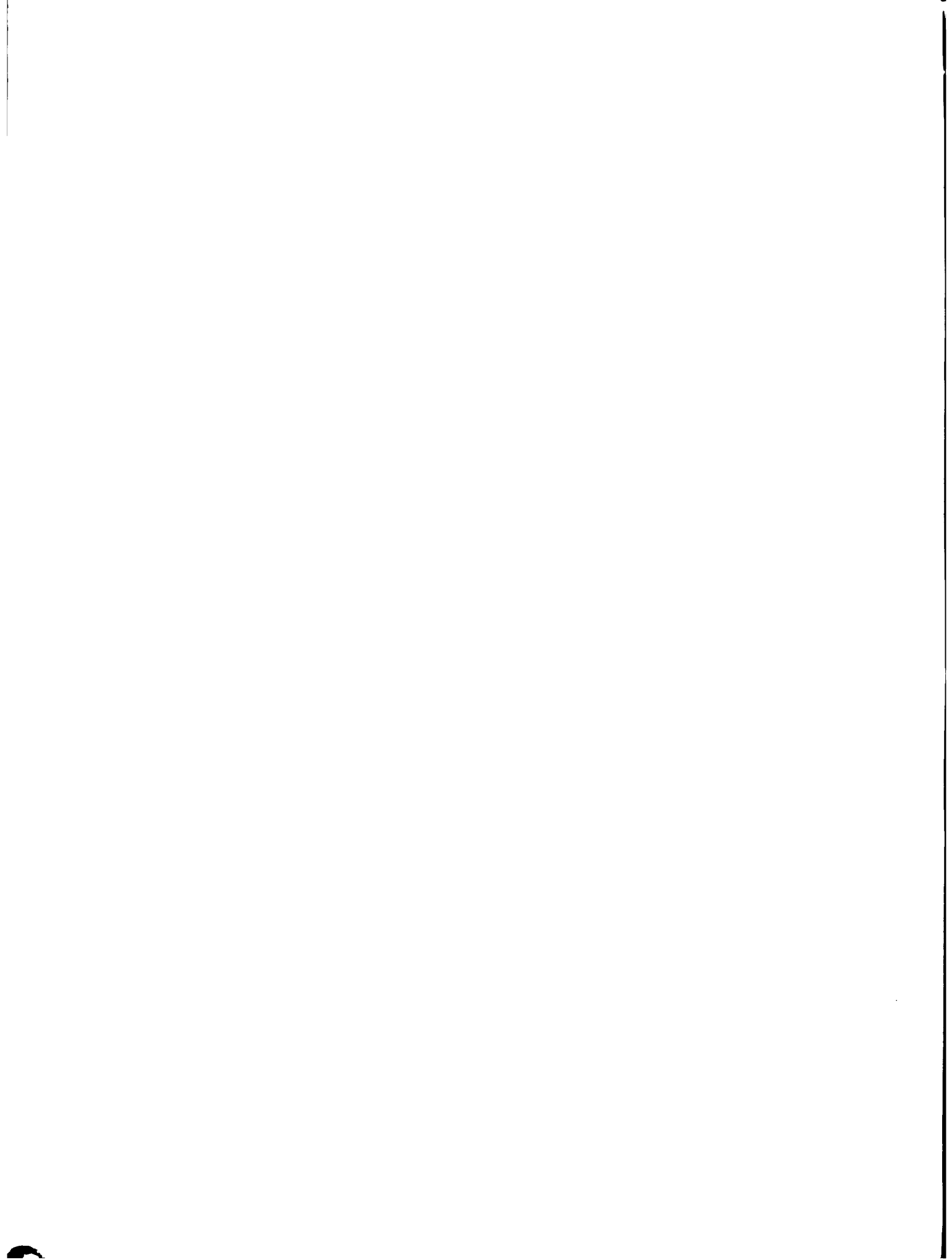
Esta nova sistemática de crédito e para a safra 1993, incluiu as culturas de arroz, feijão, milho, mandioca e algodão, para 1994 incluir-se-á trigo. O financiamento será corrigido mensalmente pelo mesmo índice aplicado ao preço mínimo, e a equivalência se dará através da entrega das quantidades equivalentes ao financiamento para efeito de transformação da dívida em Empréstimo do Governo Federal Com Opção de Venda (EGF/COV). Os mini e pequenos produtores poderão dispensar a operação de EGF/COV e efetuar a venda direta ao Governo (Aquisição do Governo Federal - AGF).

No que se refere ao crédito para investimentos, serão atendidos com o sistema de equivalência-produto, numa primeira etapa, apenas os mini e pequenos produtores. Neste caso, o índice de Preços Recebidos (IPR) pelos produtores será utilizado como referencial para a correção da dívida.

Outrossim, recomendou-se às instituições integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural, que dispensassem prioridade na concessão de créditos de custeio e, especialmente, investimentos amparados por programas de equivalência em produto, subvencionados por Governos Estaduais.

Feita opção pela implementação da equivalência em produto, segundo conclusões de grupos de trabalho de instituições bancárias, criados para estudar o assunto, a forma mais interessante de continuar com o sistema, seria com subvenção, isto é, através da constituição de um Fundo. Isso, porque as modalidades de equivalência plena e com resíduo, não são interessantes, respectivamente para o setor financeiro e para os próprios produtores. A equivalência plena, transfere para a instituição financeira todo o risco de preço do produto agrícola; a equivalência com resíduo, na prática não constitui equivalência e sim mera forma de prorrogação automática, o que não é interessante para o produtor agrícola.

Trabalho desenvolvido por grupo técnico do Banco do Brasil, estima que a necessidade de recursos para a constituição do Fundo situa-se em torno de 30 a 40 % do total a ser emprestado. Um montante bastante expressivo para ser utilizado na forma de subsídio, num momento em que a economia brasileira enfrenta uma das suas piores crises e, conseqüentemente, as fontes de recursos estão cada vez mais escassas.



Cabe ressaltar que os grupos de trabalho do sistema financeiro, colocaram restrições quanto à operacionalização dessa modalidade de crédito, face ao elevado grau de risco que dever-se-á assumir o que, em princípio, desaconselharia a implementação maciça da equivalência-produto.

Em termos da política de financiamento, a prioridade continuará sendo dada aos produtos estratégicos do ponto de vista da alimentação básica e do combate à fome e à miséria.

O governo garante que não faltarão recursos para o plantio desta safra, única a ser plantada e colhida no atual governo. A previsão de demanda por crédito de custeio é da ordem de US\$ 5,6 bilhões - constituindo um aumento de 40% em relação ao ano anterior. Para investimentos será colocado à disposição dos produtores o equivalente a US\$ 1,4 bilhão, revertendo vigorosamente uma tendência decrescente de mais de uma década. Assim sendo, US\$ 7 bilhões serão mobilizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, ou seja, o que oferece taxas de juros de 6% ao ano para os mini produtores, de 9% ao ano para os pequenos e de 12,5% ao ano para os demais produtores.

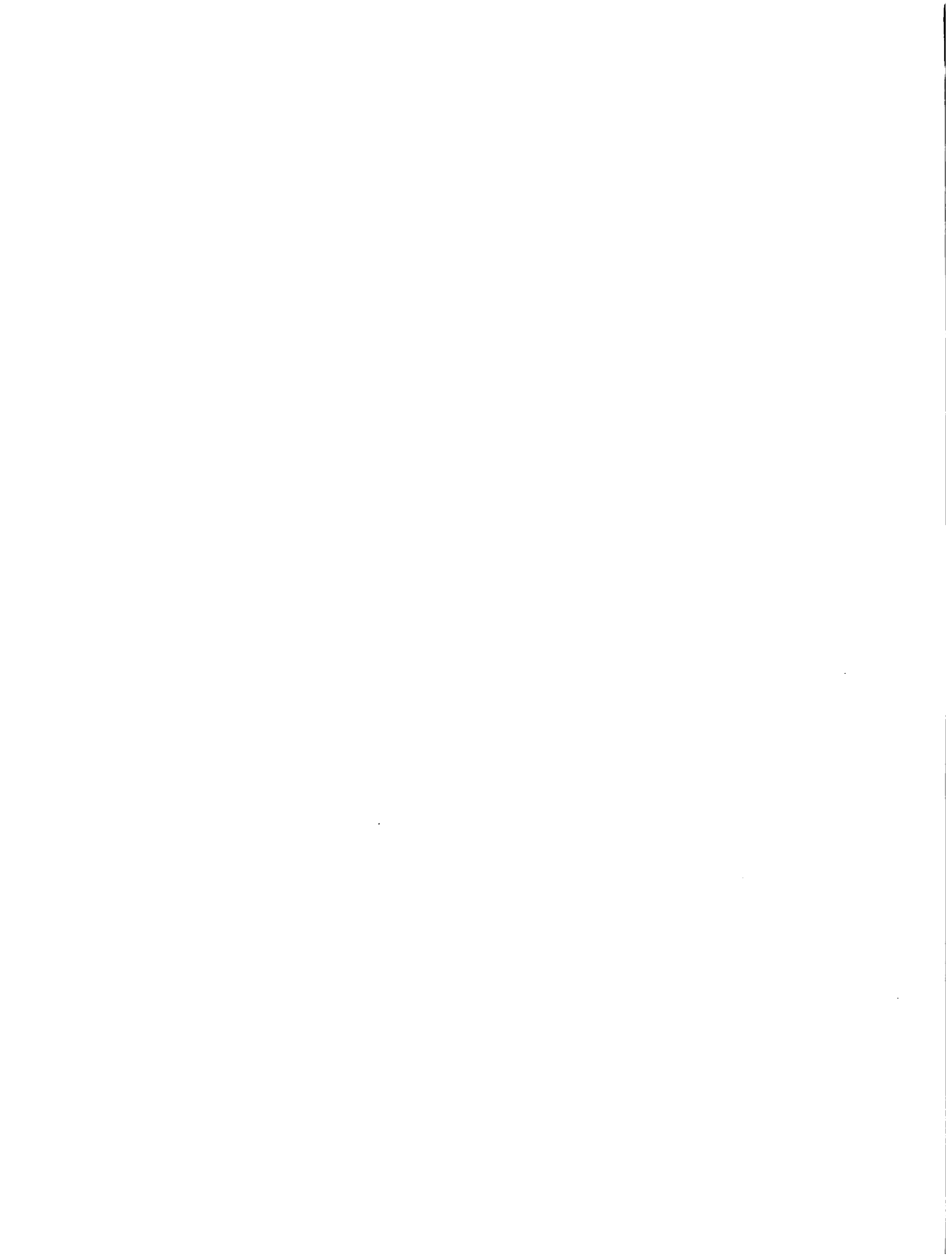
Os Valores Básicos de Custeio (VBC), que servem de parâmetro para o cálculo do crédito a ser liberado, continuarão em níveis semelhantes, na média, aos praticados na safra anterior.

O Banco do Brasil vai renegociar as dívidas do crédito rural pendentes de safras anteriores, mediante a adoção da equivalência-produto, com resíduo. Nesta renegociação, sempre caso a caso, poderão ser expurgadas as multas e taxas de inadimplência embutidas no atual saldo devedor, de modo a permitir que os produtores possam voltar a investir no plantio, com tranquilidade.

2.4. Impostos na Agricultura

O principal problema relacionado à política tributária agropecuária, é a excessiva tributação via impostos indiretos, dos quais o ICMS é o mais importante. O sistema tributário penaliza a produção e poupa a posse improdutiva da terra. O Estado taxa em função do faturamento e não do lucro; não há distinção entre produtores profissionalizados e proprietários improdutivos e posseiros.

O ICMS, embora originalmente imposto sobre o valor adicionado, torna-se na prática um encargo adicional sobre o setor agrícola, dadas as características especiais desse setor. Quando aplicado sobre os produtos exportados, o ICMS torna-se um imposto sobre a agricultura uma vez que, sendo tomador de preços no mercado internacional de praticamente todos os produtos agrícolas, o setor não tem como repassar o imposto aos preços.



Atualmente tramitam no Congresso Nacional várias propostas de Reforma Tributária, que coincidem em alguns pontos considerados fundamentais para o País, quais sejam: a simplificação, a modernização e a eficiência dos tributos.

Do Projeto de Reforma Tributária encaminhado recentemente pelo governo federal para o Congresso Nacional, o único imposto aprovado foi o IPMF - Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira. Sua aprovação deve ser atribuída ao objetivo imediato de reforço do caixa da União. A opção recaiu sobre o IPMF dadas sua simplicidade e suposta efetividade, especialmente com referência à capacidade de atingir o setor informal da economia. O IPMF entretanto, foi declarado inconstitucional e suspenso até o fim de 1994 pelo Superior Tribunal Federal. O mérito da questão, deverá ser julgado ainda neste segundo semestre de 1993.

Trata-se de imposto regressivo, pois independe da capacidade contributiva do cidadão. Penaliza o consumidor, de forma direta, nas transações que realiza no sistema financeiro e, indiretamente, na aquisição de produtos ou serviços, uma vez que os preços são gravados cumulativamente nas várias etapas do processo produtivo e de comercialização.

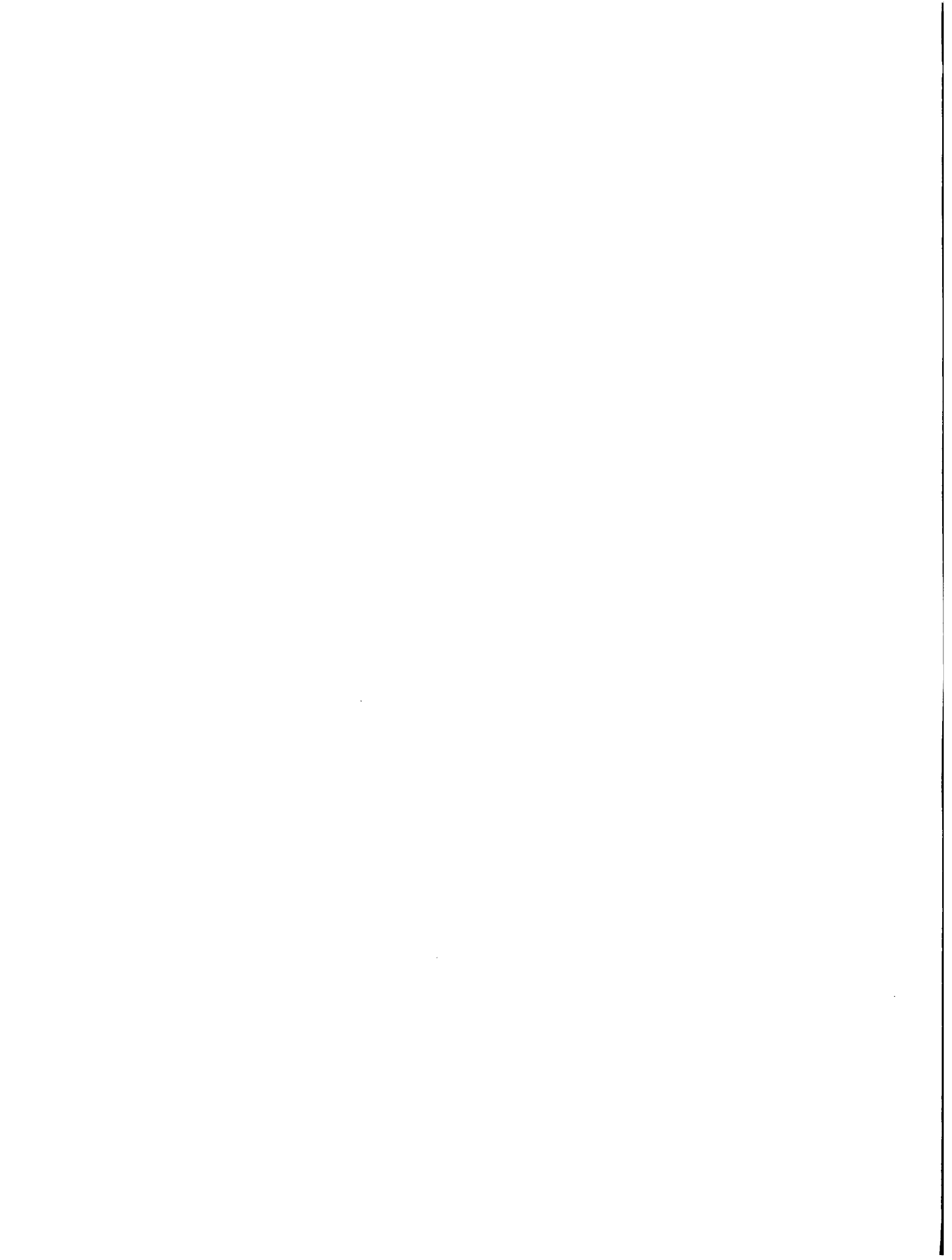
No Brasil, desde 1992, a mudança mais importante verificada, foi a redução da alíquota de ICMS sobre óleo diesel para 12%, adotada em vários estados em decorrência de resolução autorizatória do CNFAZ. Para tanto, foi apurada a participação do combustível nos custos agrícolas e industriais, admitida uma redução desses custos correspondente à nova alíquota e recalculado o custo FOB e carga tributária, com todos os reflexos dessa alteração.

O impacto dessa simples medida foi significativo para produtos agrícolas e derivados de soja, nos quais o peso do combustível é maior. Nos demais casos, o impacto foi muito reduzido.

2.5. Política de Irrigação

A partir das informações colhidas e detalhadas na Agenda Estratégica para o Setor Agropecuário, não foram verificados quaisquer novos desenvolvimentos relacionados com a política de irrigação. Devem ressaltar-se dentre os fatores limitantes, as diversas mudanças de autoridades ocorridas no setor público ligado à agricultura e a natural e conseqüente falta de continuidade nas ações inerentes.

Não obstante os avanços detalhados na Agenda Estratégica, continuam persistindo problemas de natureza institucional, legal e técnica, que dificultam um melhor desempenho e dinamismo do programa de irrigação. Deve-se observar que houve agravamento dos problemas associados à estrutura institucional, desarticulando o sistema de planejamento e coordenação existente.



Com relação às limitações de caráter legal, continua a verificar-se a necessidade de readequar o Código de Águas e a legislação sobre irrigação, além da necessidade de disciplinar e zelar pelo uso da água, considerando os seus usos alternativos.

No caso dos fatores técnicos, os problemas de natureza tecnológica continuam sendo cada vez mais evidentes, particularmente na área de fruticultura. Outrossim, vem agravando-se as dificuldades derivadas da deficiência do serviço de transferência de tecnologia, especialmente nos projetos públicos de irrigação. Como mencionado na Agenda Estratégica, a formação do MERCOSUL poderá afetar positivamente o desenvolvimento da agricultura irrigada de áreas como o Nordeste, em decorrência das condições climáticas que permitem períodos de colheita mais elásticos em comparação com os outros países desse Mercado Comum.

Também como mencionado na Agenda Estratégica, deve notar-se o importante redirecionamento verificado na irrigação brasileira nos últimos tempos, passando a privilegiar o desenvolvimento da agricultura irrigada com base em projetos conduzidos pela iniciativa privada. Essa política, vem sendo impulsionada através de projetos financiados particularmente pelo Banco Mundial e a sua efetividade, pode exemplificar-se através do Projeto Subsetorial de Irrigação Privada, que prevê a implantação de 500 mil hectares irrigados até 1994.

Em contraste com projetos públicos, os atuais projetos de apoio a irrigação privada se caracterizam por financiar exclusivamente a infra-estrutura básica de uso comum não incluindo, portanto, investimentos a nível de propriedade.

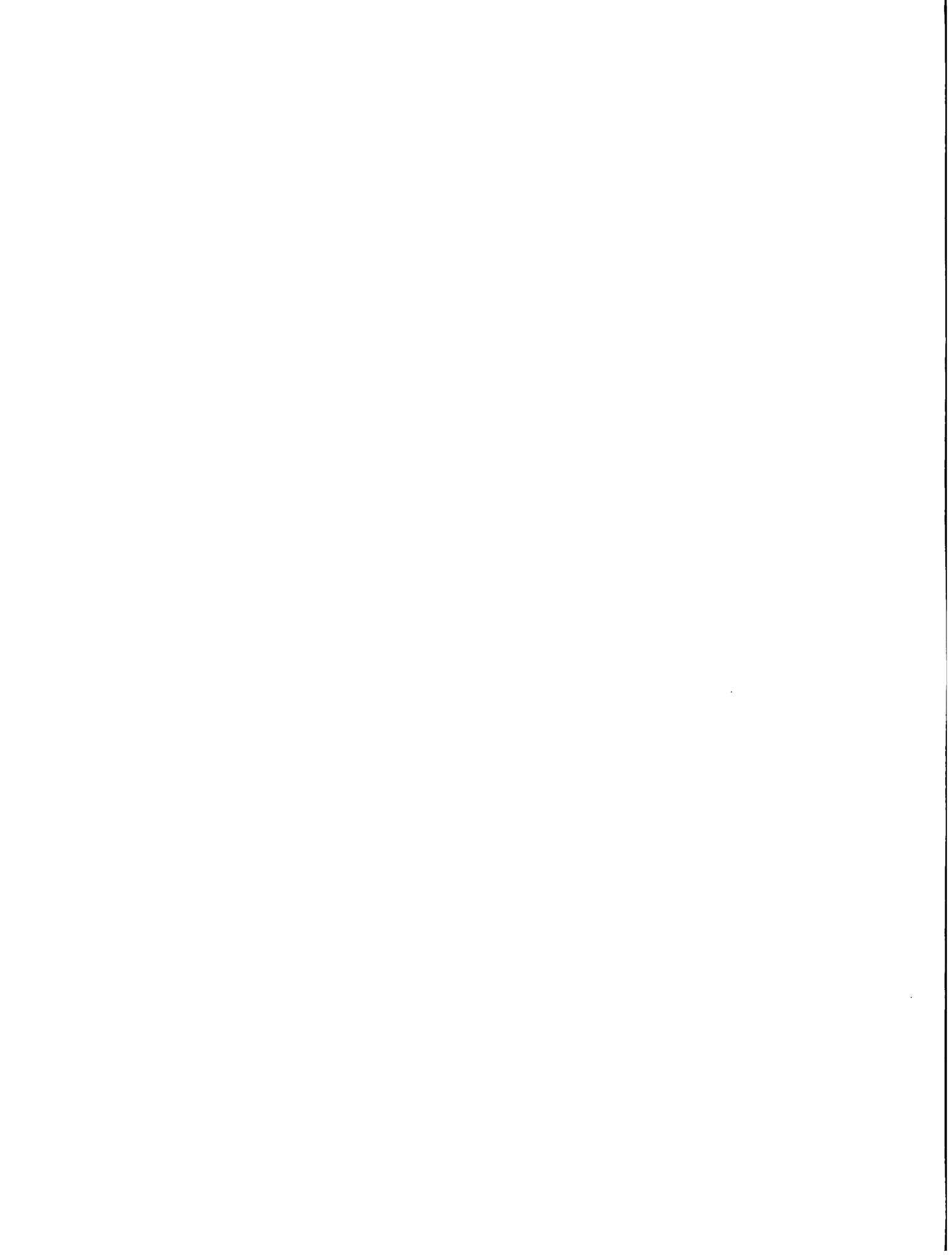
Um importante incentivo para o desenvolvimento da irrigação foi dado pelo Governo ao reduzir a tarifa de energia elétrica utilizada no período noturno. Outrossim, dentre os avanços práticos observados, pode-se mencionar as normas de crédito rural adequadas à realidade dos sistemas de produção irrigados, os quais são contínuos, realizando de 2,5 a 3 safras anuais. O chamado "Crédito Rotativo para Irrigantes", funciona como uma espécie de cheque especial, no sentido de que os recursos, estão a disposição do produtor rural, o qual irá operar em regime de saques e amortizações sucessivas. O processo, automatiza o crédito e evita a multiplicidade dos contratos de custeio e da burocracia que isto requer. Os encargos financeiros são os mesmos válidos para as outras modalidades de crédito rural.

2.6. Política de Geração e Transferência de Tecnologia Agropecuária

Em agosto de 1992, foi instituído o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, sob a coordenação da EMBRAPA, com os seguintes objetivos:

- a) compatibilizar as diretrizes e estratégias de pesquisa agropecuária com as políticas de desenvolvimento, definidas para o País, como um todo, e para cada região, em particular.
- b) assegurar constante organização e coordenação das matrizes de instituições que atuam no setor, em torno de programação sistematizada, visando eliminar a dispersão de esforços, sobreposições e lacunas não-desejáveis;
- c) favorecer o desenvolvimento de um sistema nacional de planejamento para pesquisa e desenvolvimento agropecuário, incluindo instrumentos e métodos para diagnóstico, acompanhamento e avaliação;
- d) estabelecer um sistema brasileiro de informação agrícola, com formação de banco de dados para a pesquisa e desenvolvimento agropecuário, facilitando o acesso aos usuários e clientes da pesquisa agropecuária;
- e) promover o apoio à organização e racionalização de meios, métodos e sistemas com desenvolvimento em informatização das instituições;
- f) proporcionar a execução conjunta de projetos de pesquisa de interesse comum, fomentando uma ação de parceria, entre instituições, no desenvolvimento de ciência e tecnologia para agropecuária;
- g) coordenar o esforço de pesquisa para atendimento às demandas de regiões, estados e municípios, a fim de proporcionar melhor suporte ao desenvolvimento da agropecuária;
- h) promover o intercâmbio de informações e documentação técnico-científica, nas áreas de interesse comum;
- i) favorecer o intercâmbio de pessoal, para capacitação e assessoramento interinstitucional;
- j) possibilitar apoio técnico, administrativo, material e financeiro entre instituições integrantes, na medida das necessidades e interesses da programação e missões a desempenhar.

Dentre os avanços conseguidos, pode-se mencionar o encaminhamento ao Senado Federal, da proposta de contrato de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, no intuito de financiar o Programa de Modernização da Agropecuária da Região Centro-Sul do Brasil (PROMOAGRO), com custos de US\$ 55



milhões a serem alocados pelo Governo Federal e de US\$ 80 milhões a serem desembolsados pelo BID. O objetivo é criar, desenvolver e difundir tecnologias capazes de dar suporte ao aumento da demanda da sociedade brasileira por alimentos com maior qualidade nas próximas décadas.

O mencionado programa organizou-se em cinco componentes diferenciados, porém interdependentes e complementares entre si:

- a) **Tecnologia de Ponta.** Inclui os Subprogramas de Biotecnologia e Instrumentação, com vistas a:
 - ♦ geração de conhecimentos básicos para dar suporte ao desenvolvimento de tecnologias de segunda geração;
 - ♦ preocupação com a sustentabilidade dos agroecossistemas;
 - ♦ geração de variedades e híbridos.
- b) **Tecnologias de Segunda Geração** que, além do conhecimento específico de uma ou mais áreas da ciência, incorporam técnicas, processos e metodologias oriundas da Biotecnologia, da informática ou instrumentação, tendo como preocupação fundamental a conservação do meio ambiente.
- c) **Difusão e Comercialização de tecnologia.** Executado por todas as unidades envolvidas no Programa, visa reduzir, ao máximo, o tempo entre a geração dos resultados e a sua adoção pelos produtores. Buscar-se-á a utilização de multimeios de comunicação e outros meios modernos, como forma de aproximação com a iniciativa privada.
- d) **Desenvolvimento Institucional.** Visa beneficiar todas as Unidades envolvidas, de forma a capacitá-las no sentido da previsão e antecipação às novas tendências tecnológicas, o que implicará em organização com estruturas dinâmicas, ágeis e integradas por modernos sistemas gerenciais.
- e) **Avaliação Sócio Econômica.** Objetiva auxiliar o dirigente na escolha de projetos por meio de um sistema ordenado de acompanhamento e avaliação, que considere medidas de indicadores de eficiência e eficácia dos subprogramas.

As instituições de pesquisa e assistência técnica agropecuária tem sofrido pressões econômicas e políticas decorrentes da urgente necessidade de rever as suas matrizes institucionais, para enfrentar os desafios da década dos anos 90.



Dentro dessa perspectiva, a Agenda Estratégica ressaltava alguns aspectos a serem desenvolvidos. Pouco mais de um ano após a divulgação daquele documento, alguns desses aspectos começam a apresentar avanços:

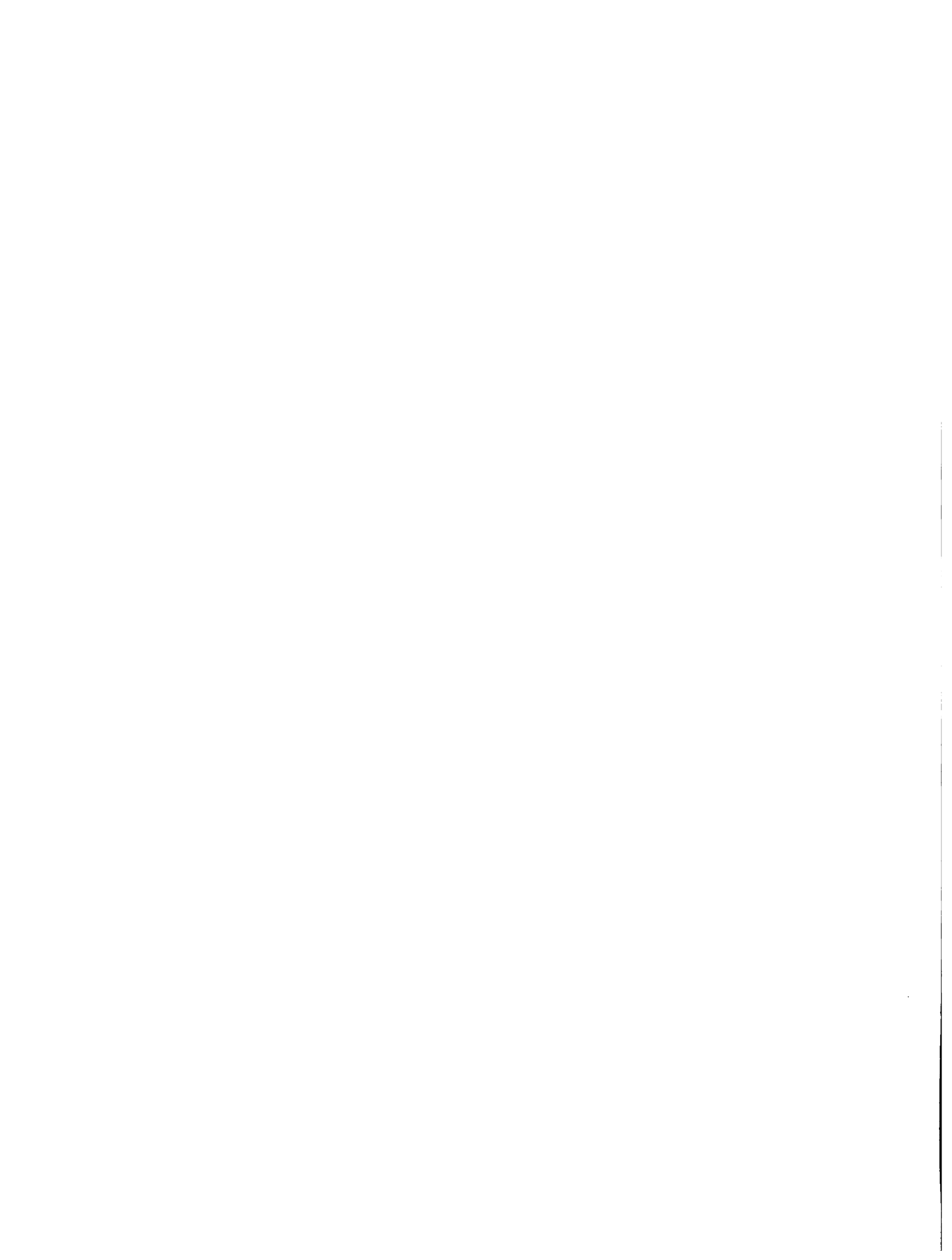
- a) o sistema EMBRAPA deveria sofrer reorganização. Aos poucos, começam a desenvolver-se trabalhos no sentido de facilitar maior e mais efetiva vinculação das atividades de investigação com as realidades regionais e com seus clientes e usuários. Nesse processo, está sendo priorizado o fortalecimento das relações da instituição com organismos de promoção tecnológica assim como um maior relacionamento com as universidades;
- b) propunha-se que o paradigma caracterizado pelos fundamentos técnico-científicos da revolução verde, fosse substituído pelo paradigma da bio-tecnologia. Isso, de fato, vem ocorrendo de maneira intensa e acelerada.
- c) a proposta do PROMOAGRO por si própria, já representa avanços, ao enfatizar e preocupar-se com Bio-tecnologia, informática, preservação do meio ambiente, agilização na transferência de tecnologia, aproximação com a iniciativa privada, previsão e antecipação de novas tendências tecnológicas, organização de estruturas dinâmicas, ágeis e integradas por modernos sistemas gerenciais e acompanhamento e avaliação ordenada, com indicadores de eficiência e eficácia.

2.7. Reforma Agrária

Entre o final de 1992 e o início de 1993, foi preparado o Programa de Desenvolvimento Agropecuário em Áreas de Assentamento (PRODAPA), e os perfis de projetos para seu financiamento externo. A respeito, não houve quaisquer posicionamentos por parte da atual administração do INCRA sendo que, o próprio Governo Federal não o incluiu o Programa dentro das prioridades de financiamento externo.

O programa emergencial de reforma agrária para 1993, prevê o assentamento de 20 mil novas famílias de trabalhadores rurais e o apoio a 100 mil famílias já assentadas. Estão previstos recursos para estas atividades no valor total de Cr\$ 2,5 trilhões. Por outro lado, o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária-PROCERA destinará Cr\$ 2,7 trilhões ao atendimento destas famílias, com crédito para produção e investimento. Em 1994 deverão ser assentadas 100 mil famílias e atendidas 200 mil famílias.

O modelo de reforma agrária será reorientado de modo a envolver os governos estaduais e municipais como entidades co-responsáveis na implantação dos projetos de assentamento, através



de infra-estrutura e serviços básicos de apoio, como educação, saúde, energia e saneamento. O Ministro da Agricultura e o Presidente do INCRA estão se dirigindo a 685 prefeituras que já possuem assentamentos implantados em seus municípios, com vistas a orientar estes agricultores para a produção de alimentos compatíveis com a demanda municipal, inclusive da merenda escolar. As obras de infra-estrutura serão retomadas através de convênios com as prefeituras que passarão a contar com comissões especiais que terão como tarefa eleger prioridades e acompanhar a execução das obras.

Com relação à necessidade de regulamentar os dispositivos constitucionais relativos à desapropriação de terras e à definição de propriedade produtiva, foram regulamentados os artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal, os quais definem os tipos de propriedades possíveis de serem desapropriadas. Da mesma forma, através de lei complementar, definiu-se o procedimento sumário nos processos de desapropriação.

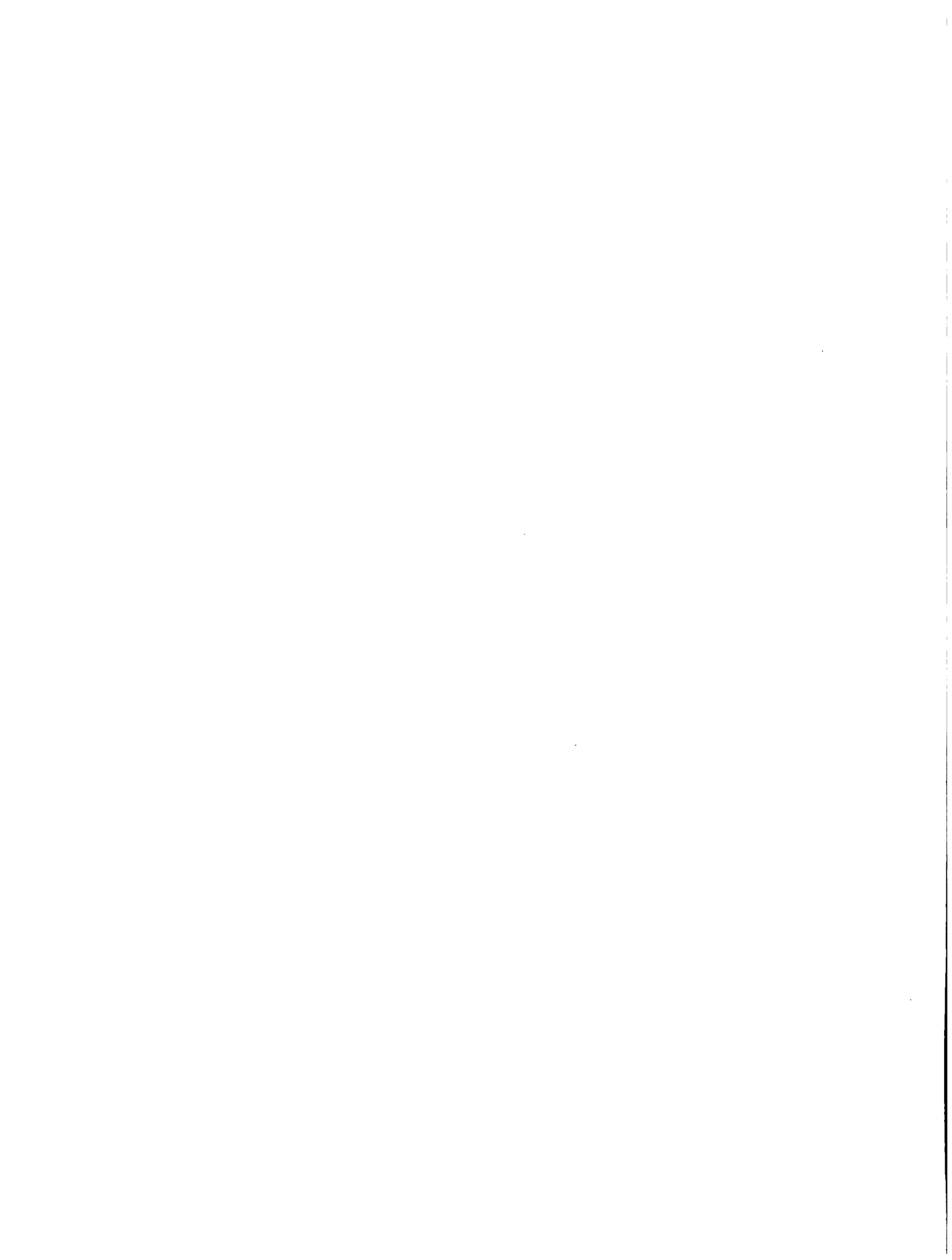
Dentre outras ações, a Diretoria de Cadastro do INCRA vem processando a implantação de novo cadastro, através da utilização de técnicas avançadas de sensoriamento remoto.

2.8. Pobreza Rural

Resultados para América Latina demonstraram que os pobres, no início da década dos anos 90, representavam 61,5% da população, dos quais 32% podiam ser definidos como crônicos. Nas áreas rurais, esses percentuais representavam 77,9% e 40,8%, respectivamente. Isso, leva a pensar que a pobreza rural na região é muito mais estrutural do que a pobreza urbana. No campo, os pobres inerciais são também mais importantes, refletindo a reduzida extensão dos serviços sociais fora das cidades.

Considerando-se como pobres as famílias com rendas inferiores a meio salário mínimo "per cápita" e indigentes aquelas com menos de 25% de um salário-mínimo "per cápita", pode-se concluir que no Brasil, no início dos anos 90, 37,9% da população era pobre, enquanto 18,2% era miserável. De acordo com esta medição, a proporção de indigentes era similar nas áreas urbanas e rurais ainda que o número absoluto de pobres fosse maior nas cidades.

A evolução da pobreza no Brasil mostrou uma tendência de redução do número relativo de pobres, inclusive os indigentes, pelo menos até 1989, tanto nas áreas rurais como urbanas. Essa tendência, entretanto, parece ter chegado ao fim, como decorrência da diminuição da renda e da diminuição nos investimentos públicos sociais e transferências públicas às famílias.



Apesar da redução relativa da pobreza, esta segue sendo um fenômeno generalizado no Brasil, tanto em valores relativos como em números absolutos, especialmente ao realizar-se comparações com outros países da região. No Brasil, encontram-se 44% de todos os pobres da região.

Adotando-se uma medição pelo lado das necessidades básicas, a situação brasileira é igualmente grave. No campo da educação, ainda que se reconheça um importante esforço de expansão da infraestrutura educativa e o aumento do número de crianças que vão à escola, a eficiência do sistema ainda é baixa, especialmente nas áreas rurais, tal como se expressa nas taxas de repetição escolar, evasão de crianças e a qualidade do ensino.

Com relação a saúde e saneamento, tem-se observado, também, maior precariedade das condições gerais nas zonas rurais. Em 1990, apenas 4,3% da população rural tinha abastecimento de água, contra 75,6% nas zonas urbanas; a situação de moradia não é muito diferente.

Além das diferenciações básicas que estabeleçam-se com relação à renda e às necessidades básicas insatisfeitas entre zonas rurais e urbanas, tais diferenciações se reproduzem entre as regiões do país, entre os Estados e ao interior dos mesmos.

A pobreza rural, seguindo as tendências do quadro geral no Brasil, apresenta-se fortemente concentrada no Nordeste enquanto que a pobreza urbana, tanto se observa no Nordeste como nas regiões metropolitanas de São Paulo-Rio de Janeiro.

Quanto à distribuição da pobreza no interior das regiões, a situação é diversa, caso seja tomado como referência os indigentes e os pobres em geral. A indigência rural predomina no Nordeste, sendo menor no Sudeste; nas demais regiões, os miseráveis urbanos constituem, proporcionalmente, o segmento maior. No caso dos pobres em geral, a pobreza predomina nas áreas urbanas do Sudeste e do Centro-Oeste, enquanto os índices se equivalem nas outras regiões. A pobreza afeta uma proporção maior da população rural do que a urbana; quase 80% da população nordestina é pobre, ao passo que 54% da população urbana se enquadra nessa condição. As cifras se repetem nas outras regiões, guardando essa proporção.

A questão básica para o atendimento das populações de baixa renda do campo, está relacionada não apenas com a disponibilidade de recursos, mas também, com o grau de adequação e capilaridade dos modelos institucionais propostos para, efetivamente, atingirem distintos grupos de populações do meio rural, que apresentam características sócio-econômicas e culturais bastante heterogêneas.

O caso da educação rural, constitui um dos exemplos típicos já que, as políticas e programas de educação formal e não formal executados pelo setor público, apresentam sérias limitações de



ordem conceitual e metodológica para se adequarem à realidade do meio rural brasileiro, bastante complexa e diversificada

Embora os programas de desenvolvimento e combate à pobreza rural no Brasil tenham enfrentado dificuldades de diversas naturezas, que limitaram fortemente as possibilidades de alcançar os seus objetivos, existem notáveis exceções em termos dos resultados de ações executadas em programas federais e outros sucessos alcançados por Estados e Municípios. Esses registros, envolvem pequenas comunidades rurais e municipalidades, na identificação, implementação e financiamento de projetos produtivos e de infra-estrutura econômica e social.

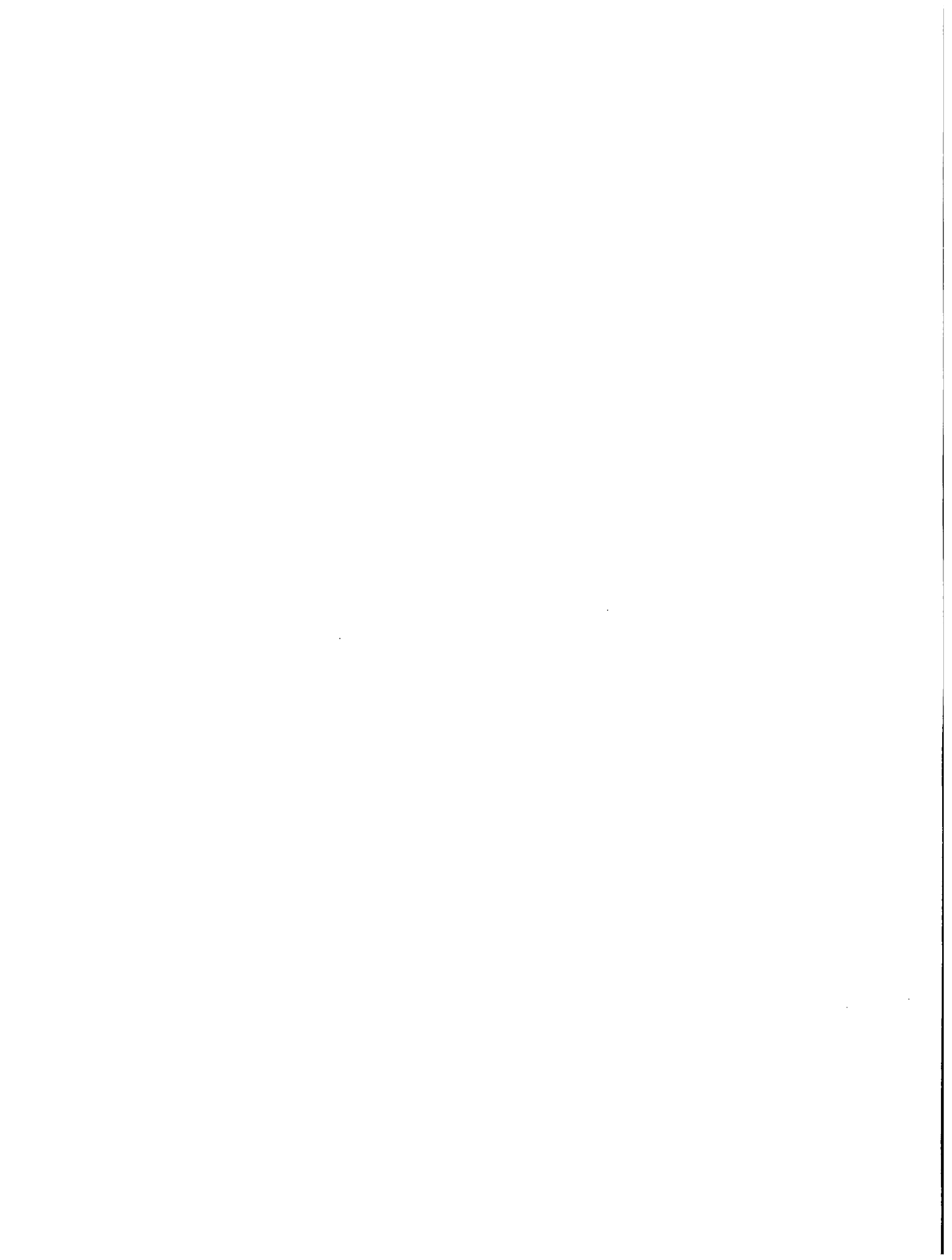
Como decorrência da multiplicidade de iniciativas adotadas no campo do combate à pobreza, existe o risco de se repetirem os insucessos de experiências anteriores, em que o centralismo e paralelismo das ações, a execução de atividades isoladas e a burocratização e complexidade institucional conspiraram contra a eficácia dos programas. Por essa razão, a formulação de uma estratégia de combate à pobreza rural, a definição de instrumentos de coordenação institucional e orçamentária, associadas ao pleno envolvimento da sociedade civil, parecem ser condição básica para o êxito nessa tarefa.

Deve-se destacar, no entanto, as políticas sociais voltadas para o êxito de uma estratégia nacional de desenvolvimento e de combate à pobreza rural. O Governo Federal, vem definindo, com esses objetivos, um conjunto de ações nas áreas de nutrição (Programa de Combate à Fome e à Miséria através do Programa Agrícola de Segurança Alimentar - PROSEA), atenções primárias de saúde, educação, habitação e saneamento, estabelecendo inclusive, modelos de organização institucional descentralizada. São exemplos o Sistema Único de Saúde e os Conselhos Municipais de Habitação. Apesar das restrições observadas quanto aos recursos alocados, essas propostas ultimamente têm-se intensificado e ampliado.

As ações mencionadas, buscam mudanças na situação das estruturas econômico-sociais, ou seja, o desenvolvimento. Não há entretanto, como imaginar um estilo de desenvolvimento que não contenha uma solução para os graves desequilíbrios provocados pelas situações de pobreza extrema e de iniquidade socio-econômica que caracterizam a sociedade brasileira deste final de século.

2.9. Desenvolvimento Sustentável

As implicações da herança deixada pelo padrão de desenvolvimento recente no Brasil, estão levando a estrutura social a conviver com tensões de proporções dramáticas. A simples retomada do crescimento econômico não basta para a solução desses graves problemas. A transformação da estrutura produtiva, indispensável para assegurar a recuperação do dinamismo econômico, deve vir



entrelaçada com uma firme política visando assegurar, simultaneamente, maior equidade social, não apenas com respeito às populações atuais como também em relação às populações futuras.

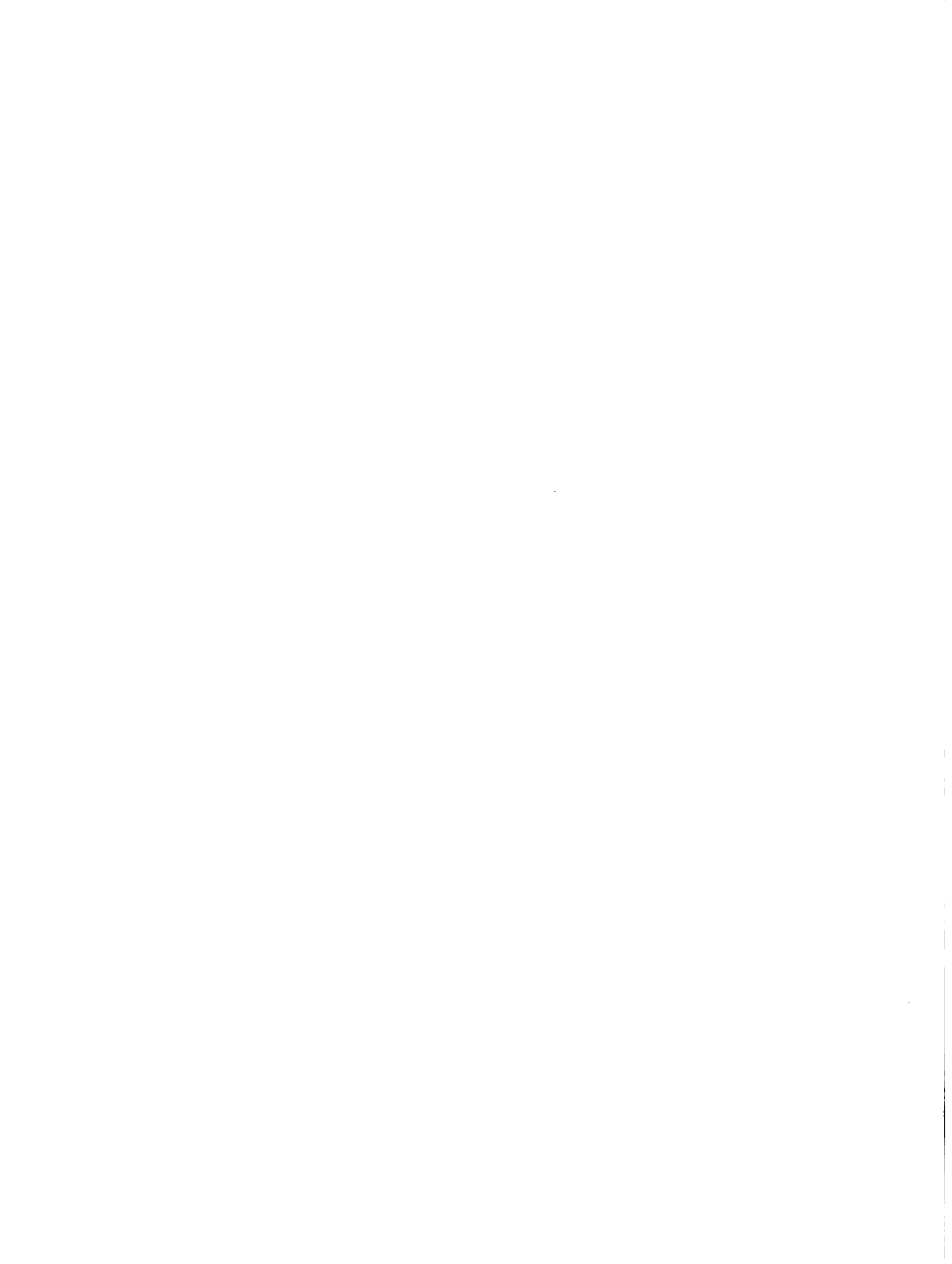
Os critérios de eficiência econômica orientados apenas pelas forças de mercado não levam à redução de desigualdades sociais e regionais e ao uso racional dos recursos naturais. A experiência brasileira tem provado que a mobilização intensiva dos fatores de produção induz ao uso predatório dos recursos ambientais e tende a reproduzir, de forma espontânea, as condições sociais e espaciais que lhe deram sustentação.

O processo de crescimento econômico não ocorre em um vazio social. Quaisquer que sejam os diagnósticos que fundamentem as propostas de política econômica em prol da sustentabilidade socio-ambiental do desenvolvimento, devem examinar as diferentes opções econômicas globais propostas para a superação dos problemas atuais e suas implicações frente aos objetivos de equidade social e de diminuição da pobreza.

Por outro lado, desenvolvimento social não se confunde com política social. Do ponto de vista estritamente social, pode-se utilizar a mesma lógica aplicada à política econômica para responder às demandas de equidade em política social. As políticas sociais deveriam propor algo mais do que uma diminuição de pobreza pois não há dúvida de que esta continuará a crescer. No entanto, em alguns países, a linha de pobreza está tão próxima da renda média que qualquer política visando a superação da pobreza se confunde com o próprio processo de desenvolvimento. A orientação da política social contra a pobreza é prioritária e até mesmo indispensável, mas não pode ser considerada um fim em si mesma.

A reforma das organizações e dos programas da área social constituem tarefa prioritária e de grande impacto a longo prazo. O Brasil apresenta o paradoxo de ter níveis de gasto social mais elevados que outros países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, apresentar baixos indicadores de qualidade de vida da população. Isso, porque os recursos não tem sido canalizados para o setor mais pobre e sim, frequentemente destinados a subsidiar o consumo dos grupos de maior renda; paralelamente, tem-se observado, em geral, falhas no gerenciamento dos recursos públicos entre as diversas esferas responsáveis pelos programas sociais. O incremento dos recursos destinados aos programas sociais, sem uma reforma institucional profunda, terá como resultado a reprodução dos padrões de desigualdade atuais, podendo inclusive aprofundá-los.

Dessa forma, privilegiar opções de política macroeconômica que permitam a satisfação das necessidades básicas dos setores mais pobres; desenvolver políticas sociais integradas que tenham impacto além do combate imediato à pobreza; destinar uma parcela mais significativa do produto aos setores sociais; modificar a distribuição do gasto público nas suas bases e redirecionar os



programas sociais para os grupos mais vulneráveis não parecem constituir-se em empecilho econômico. O maior desafio continua sendo o âmbito político-institucional, que deve ser superado através da construção de novas alianças entre todos os grupos sociais e da reforma das instituições públicas, visando obter a base de sustentação e consenso para as mudanças propostas.

Em momentos de crise econômica, política, social e cultural, torna-se urgente a reformulação de idéias, conceitos e metodologias quanto a procura de novos paradigmas. O desenvolvimento, portanto, precisará ocorrer sob um novo paradigma, de forma que permita uma profunda revisão das práticas atuais de incorporação do patrimônio natural, através de novas formas de organização social e de novos padrões de produção e consumo.

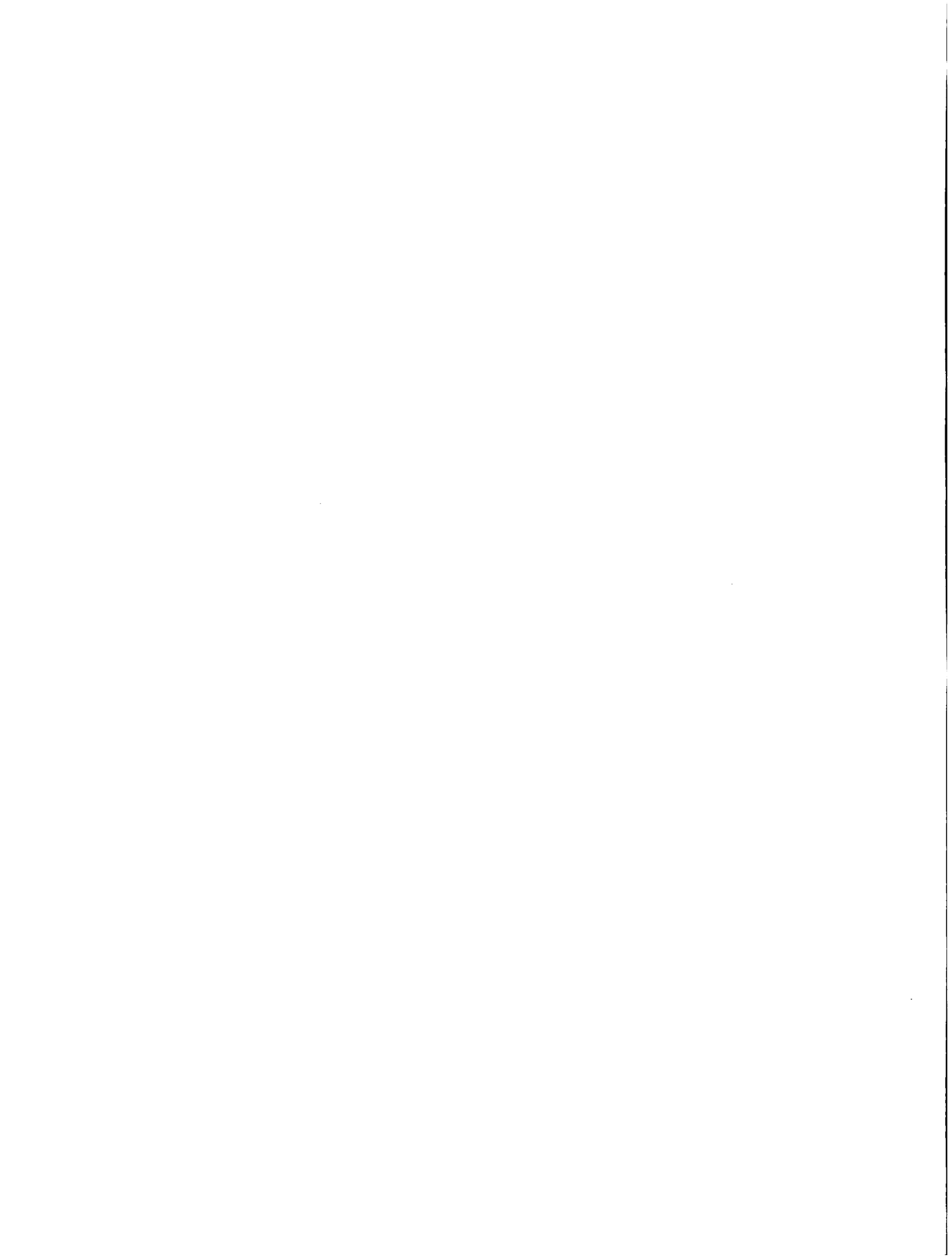
O Brasil está iniciando um processo de mudança para um novo padrão de desenvolvimento. Nas próximas duas décadas, tendem a predominar petróleo e hidroeletricidade na matriz de oferta de energia do país, com participação conjunta de 60 a 70% do total. O crescimento do gás natural e a redução da lenha em seus usos tradicionais também devem processar-se no período. Do ponto de vista ambiental, no entanto, a decisão política mais importante se refere à futura participação na matriz de fontes descentralizadas de energia, especialmente a biomassa. Existem cenários alternativos para a matriz energética nacional nos próximos 20 anos. As diferenças entre tais cenários, em última instância, representam concepções distintas sobre o papel da energia no processo de desenvolvimento econômico e social.

A busca de um desenvolvimento sustentável compatível com as particularidades das diferentes regiões brasileiras deve passar, necessariamente, pela elaboração de um zoneamento ecológico-econômico.

Na Amazônia destacam-se a riqueza mineral, um potencial inventariado de energia hidráulica da ordem de 100 mil megawatts e, especialmente, a exuberância da floresta tropical, principal ponto de polêmica e de convergência de interesses em torno das alternativas para o uso de suas riquezas e desenvolvimento sócio-econômico.

Os conhecimentos atuais apontam para uma grande fragilidade dos ecossistemas florestais da Amazônia, particularmente para a relação entre diversidade biológica e reciclagem de nutrientes, e para a importância da floresta na regulação do ciclo hidrológico. Dentre os ecossistemas aquáticos devem merecer especial atenção os sistemas de várzeas, que são extremamente produtivos.

No caso do Semi-Árido é urgente a adoção de programas de conservação e recuperação ambiental, considerados como um dos possíveis caminhos, ao lado de uma política correta de irrigação.



No Cerrado, a curto e médio prazo, os processos de expansão agrícola e urbana tendem a continuar, pela crescente facilidade de acesso à região; a expansão e metropolização de suas áreas urbanas; a crescente industrialização regional; a expansão da indústria de extração mineral; a intensidade de uso de insumos, para atender às demandas dos mercados interno e externo.

Na região da Mata Atlântica - que tem a única reserva da biosfera do país- é reconhecida a obrigação legal e ética de preservar os seus remanescentes primários e secundários. Será necessário desenvolver trabalho de pesquisa e recomposição de áreas consideráveis da floresta que foi devastada, com vistas à recuperação da vazão dos rios, à proteção dos mananciais, à contenção da erosão e à reintrodução de espécies.

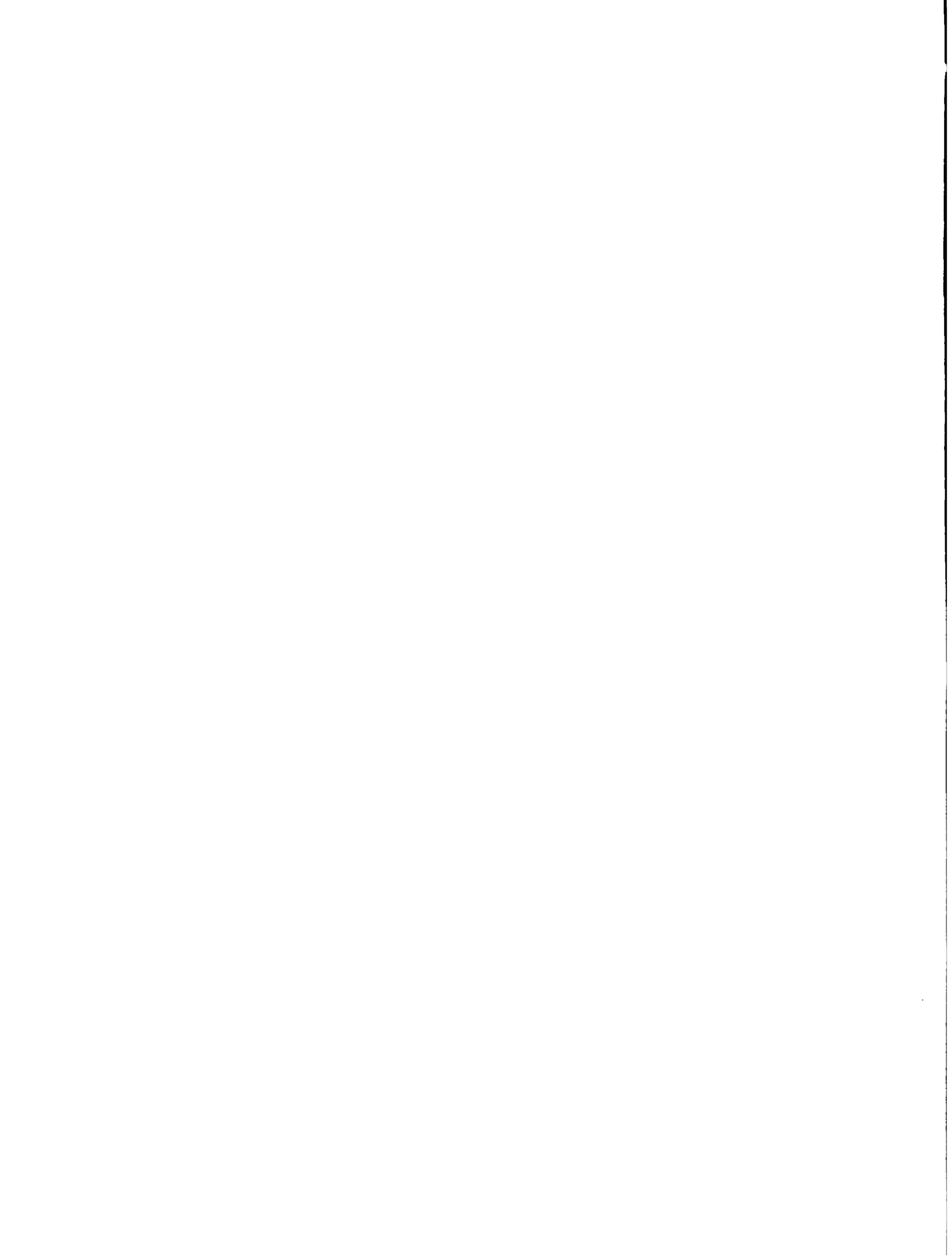
Na região dos Campos do Sul dever-se-ia definir e delimitar unidades de conservação de maneira a garantir inclusive o estudo de alternativas para a agropecuária, que deveria ser orientada apenas para áreas de potencial bem conhecido.

Na região da Mata de Araucárias, deve-se preservar seus remanescentes, em função de suas escassez. Deve-se procurar alternativas econômicas para a Planície Pantaneira, além da pecuária extensiva, praticada desde o início da colonização em convivência relativamente harmônica com o ambiente.

A par do aumento dos índices de fome e desnutrição, a modernização da agricultura brasileira tem provocado mudanças aceleradas, que desestabilizam o meio ambiente. A erosão constitui um exemplo do processo de deterioração, perda de fertilidade e degradação de grande parte dos solos. Assim, não apenas houve aumento exponencial da pauperização da população, como também a dilapidação de parte substancial dos recursos naturais. Reverter esse quadro significa mudar as prioridades da política agrícola, implementar um novo modelo que contemple melhor distribuição da população rural no território, que priorize a produção de alimentos, o manejo adequado dos solos, a alocação correta de recursos hídricos e que pressuponha o uso de tecnologias adequadas para cada região.

Pode-se apontar que a harmonização dos objetivos econômicos e ambientais, nos países de capitalismo avançado, depende de tecnologia capaz de transformar a indústria e os transportes em sistemas que usem combustíveis e matérias-primas de maneira altamente eficiente, que sejam baseados em insumos de baixo custo ambiental e que gerem poucos rejeitos. Seria necessário, portanto, criar sistemas tecnológicos fechados, ou seja, com o mínimo de dependência dos recursos naturais.

As mudanças tecnológicas contam com os avanços da biotecnologia, da informática e da pesquisa sobre novos materiais. Para os países em desenvolvimento, cuja balança comercial é



integrada majoritariamente por produtos primários, é sombria a perspectiva colocada pelo cenário de sistemas tecnológicos inacessíveis.

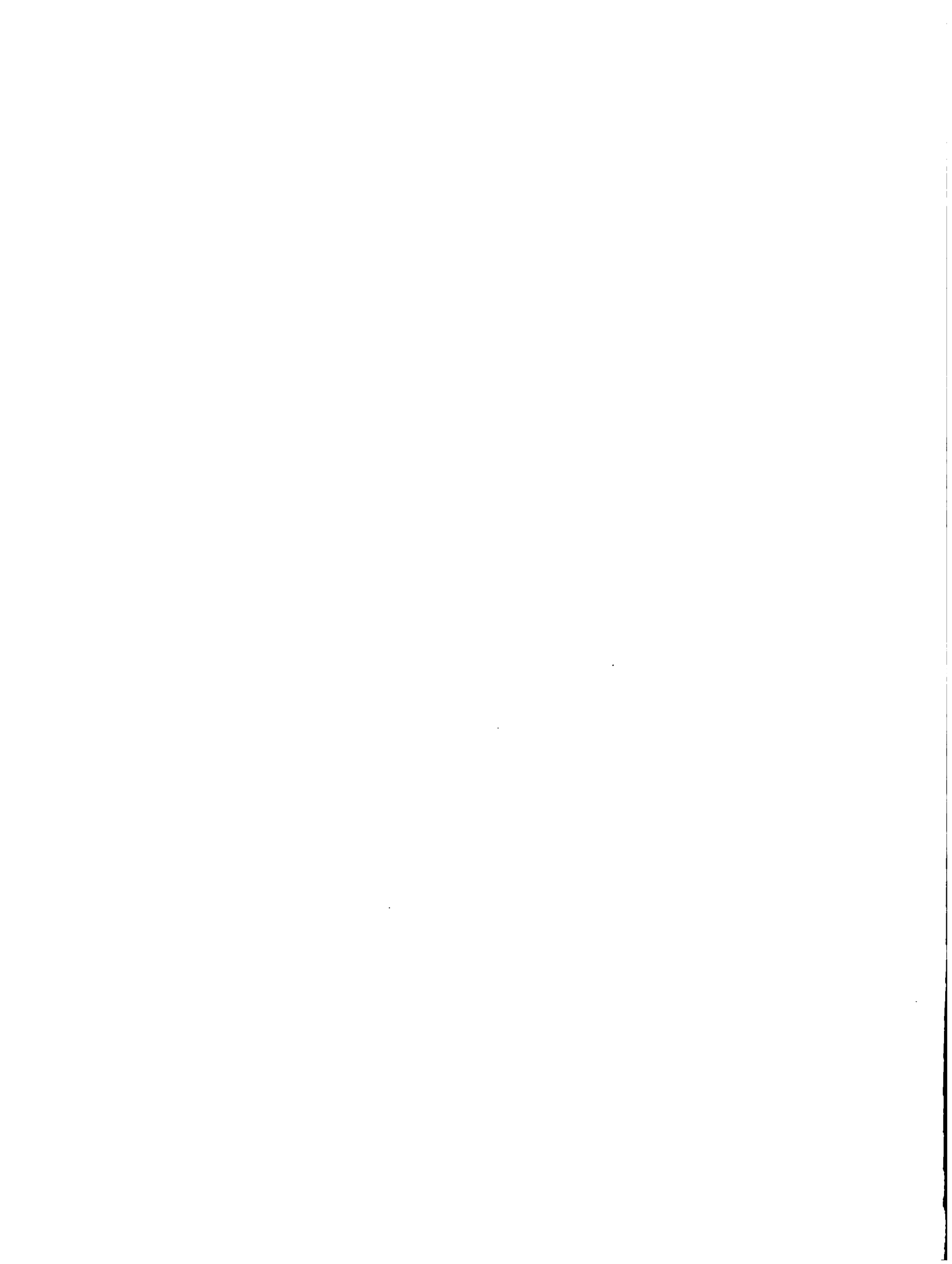
Na maioria dos países do Sul são pequenas as conquistas nas áreas de novas tecnologias. Sua obtenção, em geral no setor privado dos países desenvolvidos, depende do pagamento de royalties e de outros compromissos financeiros, comerciais e, às vezes, políticos.

Portanto, a solução tecnológica para o meio ambiente, apontada pelos países industrializados, coloca em questão o próprio papel que os países em desenvolvimento virão a desempenhar no sistema econômico internacional do futuro. O papel tradicional de fornecedor de produtos primários, já insuficiente para atender aos requisitos básicos do desenvolvimento, tende a ser diminuído em futuro próximo. O cenário das novas tecnologias evidencia, de maneira eloqüente, a necessidade de um esforço interno concentrado para o desenvolvimento de tecnologias avançadas e não agressivas ao meio ambiente e de compromissos internacionais no sentido de facilitar o acesso a tecnologias desenvolvidas nos países industrializados.

A concomitância da crise financeira com as manifestações de crise ambiental planetária foi especialmente perversa para alguns países em desenvolvimento, mais afetados por desequilíbrios em suas contas externas. Ao mesmo tempo em que passaram à condição de exportadores líquidos de capital, foi-lhes exigido gasto adicional para proteger o meio ambiente. A transferência líquida de capital do Sul para o Norte, é superior a US\$ 40 bilhões por ano.

Alguns desses países exploram mais intensamente e, nem sempre, da maneira mais adequada, seus recursos naturais para transformá-los em receita de exportação, muitas vezes decrescente. Acentuam este quadro perverso as barreiras protecionistas dos países desenvolvidos, com perdas estimadas de US\$ 100 bilhões ao ano para as balanças comerciais dos países em desenvolvimento. Isso, significa duas vezes mais do que auferem a título de ajuda oficial para o desenvolvimento.

No Brasil tem ocorrido alterações de substância no tratamento das questões ambientais, do ponto de vista político, legal e institucional. O mesmo não se observa, entretanto, sob as óticas econômica, financeira, científica e tecnológica já que, questões estruturais impedem a plena concretização de esperanças a curto prazo. As restrições dos gastos públicos, as medidas de contenção da inflação e o peso da dívida externa são alguns dos fatores que limitam a possibilidade de atuação governamental em larga escala.



A correção de distorções ambientais requer, além de vontade e condições políticas, investimentos em infra-estrutura física e de cunho social. Modelo econômico que garanta o crescimento sem pressão desordenada sobre os recursos naturais, deverá ainda ser testado para a maioria dos ecossistemas do Brasil e do mundo.

Diferentemente do ocorrido com os países desenvolvidos, a avaliação dos danos inflingidos aos ecossistemas pela ocupação de novos espaços no Brasil, foi quase concomitante com a descoberta da deterioração da camada de ozônio. Os países desenvolvidos há muito já ocuparam seus espaços disponíveis, consumindo parte substancial dos seus recursos naturais e isto, direta ou indiretamente, contribui para o esgotamento dos recursos naturais dos países em desenvolvimento.

Nenhum dos países em desenvolvimento dispõe de tantas áreas e tamanha diversidade biológica a serem investigadas, pesquisadas e eventualmente preservadas ou aproveitadas como no caso do Brasil. Tais características, conferem dimensão global aos problemas ambientais do país e impõem a participação obrigatória do Brasil nos esforços multilaterais em busca de soluções para os desequilíbrios planetários do meio ambiente.

Qualquer alternativa de desenvolvimento, para que tenha permanência no tempo, terá de ser ambiental e socialmente sustentável. Terá de dar prioridade às necessidades básicas das gerações atuais e futuras, bem como preservar os estoques atuais de recursos.

A busca de soluções para a crise em escala mundial exige novas formas de cooperação e de coordenação entre os países da região. Isto, porque as nações mais desenvolvidas demonstram uma inclinação permanente a agir de maneira coordenada na identificação e na defesa de seus interesses.

A crise ambiental impõe a reconstrução da estrutura institucional que permeia as relações internacionais. É necessário internacionalizar, de fato, as organizações intergovernamentais, que tendem a cristalizar a distribuição de poder entre as nações. Isso implica reforçar as iniciativas multilaterais, para impedir a materialização de propostas de estabelecimento de autoridades supranacionais para supervisionar o uso dos recursos naturais.

Soluções duradouras para os problemas globais requerem a participação de toda a comunidade internacional, de acordo com a responsabilidade de cada país na geração e solução de tais problemas e na capacidade financeira e tecnológica de solucioná-los.

Há necessidade de formular novas estratégias que permitam viabilizar modelos sustentáveis de desenvolvimento e urgência de novos padrões de relacionamento entre as nações, sobretudo em matéria tecnológica e financeira, envolvendo o setor privado, pelo papel que desempenha na geração de tecnologias e no sistema financeiro internacional.

A transferência de tecnologia adequada do ponto de vista ambiental, requer inovação nas questões da propriedade intelectual, como base para a criação de um regime que favoreça efetivamente o acesso dos países em desenvolvimento aos avanços tecnológicos do mundo industrializado. É necessário uma ética baseada na premissa de que o progresso só é viável a longo prazo se concebido como processo que permita a todos os povos realizar suas aspirações de desenvolvimento em bases sustentáveis.

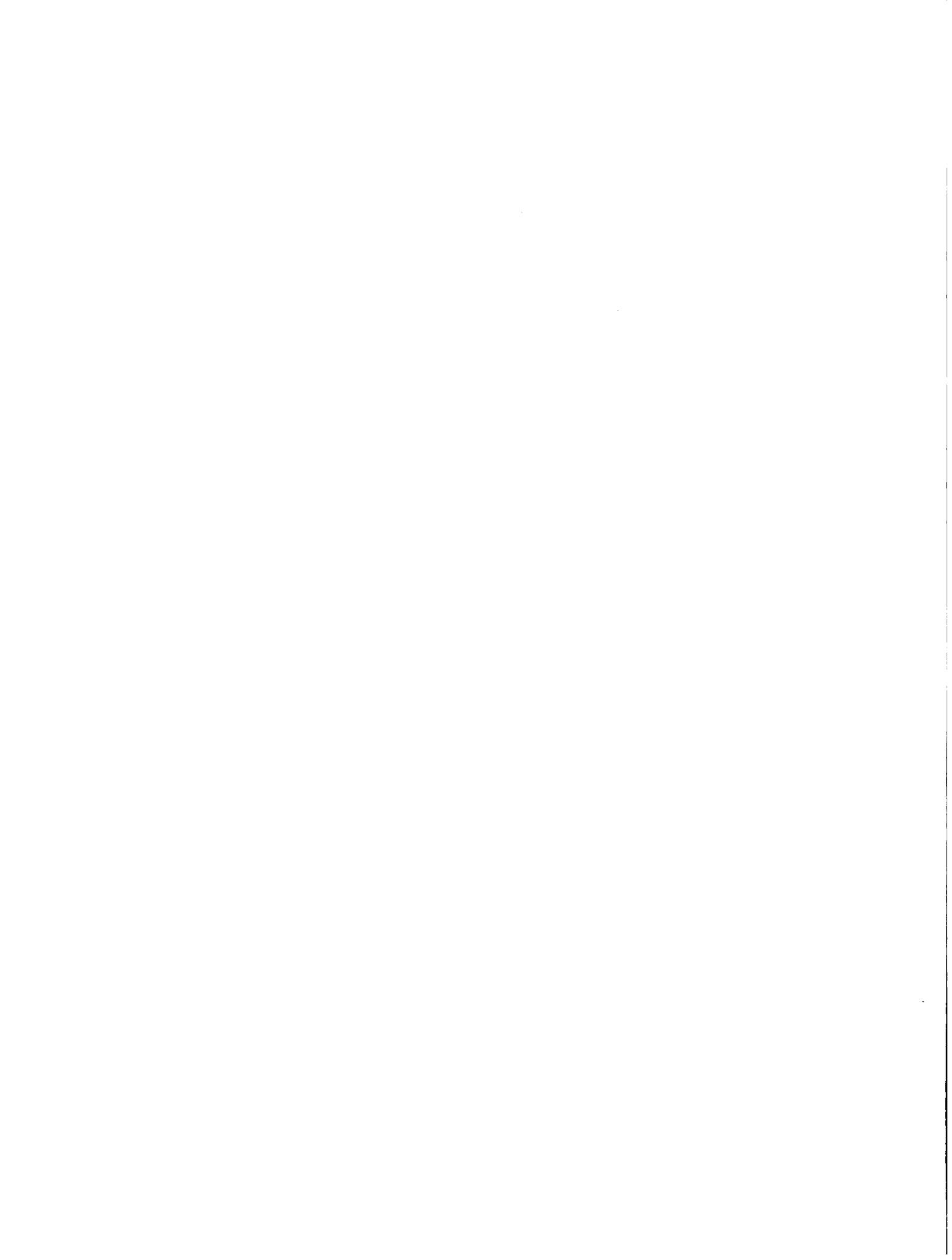
III. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Na safra 92/93 a área plantada está estimada em 35,5 milhões de hectares, 8% menor que a alcançada na safra anterior, e a menor área cultivada dos últimos dez anos.

De modo geral, todas as culturas registraram redução de área, à exceção de milho da 2ª safra e soja, cujas áreas cresceram 61% e 12% respectivamente. Quanto ao milho, este aumento decorre do grande interesse por essa gramínea como alternativa ao cultivo do trigo. No caso da soja, em função das boas expectativas de mercado na ocasião do plantio.

Por outro lado, as maiores perdas de área foram fortemente determinadas pela rigorosa estiagem que assola a região Nordeste este ano, além de problemas de mercado verificados na região Centro-Sul. Quanto ao trigo, a perda deve-se a problemas de mercado.

Levantamentos realizados em julho de 1993, indicavam que a produção brasileira de grãos da safra 92/93 deverá atingir 68,7 milhões de toneladas. Caso se confirme a produção esperada para as lavouras de inverno, será a segunda maior safra da história, superada somente pela colheita de 71,5 milhões de toneladas registrada na safra 88/89. A produção global prevista para o País é 0,4% superior à colhida na safra 91/92, que foi de 68,4 milhões de toneladas, Quadro 1.



Quadro 1: Comparativo de Área, Produção e Produtividade. Brasil, Safra 92/93

COMPARATIVO DE ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE - BRASIL

CULTURA	ÁREA (1.000ha)			PRODUÇÃO (1.000t)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)		
	91/92	92/93	VAR.(%)	91/92	92/93	VAR.(%)	91/92	92/93	VAR.(%)
Algodão	1,971.2	1,246.4	-37	1,292.6	770.8	-40	977	948	-3
Amendoim 1ª safra	71.7	58.5	-18	126.9	116.3	-8	1,770	1,989	12
Amendoim 2ª safra	25.8	23.9	-7	36.7	30.2	-18	1,423	1,265	-11
Arroz	4,614.0	4,384.9	-5	10,102.8	9,902.8	-2	2,190	2,258	3
Aveia	294.0	253.1	-14	478.5	358.7	-25	1,628	1,418	-13
Centeio	5.0	4.5	-10	7.0	6.7	-4	1,396	1,495	7
Cevada	71.0	58.3	-16	152.5	121.8	-20	2,148	2,054	-4
Feijão 1ª safra	1,948.8	1,874.0	-4	1,292.2	1,230.2	-5	663	656	-1
Feijão 2ª safra	3,284.0	2,403.4	-27	1,300.6	836.4	-36	396	348	-12
Feijão 3ª safra	249.6	240.1	-4	309.6	336.3	9	1,240	1,401	13
Mamona	180.7	135.8	-25	116.0	37.3	-68	642	275	-57
Milho 1ª safra	13,331.8	11,220.1	-16	29,330.0	26,791.9	-9	2,200	2,388	9
Milho 2ª safra	695.3	1,121.6	61	1,440.8	2,028.0	41	2,072	1,808	-13
Soja	9,582.2	10,717.0	12	19,418.6	23,042.0	19	2,027	2,150	6
Sorgo	168.9	150.9	-11	294.2	281.3	-4	1,742	1,864	7
Trigo	1,997.9	1,596.5	-20	2,739.2	2,823.9	3	1,371	1,769	29
Centro-Sul	28,971.9	28,099.4	-3	63,059.2	64,462.5	2	-	-	-
Norte	1,156.7	1,173.0	1	1,532.1	1,613.3	5	-	-	-
Nordeste	8,363.3	6,217.5	-26	3,846.9	2,639.0	-31	-	-	-
Brasil	38,491.9	35,489.9	-8	68,438.2	68,714.8	0.4	-	-	-

Fonte: CONAB/DIPLA.

As alterações mais significativas ficaram por conta das culturas do algodão (-40%), feijão 2ª safra (-36%), milho 2ª safra (+41%), soja (+19%). No caso do algodão, a grande redução é decorrente da diminuição na área plantada com esta fibra na região Centro-Sul, bem como na região Nordeste, onde, pela severa estiagem, o plantio não foi concluído. Para o caso do feijão 2ª safra, a redução é consequência da estiagem já mencionada para a região Nordeste.



O aumento verificado para o milho 2ª safra, cujo cultivo se concentra na região Centro-Sul, deriva da preferência do produtor em detrimento do trigo. Em relação à soja, o maior volume produzido decorre da expansão na área plantada, associada à média de produtividade recorde obtida no País na atual safra, 2.150 kg/ha.

Para os demais produtos, destaca-se a redução no volume produzido de arroz, com 9,9 milhões de toneladas, cerca de 2% inferior à safra passada, e na produção de milho 1ª safra, onde foram colhidos 26,8 milhões de toneladas, 9% inferior à produção obtida na safra 91/92. No caso do arroz, esta redução ocorreu em virtude da frustração no desempenho da safra da região Nordeste e, no caso do milho, face à diminuição na área plantada da região Centro-Sul.

Quanto aos cereais de inverno, o volume de produção somente poderá ser confirmado em novembro, na metade do seu ciclo vegetativo.

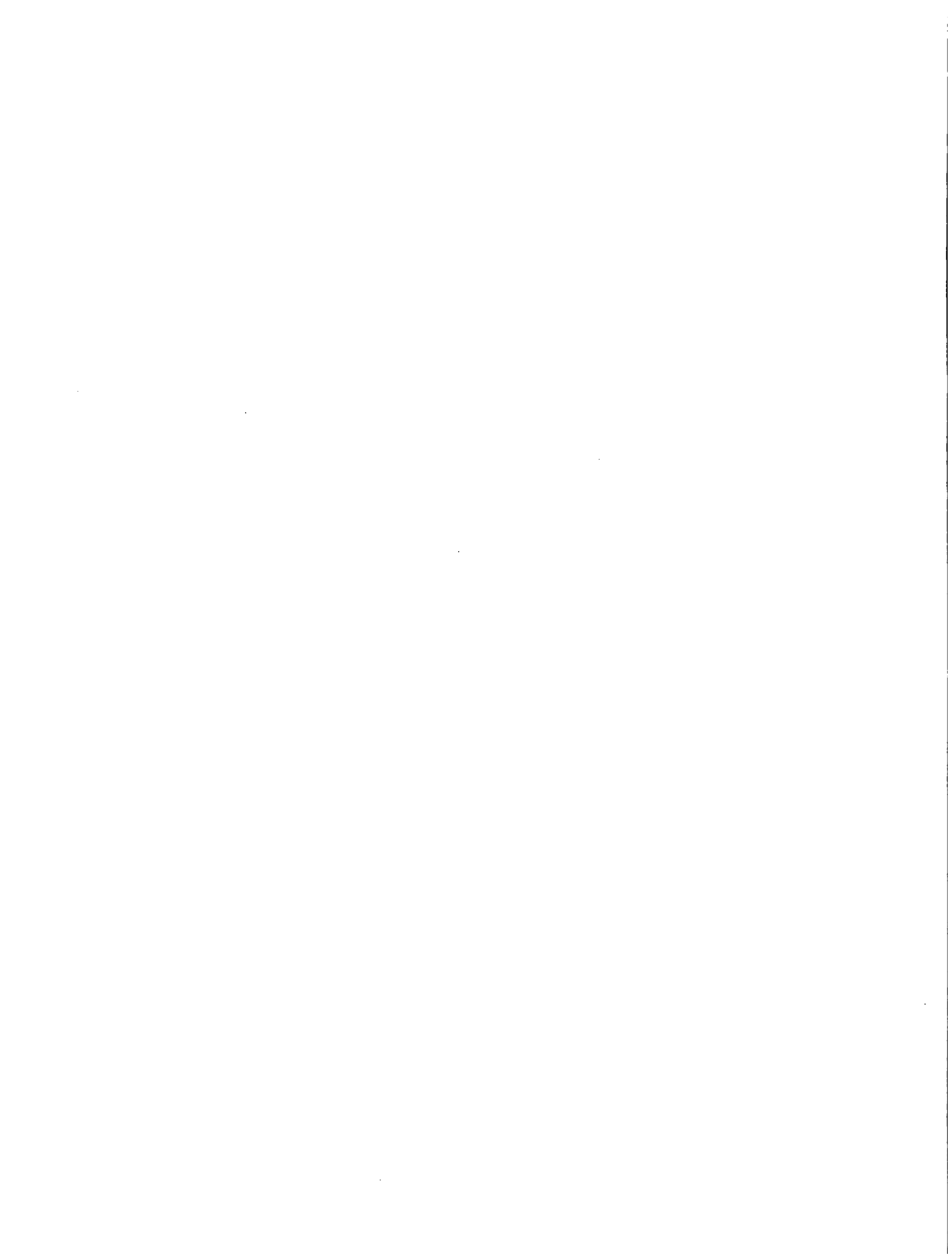
A colheita de 64,4 milhões de toneladas é a maior já obtida, historicamente, na região Centro-Sul, superando, inclusive, a produção da safra 88/89, de 64,1 milhões de toneladas. A produção alcançada, é 2% maior do que a obtida na safra 91/92, de 63 milhões de toneladas, devido às excelentes performances nas produtividades obtidas na região.

Já a região nordeste, face à prolongada estiagem, classificada como a pior do século, resultou na menor produção dos últimos cinco anos (2,6 milhões de toneladas), e inferior em 31% à colhida na safra 91/92 (3,8 milhões de toneladas). Deste quadro, deve excetuar-se a soja produzida na região de Barreiras (BA), onde o clima e o calendário de plantio são idênticos aos da região Centro-Oeste, e no estado do Maranhão, onde as condições climáticas foram também consideradas normais. Assim, o volume produzido de soja na região Nordeste foi de 682,1 mil toneladas, 31% superior ao obtido na safra 91/92.

A evolução de área e produção para as principais culturas de consumo interno, trigo, feijão, milho e arroz entre as safras 91/92 e 92/93, apresentou-se bastante heterogênea.

No caso do trigo, a redução de área foi de 20%, saindo de 1,998 milhão de hectares para 1,5965 milhão de hectares. O volume de produção no entanto, apresentou elevação de 3%, passando de 2,739 milhões de toneladas para 2,824 milhões de toneladas. Isso, indica elevação do índice de produtividade, o qual passou de 1.371 kg/ha em 91/92 para 1.769 kg/ha em 92/93.

O feijão também apresentou redução de área em níveis que variaram conforme a safra. No caso da 1ª safra, a redução de área foi de 4%, saindo de 1,9488 milhão de hectares para 1,874 milhão de



hectáres enquanto que a produção sofreu redução de 5% ao cair de 1,292 milhão de toneladas para 1,2302 milhão de toneladas. O nível de produtividade, caiu 1%, saindo de 663 kg/ha para 656 kg/ha.

O feijão da 2ª safra acusou uma redução de área de 27%, saindo de 3,284 milhões de hectáres para 2,403 milhões de hectáres. A produção entretanto, mostrou efeitos mais intensos, caindo de 1,3006 milhão de toneladas para 836,4 mil toneladas, com queda de 36%. No feijão da 3ª safra, a área caiu de 249,6 mil hectáres para 240,1 mil hectáres ou seja 4%. A produção no entanto, mostrou elevação de 9%, passando de 309,6 para 336,3 mil toneladas. Isso, decorreu da elevação de produtividade em 13%, saindo de 1.240 kg/ha para 1.401 kg/ha.

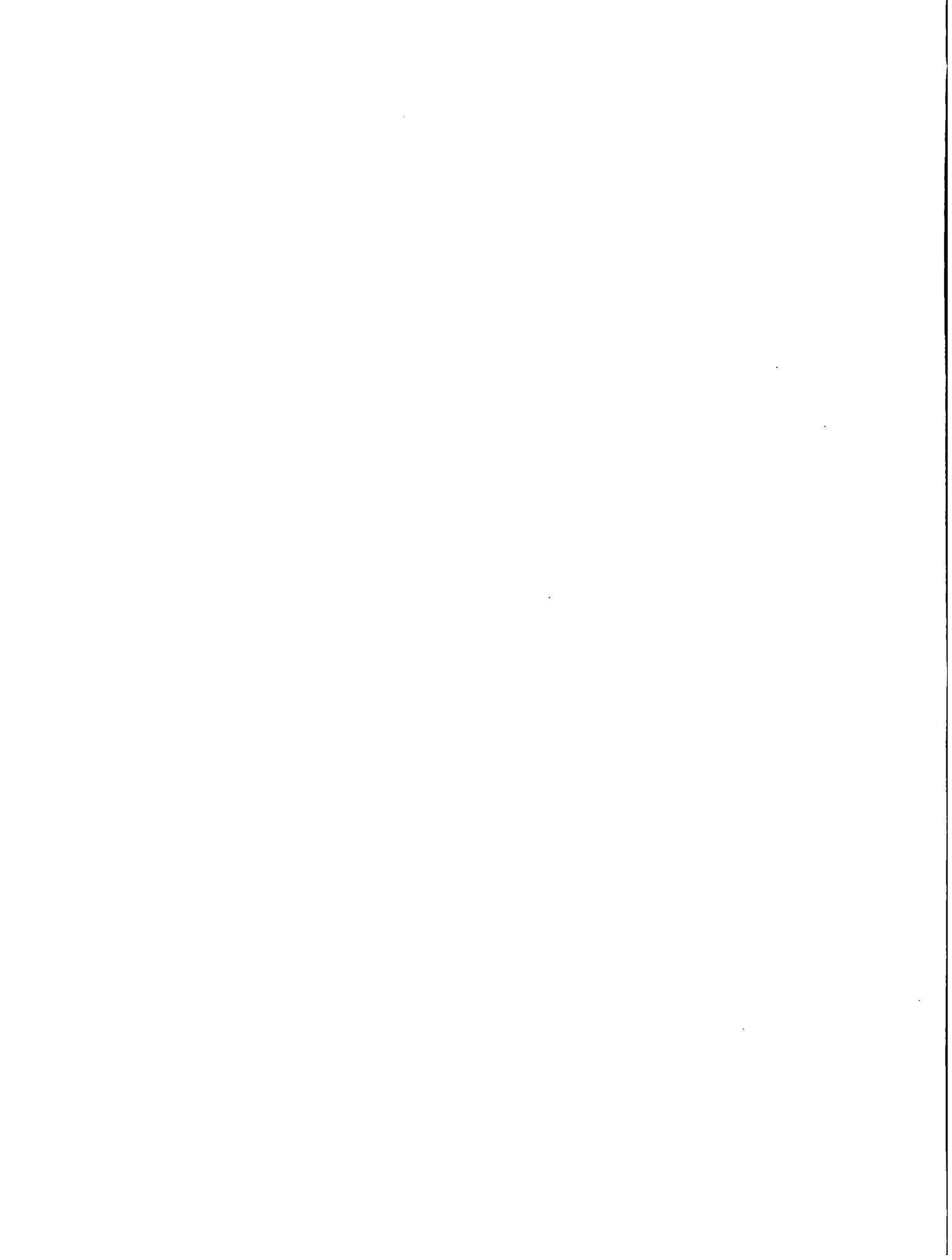
No caso do milho, a situação foi diferenciada ao verificar-se redução de área para a 1ª safra e elevação para a 2ª safra. No primeiro caso, a redução foi de 16%, caindo de 11,3318 milhões de hectáres em 91/92 para 11,2201 milhões de hectáres em 92/93. A produção, acusou redução menos intensa, caindo 9% ao passar de 29,330 para 26,7919 milhões de toneladas, face a elevação da produtividade de 2.200 para 2.388 kg/ha. Na 2ª safra, houve elevação de 61% na área, passando de 695,3 mil hectáres em 91/92 para 1,1216 milhão de hectáres em 92/93; a produção elevou-se em 41% ao alcançar 2,028 milhões de toneladas em 92/93.

Para o arroz, a situação mostrou redução de 5% na área, caindo de 4,614 milhões de hectáres em 91/92 para 4,3849 milhões de hectáres em 92/93. A produção entretanto, se reduziu em 2% apenas face à elevação de 3% no índice de produtividade, que alcançou 2.258 kg/ha. A produção em 92/93 foi de 9,9028 milhões de toneladas frente aos 10,1028 milhões de toneladas da safra 91/92.

Para o caso da soja, a safra 92/93 mostrou elevação de 12% na área plantada, ao alcançar 10,717 milhões de hectáres. A produção, saiu dos 19,4186 milhões de toneladas em 91/92 para 23,042 milhões de toneladas, com elevação de 19%. A produtividade, alcançou acréscimo de 6%, saindo de 2.027 para 2.150 kg/ha.

Com relação à evolução da pecuária, o rebanho de bovinos vem apresentando taxas de crescimento positivas, saindo de 150 milhões de cabeças em 1991 para 153 milhões em 1992 e um estimado de 156 milhões de cabeças em 1993. Isso, acusaria uma elevação de 4% em 1993 comparativamente a 1991.

A suinocultura, deverá apresentar uma elevação de 3,4% entre 1991 e 1993, ao sair de 32,5 milhões de cabeças para 33,6 milhões de cabeças no presente ano. Os estoques de ovinos, parecem estar apresentando evolução negativa; em 1992 teria-se observado redução de 800 mil cabeças com relação a 1991, quando o rebanho foi de 20,3 milhões de cabeças. Já os estoques de caprinos parecem apresentar-se estáveis, em torno de 12 milhões de cabeças. A produção de aves vem mostrando e de forma permanente, taxas positivas de evolução,



com crescimento aproximado de 20 milhões de aves por ano; em 1991 os estoques alcançavam 550 milhões de aves, passando para 570 milhões em 1992 e prevendo-se alcançar 590 milhões de aves em 1993.

Já para a próxima safra 93/94, os produtores rurais do Centro Sul, mais sensíveis e atentos às tendências dos preços de mercado do que à incerta política do governo, já estão no campo, preparando a terra para o plantio da safra de verão. A expectativa é de reversão da acentuada queda de 8% na área plantada na última safra, a menor em dez anos, com apenas 35,5 milhões de hectares, ainda que a produção tenha se mantido estável.

Todos os indicadores de venda de insumos e de intenções de plantio confirmam que os produtores se renderam às boas perspectivas do mercado de soja, após a quebra da safra norte-americana. Animados pelos resultados na comercialização da última colheita, os sojicultores anteciparam a compra de sementes e principalmente de fertilizantes, buscaram recursos junto a indústrias e exportadores e devem expandir a área cultivada em todo o País.

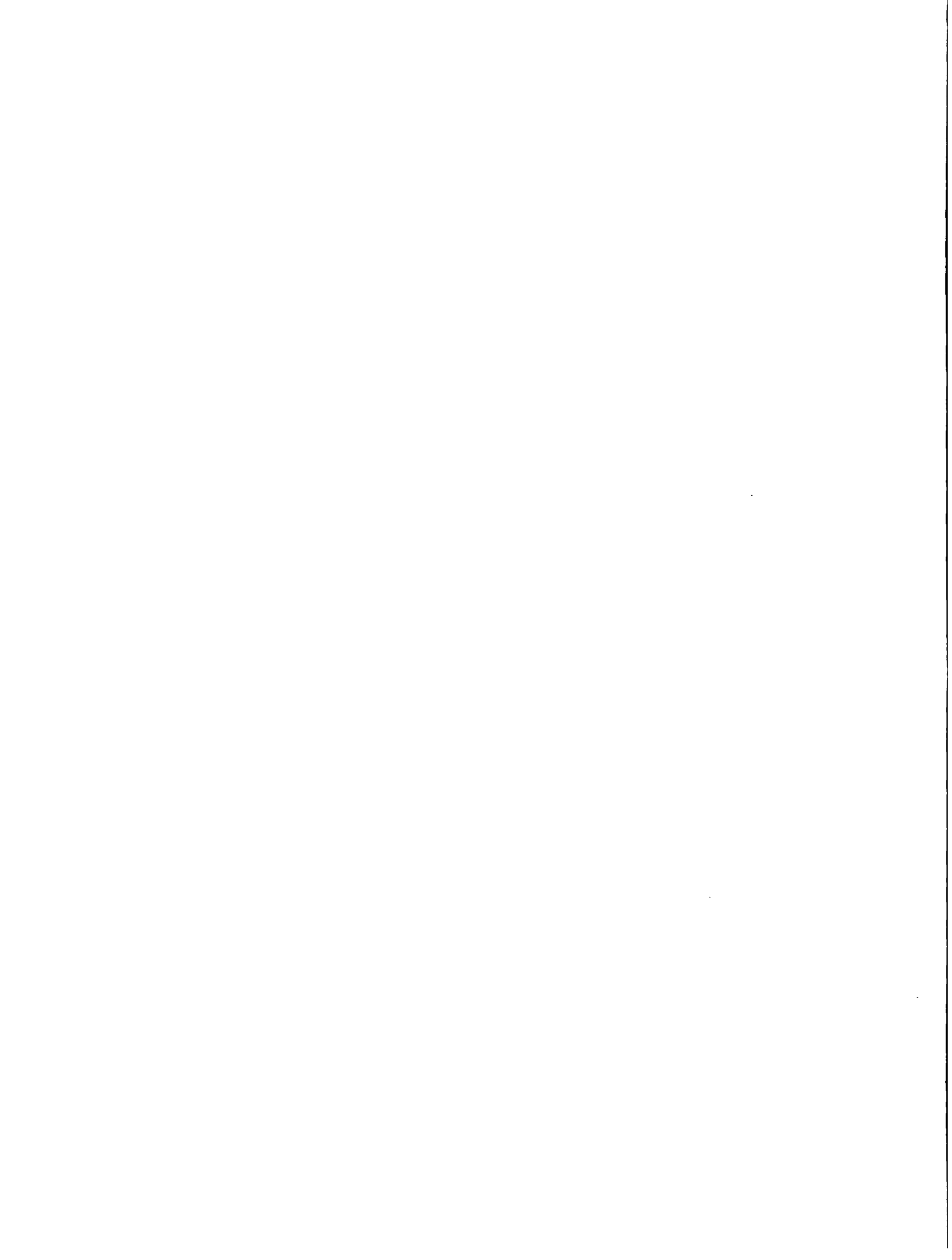
Estima-se que 20% da safra de soja do próximo ano já esteja comprometida com operações de venda antecipada. O produtor não esperou a definição dos financiamentos oficiais para soja e, como fonte alternativa de financiamento, está preparando-se para colher no próximo ano no mínimo 25 milhões de toneladas do grão, ante 23 milhões neste ano.

O entusiasmo com a soja não deverá implicar, como nos últimos anos, em redução do plantio de milho. Os baixos estoques no País, a menor produção argentina e a quebra de 22% na safra norte-americana criaram condições excepcionais de comercialização do milho neste ano. A expectativa é de que cresça o plantio da chamada "safrinha" de milho, ou segunda safra, plantada após a colheita da soja.

Os preços do milho tem ficado em torno de US\$ 7,2 por saca no interior do Paraná e batido nos US\$ 9 no atacado paulista. Daí, a elevada possibilidade do segundo plantio de milho já que, embora mais sensível a problemas climáticos, os preços devem compensar eventuais perdas de produtividade.

Soja e milho foram os principais responsáveis pela forte demanda de insumos verificada nos primeiros sete meses de 1993. Segundo informações não oficiais, a distribuição de adubo ao consumidor final de janeiro a junho deste ano, cresceu 18,4%, puxada sobretudo pela antecipação de compra no Brasil Central e São Paulo.

O peso decisivo dos preços na definição de plantio explica, também, a nova queda esperada este ano no plantio de algodão. Sem conseguir competir com a pluma importada da Rússia, Grécia ou



Paquistão a preços subsidiados, a lavoura de algodão está minguando a cada ano. Em 1992, a área cultivada no Brasil caiu 37% e um novo recuo é esperado para este ano. No principal estado produtor, Paraná, a área caiu no ano passado 48% e neste ano pode cair mais 13%, ainda que o rendimento possa superar o do ano anterior, quando a lavoura foi afetada pela estiagem.

No Paraná deverá verificar-se a mesma tendência, pois os produtores deverão aumentar a área de soja, manter a de milho e reduzir a de algodão. Esta tendência, já indicada pelas condições de mercado de cada produto, foi confirmada em levantamento realizado pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, divulgado no início do Mês de setembro, e pelos Departamentos de produção das principais cooperativas agropecuárias do estado.

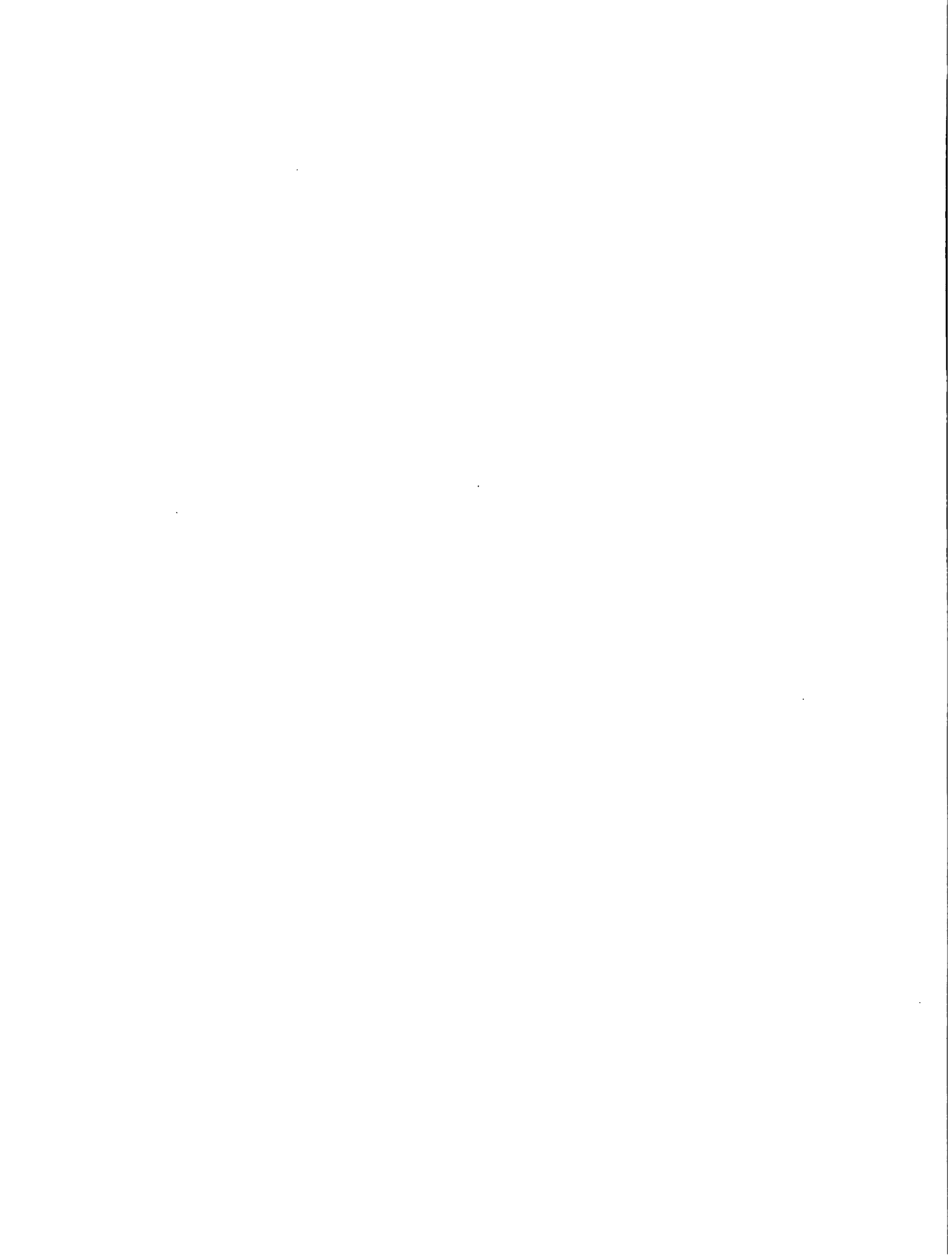
O estado do Paraná deverá apresentar expansão de 7% na área destinada a soja, passando de 2 milhões para 2,150 milhões de hectáres podendo, a produção, crescer 5,3%, para chegar até 5 milhões de toneladas.

No Rio Grande do Sul, maior produtor nacional de soja com 27% dos 23 milhões de toneladas da safra 1992/93, a próxima lavoura da oleaginosa deverá ser entre 5 e 10% maior do que no último cultivo, quando a área plantada foi de 3,085 milhões de hectáres. Para o caso do milho, as previsões apontam que será mantida a área de 1,738 milhão de hectáres desta safra, em que foram produzidos 4,599 milhões de toneladas.

No mesmo estado do Rio Grande do Sul quanto ao feijão, não há indicativo sobre seu cultivo futuro. Neste ano, os 204 mil hectáres cultivados com o grão renderam 158 mil toneladas. Paralelamente, não há ainda informações sobre o comportamento da lavoura de arroz, cultura esta para a qual o estado é também o maior produtor, com mais de 50% da safra nacional. Neste ano, a lavoura orizícola irrigada gaúcha, de 974 mil hectáres, produziu 4,939 milhões de toneladas. O comportamento, prevê-se dependente de ajustes no pacote agrícola e do desempenho da lavoura de trigo que começa a ser colhida em meados de outubro. Nesta safra, que se encontra em fase de floração, a lavoura tritícola estadual ocupou 516 mil hectáres e prevê-se que deva produzir 982 mil toneladas de cereal.

Quanto às perspectivas no Mato Grosso do Sul para a safra 1993/94, são de retomada de crescimento na área de soja, em decorrência, principalmente, dos bons preços obtidos pelo produto no presente ano. A Secretaria da Agricultura estadual acredita numa possível elevação de até 10% da área com relação ao ano passado, atingindo entre 1,15 e 1,2 milhão de hectáres.

A área de milho que no ano passado chegou a 349 mil hectáres incluindo a chamada "safrinha", também poderá registrar aumento na área, embora não haja ainda, indícios do percentual.



Conforme dados da Cooperativa Agropecuária e Industrial (COAGRI), aproximadamente metade dos agricultores já teria antecipado as compras de insumos para o próximo plantio de soja. A área compreendida desses produtores corresponde a 500 mil hectares.

Em termos gerais, os agricultores já tem em mãos todas as informações que vão ditar as regras para a safra 1993/94. Para a próxima safra, o governo quer voltar a atender os médios e grandes produtores de soja, com limite de adiantamento que deverá ficar entre 50 e 60%. Para as culturas que já tem todas as regras acertadas, os recursos já estão sendo liberados. Segundo informações do banco do Brasil, nos meses de junho e agosto já foram liberados US\$ 514,3 milhões para custeio de safra, e entre recursos de comercialização e Empréstimos do Governo Federal (EGF) as liberações somam US\$ 82 milhões.

A pecuária, já recebeu US\$ 37,2 milhões, e os recursos liberados para investimento somam US\$ 137,5 milhões. A previsão para a safra 1993/94 é que sejam alocados US\$ 3 bilhões para custeio. Na safra passada, a cifra foi de US\$ 2,5 bilhões. O estado que recebeu mais recursos até o mês de setembro foi o Paraná (US\$ 87,5 milhões). Os recursos para a região Sul foram de US\$ 210 milhões, enquanto a região Sudeste já absorveu US\$ 188 milhões. O Banco do Brasil, informou que todas as liberações já estão sendo feitas pelo critério de equivalência-produto.

No direcionamento dos recursos referentes à exigibilidade bancária, a principal mudança foi a inclusão do calcário, que passou a absorver 20%. A lista de produtos prioritários se manteve (algodão, arroz, banana, batata, cana-de-açúcar, canola, cebola, cevada, feijão, mandioca, milho, soja, tomate, trigo, triticale e semente). Junto com os insumos para estas lavouras e a renovação do solo, estes produtos devem mobilizar 80% dos recursos obrigatórios dos depósitos à vista dos bancos.

IV. EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES AGROPECUÁRIAS

4.1. Desempenho Recente do Comércio Exterior Agropecuário

Como mencionado na Agenda Estratégica, no período 1985-90 a participação do setor agropecuário no valor global das exportações diminuiu de 39% para 29%, como decorrência, basicamente, da redução das vendas externas dos produtos vegetais, em especial o café e o cacau.

A estrutura das exportações agropecuárias tem-se mantido praticamente inalterada desde a segunda metade dos anos 80, sendo os produtos de maior importância: soja, café, suco de laranja, cacau, fumo, açúcar, algodão e carnes.

Em 1991, as exportações totais do país alcançaram US\$ 31,620 bilhões dos quais, o setor agropecuário foi responsável por US\$ 9,029 bilhões, isto é, participação de 28,5%, em consequência da quedas nas produções de açúcar, café e cacau, além da redução dos preços internacionais de vários produtos tradicionais exportados pelo país.

Em 1992, as exportações totais do Brasil alcançaram US\$ 36,207 bilhões, acusando incremento de 14,44% com relação a 1991. As exportações do setor agropecuário chegaram a US\$ 9,390 bilhões, verificando-se elevação real de 4,01% com relação a 1991; a participação relativa, todavia, sofreu redução para 25,93%, haja vista a elevação mais do que proporcional de exportações outras que não as do setor agropecuário.

Em 1992, os produtos de exportação mais importantes e que apresentaram crescimento com relação a 1991 foram açúcar (36,25%), carnes (37,03%), fumo (22,81%), soja (33,14%) e suco de laranja (17,21%). Inversamente, os exportáveis que apresentaram redução com relação a 1991 foram algodão (-37,41%), café (-24,79%), cacau (-6,71%).

As importações agropecuárias em 1992 apresentaram uma redução generalizada com relação a 1991, acusando quedas de volume para arroz (-46,0%), feijão (-34,9%), milho (-59,1%) e trigo (-5,8%) e elevação para algodão (86,4%) e soja (95,2%).

No primeiro semestre de 1993, a evolução do volume importado de produtos agropecuários com relação a 1992 apresentou crescimento para algodão (106,3%) e milho (188,2%) e estabilidade para arroz. Constatou-se redução de volume para feijão (-39,3%), trigo (-5,9%) e soja (-81,8%). Evidencia-se que essas informações não são definitivas, haja vista corresponderem apenas aos primeiros meses de 1993.

Segundo dados preliminares, prevê-se que as exportações brasileiras totais em 1993, deverão alcançar US\$ 39,2 bilhões, acusando crescimento de 6,9% com relação a 1992 enquanto que as importações, deverão chegar a US\$ 23,8 bilhões, expandindo-se 15,6%. As exportações de produtos básicos poderão atingir US\$ 10 bilhões, com crescimento de 13,0%.

Os principais países destinatários das exportações brasileiras totais, até maio de 1993, continuaram sendo os Estados Unidos (20%), Argentina (8,3%), Japão (6,7%) e Países Baixos (5,7%). É importante observar o aumento verificado nas receitas auferidas em outros mercados, especialmente a China (247%), Paraguai (116%), Uruguai (109%) e Colômbia (90%).

Se examinado por blocos de países, o principal mercado comprador ainda é a Comunidade Económica Européia (CEE) com 26%, seguida de perto pela ALADI (23%). Deve-se destacar, porém, a

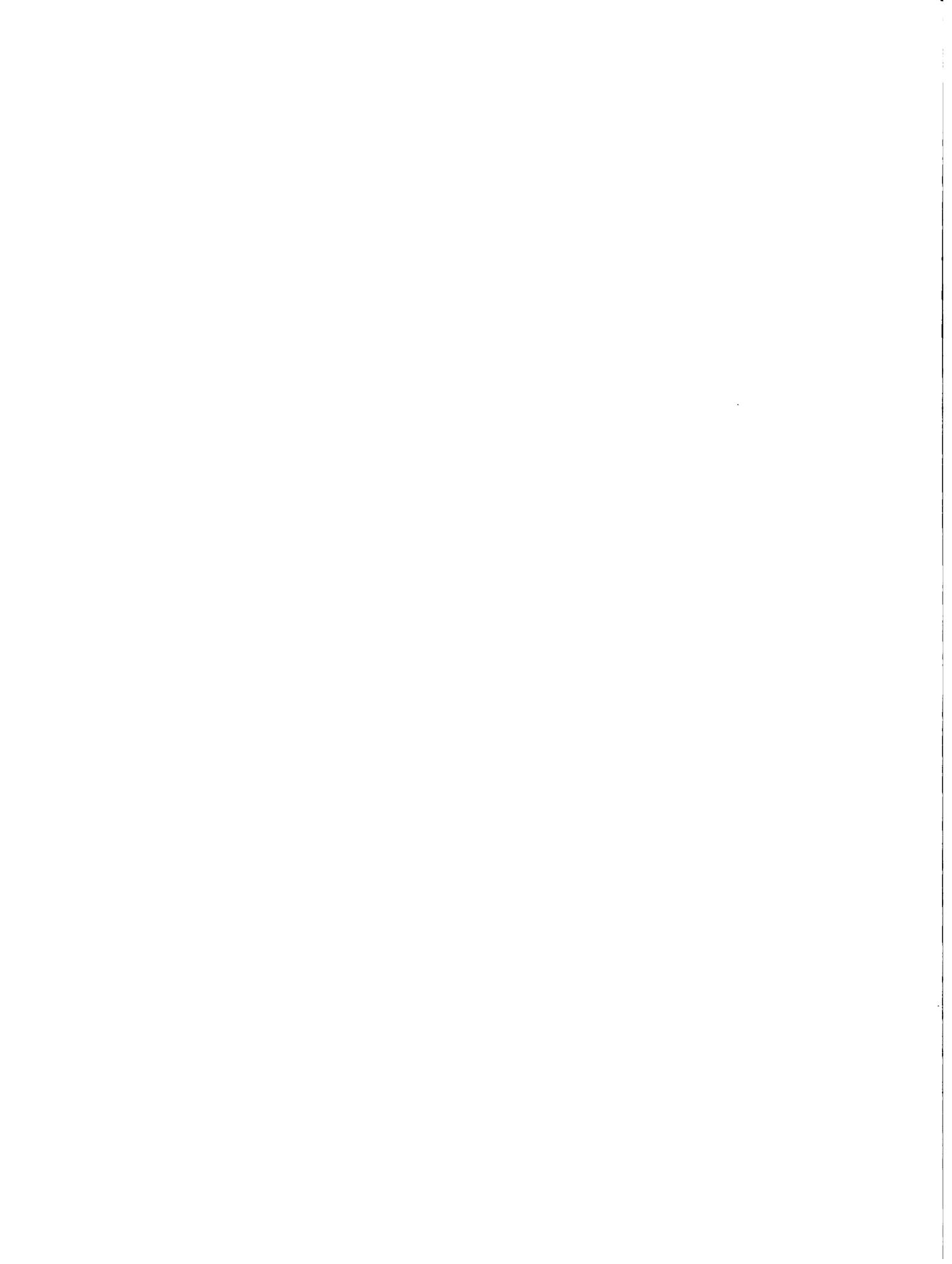
expansão desse último mercado, com aumento de exportações de 39% entre maio de 1992 e o mesmo mês de 1993, ao passo que as vendas para a CEE apresentaram queda de 1,6%. A participação da Aladi na pauta de exportações brasileiras evoluiu, pois, nesse período de 19,5% para 23,8%, contra o decréscimo da CEE de 30,2% para 26,5%.

V. PROPOSTAS DE POLÍTICAS AGROPECUÁRIAS

5.1. Política de Crédito Rural

As conclusões básicas continuam indicando a necessidade de buscar-se a implementação de estratégia voltada para a solução dos problemas relativos à canalização de recursos privados para o crédito agrícola. Para isso, deveriam, dentre outros:

- a) restabelecer-se linhas de crédito de curto prazo, com recursos privados, na modalidade de desconto e em operações agroindustriais;
- b) facilitar o estabelecimento de mecanismos de crédito privado para a pré-comercialização;
- c) agilizar a criação de papéis comerciais, aceites bancários e de outros instrumentos de financiamento;
- d) estabelecer programa destinado a financiar estocagem de produtos agrícolas, lastreada em documentos de depósitos e aceites bancários;
- e) desenvolver mecanismos de apoio aos arranjos privados de financiamento como o financiamento antecipado, compras e vendas a termo, contratos de integração e contratos entre produtores de insumos e agricultores;
- f) reorientar o sistema de crédito rural, buscando a profissionalização do agropecuarista como meta, dando tratamento diferenciado e atenção especial a mini e pequenos produtores, tanto através da utilização dos instrumentos de política agrícola tais como pesquisa, assistência técnica, associativismo rural, quanto pelo acesso ao crédito para investimentos e principalmente, opção para equivalência em produto. Outrossim, dentro do Sistema de Crédito Rural, aperfeiçoar o tratamento dado para a agricultura irrigada;
- g) flexibilizar o crédito de acordo com a sazonalidade das safras, visando evitar-se déficit ou superávit nos volumes de crédito a serem oferecidos ao longo do ano. Buscar-se-ia a adequação dos fluxos de exigibilidade bancária, deixando períodos de carência, para fins de acúmulo de recursos para os momentos necessários;



- h) buscar normatização que permita o acesso a recursos internacionais.**

Para eliminar as distorções do crédito e concentração de benefícios, poderiam: a) diminuir-se os subsídios no crédito rural do setor comercial da agricultura, promovendo paralelamente a liberalização geral dos mercados agrícolas e b) modificar a sistemática de alocação de recursos fiscais para o crédito rural, de forma que a médio prazo, o Tesouro supra exclusivamente os recursos para complementação diferencial de preços (EGF) e de juros e não mais para o valor principal do crédito.

Paralelamente, a escassez de recursos para financiar investimentos, poderia ser atenuada pela instituição de um fundo permanente de crédito para investimento, constituído por recursos de origem externa, da Caderneta de Poupança Rural e do Orçamento Fiscal, assim como manter e ampliar o FINAME para equipamentos.

A maior participação do crédito privado no financiamento do setor, deverá estimular a consolidação e crescimento de fontes alternativas de recursos para crédito bem como a criação de outras possíveis, de forma a garantir crédito compatível com as necessidades da agricultura moderna: fundo de "commodities", crédito cooperativo, contratos de venda antecipada, Fundo Rural de Investimentos, etc. Deveria-se observar a reorientação gradual no sentido de priorizar os investimentos, objetivando estimular o uso de tecnologias adequadas e ganhos de produtividade.

5.2. Política de Preços e Comercialização

Dado esse contexto, torna-se importante a continuidade na adoção de medidas que possam reduzir os problemas entre as políticas de estímulo à produção e garantia do abastecimento interno. Dentre essas medidas, já sugeridas na Agenda Estratégica, poder-se-ia:

- a) restringir o papel da PGPM a um mecanismo de última instância contra variações para baixo nos preços de mercado ao produtor;**
- b) anunciar de forma simultânea os preços mínimos e os recursos necessários ao seu cumprimento;**
- c) negociar com o CONFAZ a isenção do ICMS das compras de estoques agrícolas pelo Governo Federal;**
- d) tornar permanente a alternativa de refinanciamento automático do EGF, em caso de grande depressão de preços internos;**

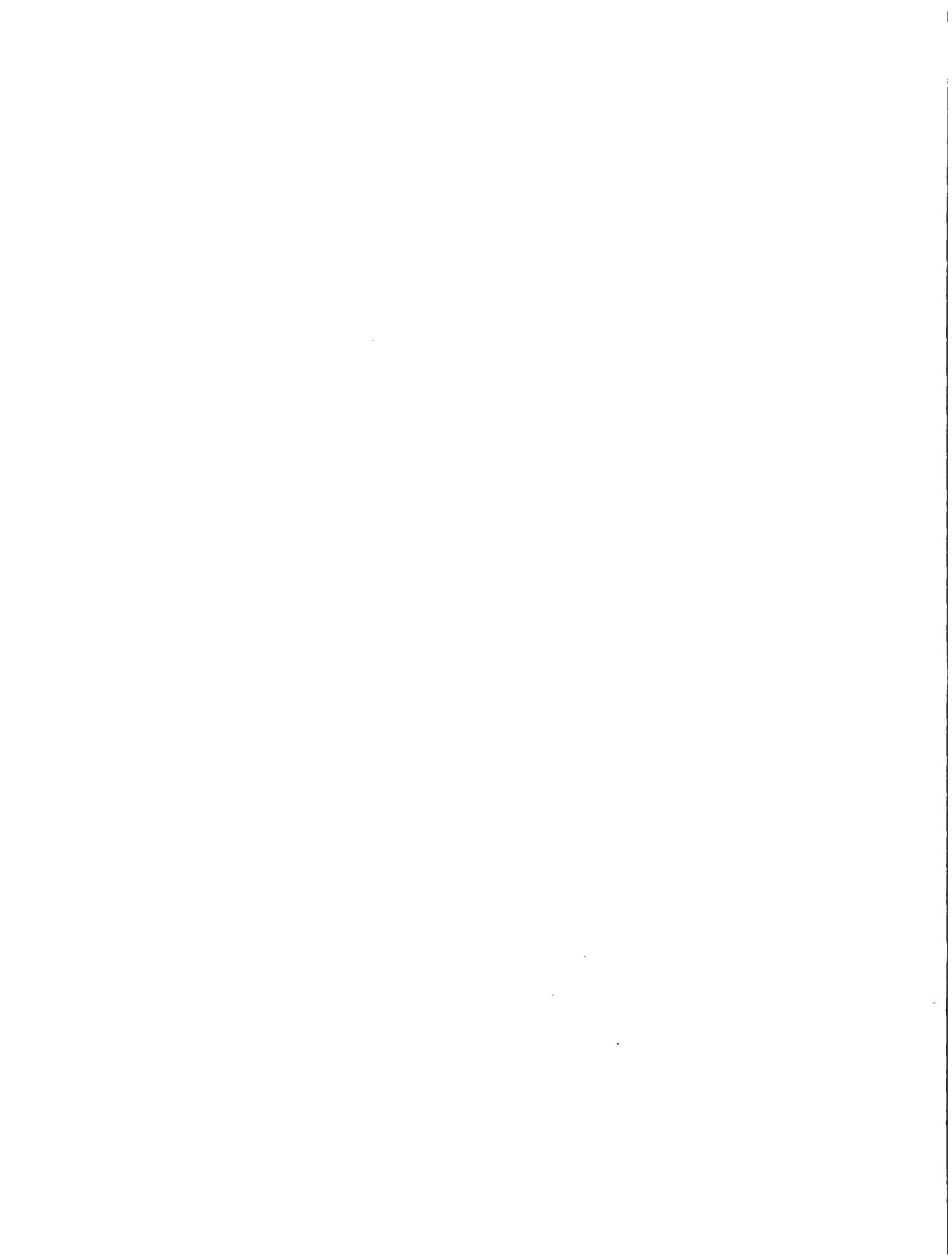
- e) estabelecer regra de cálculo do PLE que não seja sujeita a mudanças em função de variações na conjuntura ou na política macroeconômica;
- f) ampliar a cada safra as margens do PLE sobre as médias móveis, de modo a propiciar maior participação do setor privado na comercialização;
- g) adotar uma sistemática de correção do PLE que impeça deprimir seu valor real pela inflação. Sempre que possível, os preços internacionais deveriam ser utilizados como parâmetro na fixação dos PLEs;
- h) determinar os preços mínimos com base em regras estáveis que considerem o comportamento previsto do mercado;
- i) continuar enfatizando o uso do EGF como instrumento principal da política de comercialização vis-à-vis o AGF.

Para fins de reduzir a concentração de benefícios da Política de Preços mínimos, deveria restabelecer-se a regionalização dos preços mínimos, diferenciando-os em função dos custos de transporte nas diferentes regiões do país e, paralelamente, restringir a aplicação da Política de Preços Mínimos a produtos sujeitos a grandes flutuações de preços, produtos essenciais e produtos com especial significação em termos regionais e sociais.

5.3. Mercados Futuros

Nas conclusões da Agenda Estratégica, mencionava-se a existência de obstáculos à implantação de mercados futuros de produtos agropecuários no Brasil, dentre os quais o risco institucional representado pela instabilidade da política econômica do país, a interferência estatal no livre funcionamento dos mercados, distorções na formação de preços, falta de regras estáveis na regulamentação dos mercados e reduzida credibilidade no sistema de armazenamento. A situação, praticamente não mudou e, dessa forma, continuam prevalecendo as sugestões dadas à época, quais sejam:

- a) regulamentar as intervenções do Governo nos mercados de futuros de forma a evitar interferências arbitrárias que alterem regras sem prévia discussão com as partes interessadas ou anulem contratos legitimamente estabelecidos;



- b) autorizar que as transações de futuros sejam referenciadas em dólares americanos. Isso, não apenas para assegurar que as negociações se processem em moeda estável e conversível, como também para facilitar a internacionalização dos mercados brasileiros de futuros;
- c) junto com o item anterior, permitir e incentivar a participação de importadores e investidores estrangeiros em bolsas de produtos agropecuários;
- d) garantir o livre fluxo de capitais com tratamento fiscal adequado aos tomadores de risco;
- e) privatizar a rede de armazenagem, de classificação e emissão de warrants para permitir liquidez nos mercados de disponíveis;
- f) modificar a política de formação de estoques com vistas a impedir o desestímulo à estocagem privada;
- g) alterar a política de Preços Mínimos, de modo a evitar que os mesmos se tornem preços de mercado;
- h) implementar o juízo arbitral como instância de solução de pendências surgidas no âmbito das bolsas de futuros.

5.4. Política de Comércio Exterior

O papel da agricultura brasileira no modelo de industrialização via substituição de importações, gerou como herança uma forte regulamentação discriminatória contra as exportações de produtos agrícolas. Dessa forma, a Agenda Estratégica, no intuito de eliminar a discriminação remanescente, continua sugerindo:

- a) intensificar a desregulamentação dos processos de exportação de produtos agrícolas;
- b) promover o estabelecimento das condições que regulamentam a proibição casuística de exportação e importação de produtos agrícolas;
- c) minimizar os impostos, taxas e tributos incidentes sobre os produtos agrícolas exportados;
- d) eliminar tanto as diferenças de tarifas de insumos e dos produtos agrícolas como as isenções temporárias de tarifas;

- e) criar um sistema de draw-back agrícola que permita ao setor rural importar insumos isentos de impostos para a produção de bens agroindustriais de exportação.

A dispersão das funções de coordenação das atividades de comércio exterior entre vários órgãos continua, podendo-se minorar os efeitos negativos através de:

- a) criação de um comitê deliberativo de coordenação das atividades de comércio exterior agropecuário sob a direção do MAARA;
- b) implantar no MAARA um sistema de informações sobre safras, mercados, consumidores, normas, preços e políticas externas de produtos agropecuários dos principais parceiros comerciais do Brasil.

Quanto às possibilidades de melhorar a coordenação das políticas nacionais com as dos países integrantes do MERCOSUL também permanecem as sugestões de:

- a) priorizar a discussão e harmonização das respectivas políticas agrícolas;
- b) criar instrumentos de salvaguarda para apoiar o processo de abertura do comércio;
- c) estabelecer política de promoção de exportações de produtos agrícolas não-tradicionais especialmente produzidos em áreas irrigadas do Nordeste, dando-se especial atenção ao mercado dos países do MERCOSUL;
- d) fortalecer os mecanismos de atuação junto aos foros internacionais para solução de controvérsias comerciais;
- e) harmonizar a legislação e regulamentação sanitária; uniformizar procedimentos quarentenários; trocar informações relativas a problemas sanitários endêmicos e exóticos;
- f) explorar possibilidades de realizar campanhas de controle e/ou erradicação de pragas e doenças fito e zoonosológicas em conjunto com outros países do MERCOSUL.

5.5. Impostos na Agricultura

O principal problema relacionado à política tributária agropecuária, continua sendo a excessiva tributação via impostos indiretos, dos quais o ICMS é o mais importante.

O ICMS, na prática é um encargo adicional sobre o setor agrícola, dadas as suas características especiais. Aplicado sobre os produtos exportados, o ICMS acaba tornando-se um imposto sobre a agricultura vez que, sendo o Brasil tomador de preços no mercado internacional de quase todos os produtos agrícolas, o setor não tem como repassar o imposto aos preços. Assim, deve continuar buscando-se:

- a) reduzir a tributação indireta sobre o setor, especialmente aquela aplicada a produtos da cesta básica, de exportação e sobre bens de capital;
- b) avaliar as possibilidades de reduzir o número de impostos indiretos incidentes sobre o setor e rever a sistemática de aplicação do ICMS com vistas a facilitar a recuperação dos créditos.
- c) utilizar o Imposto Territorial Rural como um instrumento capaz de viabilizar uma utilização mais eficiente da terra.

5.6. Política de Geração e Transferência de Tecnologia

O principal problema associado à pesquisa agropecuária, se refere à limitada disponibilidade de recursos públicos para a atividade. A forte dependência existente desse tipo de recursos, fez com que a crise fiscal do Estado repercutisse sobre a geração de tecnologias para o setor.

O problema básico de transferência de tecnologia é a deficiente coordenação das atividades de assistência técnica e extensão rural. Assim, as sugestões continuam sendo:

- a) facilitar a cooperação entre as instituições de pesquisa agropecuária e empresas privadas, incentivando a associação de recursos e esforços para geração de tecnologias, incorporando o conceito de sustentabilidade;
- b) criar mecanismos legais que permitam aos órgãos de pesquisa, a apropriação de parte dos benefícios econômicos gerados;
- c) assegurar a transferência de tecnologia para os segmentos menos comerciais da agricultura;
- d) dar continuidade ao ajuste da estrutura organizacional da EMBRAPA, com vistas a aperfeiçoar sua capacidade administrativa e operativa no cumprimento de suas funções de geração e transferência de tecnologia;

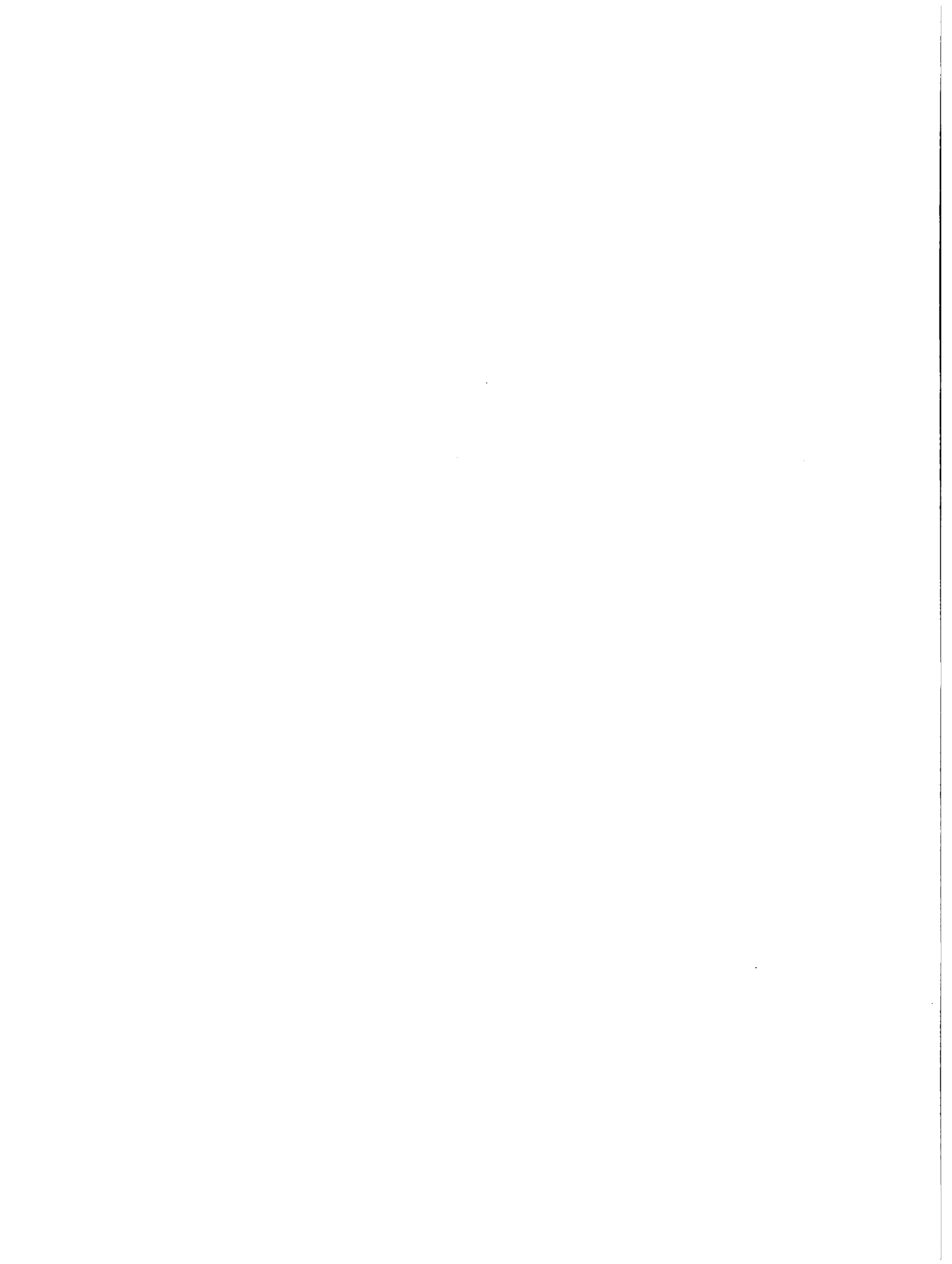


- e) continuar promovendo a reorganização do sistema EMBRAPA, de maneira a facilitar uma maior e mais efetiva vinculação das atividades de investigação com as realidades regionais e seus clientes e usuários;
- f) avaliar as limitações institucionais do processo de coordenação das atividades de transferência de tecnologia, procurando estimular a participação do setor privado e organismos não governamentais.

5.7. Política de Irrigação

Os principais problemas relacionados com a política de irrigação compreendem: deficiente sistema institucional público que planeja, coordena, regula e administra a política de irrigação; altos custos e baixa eficiência dos projetos públicos de irrigação, sobretudo no Nordeste, reduzida base de informações sobre aspectos agrícolas e impactos ambientais dos projetos de irrigação; baixo nível técnico dos irrigantes e limitada oferta tecnológica para a agricultura irrigada. Face a esses problemas, na Agenda Estratégica sugería-se, e continua vigorando a adoção das seguintes medidas:

- a) fortalecer a atual política de consolidação dos projetos existentes no Programa Nacional de Irrigação;
- b) criar mecanismos permanentes de coordenação entre os Estados, Municípios e a União, com vistas a unir os esforços em favor da irrigação e maximizar a utilização dos recursos investidos por esses três níveis de Governo;
- c) dar continuidade ao processo de co-gestão, nos perímetros irrigados, na busca da emancipação dos mesmos.
- d) aumentar a oferta de informações tecnológicas para a agricultura irrigada;
- e) aperfeiçoar o sistema institucional de irrigação, tornando-o mais participativo, levando em consideração no particular, o setor privado, e a expansão do mercado internacional pelo processo de integração da economia brasileira com o MERCOSUL. Em particular, devem ser criados instrumentos para explorar as vantagens competitivas potenciais do Nordeste na produção e exportação, inclusive de produtos não-tradicionais;
- f) desenvolver programas de treinamento operacional de irrigantes e técnicos e melhorar o sistema de ensino agrícola nas áreas de irrigação;



- g) estabelecer um sistema de monitoramento permanente sobre desenvolvimento agrícola e impactos ambientais dos projetos;
- h) instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- i) rever a Lei de Irrigação no intuito de aperfeiçoar o desenvolvimento da agricultura irrigada;

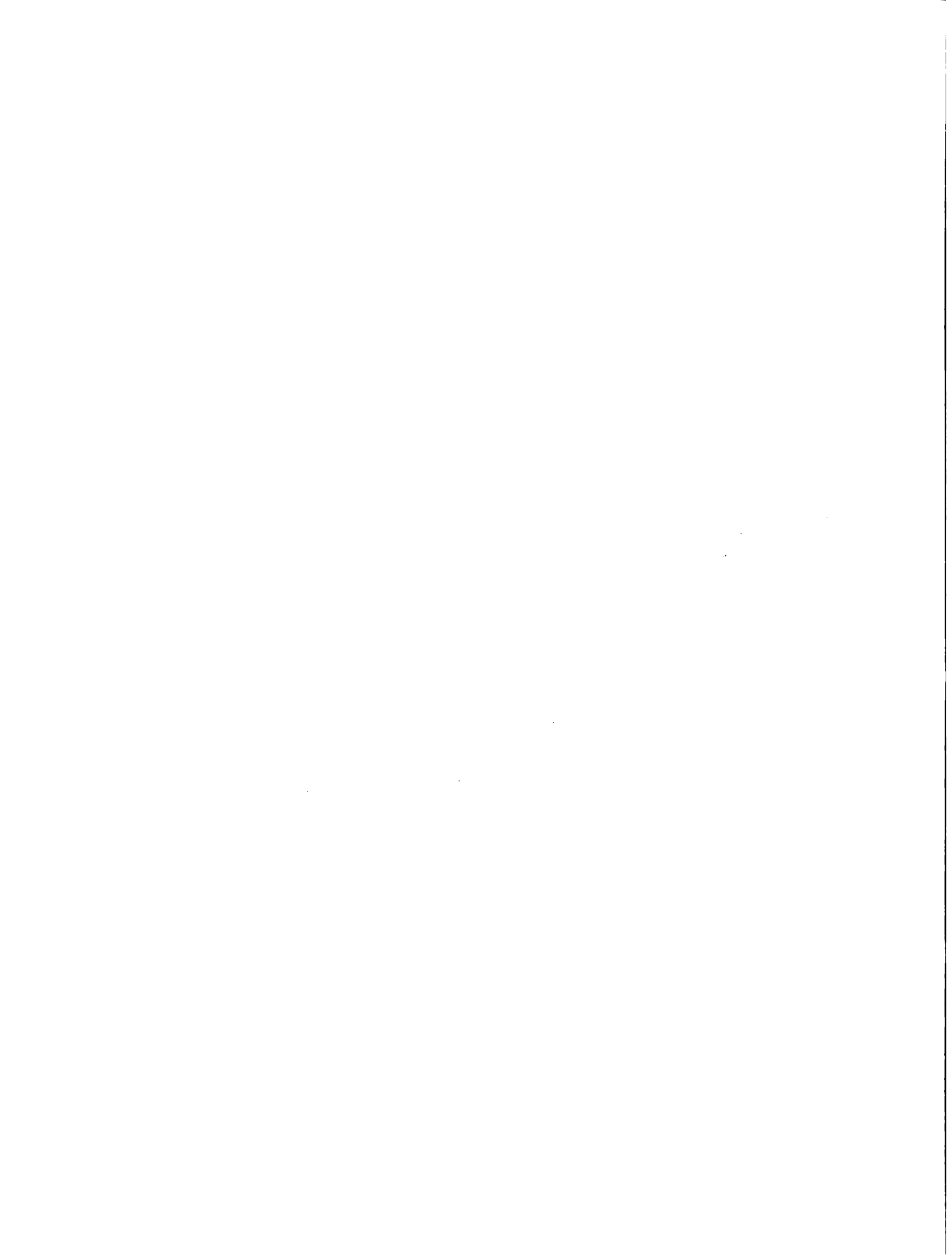
5.8. Reforma Agrária

O obstáculo principal para a implementação da reforma agrária, tem sido a escassez de recursos financeiros. Dada esta limitação, os programas anunciados acabam desenvolvendo-se em ritmo muito lento, contribuindo para desgastar a própria idéia da reforma. No presente contexto de crise fiscal do Estado, qualquer proposta de reforma pode implicar na necessidade de buscar recursos complementares junto a fontes externas.

Para dar suporte a uma reforma de acordo à concepção dos projetos de desenvolvimento rural, o Governo deveria incentivar a organização dos produtores para a comercialização, proporcionar assistência técnica capaz de incrementar a produtividade da terra e realizar pequenas obras de infra-estrutura de irrigação, onde apropriadas.

Para apoiar a ampliação do programa de reforma agrária, continuam sugerindo-se as seguintes medidas de caráter político e administrativo:

- a) preparar estudos de viabilidade técnica e econômica dos componentes do programa de reforma agrária a fim de negociar a contratação de créditos com instituições financeiras multilaterais, a exemplo do Programa de Desenvolvimento Agropecuário em Áreas de Assentamento - PRODAPA, desenvolvido em fins de 1992 e inícios de 1993 porém não adotado até o presente;
- b) rever os critérios de seleção de famílias beneficiadas e elaborar um cadastro nacional das famílias assentadas e a assentar;
- c) atualizar o cadastro das áreas disponíveis para assentamentos imediatos em terras de propriedade da União, Estados e Municípios, órgãos governamentais e as desapropriadas pelo PNRA;
- d) formular planos operacionais anuais para acelerar os assentamentos em curso, a semelhança do Plano Emergencial de Reforma Agrária preparado no segundo trimestre de 1993;



- e) **regulamentar os dispositivos constitucionais relativos à desapropriação de terras e à definição de propriedade produtiva;**
- f) **rever a legislação relativa à titulação de terras e ao usucapião, removendo os obstáculos para a criação de um mercado de arrendamento de terras;**
- g) **institucionalizar e instrumentalizar o assentamento e a colonização privada, ajustando a legislação e a regulamentação da matéria;**
- h) **estudar a possibilidade de fortalecer o crédito fundiário;**
- i) **avaliar o Imposto Territorial Rural como instrumento indutor da redistribuição fundiária, assim como seu impacto sobre o meio ambiente;**
- j) **implantar um cadastro fundiário que atenda aos critérios de elevado padrão técnico;**
- k) **priorizar os investimentos para a emancipação de assentamentos rurais existentes e rever o aparato legal que define os critérios para a emancipação dos assentamentos;**
- l) **facilitar a incorporação dos assentamentos ao mercado agropecuário através da implantação de modelos produtivos agroindustriais diferenciados que considere processos de integração vertical e horizontal. A execução dessa medida, deveria ser complementada com ações dirigidas a atrair recursos externos para financiar os projetos;**
- m) **descentralizar a execução da reforma agrária fortalecendo o papel das Comissões Estaduais do Programa da Terra e ampliando a participação institucional a nível regional de forma a melhor adequar a reforma agrária à realidade local;**
- n) **realizar levantamento cadastral dos trabalhadores de baixa renda que sirva de base para a definição de uma política social orientada aos segmentos mais pobres.**

5.9. Pobreza Rural

A grande diversidade de situações que compõem o contexto de pobreza no Brasil, impossibilitam a adoção de soluções padronizadas e isto, associado às limitações financeiras, torna necessário o envolvimento de todas as formas representativas da sociedade, não apenas no gerenciamento, financiamento e controle das políticas assistenciais, como também no estabelecimento das diferentes modalidades de implementação.

A questão básica para o atendimento das populações de baixa renda do campo, está relacionada não somente com a disponibilidade de recursos, mas também com o grau de adequação e capilaridade dos modelos institucionais propostos para efetivamente atingirem distintos grupos de populações pobres do meio rural, que apresentam características sócio-econômicas e culturais bastante heterogêneas. Dessa forma, e em princípio, acredita-se como necessário:

- a) instaurar política assistencial caracterizada por ações diferenciadas, enfatizando os segmentos mais desprotegidos da sociedade e dirigida a elevar a eficácia das políticas setoriais traçadas pelas diversas áreas públicas;**
- b) destacar, na área agrícola, mecanismos diferenciados de acesso à terra, assistência técnica, crédito rural e demais instrumentos que possam utilizar-se como componentes básicos da política assistencial para reduzir a pobreza no campo.**
- c) mudar a estratégia das ações que se caracterizam pela setorialização e pelo predomínio urbano, buscando o respaldo em estratégia ampla e de longo prazo, de forma a incidir sobre as raízes estruturais do problema.**
- d) formular estratégia de combate à pobreza rural definindo instrumentos de coordenação institucional e orçamentária, associadas ao pleno envolvimento da sociedade civil, de forma a permitir a articulação dos principais atores do desenvolvimento, públicos e privados.**
- e) considerar, tanto na elaboração de políticas quanto na definição de instrumentos, critérios de regionalização, especificidade e focalização social, concepção de espaços locais, combinação e articulação das ações, prioridade às ações relativas a saneamento básico e saúde pública assim como à alocação flexível de recursos;**



- f) executar as políticas nacionais de combate à pobreza rural com base na articulação de linhas de atuação quais sejam:
- i) medidas de compensação social imediata através de mecanismos diretos de subsídios para os segmentos de extrema pobreza;
 - ii) elevação dos níveis educacionais na área rural, tanto através da ampliação da infra-estrutura educacional quanto da garantia da qualidade e regularidade do serviço;
 - iii) ações para reduzir o déficit habitacional, sempre que possível, deverão compor parte dos programas de geração de emprego e renda nas áreas rurais;
- g) oferecer adequadas condições de apoio aos micro e pequenos produtores que já dispõem de base produtiva, com possibilidades de serem viabilizadas economicamente através do fortalecimento das capacidades e potencialidades produtivas e organizativas;
- h) perseguir a melhoria da qualidade de vida para o segmento social dos trabalhadores rurais assalariados, assegurando-lhes condições no que diz respeito ao salário mínimo, leis sociais complementares, condições ambientais de trabalho, direitos de sindicalização e organização etc;
- i) para implementar propostas de trabalho, as atividades deveriam organizar-se em três áreas de combate à pobreza rural: a) desenvolvimento de propostas de médio e longo prazos, b) sistematização, análise e intercâmbio de experiências, e c) acompanhamento e avaliação em processo de programas críticos em execução pelo Governo.

5.10. Desenvolvimento Sustentável

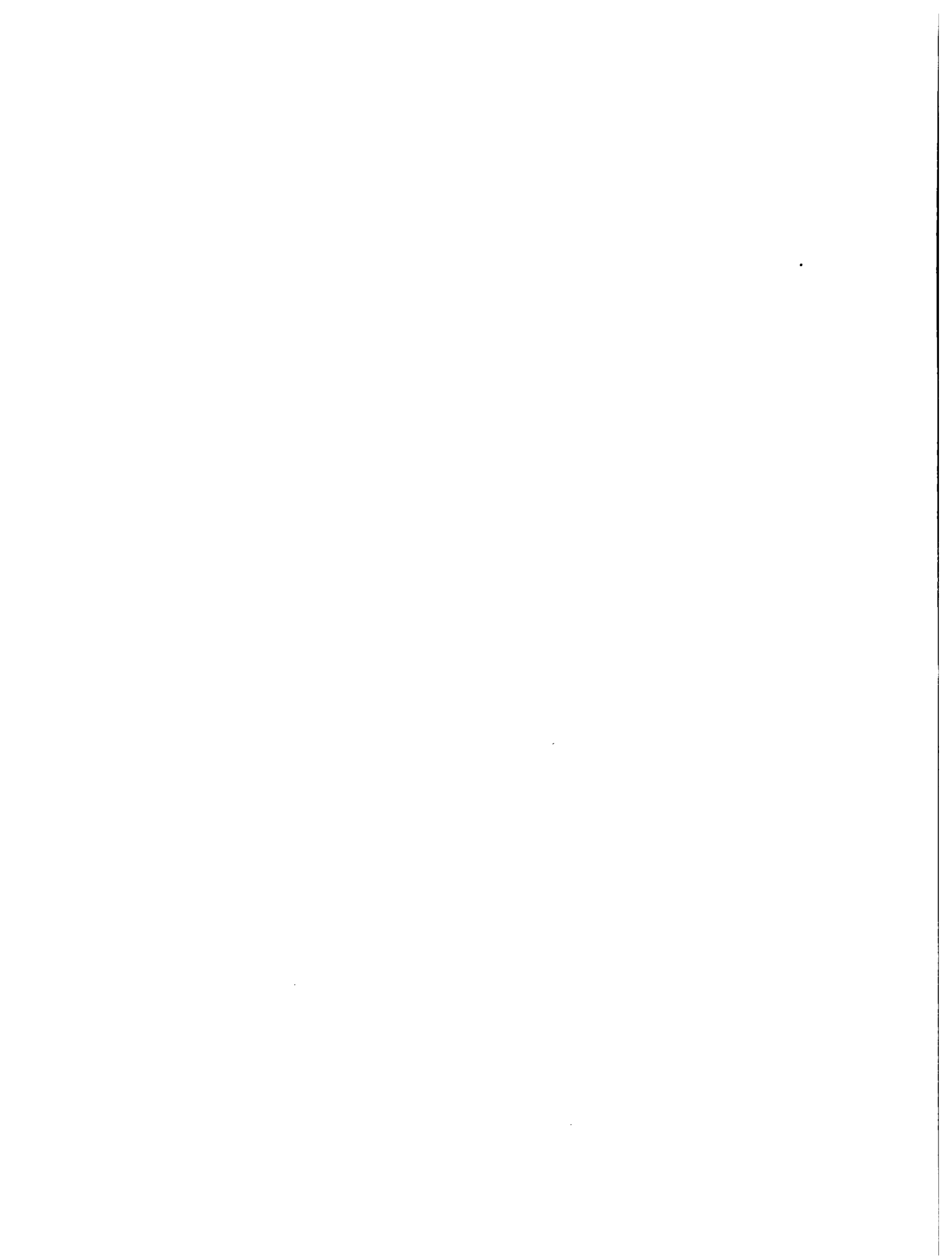
O padrão de desenvolvimento recente do Brasil, está levando a estrutura social a conviver com tensões de proporções dramáticas. A simples retomada do crescimento econômico não basta para a solução dos graves problemas. A transformação da estrutura produtiva, deve vir entrelaçada com firme política de assegurar, simultaneamente, maior equidade social, não apenas com respeito às populações atuais como também em relação às populações futuras.

Os critérios de eficiência econômica orientados apenas pelas forças de mercado não levam à redução de desigualdades sociais e regionais e ao uso racional dos recursos naturais. A experiência brasileira tem provado que a mobilização intensiva dos fatores de



produção induz ao uso predatório dos recursos ambientais e tende a reproduzir, de forma espontânea, as condições sociais e espaciais que lhe deram sustentação. Assim, dentre outros aspectos e de forma aparente, tornar-se-ia necessário considerar:

- a) a busca de um desenvolvimento sustentável compatível com as particularidades das diferentes regiões brasileiras deve passar, necessariamente, pela elaboração de um zoneamento ecológico-econômico;**
- b) na Amazônia, os conhecimentos atuais apontam para uma grande fragilidade dos ecossistemas florestais, em particular para a relação entre diversidade biológica e reciclagem de nutrientes, e para a importância da floresta na regulação do ciclo hidrológico.**
- c) deverão harmonizar-se interesses econômicos e sociais com a necessidade de preservar os ecossistemas e sua riqueza biológica. Devem identificar-se formas de uso que valorizem os recursos naturais, incentivem sua preservação e gerem renda.**
- d) para fins de utilização sustentável dos sistemas de várzeas deverá considerar-se o trinômio pesca-agricultura-madeira, dando-se prioridade à produção de pescado como fonte de proteínas.**
- e) no Semi-Árido, deverá adotar-se com urgência programa de conservação e recuperação ambiental. A recuperação da caatinga é considerada como um dos possíveis caminhos, ao lado de uma política correta de irrigação.**
- f) no Cerrado, a curto e médio prazo, os processos de expansão agrícola e urbana tendem a continuar, o que deverá reforçar e acelerar a antropização, o desmatamento, a perda de solos, poluição das águas e a extinção da biota.**
- g) deverá difundir-se entre os agricultores, novos sistemas de produção para ampliar a capacidade de absorver tecnologias disponíveis e evitar, inclusive, agressões ao meio ambiente.**
- h) deve agilizar-se o inventário quantitativo dos recursos naturais da região, especialmente água e biota; ampliar a representatividade das áreas de conservação in situ do patrimônio genético; estimular e orientar programas de manejo sustentado dos recursos bióticos, especialmente nas propriedades agropecuárias e madeireiras e também nas reservas indígenas; rever a legislação conservacionista no sentido de valorizar o uso sustentado dos recursos naturais, etc.**



- i) na região da Mata Atlântica, única reserva da biosfera do país, deve-se intensificar o reconhecimento da obrigação legal e ética de preservar os seus remanescentes primários e secundários. É necessário desenvolver trabalho de pesquisa e recomposição de áreas consideráveis da floresta que foi devastada, no Nordeste, norte do Espírito Santo, oeste de São Paulo e Paraná, com vistas à recuperação da vazão dos rios, a proteção dos mananciais, à contenção da erosão e à reintrodução de espécies.
- j) dever-se-á também, recuperar áreas que complementam os conjuntos remanescentes, de forma a transformá-los em áreas contínuas de floresta, formando corredores que possibilitem um maior fluxo gênico entre as populações de plantas e animais.
- k) nos Campos do Sul é preciso definir e delimitar unidades de conservação de maneira a garantir inclusive o estudo de alternativas para a agropecuária, que deveria ser orientada apenas para áreas de potencial bem conhecido.
- l) na região da Mata de Araucárias, segmento muito original da biodiversidade do país, a prioridade é a preservação de seus remanescentes, em função de suas escassez. Acrescente-se que o incentivo à produção de florestas artificiais deve ser disciplinado.
- m) para a Planície Pantaneira, além da pecuária extensiva, devem procurar-se alternativas de utilização econômica que consigam valorizar o ambiente e as áreas sazonalmente inundáveis. Especial atenção deve ser dada aos ecossistemas circundantes, que possibilitam a manutenção do ciclo hidrológico do Pantanal.

Para que a sustentabilidade possa efetivar-se, tornando-a de aplicação prática no meio rural do Brasil, dever-se-ia contar com alguns elementos, quais sejam:

- a) desenvolver programa baseado em microrregiões, como unidade de planejamento, organizadas sob o ponto de vista geopolítico e produtivo;
- b) criar mecanismos institucionais que contem com aval político necessário para fazer cumprir as diretrizes conservacionistas;
- c) proposta de modelos produtivos integrados vertical e horizontalmente, dentro das áreas identificadas como microrregiões e que sejam sustentáveis, sob o ponto de vista econômico e produtivo;



- d) proposta de modelo de transferência da tecnologia como promoção de uso da mesma, que seja viável por si próprio, financiado pelo produtor ou pelo Estado, segundo a sua capacidade financeira. Ao mesmo tempo, deveria contar-se com mecanismos participativos na sua implementação;
- e) proposta de organização comunitária regional (microrregiões) interrelacionada com o mecanismo político porém, sem dependência operativa do mesmo. Tal organização deverá tomar consciência social da sustentabilidade dos recursos naturais, como forma de vida.
- f) modelo de relacionamento entre microrregiões, através de mecanismos de comunicação e informação horizontal, que o torne sustentável comercialmente e que legisle para promover investimentos externos nos programas de conservação.

Todos os componentes mencionados deveriam integrar-se em modelo de desenvolvimento microrregional dinâmico e aberto, de forma que seja sustentável ao longo do tempo.



BIBLIOGRAFIA

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Mensal. Brasilia, DF. (Vários Números)
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasil: Programa Econômico- Volume 35. Dezembro de 1992.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório Anual. Brasilia, DF, 1991 e 1992.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Progresso Sócio-Econômico na América Latina, Relatório 1992.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. Brasilia; CIMA, 1991
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE.CEPAL. Panorama Econômico da América Latina. 1992
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, (Vários Números)
- GAZETA MERCANTIL. Vários números.
- IICA-FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL. Proposta de Colaboração Técnica do IICA À SEPLAN-PR/IPEA No Campo do Desenvolvimento e de Combate à Pobreza Rural no Brasil. Brasilia, 1993
- IICA. Representación del IICA en el Brasil. Demandas Percibidas en Relación con el Tema Sostenibilidad. Brasilia, DF, 1993
- MERCOSUL - Mercado Comum do Sul. Custos e Incidência tributária na produção agropecuária e agroindustrial.IPARDES, 1992.
- MERCOSUL - Mercado Comum do Sul. MERCOSUL: Custos FOB e Impactos das Medidas Tributárias na Produção Ageropecuária e Agroindustrial. IPARDES, 1993.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA REFORMA AGRÁRIA/IICA. BRASIL: Agenda Estratégica para o Setor Agropecuário. 1992

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. Conjuntura Agropecuária. Brasília, DF, (Vários Números).

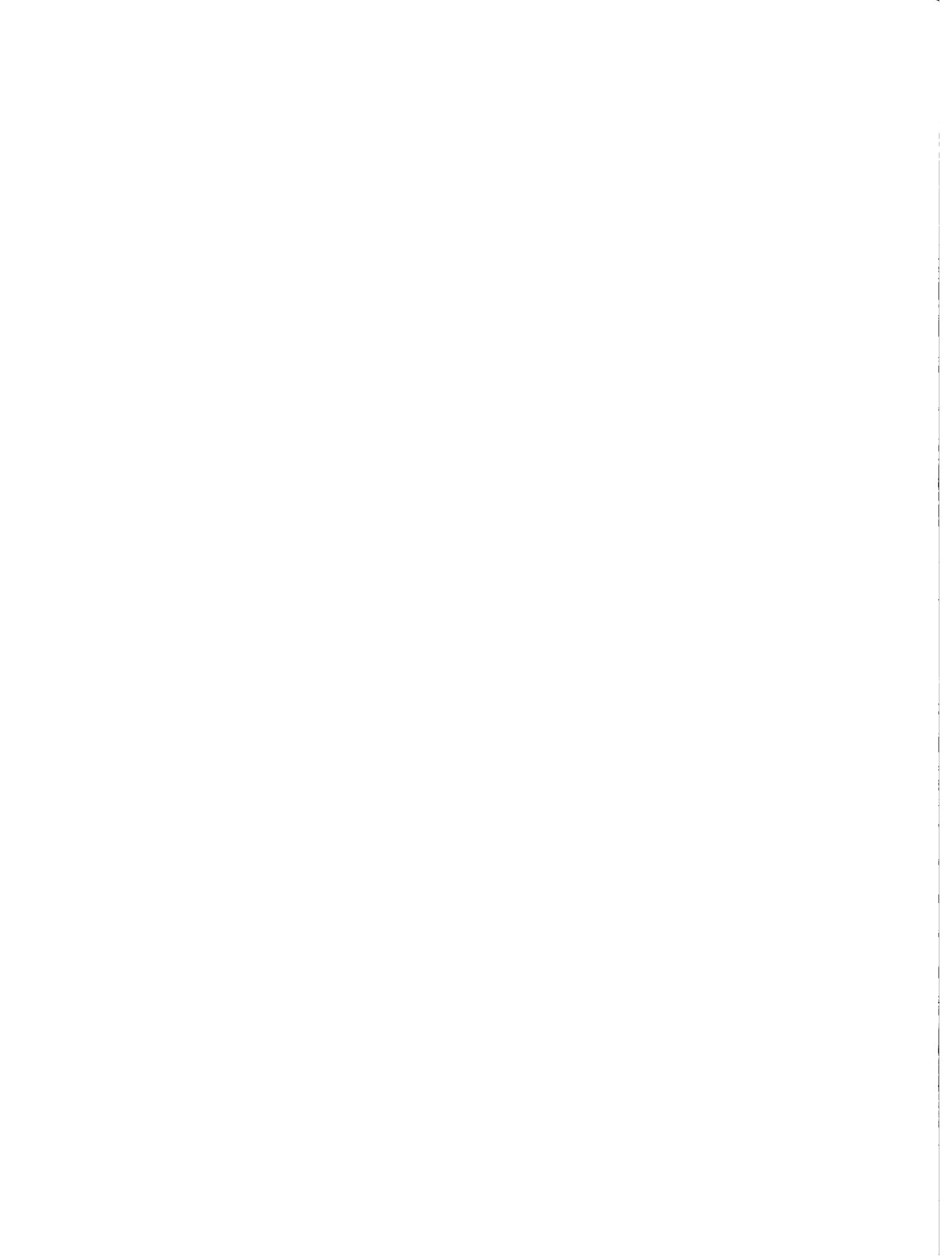
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA REFORMA AGRÁRIA. Plano Nacional Agrícola: Medidas Complementares. Brasília, DF. 1991

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. Plano Nacional de Abastecimento Alimentar-PLANAB 1993-1994. Brasília, DF. 1993.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA. Plano Nacional Agrícola de Segurança Alimentar (PROSEA). (Versão Preliminar) Brasília, DF. 1993

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA. Plano Safra 92/93. Brasília, DF. 1992

MINISTERIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA. Revista de Política Agrícola. (Vários Números). Brasília, DF. 1992 e 1993



BRASIL
AGENDA ESTRATÉGICA PARA O SETOR AGROPECUÁRIO
ATUALIZAÇÃO PERÍODO 1992/93

SUMÁRIO EXECUTIVO

O documento dá continuidade ao documento original, analisando as evoluções da produção e da política agropecuária no contexto macroeconômico do país, tentando identificar os principais problemas do setor, tendo como período principal de referência 1992-93. A partir da análise, são apresentadas sugestões que visam contribuir para a formulação da política agropecuária.

O texto está dividido em cinco capítulos. O tema do Capítulo I revê as principais tendências macroeconômicas, analisando a evolução da produção, emprego, preços, salários, moeda, crédito, finanças públicas, balanço de pagamentos e dívida externa.

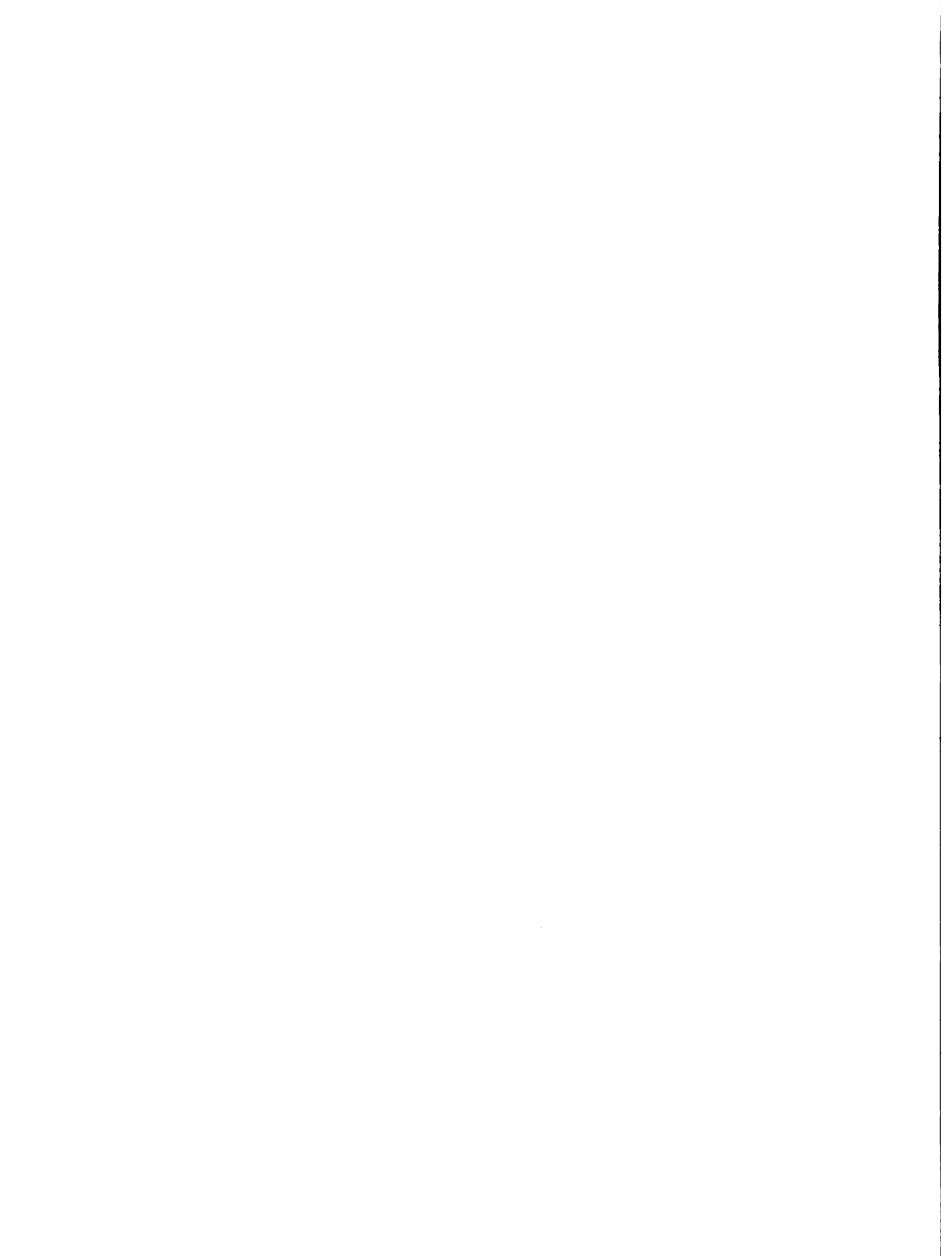
O Capítulo II examina a política agropecuária, detalhada em seções que tratam das políticas de preços e comercialização; comércio exterior; crédito rural; impostos na agricultura; irrigação; geração e transferência de tecnologia; reforma agrária; pobreza rural e desenvolvimento sustentável. O Capítulo III traça a evolução da produção agropecuária, destacando os subsetores agrícola e pecuário. As exportações e importações agropecuárias são focalizadas no Capítulo IV.

O Capítulo V, apresenta um conjunto de sugestões para o aperfeiçoamento das políticas agropecuárias em um contexto de modernização e crescente integração da agricultura brasileira no mercado internacional.

CONDICIONANTES MACROECONÔMICOS

Os condicionantes macroeconômicos mais importantes para o setor agropecuário estão relacionados, desde o início da década de 80, com a aceleração da inflação e reversão da trajetória de crescimento da economia brasileira. Esse quadro de estagflação, cuja raiz comum se localiza na crise fiscal do Estado, levou à implementação de sucessivos programas de estabilização que se mostraram incapazes de conter a aceleração inflacionária e assegurar a retomada do crescimento sustentado do país.

O contexto macroeconômico em que o Brasil tem vivido desde o início da década de 80 condicionou fortemente o comportamento do setor agropecuário. Sob o aspecto econômico, os resultados da última década ficaram muito abaixo do desejável: entre 1981 e 1990, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média anual de apenas 1,3%, muito abaixo dos 8,6% registrados nos anos 70. Em 1992, o PIB caiu 0,1% em termos reais enquanto que, para 1993, as projeções indicam



possível crescimento de 4,1%. A inflação mostrou uma firme tendência crescente, interrompida periodicamente em consequência de planos de estabilização cada vez menos efetivos. A partir de 1992, a inflação voltou a recrudescer.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Em nível setorial, observa-se que a queda da produção global do país no período 1985-91 refletiu, em grande medida, o desempenho do setor industrial. O setor agropecuário apresentou um comportamento relativamente melhor vis-à-vis o setor industrial.

Com relação à produção agrícola, as culturas do café e da laranja apresentaram as maiores taxas anuais de crescimento (aproximadamente 6%) no período 1986-91, sendo seguidas pelo feijão (4,3%) e pelo milho (2,4%). Em contraste, o algodão (arbóreo e herbáceo), o trigo e o arroz apresentaram produção declinante, no mesmo período. A safra agrícola 91/92 apresentou crescimento substantivo em relação à safra anterior alcançando 68,4 milhões de toneladas. Em 1992/93, a área plantada caiu 8% com relação à anterior; contudo, a estimativa é de alcançar produção global de 68,7 milhões de toneladas.

A produção pecuária (1986-90) apresentou um comportamento satisfatório. O número de bovinos abatidos cresceu a uma taxa anual de 7,7%, sem computar os abates clandestinos não captados nas estatísticas disponíveis. A taxa de crescimento anual de abate de aves foi também expressiva (4,8%), da mesma forma que a de suínos (3,5%), que deve ser considerada alta para o quadro geral vivido pela economia brasileira. Nos dois últimos anos, a pecuária bovina continuou apresentando indicadores positivos, calculando-se taxa de crescimento de 4% de 1991 a 1993.

No período 1985-90, a participação da agropecuária no valor total das exportações brasileiras diminuiu de 39% para 29%. Esta queda resultou, basicamente, da redução das vendas externas dos produtos vegetais, em especial café, suco de laranja, cacau, fumo, açúcar, algodão e carnes, que respondem por aproximadamente 84% das divisas obtidas pelo país com a venda de produtos agropecuários para o exterior. Em 1992, a participação das exportações do setor agropecuário continuou caindo, chegando a 25,9% sendo que, para 1993, a perspectiva é de que se poderá repetir o nível atingido em 1992.

PREÇOS E COMERCIALIZAÇÃO

O Governo brasileiro intervém na comercialização agropecuária através da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Os instrumentos para implementação dessa política têm sido os preços mínimos, os Empréstimos do Governo Federal (EGF), as Aquisições do Governo Federal (AGF) e os Preços de Intervenção



(PI), recentemente transformados em Preços de Liberação de Estoques (PLE). A PGPM cobre a maior parte dos grãos (cereais e oleaginosas) de consumo interno e de exportação e também inclui produtos como gado de corte, aves, algodão, frutas, hortaliças, seda e o pó cerífero de carnaúba.

Os principais problemas na área de preços e comercialização interna estiveram relacionados com a intervenção excessiva e inadequada do Governo no mercado, levando freqüentemente a conflitos entre as políticas de produção e abastecimento. Outros problemas relevantes são a concentração de benefícios e a falta de coordenação das políticas de preços e de comercialização entre os países do MERCOSUL.

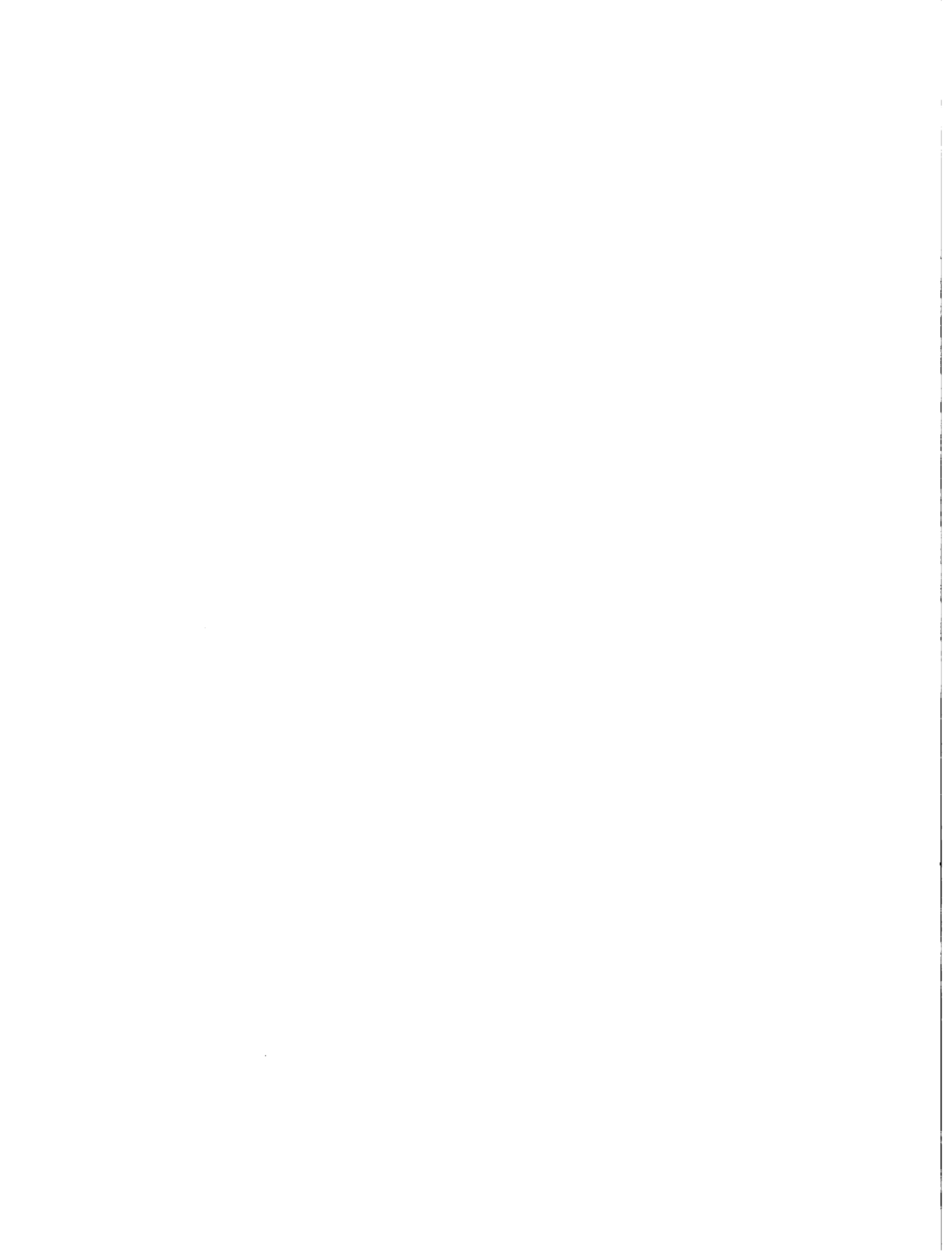
Em adição aos aspectos anteriores, o sistema nacional de comercialização carece de mercados de futuros de produtos agropecuários. O principal obstáculo à implantação desses mercados no Brasil parece continuar a ser a instabilidade da política econômica do país. Além disso, podem ser apontados como problemas nessa área de distorções na formação de preços, ocasionadas pela política tributária, a falta de regras estáveis na regulamentação dos mercados e a reduzida credibilidade do sistema de armazenamento.

COMÉRCIO EXTERIOR

A política de comércio exterior de produtos agropecuários apresentou orientações diferentes nos subperíodos 1985-87, 1988-89 e 1990-92. No primeiro, essa política esteve marcada pela utilização de mecanismos de promoção de exportações, particularmente incentivos fiscais. No caso das importações, o Governo controlou as compras externas do país através de vários dispositivos.

Com o agravamento da crise fiscal do Estado, o Governo começou a reduzir os incentivos às exportações agropecuárias, a partir de 1988. Paralelamente, face à necessidade de modernizar o parque industrial, o Governo iniciou a reformulação de sua política de importações, diminuindo significativamente o nível dos impostos incidentes sobre as compras externas. Dada essa orientação, a tarifa média de importação vem sendo reduzida. Como parte da política de liberalização do comércio exterior agropecuário, as restrições quantitativas às exportações e importações de carne bovina foram eliminadas em 1989.

A partir de 1990, várias medidas importantes foram introduzidas. Eliminou-se a lista de produtos com importação suspensa e revogou-se a disposição que obrigava as empresas importadoras a realizar um programa de importações quando suas transações externas superassem determinados valores. Adicionalmente, regulamentou-se a tarifa compensatória, passível de



aplicação nas importações de produtos agrícolas subsidiados na origem. Em janeiro de 1991, foi reformulado o sistema tarifário, com o propósito de aprofundar a integração do país no mercado internacional. Com este propósito se prevê a redução gradual das tarifas até atingirem níveis entre 0% e 40%, com um valor modal de 20% em 1994.

Os principais problemas associados com a política de comércio exterior do setor agropecuário brasileiro estão historicamente ligados ao papel que a agricultura foi forçada a desempenhar no modelo de industrialização via substituição de importações. Isto gerou uma forte herança de regulamentações discriminatórias às exportações de produtos agrícolas. Há, também, um excessivo número de órgãos públicos federais que interferem na política de forma descoordenada.

CRÉDITO RURAL

A política de crédito rural, no Brasil, é implementada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural constituído pelo Banco Central, pelo Banco do Brasil, pelos bancos de desenvolvimento regionais e estaduais e por instituições financeiras credenciadas. As principais fontes de recursos dessa política têm sido o Tesouro Nacional, os depósitos compulsórios do sistema bancário e a caderneta de poupança rural.

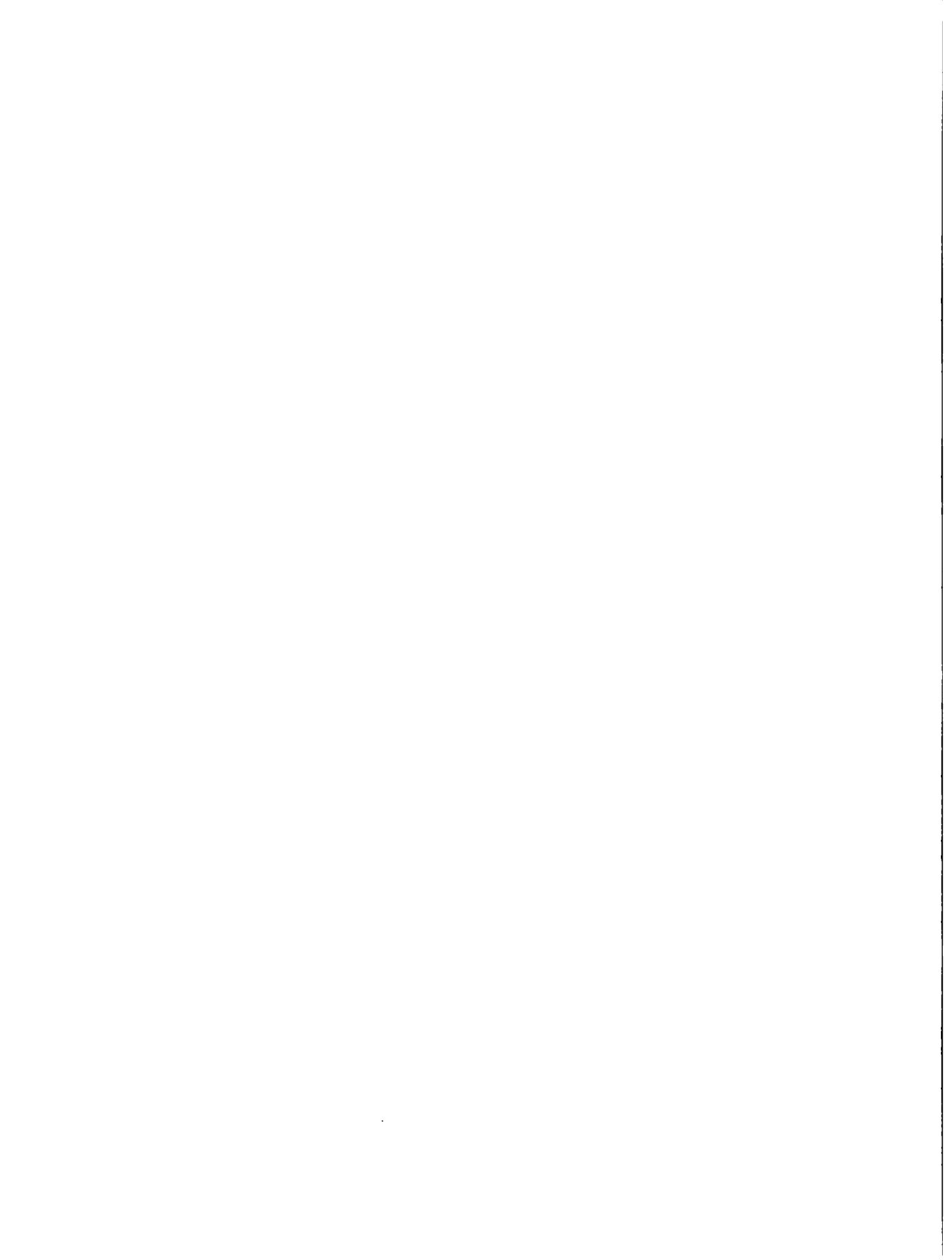
Nos anos recentes, como resultado das dificuldades financeiras do setor público, o volume de crédito rural tem declinado, e o seu custo (fortemente subsidiado, na década de setenta), se elevado.

O principal problema a ser enfrentado na área de crédito rural consiste em garantir fontes privadas e estáveis de recursos, em quantidades adequadas e em condições de custo compatíveis com a rentabilidade esperada no setor. Outros problemas que merecem destaque são as distorções criadas pelos subsídios (em grande parte já eliminados), a escassez crônica de recursos para financiar investimentos e a excessiva e inadequada regulamentação do crédito rural.

IMPOSTOS

O setor agropecuário brasileiro é tributado de forma direta e indireta através de um sistema constituído por três agentes arrecadadores (União, Estados e Municípios).

Os impostos diretos são o Imposto sobre a Renda Rural (IRR), o Imposto Territorial Rural (ITR), o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL), o Programa de Integração Social (PIS) e o Imposto sobre Herança (IH).



Os impostos indiretos incluem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), o Imposto sobre Serviços (ISS), o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre a Venda a Varejo de Combustíveis e o Imposto sobre Circulação de Veículos Automotores (IPVA).

Em adição, as atividades agropecuárias são afetadas pelas tarifas de importação de insumos e pelos recolhimentos compulsórios. Entre esses últimos figuram as contribuições previdenciárias (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Além dessa ampla carga impositiva, um dos principais problemas relacionados à tributação no setor agrícola é a predominância de impostos indiretos, dos quais o ICMS é o mais importante. Dessa forma, o sistema tributário penaliza a produção e poupa a posse improdutiva da terra, na medida em que se taxa em função do faturamento e não do lucro.

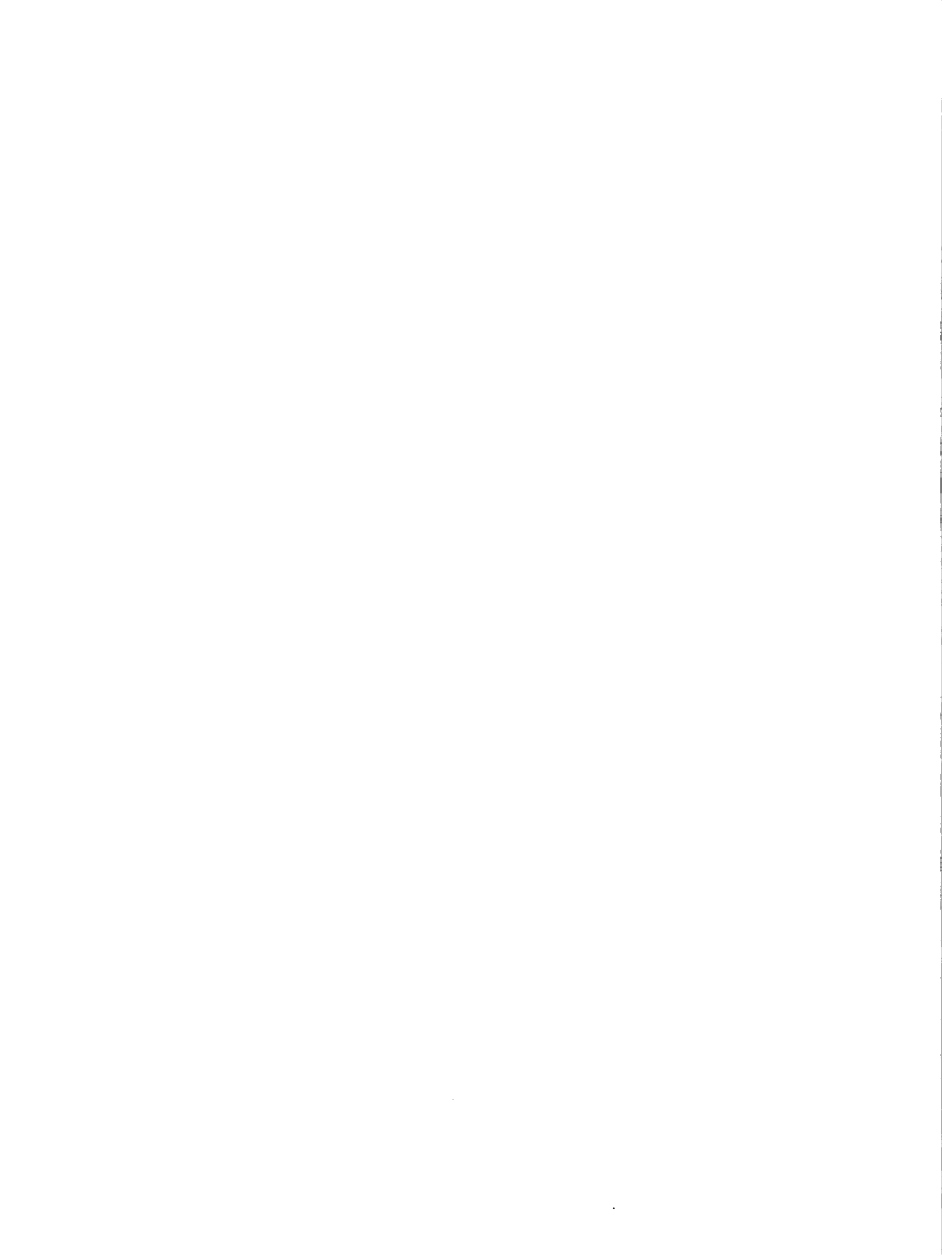
IRRIGAÇÃO

O desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil, durante a segunda metade dos anos 80, teve como principal marco orientador o Programa Nacional de Irrigação (PRONI) e o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), ambos criados no início de 1986 e recentemente unificados, com o primeiro absorvendo o segundo.

Como resultado da implementação do PRONI, PROINE e outros mecanismos de apoio à expansão da irrigação, foram implantados 1,1 milhão de hectares de áreas irrigadas, no período 1986-90. Esse aumento, embora substancial, é menos da metade da meta conjunta para os dois programas.

Embora os programas não tenham conseguido alcançar suas metas conjuntas, a incorporação de mais de um milhão de hectares irrigados contribuiu para elevar a produção de grãos em cerca de 6,4 milhões de toneladas e a de produtos hortícolas e frutícolas em 2,7 milhões de toneladas. Em termos regionais, o maior crescimento da agricultura irrigada ocorreu nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.

A partir do final da última década a política brasileira de irrigação experimentou um redirecionamento importante privilegiando o desenvolvimento da agricultura irrigada com base em projetos conduzidos pela iniciativa privada. Em contraste com projetos públicos, os atuais projetos de apoio à irrigação privada caracterizam-se por financiar exclusivamente a infra-estrutura básica de uso comum, não incluindo, portanto, investimentos em nível de propriedade.



Não obstante os avanços recentes, persistem problemas de natureza institucional, legal e técnica que dificultam o melhor desempenho e maior dinamismo do programa de irrigação. Em que pese ao sentido correto, as modificações na estrutura institucional no subsetor de irrigação contribuíram para desarticular o sistema de planejamento e coordenação existente. Com relação às limitações de caráter legal observa-se a necessidade de instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e rever a legislação sobre irrigação. No caso dos fatores técnicos, a distância entre o estoque de tecnologia disponível e as necessidades dos agricultores parece cada vez maior. Além disso, a agricultura irrigada também tem enfrentado sérias dificuldades provenientes da deficiência do serviço de transferência de tecnologia, especialmente nos projetos públicos de irrigação.

TECNOLOGIA

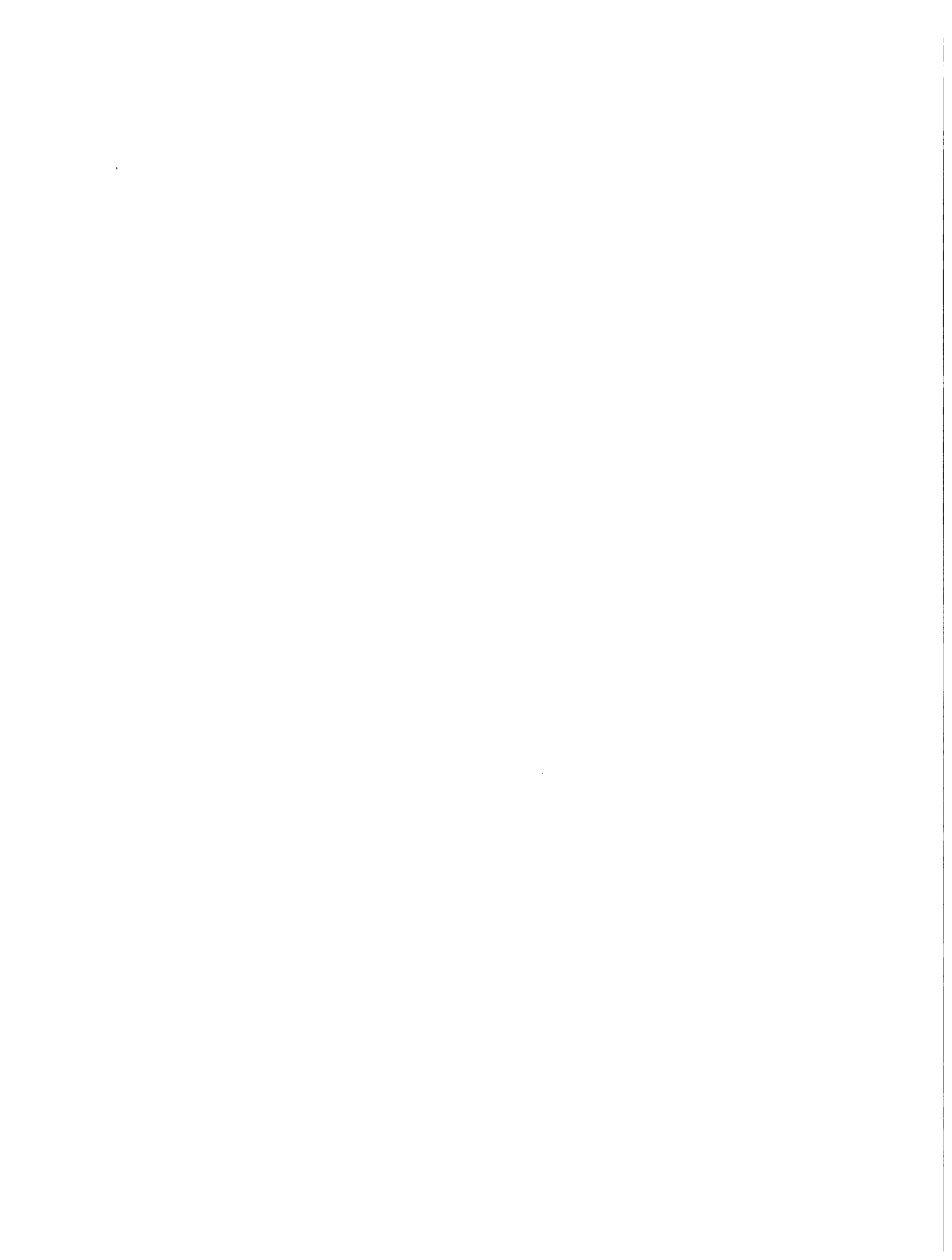
A política de geração de tecnologia agropecuária do período 1988-91 concentrou os esforços de pesquisa, particularmente os da EMBRAPA, em seis áreas prioritárias: (i) apoio aos "produtores de baixa renda"; (ii) aumento da produtividade, principalmente nas regiões de ocupação antiga; (iii) geração de tecnologias para as regiões de fronteira; (iv) desenvolvimento de insumos mais eficientes para a agricultura; (v) preservação e uso racional dos recursos naturais; e (vi) redução da dependência externa, através do desenvolvimento de tecnologias de ponta. Paralelamente, o setor de transferência de tecnologia, liderado pela extinta EMBRATER, orientou suas atividades basicamente para a pequena produção.

Tradicionalmente o Estado exerce papel preponderante na Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) agrícola no Brasil; porém, a iniciativa privada desenvolveu esforços importantes no período 1985-91. Entre esses figuram a produção de sementes e mudas, o desenvolvimento da cultura de tecidos e melhoramento via DNA, a produção de vacinas e pesquisas sobre maquinarias agrícolas.

Em adição, as cooperativas têm financiado, cada vez mais, trabalhos e estudos junto às instituições federais e estaduais de pesquisa. A articulação das cooperativas com as instituições governamentais de pesquisa tem-se constituído também em importante instrumento de transferência de tecnologia.

No mesmo contexto, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) também têm desempenhado um papel crescente e não desprezível. Um dos trabalhos importantes desenvolvidos por essas organizações tem sido recuperar o conhecimento técnico dos produtores e, junto com eles, aperfeiçoá-lo.

O principal problema associado à pesquisa agropecuária refere-se à limitada disponibilidade de recursos públicos para a realização dessa atividade. A forte dependência da pesquisa



agrícola em relação aos recursos públicos tornou inevitável que a crise fiscal do Estado repercutisse negativamente sobre a geração de tecnologias para o setor. Os efeitos dessa situação se tornarão mais claros nos próximos anos, tendo em vista os longos períodos de maturação de projetos de pesquisa na área agrícola.

O problema básico de transferência de tecnologia é a deficiente coordenação das atividades de assistência técnica e extensão rural. Com o desmantelamento do sistema institucional comandado pela EMBRATER, há o perigo de que as disparidades tecnológicas entre os segmentos moderno e tradicional da agricultura brasileira se ampliem, nos próximos anos, com graves repercussões sociais e regionais.

REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária no Brasil é conduzida sob a responsabilidade do Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Complementarmente, os Estados e Municípios podem apoiar as ações do Governo Federal.

Entre 1985 e 1989, os esforços de reforma agrária do Governo estavam centralizados no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Esse plano estabeleceu como meta o assentamento de 1,4 milhão de produtores sem terra, naquele período. Seus resultados foram, entretanto, modestos, com menos de 6% das metas sendo atingidas. Durante 1990-91, mesmo sem a existência de um programa, o processo de reforma agrária continuou através do assentamento dos trabalhadores rurais. Finalmente, o Plano Plurianual de Governo 1991-95 quantificou novas metas de reforma agrária para o período.

O principal obstáculo à implementação da reforma agrária no Brasil tem sido a escassez de recursos financeiros. Em vista disso, os programas anunciados em escala ambiciosa desenvolvem-se em ritmo muito lento, o que contribui para desgastar a própria idéia da reforma. Uma proposta efetiva de reforma agrária, neste contexto, tem de partir da definição clara de metas que sejam compatíveis com os recursos assegurados para a implementação do programa.

POBREZA RURAL

A evolução da pobreza no Brasil mostrou uma tendência de redução do número relativo de pobres, inclusive os indigentes, pelo menos até 1989, tanto nas áreas rurais como urbanas. Essa tendência, entretanto, parece ter chegado ao fim, como decorrência da diminuição da renda e da diminuição nos investimentos públicos sociais e transferências públicas às famílias.

Apesar da redução relativa da pobreza, esta segue sendo um fenômeno generalizado no Brasil, tanto em valores relativos como em números absolutos, especialmente ao realizar-se comparações com



outros países da região. No Brasil, encontram-se 44% de todos os pobres da região. Além das diferenciações básicas que possam estabelecer-se com relação à renda e às necessidades básicas insatisfeitas entre zonas rurais e urbanas, tais diferenciações se reproduzem entre as regiões do país, entre os Estados e no interior dos mesmos.

A questão básica para o atendimento das populações de baixa renda do campo, está relacionada não apenas com a disponibilidade de recursos, mas também, com o grau de adequação e capilaridade dos modelos institucionais propostos para, efetivamente, atingirem distintos grupos de populações do meio rural, que apresentam características sócio-econômicas e culturais bastante heterogêneas.

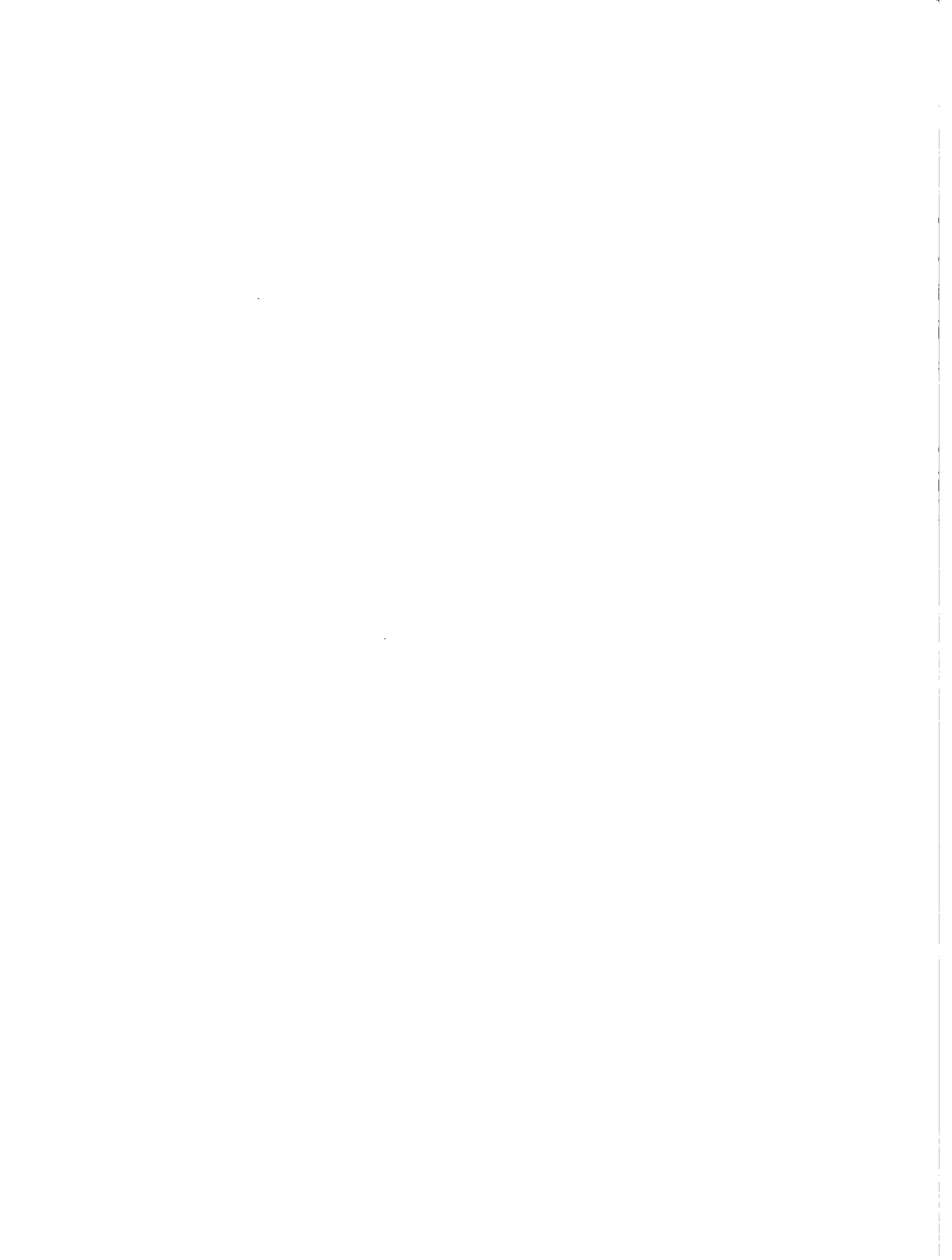
Como decorrência da multiplicidade de iniciativas adotadas no campo do combate à pobreza, existe o risco de se repetirem os insucessos de experiências anteriores, em que o centralismo e paralelismo das ações, a execução de atividades isoladas e a burocratização e complexidade institucional conspiraram contra a eficácia dos programas. Por essa razão, a formulação de uma estratégia de combate à pobreza rural, a definição de instrumentos de coordenação institucional e orçamentária, associadas ao pleno envolvimento da sociedade civil, parecem ser condição básica para o êxito nessa tarefa.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O padrão de desenvolvimento recente no Brasil, está levando a estrutura social a conviver com tensões de proporções dramáticas. A simples retomada do crescimento econômico não basta para a solução desses graves problemas. A transformação da estrutura produtiva, indispensável para assegurar a recuperação do dinamismo econômico, deve vir entrelaçada com uma firme política visando assegurar, simultaneamente, maior equidade social, não apenas com respeito às populações atuais como também em relação às populações futuras.

Os critérios de eficiência econômica orientados apenas pelas forças de mercado não levam à redução de desigualdades sociais e regionais e ao uso racional dos recursos naturais. A experiência brasileira tem provado que a mobilização intensiva dos fatores de produção induz ao uso predatório dos recursos ambientais e tende a reproduzir, de forma espontânea, as condições sociais e espaciais que lhe deram sustentação.

A reforma das organizações e dos programas da área social constituem tarefa prioritária e de grande impacto a longo prazo. O Brasil apresenta o paradoxo de ter níveis de gasto social mais elevados que outros países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, apresentar baixos indicadores de qualidade de vida da população.



O maior desafio continua sendo o âmbito político-institucional, que deve ser superado através da construção de novas alianças entre todos os grupos sociais e da reforma das instituições públicas, visando obter a base de sustentação e consenso para as mudanças necessárias.

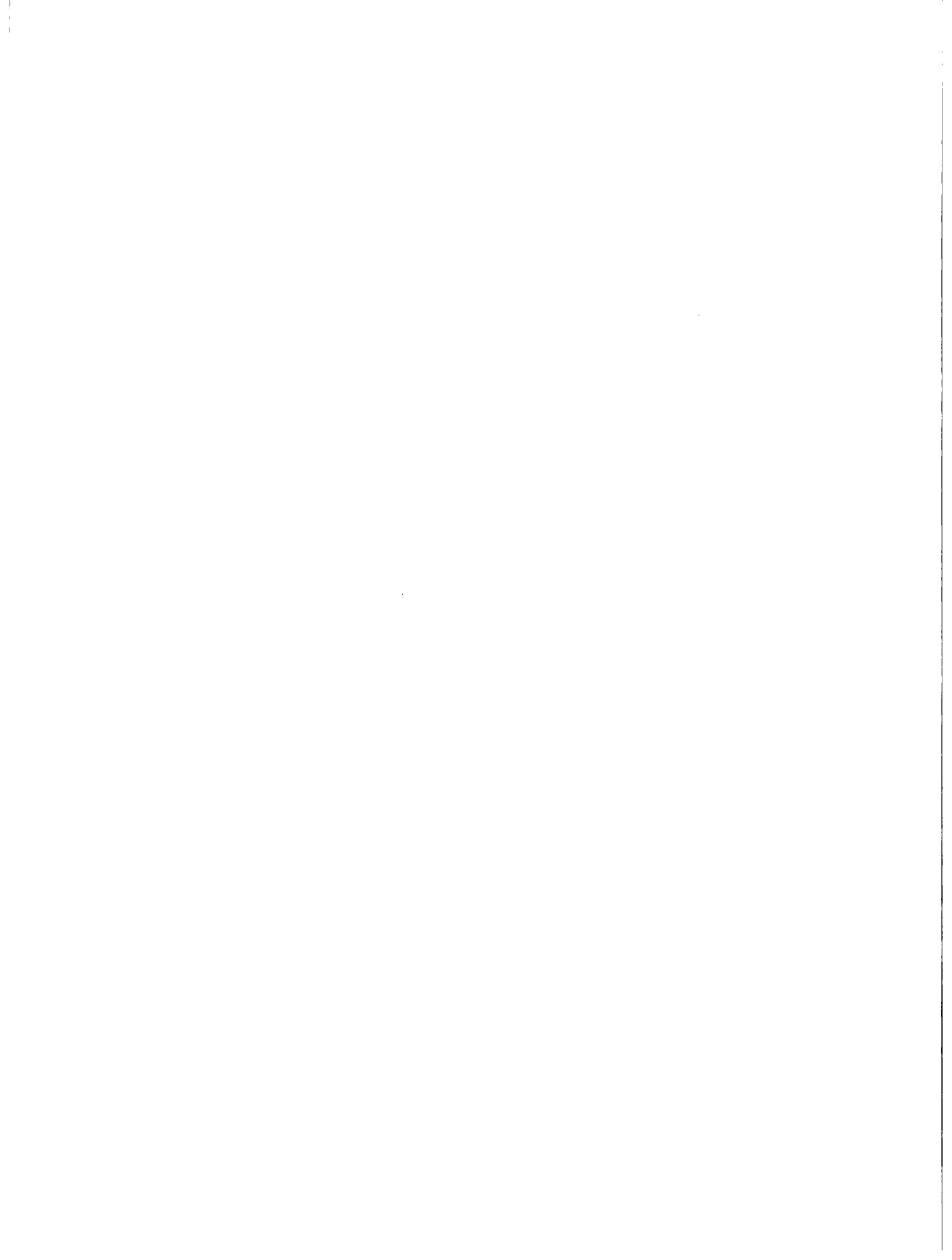
SUGESTÕES

Na área de preços e comercialização, as sugestões têm como princípio básico reformular a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), no sentido de torná-la um recurso de última instância para os produtores, ampliando o espaço de atuação das forças de mercado na determinação dos preços e na alocação de recursos no setor agropecuário. Dado esse princípio, sugere-se:

- tornar permanente a alternativa de refinanciamento automático do EGF;
- restabelecer a regionalização dos preços mínimos;
- restringir a aplicação da PGPM a produtos sujeitos a grandes flutuações de preços, produtos essenciais e produtos com especial significação em termos regionais e sociais;
- estabelecer uma regra de cálculo do PLE que não seja sujeita a mudanças em função de variações na conjuntura ou na política; e
- negociar com o CONFAZ a isenção do ICMS das compras de estoques agrícolas pelo Governo Federal.

Em adição às medidas anteriores, sugere-se que o Governo aprofunde suas iniciativas no sentido de eliminar os obstáculos ao desenvolvimento de um mercado de futuros de produtos agrícolas no país. Nesse sentido, as principais sugestões compreendem:

- regulamentar as intervenções do Governo nos mercados de futuros de forma a evitar interferências arbitrárias;
- autorizar que as transações de futuros sejam referenciadas em dólares norte-americanos;
- privatizar a rede de armazenagem, de classificação e de emissão de "warrants" para permitir liquidez nos mercados de disponíveis;
- implementar o juízo arbitral como instância de solução de pendências surgidas no âmbito das bolsas de futuros.



Na área de comércio exterior, o sentido básico das sugestões aponta para a eliminação das discriminações existentes contra as exportações agrícolas, para o aprofundamento do processo de liberalização da economia, particularmente com a redução das tarifas incidentes sobre as importações de insumos para a agropecuária, e para o estabelecimento de uma melhor coordenação entre os órgãos que atuam no planejamento e na administração da política de comércio exterior de produtos agropecuários.

Em termos específicos, as principais sugestões nesta área incluem as seguintes:

- intensificar a desregulamentação dos processos de exportação de produtos agrícolas;
- minimizar os impostos, taxas e tributos incidentes sobre os produtos agrícolas exportados;
- criar um comitê deliberativo de coordenação das atividades de comércio exterior agropecuário sob a direção do MARA; e
- priorizar a discussão e harmonização das políticas agrícolas dos países integrantes do MERCOSUL.

Na área de crédito rural, as sugestões apontam para a criação de instrumentos que aumentem os recursos privados para o financiamento da agricultura e viabilizem a criação de um sistema financeiro agropecuário privado. Outras medidas sugeridas procuram soluções para as distorções do crédito, como a concentração dos benefícios, em termos de produtos e regiões, para a escassez de recursos para investimento e para a excessiva regulamentação prevalecente no crédito rural.

Para implementar uma estratégia voltada para a eliminação das distorções do crédito sugerem-se: diminuir os subsídios no crédito rural do setor comercial da agricultura, promovendo paralelamente a liberalização dos mercados agrícolas, e modificar a sistemática de alocação de recursos fiscais para o crédito rural, de forma que a médio prazo o Tesouro supra exclusivamente os recursos para complementar o diferencial de preços (EGF) e de juros, e não mais o principal.

A escassez de recursos para financiar investimentos rurais e o problema da regulamentação excessiva e inadequada do crédito rural poderiam ser enfrentados através das seguintes providências: instituir um fundo permanente de crédito para investimento, constituído por recursos de origem externa, da Caderneta de Poupança Rural e do orçamento fiscal; incluir o sistema de crédito rural no programa de desregulamentação; e reduzir a rigidez nas exigibilidades do crédito agrícola.



Na área de impostos à agricultura sugere-se que a principal fonte de arrecadação sobre o setor seja constituída por impostos diretos. Sugere-se, ainda, avaliar a possibilidade de diminuir os impostos indiretos incidentes sobre o setor, rever a sistemática de aplicação do ICMS com vistas a facilitar a recuperação dos créditos, e utilizar o Imposto Territorial Rural como um instrumento capaz de viabilizar uma utilização mais eficiente da terra.

Na área de irrigação, as principais sugestões compreendem:

- fortalecer a atual política de consolidação dos projetos existentes no Programa Nacional de Irrigação;**
- dar continuidade ao processo de co-gestão, na busca de emancipação dos perímetros irrigados;**
- rever a Lei de Irrigação e instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;**
- desenvolver programas de treinamento operacional de irrigantes e técnicos;**
- melhorar o sistema de ensino agrícola nas áreas de irrigação e aumentar a oferta de informações tecnológicas para a agricultura irrigada;**
- criar mecanismos permanentes de coordenação entre os Estados, Municípios e a União com vistas a maximizar a utilização dos recursos investidos.**

Com relação à área de geração e transferência de tecnologia sugere-se:

- facilitar a cooperação entre as instituições de pesquisa agropecuária e empresas privadas, incentivando a associação de recursos públicos e privados no financiamento da geração de tecnologias para o setor;**
- criar mecanismos legais que permitam a apropriação, pelos órgãos de pesquisa, de parte dos benefícios económicos gerados pelas novas tecnologias;**
- continuar promovendo a reorganização da EMBRAPA de maneira a facilitar uma maior e mais efetiva vinculação das atividades de pesquisa com as realidades regionais e seus clientes e usuários;**
- assegurar a transferência de tecnologia para os segmentos menos comerciais da agricultura; e**

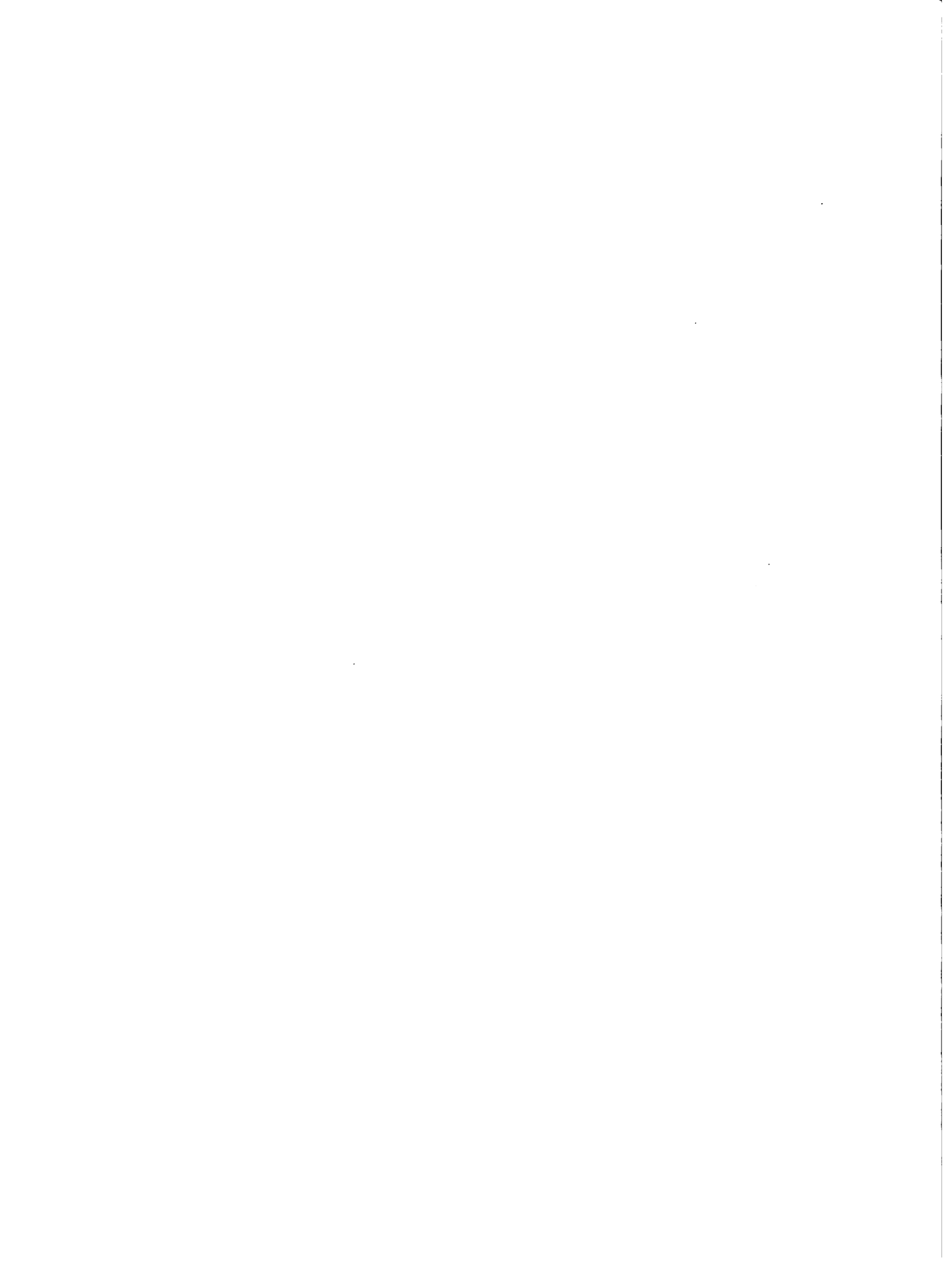
- avaliar as limitações institucionais do processo de coordenação das atividades de transferência de tecnologia, procurando estimular a participação do setor privado e organismos não governamentais.

Com relação à reforma agrária sugere-se apoiar a ampliação do programa de reforma agrária mediante a adoção de um conjunto de medidas, entre as quais se destacam as seguintes:

- realizar um levantamento cadastral dos trabalhadores de baixa renda que sirva de base para a definição de uma política social orientada para segmentos mais pobres;
- preparar estudos de viabilidade técnica e econômica dos componentes do programa de reforma agrária a fim de negociar a contratação de créditos com instituições financeiras multilaterais;
- rever a legislação relativa à titulação de terras e ao usucapião, removendo os obstáculos à criação de um mercado de arrendamento de terras;
- institucionalizar e instrumentalizar o assentamento e a colonização privada, ajustando a legislação e a regulamentação da matéria;
- priorizar os investimentos para a emancipação de assentamentos rurais existentes e rever o aparato legal que define os critérios para a emancipação dos assentamentos;
- facilitar a incorporação dos assentamentos ao mercado agropecuário, através da implantação de modelos produtivos agroindustriais diferenciados que considerem processos de integração vertical e horizontal; e
- descentralizar a execução da reforma agrária, fortalecendo o papel das Comissões Estaduais do Programa da Terra e ampliando a participação institucional em nível regional, de forma a melhor adequar a reforma agrária à realidade local.

No tocante a Pobreza Rural, a diversidade de situações que compõem o contexto da pobreza no Brasil, impossibilitam a adoção de soluções padronizadas. Isto, aliado às dificuldades financeiras, torna indispensável o envolvimento de todas as formas representativas da sociedade.

Acredita-se como necessária, a instauração de política assistencial através de ações diferenciadas, enfatizando os segmentos mais desprotegidos da sociedade e dirigida a elevar a eficácia das políticas setoriais traçadas pelas áreas públicas diversas. Tanto na elaboração de políticas quanto na definição de instrumentos, devem considerar-se critérios de regionalização,



especificidade e focalização social, concepção de espaços locais, combinação e articulação de ações, prioridade às ações relativas a saneamento básico e saúde pública assim como à alocação flexível de recursos.

Para a implementação de qualquer proposta de trabalho, deveriam ser organizadas atividades nas áreas de desenvolvimento de propostas de medio e longo prazos, sistematização, análise e intercâmbio de experiências e acompanhamento e avaliação em processo de programas críticos em execução pelo Governo.

Já no relativo ao desenvolvimento sustentável, a solução tecnológica para o meio ambiente, apontada pelos países industrializados, coloca em questão o próprio papel que os países em desenvolvimento virão a desempenhar no sistema econômico internacional do futuro. O cenário das novas tecnologias evidencia a necessidade de esforço concentrado para o desenvolvimento de tecnologias avançadas e não agressivas ao meio ambiente e de compromissos internacionais no sentido de facilitar o acesso a tecnologias desenvolvidas nos países industrializados.

No Brasil, o desenvolvimento sustentável compatível com as particularidades das diversas regiões brasileiras deverá passar, necessariamente, pela elaboração de um zoneamento ecológico-econômico. A efetivação da sustentabilidade no país passa, também, pela desenvolvimento de programas baseados em microrregiões, organizados sob o ponto de vista geopolítico e produtivo, além da criação de mecanismos institucionais que contem com o aval político necessário para fazer cumprir as diretrizes conservacionistas num modelo de desenvolvimento microrregional dinâmico e aberto, de forma a torná-lo sustentável ao longo do tempo.

Para a implementação de qualquer proposta de trabalho, deveriam organizar-se atividades nas áreas de desenvolvimento de propostas de medio e longo prazos, sistematização, análise e intercâmbio de experiências e acompanhamento e avaliação em processo de programas críticos em execução pelo Governo.

Capítulo II

Resumo de Ações Executivas do Setor Agropecuário

**Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
Escritório no Brasil**

**RESUMO DE AÇÕES EXECUTIVAS
DO SETOR AGROPECUÁRIO**

Brasília, DF - outubro de 1993

ÍNDICE

1. PREÇOS E COMERCIALIZAÇÃO	1
2. POLÍTICA TRIBUTÁRIA	2
3. CREDITO RURAL	4
4. SEGURO AGRÍCOLA	5
5. CONCORRÊNCIA NO MERCADO INTERNACIONAL	6
5.1. Exportações não-tradicionais	6
5.2. Condições de Concorrência nos Mercados	7
5.3. MERCOSUL	8
5.4. Reconversão	9
6. SEGURANÇA ALIMENTAR E POBREZA RURAL	10
6.1. Apoio ao Desenvolvimento Rural	11
6.2. Apoio às Ações de Reforma Agrária	11
7. GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA	12
8. SANIDADE AGROPECUÁRIA	14
9. PARTICIPAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA DO SETOR AGROPECUÁRIO	15

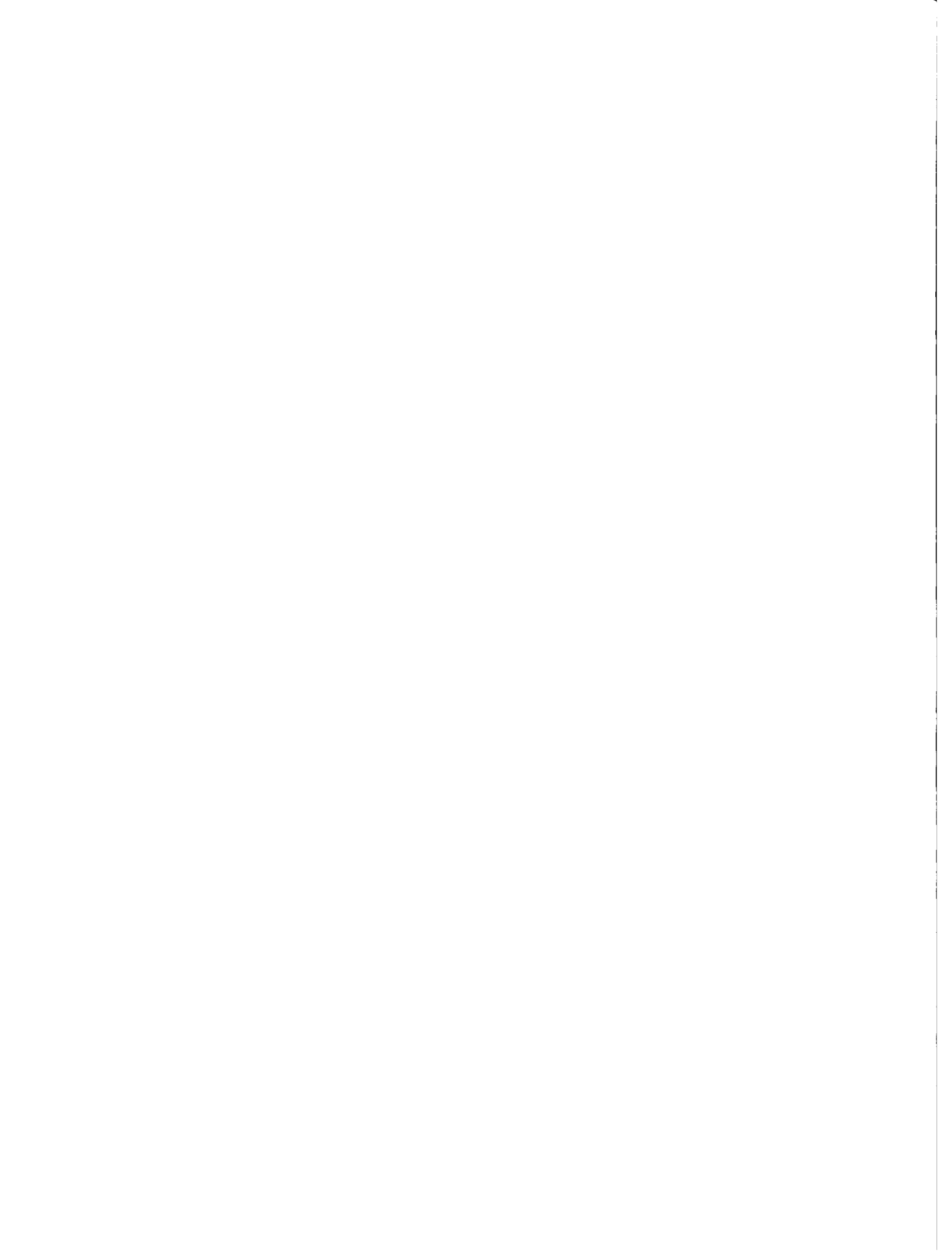
APRESENTAÇÃO

Com o propósito de contribuir na discussão das soluções referentes aos problemas e à máxima utilização das potencialidades do setor, o IICA apresenta esta síntese de propostas de lineamentos de políticas que visam a definir algumas das ações que em curto e médio prazos poderiam dinamizar e modernizar a produção e melhorar a capacidade de competitividade do Brasil nos mercados internacionais e, por sua vez, gerar empregos e alimentos para a população.

As informações contidas nesta proposta são derivadas de trabalhos gerados principalmente pelo MAARA e outros organismos do setor, além dos trabalhos que o IICA vem desenvolvendo com estas instituições de contraparte nas diferentes ações de cooperação técnica que realiza este Instituto no país.

Este documento deve ser considerado como material de trabalho, objetivando contribuir na busca de soluções viáveis para o setor.

Espera-se que esta informação contribua no processo de tomada de decisões de políticas no âmbito do setor agropecuário, dentro do marco de política do Governo Federal onde o Excelentíssimo Senhor Presidente da República definiu o setor como o carro-chefe da economia do país.



PROPOSTAS DE LINEAMENTOS DE POLITICAS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO

1. PREÇOS E COMERCIALIZAÇÃO

Indicadores de Situação

Os principais problemas da política de preços e comercialização interna, estão relacionados com a intervenção excessiva e inadequada do Governo no mercado, levando a conflitos entre as políticas de produção e de abastecimento. Nesse sentido espera-se diminuir as pressões inflacionárias que esta política pode acarretar. Com a criação dos Preços de Intervenção em 1988, a situação foi parcialmente superada. Entretanto, é necessário adotar medidas adicionais para aperfeiçoar os mecanismos em vigor.

Dentre os problemas relevantes com relação à política de preços e comercialização, estão incluídos a concentração dos benefícios da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e a falta de coordenação das políticas de preços e comercialização no âmbito do MERCOSUL. Os pequenos produtores, principalmente aqueles localizados em regiões menos desenvolvidas, não têm acesso aos mecanismos de Empréstimos do Governo Federal (EGF) e Aquisições do Governo Federal (AGF).

Propósitos

Adotar medidas que possam estimular a produção, em especial, a dos pequenos produtores e garantir o abastecimento interno.

Linhas de Ação:

- a) restringir o papel da PGPM a um mecanismo de última instância contra variações para baixar os preços de mercado ao produtor;
- b) anunciar de forma simultânea os preços mínimos e os recursos necessários ao seu cumprimento;
- c) negociar com o CONFAZ a isenção do ICMS das compras de estoques agrícolas pelo Governo Federal;
- d) tornar permanente a alternativa de refinanciamento automático do EGF, em caso de grande depressão de preços internos;

- e) estabelecer regra de cálculo do Preço de Liberação de Estoques (PLE) para que não esteja sujeito a mudanças em função de variações na conjuntura ou na política macroeconômica;
- f) ampliar a cada safra as margens do PLE sobre as médias móveis, de modo a propiciar maior participação do setor privado na comercialização;
- g) adotar uma sistemática de correção do PLE que impeça deprimir seu valor real pela inflação. Sempre que possível, os preços internacionais deveriam ser utilizados como parâmetro na fixação dos PLEs;
- h) determinar os preços mínimos com base em regras estáveis considerando o comportamento previsto do mercado;
- i) continuar enfatizando o uso do EGF como instrumento principal da política de comercialização vis-à-vis ou AGF;
- j) reduzir a concentração de benefícios da política restabelecendo-se a regionalização dos preços mínimos, diferenciando-os em função dos custos de transporte nas diferentes regiões, paralelamente, restringir a aplicação da política a produtos sujeitos a grandes flutuações de preços, produtos essenciais e produtos com especial significação em termos regionais e sociais.
- l) estudar propostas para a modernização do sistema de comercialização, através de: desenvolvimento de mercados "Físicos e de futuros"; acesso de produtores aos mecanismos de venda em bolsas de mercadorias; atualização da legislação sobre armazéns gerais.

2. POLÍTICA TRIBUTÁRIA

Indicadores de Situação

Na excessiva tributação, via impostos indiretos, o ICMS é o mais importante. O sistema tributário penaliza a produção e poupa a posse improdutiva da terra. O Estado taxa em função do faturamento e não do lucro; não há distinção entre produtores profissionalizados e proprietários improdutivos e posseiros.

Propósitos:

Reduzir a tributação indireta sobre o setor, especialmente de produtos da cesta básica, de exportação e sobre bens de capital, avaliando as possibilidades de reduzir o número de impostos

indiretos e utilizando o Imposto Territorial Rural (ITR) como um instrumento capaz de viabilizar o uso mais eficiente da terra.

Linhas de Ação

Basicamente, as idéias que devem compor uma reforma tributária são:

- a) reduzir alíquotas e eliminar diferenças de ICMS aplicado à produção, industrialização e distribuição dos alimentos básicos e insumos;
- b) eliminar a incidência do ICMS sobre a exportação de produtos agrícolas e semi-elaborados, envolvendo eventuais compensações aos Estados mais afetados;
- c) excluir da cobrança de adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante as importações de fertilizantes e suas matérias primas;
- e) reduzir a alíquota do IPI sobre material de embalagem e outros insumos componentes da cadeia produtiva dos alimentos básicos;
- f) incluir os produtos agrícolas no Programa de Apoio à Exportação (PROEX), abrindo nova alternativa de crédito;
- g) dar apoio à modernização dos serviços portuários e de infra-estrutura de transportes.

3. CREDITO RURAL

Indicadores de Situação

Com relação à política de Crédito Rural, pode-se concluir que a maciça participação de recursos públicos no financiamento da atividade agrícola, não mais poderá ser sustentada, diante da crise financeira do setor público. Dessa forma, o principal problema da política de crédito rural consiste em garantir outras fontes privadas.

Outro problema de destaque, são as distorções criadas pelos subsídios creditícios. Entre outros aspectos, o crédito à taxas de juros subsidiadas, desestimulou o desenvolvimento de um mercado financeiro privado adequado, favoreceu uma apropriação desigual dos benefícios do crédito e produziu impacto negativo sobre o déficit fiscal. Também, deve dar-se atenção especial à escassez crônica de recursos para o financiamento de investimentos rurais e à excessiva e inadequada regulamentação do crédito rural.

Propósitos:

Reorientar o modelo de crédito rural, buscando maior participação do setor privado na composição do sistema financeiro.

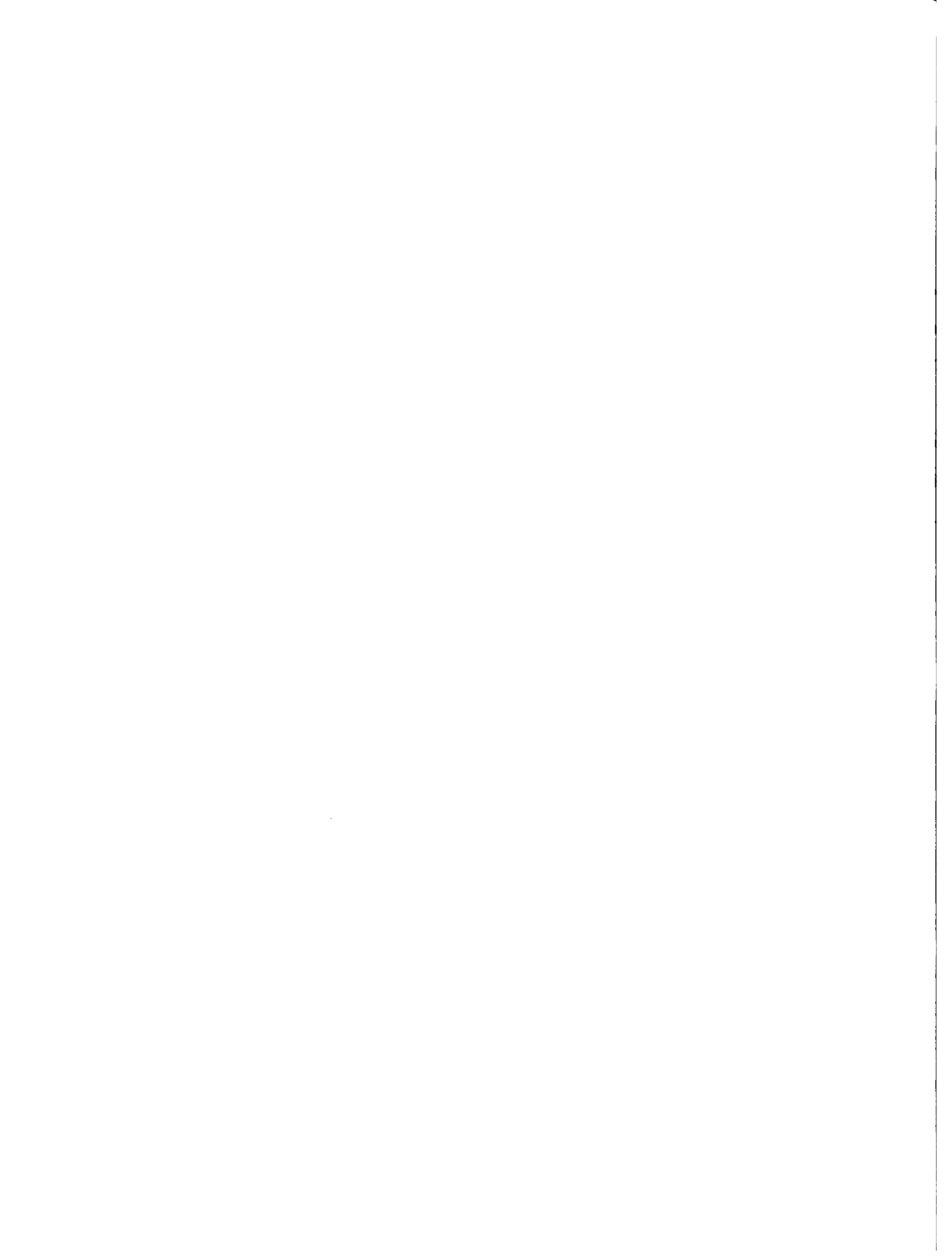
Linhas de Ação:

- a) restabelecer linhas de crédito de curto prazo, com recursos privados, na modalidade de desconto e em operações agroindustriais;
- b) facilitar o estabelecimento de mecanismos de crédito privado para a pré-comercialização;
- c) agilizar a criação de papéis comerciais, aceites bancários e de outros instrumentos de financiamento;
- d) estabelecer programa destinado ao financiamento de estocagem de produtos agrícolas, lastreada em documentos de depósitos e aceites bancários;
- e) desenvolver mecanismos de apoio aos arranjos privados de financiamento, como por exemplo, o financiamento antecipado, compras e vendas a termo, contratos de integração, bem como contratos entre produtores de insumos e agricultores;
- f) reorientar o sistema de crédito rural, buscando a profissionalização do agropecuarista como meta, dando tratamento diferenciado e atenção especial à micro e pequenos produtores, através da utilização dos instrumentos de política agrícola tais como pesquisa, assistência técnica, associativismo rural, quanto pelo acesso ao crédito para investimentos e principalmente, opção para equivalência por produto;
- g) encontrar fontes de recursos estáveis para a constituição do Fundo, sem o qual, o sistema de equivalência torna-se inviável. As correntes de recursos seriam provenientes basicamente de três fontes: 1) produtores rurais; 2) governos estaduais; e 3) Tesouro Nacional.

4. SEGURO AGRÍCOLA

Indicadores de Situação

O PROAGRO, representa um dos mais importantes instrumentos de política agrícola de que dispõe o Governo Federal pois a ele, compete a garantia das atividades dos produtores rurais quando os



custos investidos em seus empreendimentos, creditícios ou próprios, são prejudicados por fenômenos naturais adversos.

O PROAGRO, garante aproximadamente 40 milhões de ha/ano, alcançando novecentas mil operações com produtores rurais sendo que, apenas noventa mil dessas operações (10 %), recebem cobertura do Programa, as quais atingem o montante médio de US\$ 150 milhões.

Em 1991, com a promulgação da Lei Agrícola e mudanças na equipe econômica, as perspectivas pareciam animadoras já que o Governo Federal iniciou a recuperação do PROAGRO, efetuando parte dos pagamentos das coberturas aos produtores rurais mas também regulamentando o NOVO PROAGRO (Lei Agrícola nº 8.171, de 17.01.91, e Decreto nº 175/93, de 10.07.91).

O Orçamento da União recentemente aprovado pelo Congresso Nacional, contém dotação equivalente a apenas US\$ 4 milhões, insuficientes até mesmo para o pagamento dos recursos próprios dos agricultores. Obviamente, trata-se de assunto não apenas de grande relevância como também de urgência para o setor rural, já que milhares de processos se arrastam por mais de três anos na expectativa da indenização do PROAGRO, com o agravante dos produtores, estarem sendo sumariamente executados pelos Agentes Financeiros e obrigados a abandonar suas atividades.

Propósitos:

Implantar um programa de garantia da atividade agropecuária, com o firme propósito de resgatar a confiança no PROAGRO. Isso, só ocorreria através da liquidação da dívida existente, pela inclusão de rubrica específica no Orçamento Geral da União e reformulação na sistemática operacional, notadamente na assistência técnica e perícia.

Linhas de Ação

- a) Paralelamente, a administração do PROAGRO e a gestão de seus recursos financeiros deveriam ser cometidas ao Banco do Brasil S.A.
- b) Criação de um Conselho Normativo do programa de garantia da atividade agropecuária, ao qual caberiam a normatização, acompanhamento e avaliação do Programa, devendo suas ações, serem referendadas pelo Conselho Nacional de Política Agrícola.

5. CONCORRÊNCIA NO MERCADO INTERNACIONAL

5.1. Exportações não-tradicionais

Indicadores de Situação

A respeito das notórias vantagens comparativas do Brasil para a diversificação de sua pauta de exportações de produtos agropecuários, concentram-se em uns poucos produtos. Por exemplo: soja, café, suco de laranja, cacau, fumo, açúcar, algodão e carnes, correspondem a mais de 80% do valor das vendas externas do setor agropecuário.

No entanto, as exportações de frutas frescas, não alcançam os 100 milhões de dólares por ano, sendo que outros países da região com um potencial bem menor, como o Chile, conta com exportações de frutas frescas superiores a um bilhão de dólares por ano, isso nos anos mais recentes.

Propósitos

Mobilizar o setor, privado e o Governo, baseados na premissa de que o dinamismo nos investimentos e nas atividades empresariais devem ser eminentemente privados, cabendo ao Governo desobstruir os entraves à produção e à exportação, bem como coadjuvando no esforço para a promoção comercial.

Linhas de Ação

- a) analisar e avaliar as políticas de incentivos em aplicação, bem como os resultados obtidos;
- b) estabelecer uma política de promoção de exportações de produtos agrícolas não-tradicionais, que poderia contar, entre outros com os seguintes componentes:
 - b.1. intensificar a desregulamentação dos processos de exportação de produtos agrícolas;
 - b.2. minimizar os impostos, taxas e tributos incidentes sobre os produtos exportados;
 - b.3. criar um sistema de "draw-back" agrícola, que permita ao setor rural importar insumos isentos de impostos para a produção de produtos de exportação não-tradicionais;

- b.4. induzir a criação de novas linhas de crédito para investimentos no setor rural, oriundos do setor financeiro;
- b.5. apoiar os esforços do setor privado, em termos de promoção comercial no exterior;
- b.6. difundir informações e estudos de mercados; e
- b.7. incentivar o Programa de Apoio à Produção e Exportação Frutícola - FRUPEX.

5.2. Condições de Concorrência nos Mercados.

Indicadores de Situação

O comércio internacional de muitos produtos agropecuários de relevância econômica para o Brasil, apresenta distorções significativas como resultado dos subsídios às exportações aplicadas pelos países desenvolvidos, notadamente a CEE e os EEUU. No mesmo sentido, a competitividade das exportações brasileiras de produtos como a carne de frango, encontra-se ressentida pela aplicação de tributação discriminatória nesses mercados.

O programa de redução das tarifas aduaneiras em aplicação no país, não conta com previsões para o atendimento à esta problemática específica do comércio de produtos agropecuários, embora as propostas de consolidação no GATT orientam-se ao outorgamento de uma certa proteção.

Propósitos

Definir e aplicar uma política de Proteção à produção nacional contra práticas desleais de comércio.

Linhas de Ação

- a) Analisar e definir as medidas a serem adotadas pelo Brasil e negociadas com os parceiros do MERCOSUL para conformar uma estrutura tarifária e um conjunto de medidas complementares que assegurem a devida proteção à produção nacional contra as importações de produtos subsidiados em origem.
- b) fornecer aos responsáveis pelas negociações internacionais, as informações e trabalhos técnicos requeridos para sustentar o posicionamento negociador,

apoiando as gestões realizadas para evitar a aplicação de tributação discriminatória às exportações de produtos agropecuários brasileiros.

- c) revisar os esquemas em aplicação, como a atualização e realização de estudos e análises e o acompanhamento das negociações nos diferentes foros multilaterais e bilaterais. A Rodada Uruguai do GATT, as negociações junto à CEE, aos EUA e ao Japão e a conformação do Mercosul, aparecem como áreas de atendimento prioritário.

5.3. MERCOSUL

Indicadores de Situação

A aplicação das cláusulas do Tratado de Assunção tem determinado a quase eliminação das barreiras tarifárias para a importação de produtos agropecuários originados nos países do Mercosul. Somente aqueles produtos protegidos pelas listas de exceções recebem algum tratamento preferencial.

Por outra parte, abrem-se oportunidades de comércio nesses países para muitos produtos agropecuários, como as carnes de frango e suínas que incrementaram significativamente a sua colocação, principalmente no mercado argentino.

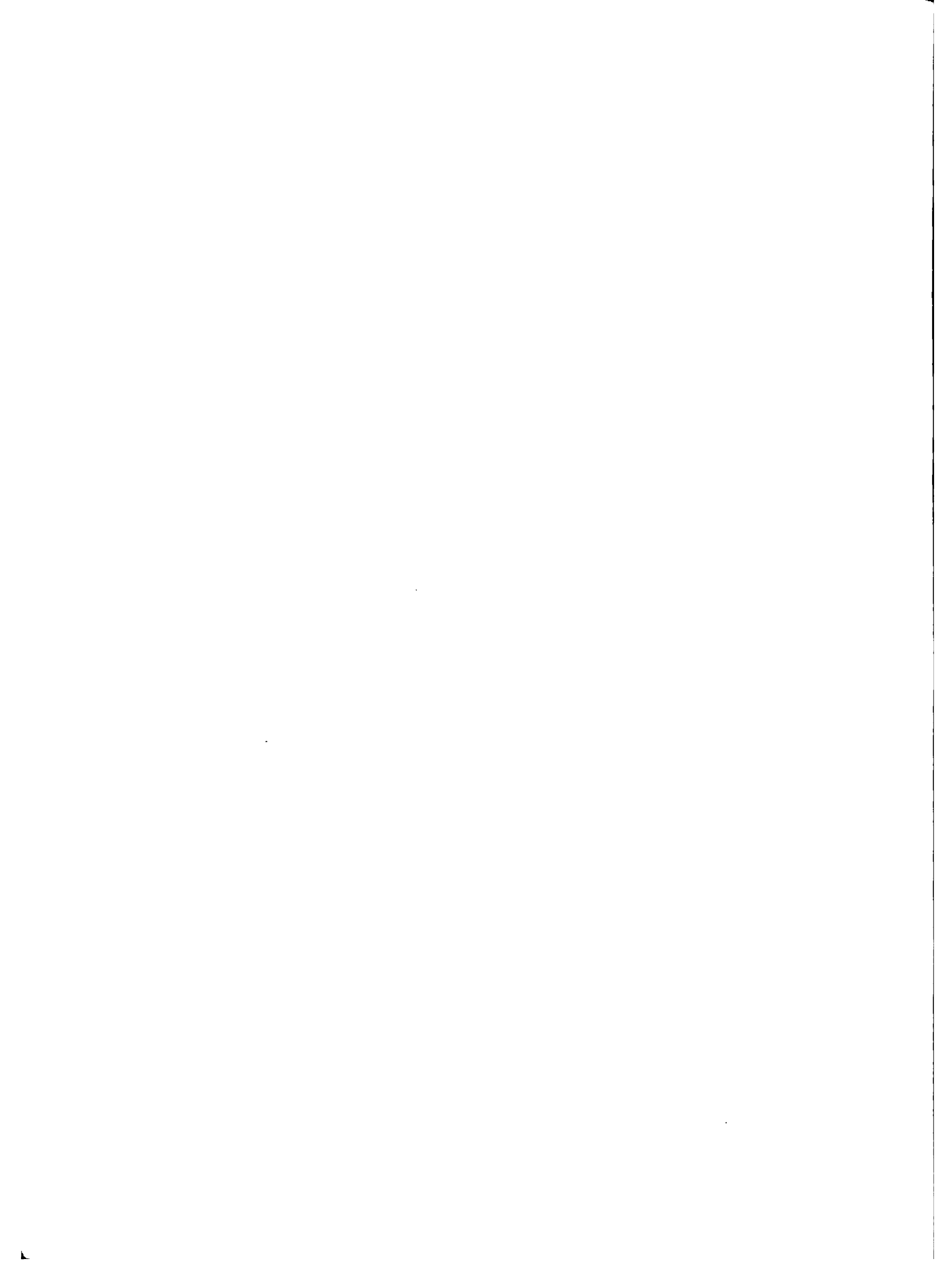
Propósitos

Negociar internacionalmente as condições da integração e;

Adequar as políticas setoriais para o novo cenário e o atendimento às necessidades de reconversão dos segmentos afetados negativamente.

Linhas de Ação

- a) reorganização administrativa e operacional do Sub-grupo de Trabalho Nº 8 do MERCOSUL - Políticas Agrícolas -, apoiando-o para dar cumprimento aos compromissos derivados do cronograma de medidas aprovadas em Las Leñas;
- b) análise da competitividade da agropecuária brasileira nas suas principais cadeias produtivas;



- c) identificação de grupos de produtores afetados pela integração ou formulação de políticas, programas e projetos para seu atendimento;
- d) avaliação do impacto da integração nos pequenos produtores e formulação de propostas específicas na matéria, fortalecendo o trabalho conjunto com as organizações de pequenos produtores e a atividade em nível estadual.

5.4. Reconversão

Indicadores de situação

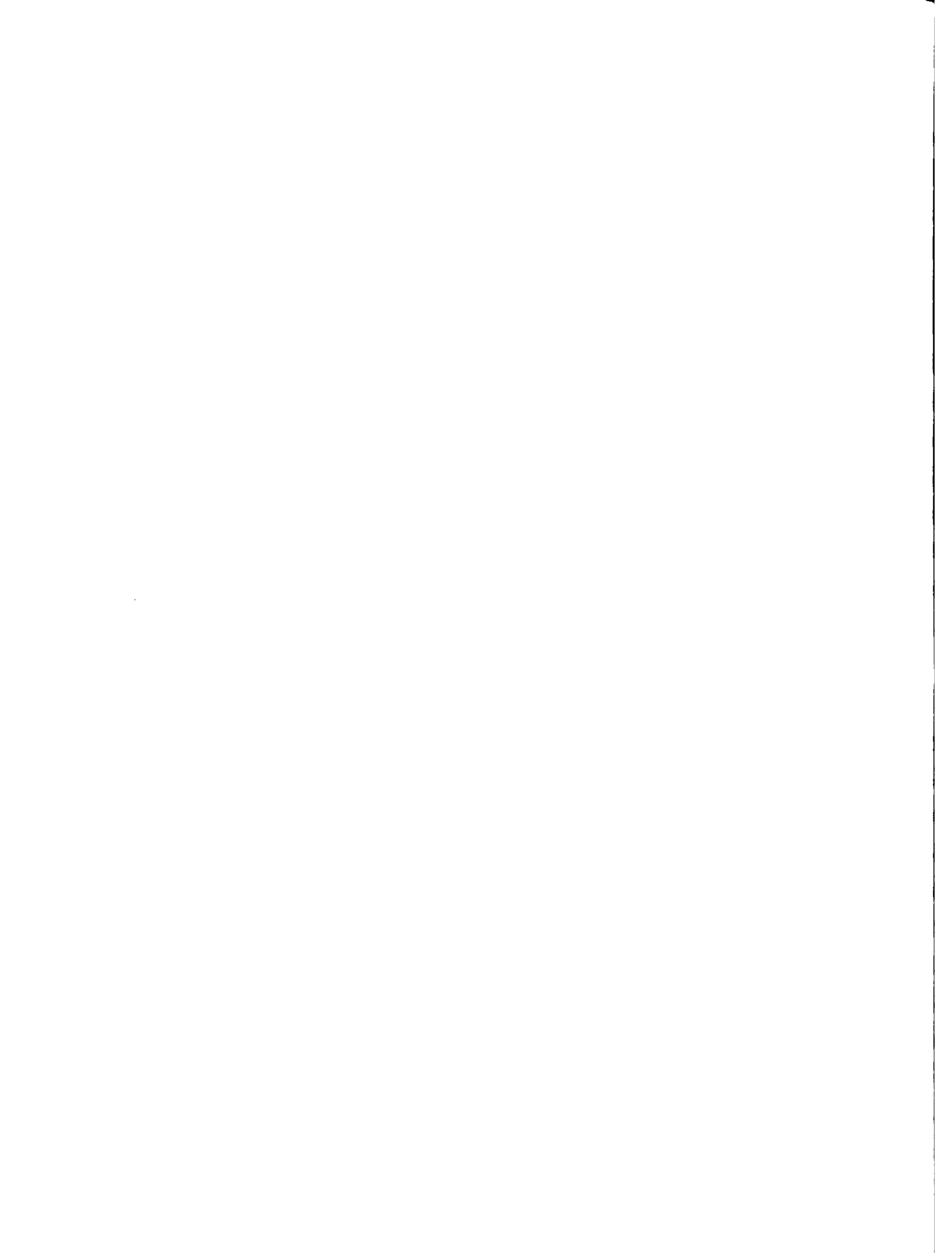
A discussão do problema da reconversão agropecuária e agroindustrial, deve ter como base a situação real dos setores produtivos, evitando a hipótese da necessidade da implementação de uma política de reconversão generalizada. Na realidade, há dúvidas quanto as ameaças reais a que estão sujeitas as cadeias agroindustriais nomeadas de sensíveis. Diversos estudos comparativos de custos e produtividades foram realizados, não tendo chegado a conclusões muito claras quanto a competitividade das diversas atividades.

Propósitos

Implementar uma política de reconversão, dentro dos lineamentos gerais acordados com os demais parceiros. O papel fundamental do governo seria o de organizar o esforço coordenado de todos os agentes, públicos e privados, comprometidos com o problema, e participar ativamente na procura dos recursos financeiros necessários para o seu financiamento.

Linhas de Ação

- a) identificação de segmentos e cadeias agroindustriais sensíveis;
- b) organização de um esforço coordenado com as lideranças desses segmentos e cadeias, para a realização de diagnósticos mais detalhados da situação de competitividade e a formulação de projetos de reconversão;
- c) identificação e avaliação de fontes de recursos financeiros para os programas nacionais, bem como analisar a viabilidade da conformação de um fundo regional (Mercosul) para a reconversão agropecuária e agroindustrial.



- d) do ponto de vista institucional, as ações do MAARA na matéria deveriam procurar o envolvimento dos governos estaduais, instituições financeiras e organizações representativas do setor privado (produtores e agroindústria).

6. SEGURANÇA ALIMENTAR E POBREZA RURAL

Indicadores de Situação

Estimativas de 1990 indicam que cerca de 14,4 milhões de famílias podem ser consideradas pobres, das quais aproximadamente 50% se encontram em situação de miséria ou indigência, dado que a sua renda não é suficiente sequer para o atendimento de suas necessidades alimentares básicas. Destas, 4,0 milhões estão localizadas nas zonas rurais, formando os maiores bolsões de pobreza rural da América Latina.

Propósitos

Contribuir para aumentar os níveis de segurança alimentar desse enorme contingente populacional e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento econômico e social dos micro e pequenos produtores rurais que são parte significativa dos bolsões de pobreza rural do campo, constitui um dos grandes desafios do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

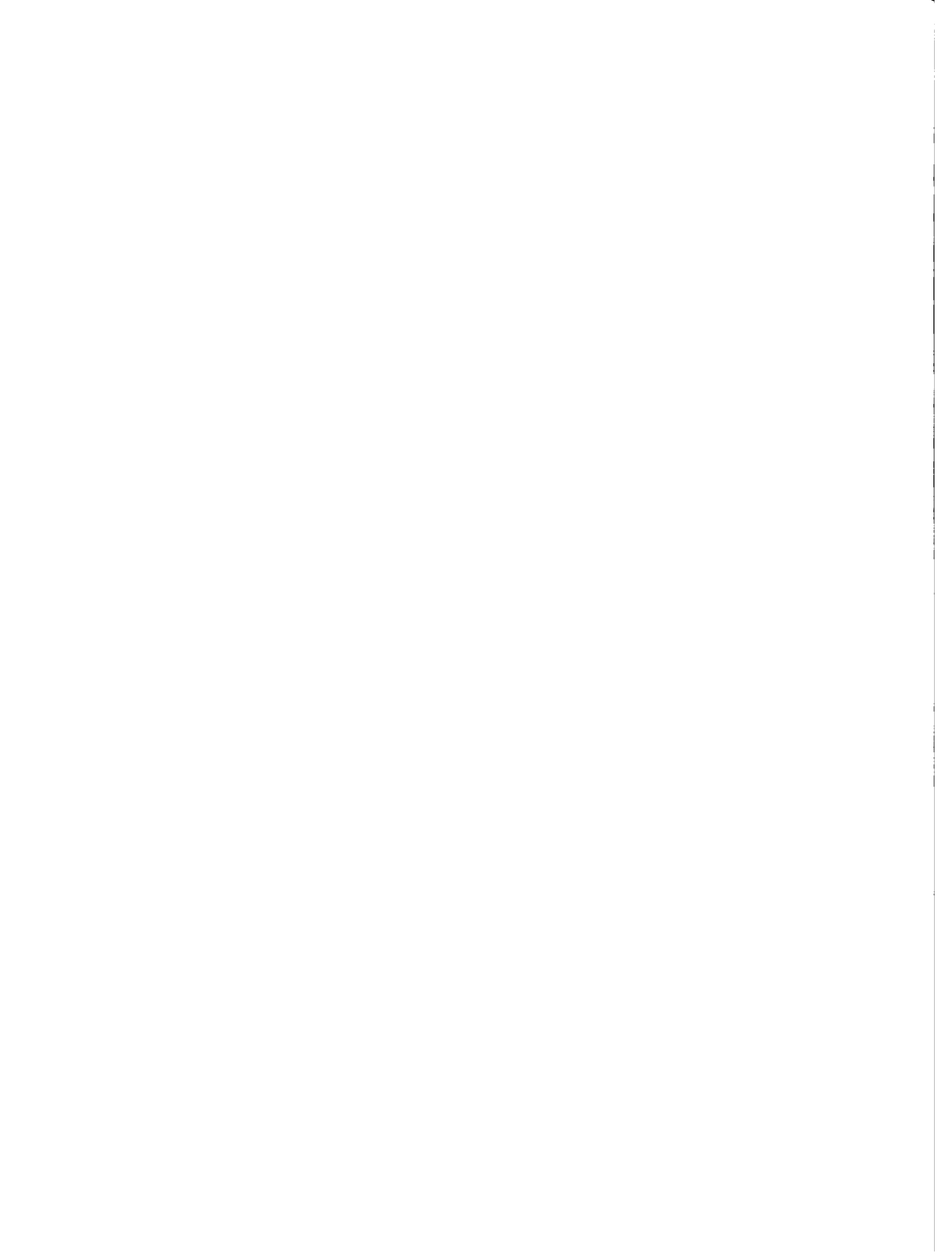
Linhas de Ação

6.1. Apoio ao Desenvolvimento Rural

Uma parcela de pobres rurais é constituída por micro e pequenos produtores, que dispõe de uma base produtiva capaz de ser viabilizada economicamente, desde que sejam oferecidas adequadas condições de apoio, que fortaleçam suas capacidades e potencialidades produtivas e organizativas. Esse tipo de produtor pode ser inserido no processo produtivo como produtores agropecuários diretos.

Existem diversas iniciativas de apoio a esse grupo, o esforço principal deverá ser orientado no sentido da articulação ou, eventualmente, reformulação das iniciativas em execução, enquadrando-as numa estratégia geral de combate à pobreza rural. Destacam-se como prioritárias:

- a) o aumento do potencial produtivo, através da melhoria de sua atual disponibilidade de recursos e do aproveitamento



dos resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito da EMBRAPA e suas coligadas.

- b) a reinserção nos mercados, através da implementação de programas de estímulo à pequenas agroindústrias e o favorecimento de formas de agricultura de contrato, face aos impactos positivos sobre o emprego, o valor da produção e a estabilização dos níveis de renda.**
- c) os serviços de apoio à produção, através da articulação de programas já existentes, como é o caso dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com os serviços de assistência técnica, capacitação e estímulo às organizações de base dos pequenos produtores.**

6.2. Apoio às Ações de Reforma Agrária

O Brasil dispõe de um enorme potencial para incrementar os níveis de produção dos pequenos produtores e desenvolver pequenas agroindústrias e negócios não agrícolas no interior. Trata-se do potencial existente nas áreas adjudicadas aos beneficiários dos programas de reforma agrária e colonização, criados seja pelo INCRA, seja pelos governos estaduais.

Existem no país cerca de 1.414 projetos de assentamento, cobrindo uma área de 26,0 milhões de ha e abrigando 325.000 famílias. Somente nas áreas reformadas, o INCRA assentou 123.000 famílias, um contingente próximo a 700.000 pessoas.

O aproveitamento produtivo dessas áreas é relativamente baixo; no caso particular das áreas reformadas apenas 31% da superfície total das parcelas está sendo aproveitada, predominantemente com culturas tradicionais como: arroz, feijão, mandioca e milho, além da pecuária leiteira.

Poderá se concretizar a curto e médio prazos, ações em:

- a) crédito para a produção e comercialização, através da ampliação do PROCERA e incremento dos aportes de recursos dos Fundos Constitucionais para os assentamentos;**
- b) assistência técnica e capacitação gerencial, através das estruturas estaduais existentes, como, e principalmente, da contratação privada de serviços especializados pelas organizações dos próprios beneficiários.**
- c) dotação de infra-estrutura produtiva e de comercialização para acelerar a inserção dos assentados aos mercados e desenvolvimento de pequenas agroindústrias que agreguem valor à produção.**



- d) descentralização das ações de reforma agrária, através de processos de municipalização que viabilizem a transferência de responsabilidades e recursos às prefeituras e organizações civis locais.

7. GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA

Indicadores de Situação

Nos últimos 20 anos, o Brasil tem desenvolvido a mais importante infra-estrutura de pesquisa agropecuária em nível latino-americano, fator que constitui a base fundamental para alcançar um desenvolvimento tecnológico adequado para o complexo agroalimentar, provendo alimentos baratos e produtos competitivos para a exportação.

A EMBRAPA, juntamente com a IAPAR, IAC e outros importantes centros de pesquisa, compartilham desse complexo institucional, que poderá oferecer ao país importante alternativa de crescimento e desenvolvimento.

A EMBRAPA atingiu um grau importante de maturidade em sua estrutura de recursos e programas, caminhando para a inserção definitiva no sistema nacional de pesquisa agropecuária, desenvolvendo importante programa de modernização institucional, descentralização e coordenação de atividades com o sistema cooperativo de pesquisa e com SIBRATER.

Propósitos

Para o Brasil, alcançar um desenvolvimento sustentável junto a um complexo agroalimentar moderno e competitivo, é um pré-requisito imprescindível para atingir as metas de desenvolvimento econômico e social.

Sem dúvida, para um cenário futuro, a inovação tecnológica e o conhecimento serão variáveis estratégicas importantes para o Brasil. Isto implica num fluxo adequado de recursos para o sistema nacional de pesquisa e transferência de tecnologia, no qual a EMBRAPA ocupa uma posição de destaque como geradora primária de inovações de tecnologia de ponta, oferecendo novas perspectivas ao país.

Linhas de Ação

- a. apoiar os esforços que estão sendo desenvolvidos ou a desenvolver-se, visando implementar o Sistema Nacional de Pesquisa e Transferência de Tecnologia, sob a coordenação da EMBRAPA.

- b. fortalecer as políticas, visando dar um impulso maior aos esforços de transferência de tecnologia, incluindo os processos de modernização do sistema de extensão agrícola.
- c. fortalecer a política de maior articulação do setor de pesquisa e transferência de tecnologia estadual junto aos esforços do setor privado.

8. SANIDADE AGROPECUÁRIA

Indicadores de Situação

Os países importadores são extremamente rigorosos em suas exigências fito e zoonosológicas que são utilizadas muitas vezes como barreiras comerciais ocultas. Além disso, o Brasil é signatário de vários acordos e convenções internacionais que o obrigam a cumprir com compromissos de saúde animal e sanidade vegetal. No Brasil já foram reportadas 54 das 95 doenças classificadas como de tipo "A" e "B" pela Organização Internacional de Epizootias, sendo uma situação similar na área vegetal.

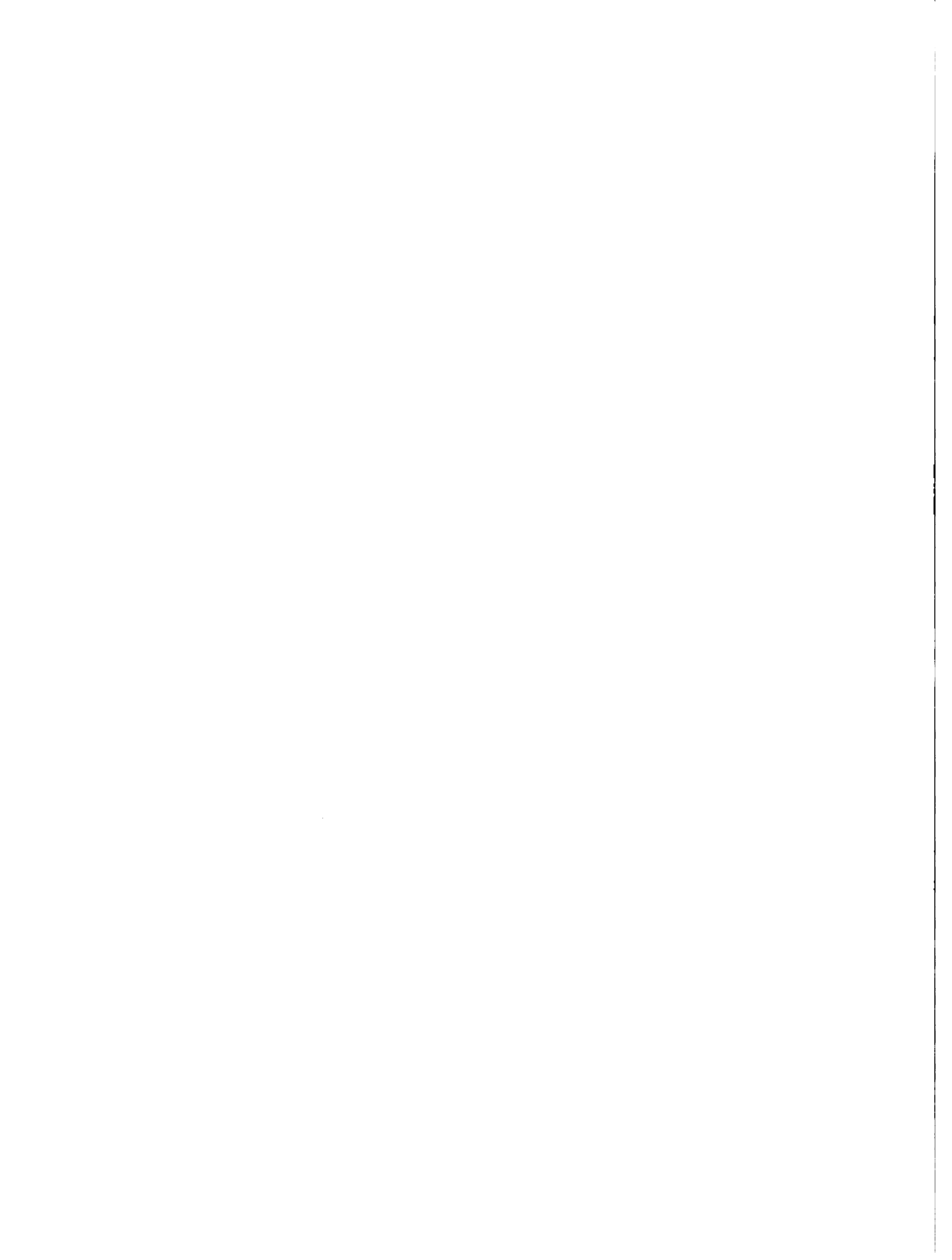
Os serviços oficiais de defesa agropecuária têm dificuldade para suprir a demanda gerada pelo setor porque carecem de uma legislação atualizada. Cria-se a necessidade de modernização de todo o sistema nacional de saúde e proteção agropecuária e obter os recursos financeiros para sua operacionalização.

Propósitos

O setor precisa modernizar o sistema nacional de saúde animal e proteção agropecuária para adequar-se às exigências do mercado internacional para a exportação de seus produtos com garantia de qualidade e padrão de resíduos, para não sofrer os prejuízos decorrentes de barreiras não tarifárias e atender as necessidades do consumo nacional.

Linhas de ação

- a) fortalecimento institucional do DNPDA e do DNPDV em seus aspectos organizativos, operativos e administrativos;
- b) reforçar seu sistema de vigilância epidemiológica e de vigilância em portos internacionais de entrada, o estabelecimento e operação de uma rede nacional de laboratórios, assim como a execução de programa de controle de enfermidades e pestes dos animais.



- c) desenvolvimento e/ou adaptação de metodologias;
- d) treinamento do pessoal nacional em áreas prioritárias para os serviços de saúde animal e sanidade vegetal;
- e) difusão de informação, através da publicação de documentos científicos.
- f) organização e realização de eventos de capacitação.
- g) captação de recursos financeiros internacionais e nacionais para contar com os projetos de abrangência nacional e regional.
- h) manter e dinamizar a articulação do Brasil com os países e/ou regiões.

9. PARTICIPAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA DO SETOR AGROPECUÁRIO

Indicadores de Situação

A necessidade de ampliar o espectro de participação dos produtores e, em geral, os membros que compõem a sociedade agropecuária é um pré-requisito fundamental para se lograr uma política compartilhada e com maior possibilidade de sucesso.

Devemos destacar os produtores rurais e suas organizações que atualmente estão espalhados por todo o país. Segundo dados do IBGE, existem hoje no Brasil, cerca de 3.500 cooperativas, das quais quase a absoluta maioria são constituídas por produtores agrícolas. Por outro lado, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, estão implantados em mais de 2.500 municípios e contam com aproximadamente 1,8 milhões de associados.

De acordo com a lei Nº 8.171, o planejamento agrícola deve ser realizado de forma democrática e participativa, através de planos nacionais de desenvolvimento agrícola plurianuais, planos de safras e planos operativos anuais, os quais deverão levar em conta as especificidades regionais e estaduais, de acordo com a vocação agrícola e as necessidades diferenciadas de abastecimento, formação de estoque e exportação.

Destaca-se a participação dos Estados e Municípios, através do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, que vem atuando de forma bastante significativa na discussão de propostas e ações práticas que visam o desenvolvimento do setor rural.

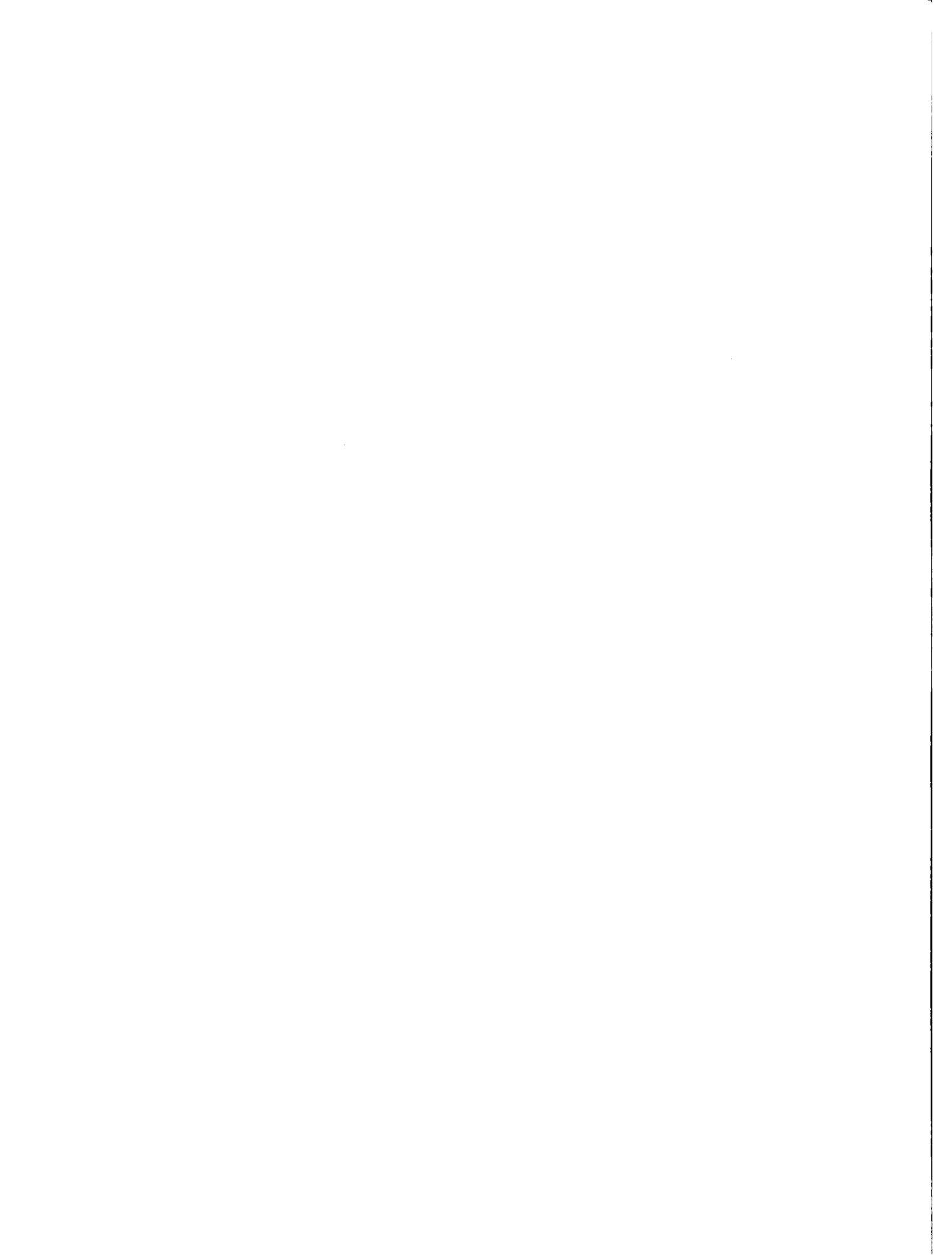
A modernização da estrutura institucional, deve levar em consideração que é necessário existir um sistema de informações agropecuária eficaz, que permita a identificação das limitações cruciais e soluções dos agentes envolvidos no setor rural, tanto público como privado.

Propósitos

Ampliar a capacidade do sistema institucional do setor agropecuário, através dos mecanismos de articulação com o setor privado e, em geral, com a sociedade para atender as metas que deve cumprir em benefício do país.

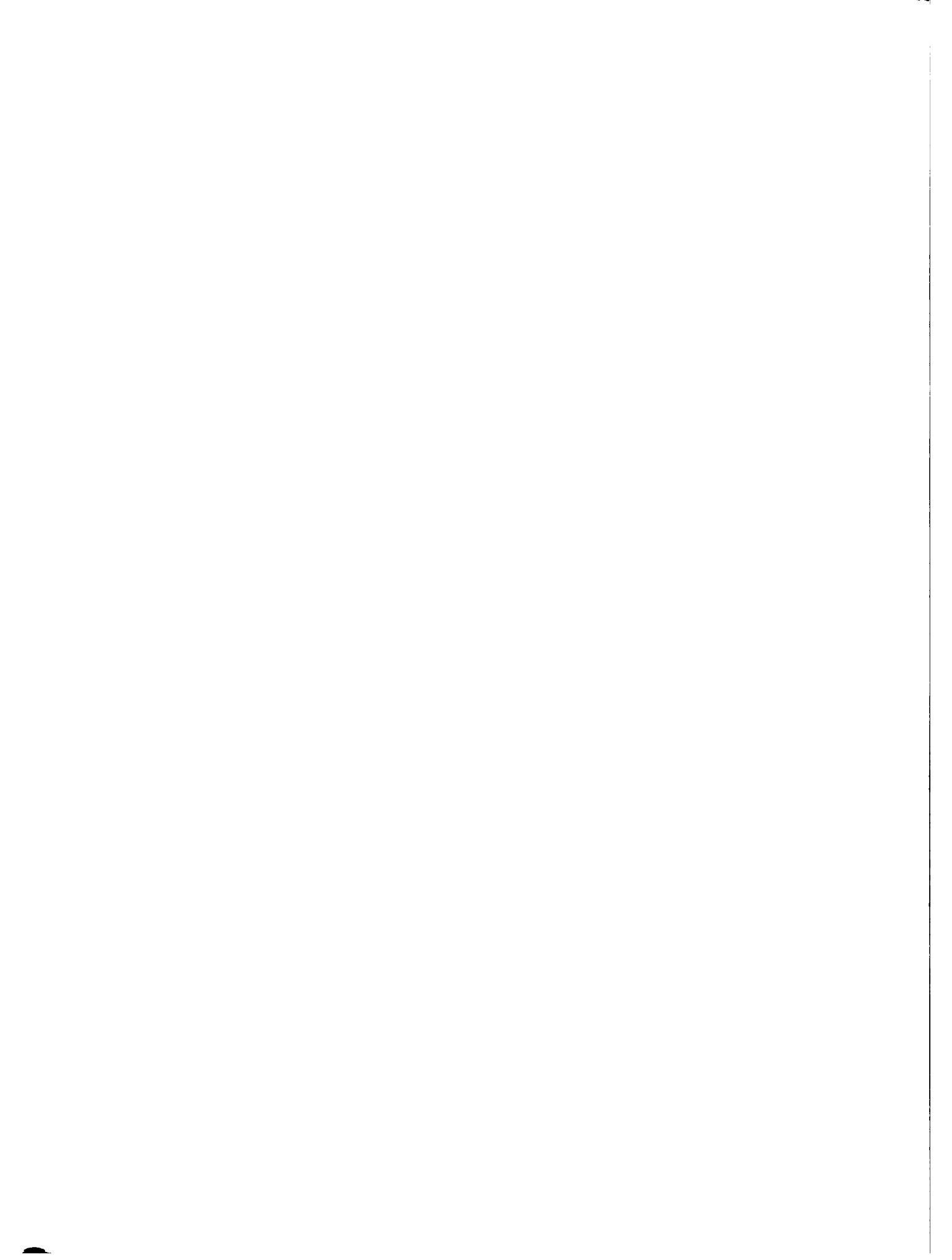
Linhas de Ação

- a) contribuir para manter um relacionamento permanente das organizações do setor com a Comissão de Agricultura do Senado, principalmente, para que haja uma dinamização no processo de legalização das ações propostas;
- b) promover a participação dos produtores rurais, através de seus mecanismos de organização (cooperativas, sindicatos, etc), e com eles manter um trabalho articulado em benefício do setor;
- c) promover, apoiar e executar programas de organização e capacitação de líderes rurais;
- d) manter uma estreita articulação com os estados através de seus Secretários de Agricultura, utilizando como canal de comunicação o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura;
- e) gerar e difundir material que permita ampliar o conhecimento analítico e a habilidade de formação e manejo de informações entre os técnicos do setor público agropecuário e de outras organizações responsáveis pelas políticas, que incidem na agricultura, de modo que seja mais frutífero seu diálogo, e assessoria com níveis superiores;
- f) dinamizar os mecanismos de informação referentes ao setor agrícola, modernizando-os e agilizando o processo de divulgação dessas informações para que as devidas ações sejam tomadas num curto prazo de tempo.



Capítulo III

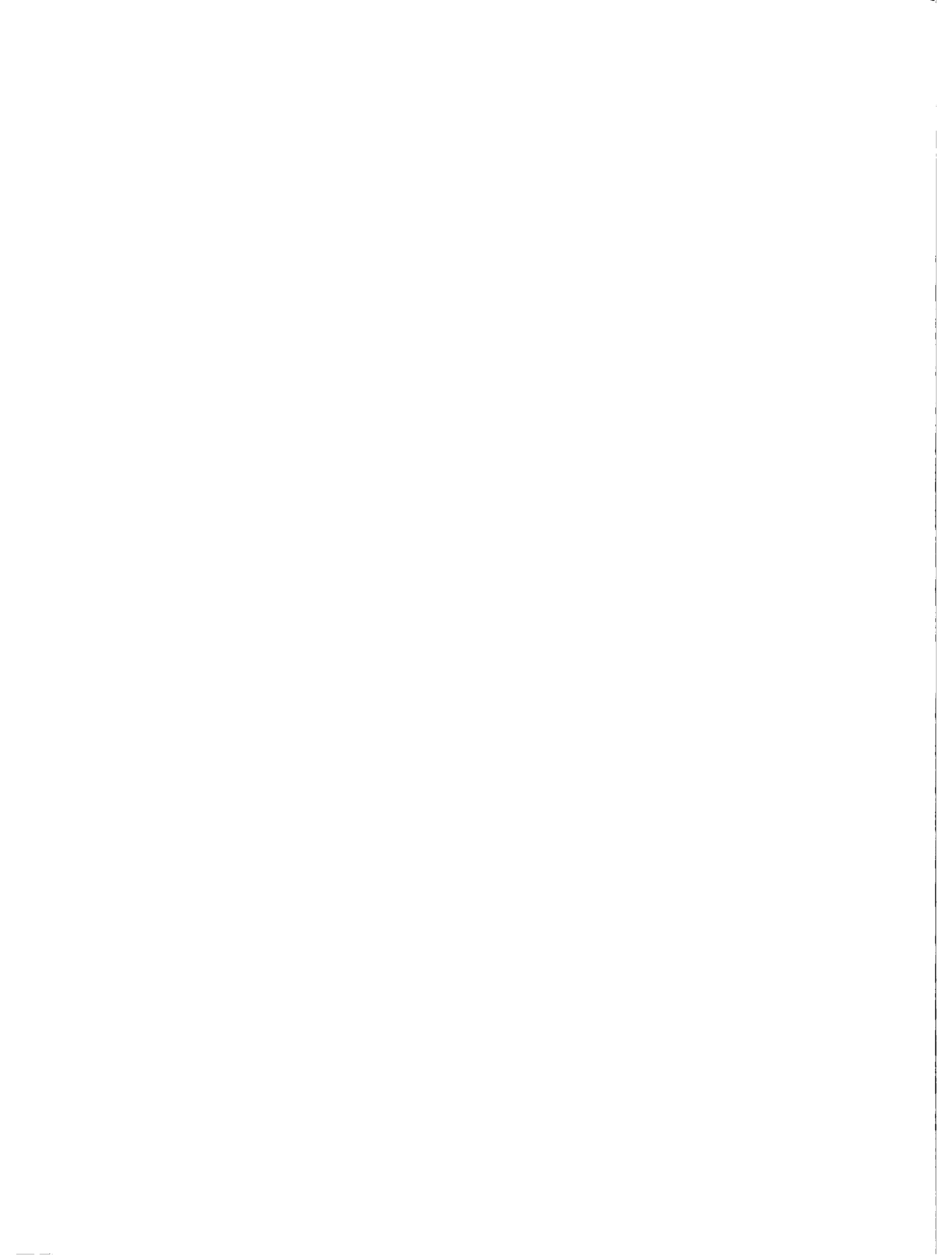
Proposta de Diretrizes para a Ação do IICA no Brasil 1994 - 1998



**Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Escritório no Brasil**

**PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A AÇÃO
DO IICA NO BRASIL
1994-1998**

Brasília, Outubro de 1993



ÍNDICE

Proposta de Diretrizes para a Ação do IICA no Brasil 1994 - 1998	1
● 1. A Ação do IICA no Brasil	1
● 2. Estratégia de Ação do IICA no Brasil	7
● 3. Combate à Pobreza Rural	9
● 4. Identificação de Instrumentos de Cooperação Técnica em cada uma das Áreas Prioritárias	11
● 5. Disponibilidade Recursos Financeiros para 1994	73
● 6. Estrutura Organizacional do Escritório do IICA no Brasil	75
Anexo: Estrutura do Pessoal do IICA no Brasil	

**PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A AÇÃO
DO IICA NO BRASIL
1994-1998**

1. A AÇÃO DO IICA NO BRASIL

1.1 Situação atual

O IICA no Brasil adequou-se às diferentes circunstâncias políticas, sociais e econômicas, definindo um conjunto de áreas temáticas e uma estratégia de cooperação técnica que permita ao Instituto cumprir sua missão e funções com maior eficiência. A alta frequência nas mudanças institucionais, a heterogeneidade de suas regiões e a magnitude do país fazem com que o Instituto tenha que aplicar diferentes formas de trabalho e desenvolver uma estratégia de ação, dentro do contexto que as normas e mandato lhe permitam.

Esta estratégia de ação deparou-se com a crítica situação sócio-econômica e política proveniente de:

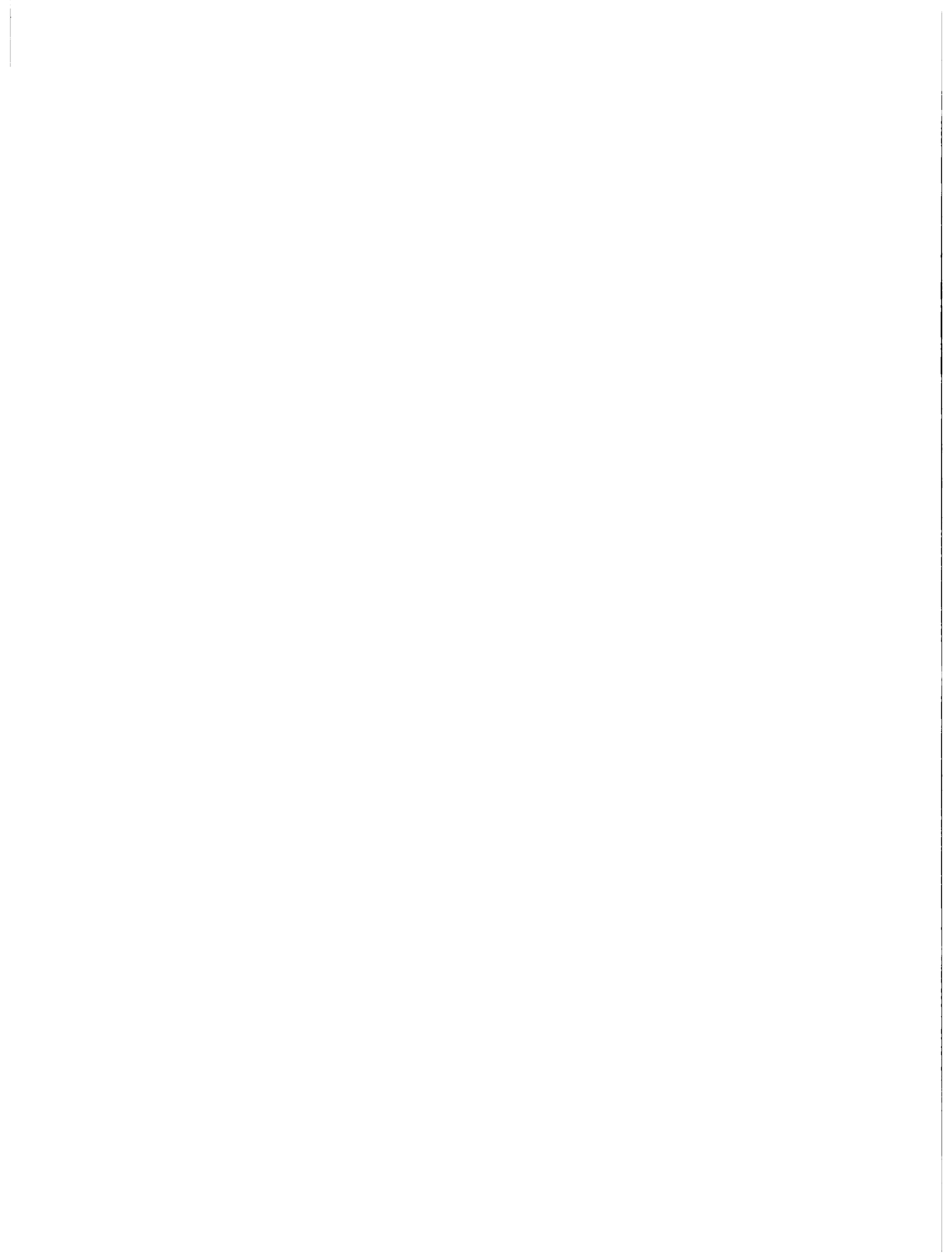
- A recessão econômica do Brasil, gerando desemprego, intensificando o alto nível de endividamento externo, interno e o déficit fiscal.
- A integração, a abertura econômica unida ao processo de privatizações no contexto internacional com competência desleal no mercado de produtos agrícolas, gerou uma importante crise econômica e intensificando a situação de pobreza rural no país.

Frente à esta situação amplamente explicitada nos capítulos anteriores, o IICA no Brasil priorizou sua ação, considerando o seguinte:

1.2. Segundo a demanda por cooperação técnica:

a. Médios e grandes produtores:

Estamos cooperando com as instituições nacionais que se esforçam para facilitar aos produtores no âmbito político e normativo necessário para a obtenção da competitividade e em níveis nacional e internacional.



b. Pequenos produtores:

Cooperamos na definição de políticas institucionais que desvinculam o pequeno produtor do paternalismo, facilitando os elementos necessários para vincular esses produtores com o mercado. Contribuindo no processo para obter sua organização, fortalecendo e capacitando-os para que sua ação seja cada vez mais participativa e eficiente. Além disso, colaboramos no desenvolvimento e aplicação de modelos com viabilidade e econômica.

1.3. Segundo o reordenamento espacial e institucional:

a. Em nível estadual:

A descentralização, a privatização e a redução do poder institucional em nível nacional e regional, exige do IICA uma política de cooperação técnica com financiamento externo, descentralizada em nível de estado, promovendo a assinatura de convênios com os mesmos e cobrindo ações até o nível de município. Este enfoque facilita a estabilidade política e o cumprimento das metas técnicas.

b. Em nível nacional:

Diversificou-se os beneficiários institucionais, dada à modificação da política de cooperação técnica centralizada no Ministério de Agricultura, atendendo outros Ministérios como os de Planejamento, Integração Regional e Meio Ambiente, etc.

c. Setor privado:

Ampliou-se a cooperação técnica em nível de setor privado, assinando convênios com a Sociedade e Rural Brasileira, a Organização das Cooperativas Brasileiras, a Associação de Criadores de Gado Zebu, o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e, em nível das ONGs, com a Fundação Esquel e a Fundação Monteiro Lobato do Rio de Janeiro.

1.4. Segundo as áreas temáticas:

Priorizou-se os princípios de competitividade, sustentabilidade e equidade, procurando um equilíbrio entre estes. Em tal sentido destaca-se:

a. Com relação à Competitividade:

Estamos trabalhando juntamente com o MAARA na análise da competitividade de alguns produtos brasileiros no Mercosul e no processo de articulação institucional, para facilitar a execução de políticas que melhorem as condições para ampliar a capacidade de competência.

Apoiar os sistemas de geração, transferência e adoção tecnológica agrícola (agrosilvopastoril e pesca continental), respeitando os conceitos de sustentabilidade, competitividade e equidade. Trabalha-se com poucos recursos do país nos aspectos de sanidade agrícola e saúde animal.

b. Com relação à Sustentabilidade:

Cooperamos em áreas específicas com a EMBRAPA mediante projetos de desenvolvimento institucional e capacitação do seu pessoal; encontra-se em negociação a cooperação em programas de envergadura com os estados de Rondônia, de Mato Grosso e do Acre. Realizou-se um seminário em São Paulo e, em data, ainda não definida, será realizado um no Piauí, com a finalidade de difundir progressos internacionais dos conhecimentos sobre este tema.

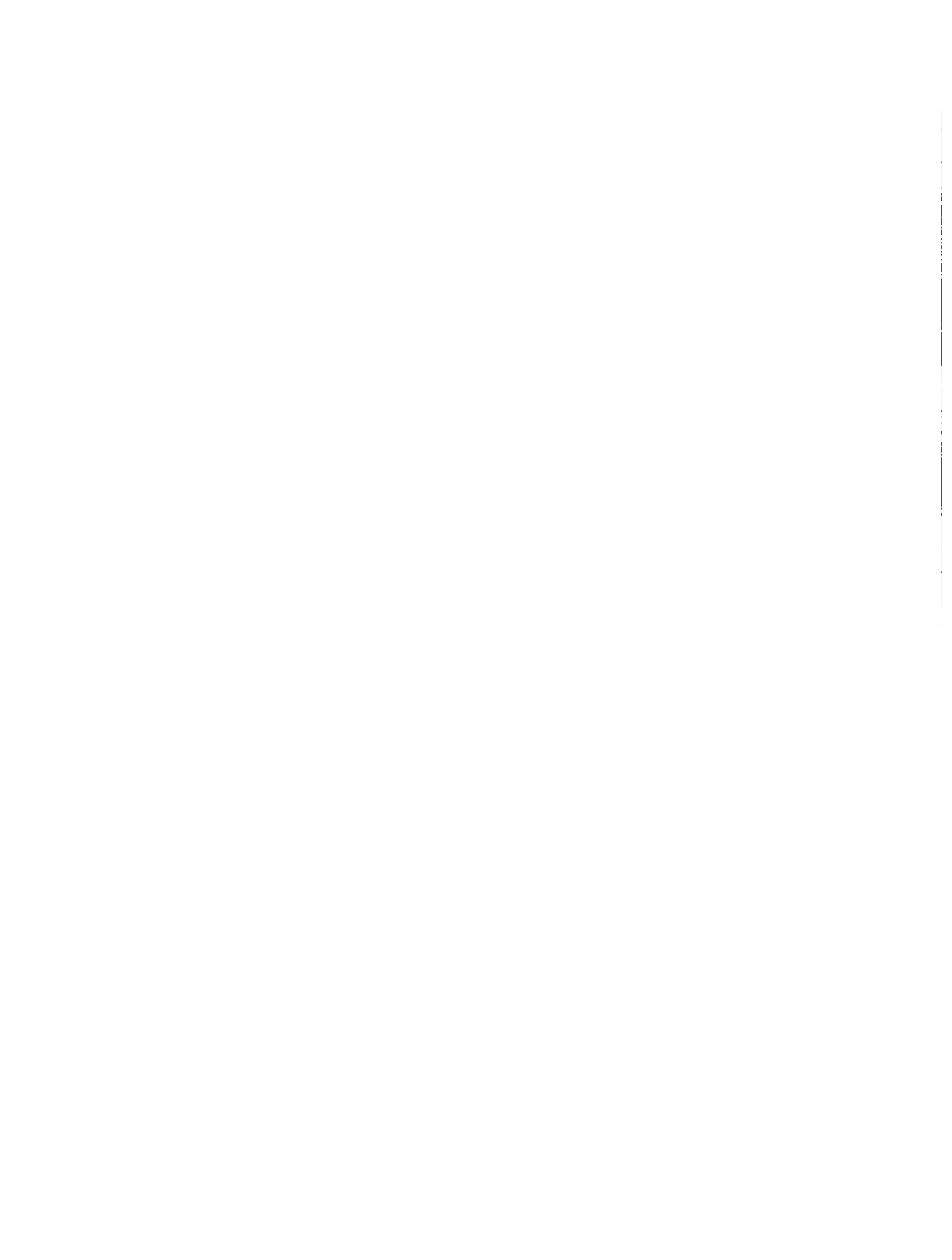
c. Com relação à Equidade:

Estamos iniciando atividades de cooperação técnica com as instituições que orientam politicamente o programa de ataque à pobreza com prioridade nas áreas rurais. Este programa contempla algumas ações de índole conjuntural como paliativo de emergência. No entanto, empenha-se na incorporação daqueles componentes que permitam uma solução estrutural da mesma como: a irrigação, a reforma agrária, o acesso ao crédito e à assistência técnica, além de outros serviços sociais básicos. Dessa forma, continua-se na execução de projetos de índole produtivos em níveis estaduais em benefício dos pequenos produtores.

Na execução dessa estratégia está se formando um novo cenário que poderá ser definido como descentralizador.

A crise política no Brasil tem exigido deste Escritório um esforço importante para seguir o processo descentralizador.

A grande quantidade de autores políticos em nível das diferentes instituições envolvidas dificultam o mecanismo de negociação, mas minimizam



os riscos que implicam a concentração da cooperação técnica, ampliando a ação do IICA em outras instituições do país.

A descentralização permitiu que a crise financeira no Escritório fosse minimizada em níveis aceitáveis e gerenciáveis. Em outro cenário centralizado, a crise talvez tivesse se agravado. Desta forma, a execução pré-orçamentária foi maior no ano de 1993 em relação a 1992, em 8,91% e mais concentrada na cooperação técnica específica que na administração de recursos.

A crise exigiu deste Escritório um importante esforço na redução de custos pela uma estimativa inicial no Operativo, este esforço identificou-se na diminuição de gastos acontecidos a partir de setembro e na redução de pessoal financiado com recursos CATIS, principalmente.

As diferentes atividades desenvolvidas nos últimos anos no IICA-Brasil têm demonstrado que a diferenciação temática baseada na distribuição técnica e administrativa por programa, compatível com o estruturado na Sede, não se adequa ao sistema operacional das instituições brasileiras.

Os diferentes técnicos normalmente identificam as contrapartes institucionais, mas as temáticas com alta carga política como as ligadas especialmente aos problemas sociais e econômico-comerciais do Brasil contêm ações programáticas conjuntas, complicando o funcionamento do Escritório desde o ponto de vista gerencial. Isso sucede por algumas razões básicas:

- **Cada técnico conta com uma coordenação da Sede que nem sempre atua de forma articulada desde o ponto de vista interprogramático.**
 - **Cada técnico pretende manejar-se dentro do âmbito específico institucional para fixar sua responsabilidade na área que mais facilmente domina desde o ponto de vista técnico e político.**
 - **Existe uma tendência natural a trabalhar em compartimentos isolados, incentivado pela identificação dos diferentes temas técnicos e o sistema de avaliação praticado.**
- O desequilíbrio que se produz em nível da captação de recursos externos gera mecanismos de insegurança interna agravando a situação, discriminando a**

especialistas com alta capacidade técnica e baixa capacidade para a captação de recursos externos.

- **Os recursos externos são colocados pelo Governo respondendo às prioridades políticas identificadas na ação do mesmo programa de Governo e nem sempre corresponde à ação programática do IICA.**
- **As instituições e a imprensa não identificam o IICA em nenhuma temática específica.**

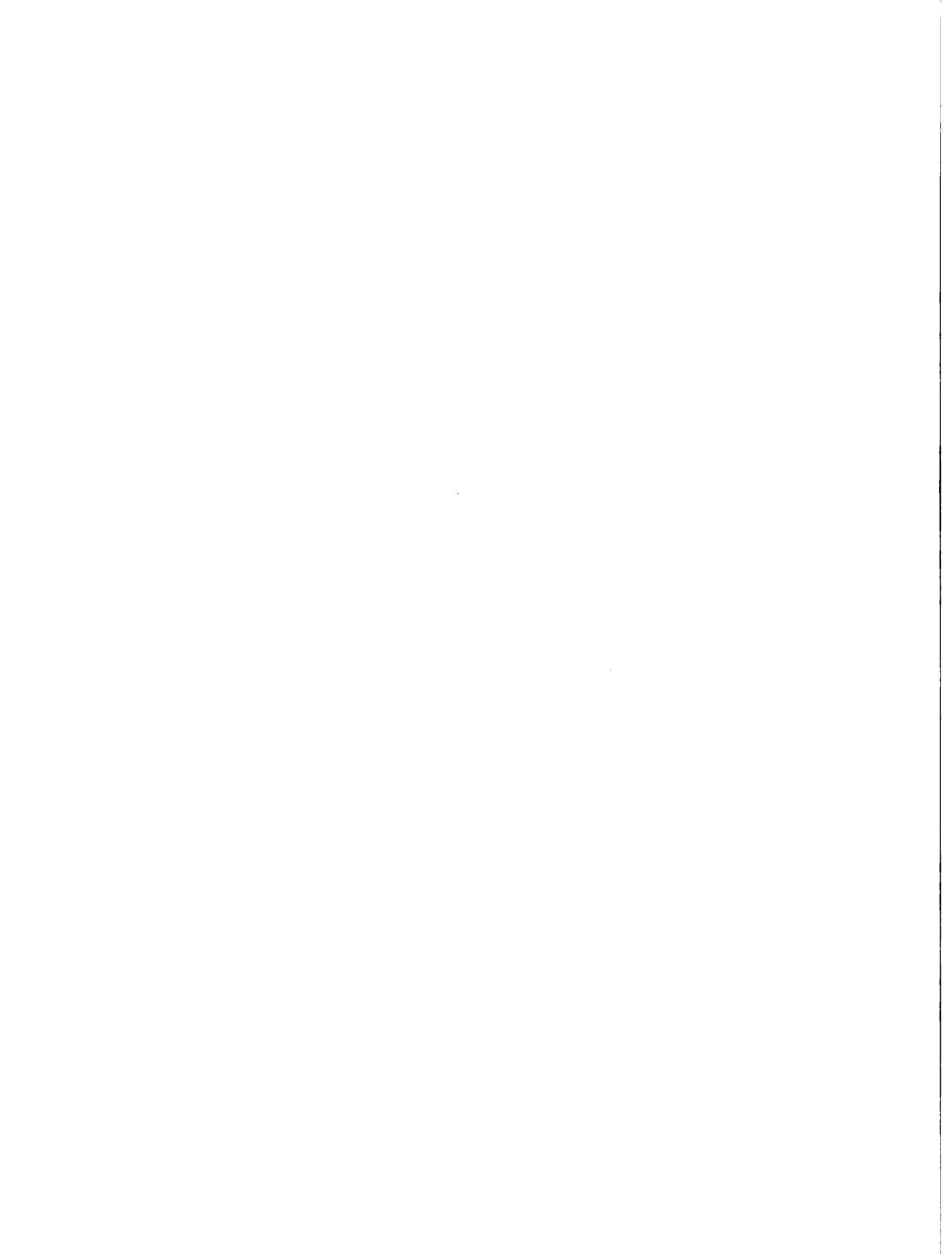
Estas razões vão complicando o manejo gerencial do Escritório e gera um permanente stress nos coordenadores dos diferentes programas em nível de país.

Neste momento, a demanda por cooperação técnica do IICA no Brasil está intimamente relacionada com as grandes políticas que vem sendo desenvolvidas pelo atual Governo, tal como foi indicado nos capítulos iniciais deste documento. Nesse sentido, o ajuste da ação do IICA deverá concentrar-se em contribuir para alcançar estes grandes objetivos no que se relaciona com setor agropecuário. Em síntese, se indica que a Política global do Governo se centraliza fundamentalmente em duas grandes áreas: a reforma econômica e a correção dos desequilíbrios sociais.

Mediante a reforma econômica busca-se criar as condições de estabilidade para fundamentar o crescimento como meio para o desenvolvimento global do país. Esta reforma se baseia na criação de uma economia que cumpra com três fundamentos estratégicos específicos, a saber: liberalizar os preços e os salários, abrir a economia ao mercado mundial e progredir para integração do mesmo.

A correção dos desequilíbrios sociais enfrenta-se a combater os aspectos estruturais e os conjunturais que definem uma condição de extrema pobreza em cerca de 40 milhões de pessoas e contribui para a criação de fontes de ingresso buscando sua participação no desenvolvimento do país.

Frente a este cenário o IICA deverá redefinir sua ação em nível do país.



2. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO DO IICA NO BRASIL

2.1 Novo cenário

Frente a um ano pré-eleitoral e com o cenário descrito, seria conveniente uma mudança no rumo da estratégia operativa, adaptando-a à realidade da demanda de cooperação nacional e à prioridades sociais que serão a base das propostas políticas dos diferentes programas de governo que foram apresentadas pelos diversos partidos em suas campanhas.

Apartir daí, este Escritório considerou necessário selecionar duas **ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO TEMÁTICA** com um de seus projetos identificado como projecto bandera em cada área. A ação do IICA no Brasil responderia às prioridades do governo atual, às do setor privado agropecuário e à que conformaram a base dos programas das diferentes forças políticas do País.

Tal ação se denominaria **"COMBATE À POBREZA RURAL COM MODERNIDADE"** e se basearia na convergência das diferentes áreas temáticas que manejará o Escritório em sua cooperação técnica.

Frente a estas realidades um organismo de cooperação como o IICA, deveria priorizar sua estratégia em duas áreas temáticas, uma que atue sobre os bolsões da pobreza rural, mediante os instrumentos e meios políticos necessários para seu combate, utilizando todos os elementos técnicos possíveis; e outra que cumpra o papel de catalizador das excelentes experiências da modernização da agricultura em nível nacional, bem como continental com a finalidade de colaborar com o governo na socialização dos conhecimentos e na racionalização dos esforços para acceder a esses conhecimentos.

Esta concentração temática beneficiaria ao Escritório do IICA no Brasil não somente em seu gerenciamento, senão na identificação programática com as autoridades nacionais e com os produtores agropecuários.

2.2. Áreas de concentração

De forma específica, o IICA no Brasil concentraria sua ação para contribuir em:

- 2.2.1. Modernização da agricultura para alcançar a competitividade e o incentivo do comércio internacional.**



Propósito:

Cooperar com o setor oficial e privado para desenvolver uma estratégia de modernização agrícola de sua produção e dos mercados para aumentar sua capacidade de competência com sustentabilidade e equidade.

2.2.2. Ações estratégicas:

- 2.2.2.1. Analisar as novas condições da competitividade no contexto do MERCOSUL e de outros mecanismos de integração.**
- 2.2.2.2. Contribuir para a elaboração de propostas de estratégias sobre competitividade e integração; por meio de instrumentos como os de fundações e outras formas associativas**
- 2.2.2.3. Apoiar a elaboração de propostas de políticas e projetos que permitam aumentar a capacidade de competir.**
- 2.2.2.4. Contribuir no fortalecimento do sistema organizacional oficial e privado diretamente relacionado com os mercados internacionais de produtos estratégicos tradicionais e promissórios.**
- 2.2.2.5. Apoiar a capacidade para aumentar a competitividade em ciência e tecnologia agrícola e agroindustrial com sustentabilidade.**
- 2.2.2.6. Assim mesmo, estimular um sistema de assistência técnica agrícola que crie consciência para alcançar a competitividade com sustentabilidade e equidade.**
- 2.2.2.7. Promover e apoiar os esforços na capacitação como meio para a obtenção do uso adequado das inovações tecnológicas e as capacidades gerenciais com vistas à competitividade. Participar na formulação e execução de programas de capacitação de técnicos e diretores dos setores público e privado.**

- 2.2.2.8.** Contribuir para que o Brasil participe no desenvolvimento de projetos regionais, interinstitucionais e interdisciplinares em matéria de comércio e de desenvolvimento tecnológico.
- 2.2.2.9.** Apoiar no desenvolvimento de bancos de dados e informação, assim como contribuir para o melhoramento da capacidade de assessoria para a tomada de decisões econômicas, em especial relacionadas com os mercados internacionais.
- 2.1.2.10.** Contribuir na definição e aplicação de estratégias que permitam reduzir as barreiras não-alfandegárias (em especial as de origem sanitária) dos produtos agrícolas brasileiros.

3. COMBATE À POBREZA RURAL

3.1 Propósito

Contribuir na formulação, financiamento e execução de planos, programas e projetos de combate à pobreza rural, ou seja, em níveis federal, estadual, microrregional ou municipal, tanto com organismos do setor público como do setor privado ou organismos não-governamentais.

3.2. Ações estratégicas

- 3.2.1.** Promover estudos que conduzam ao mapeamento e topologia da pobreza rural em nível municipal que identifiquem as diferenças entre os diversos grupos de pobres rurais.
- 3.2.2.** Analisar os possíveis impactos das políticas macroeconômicas sobre os diversos grupos de pobres rurais.
- 3.2.3.** Analisar a capacidade institucional e técnica dos municípios (prefeituras e outros órgãos de serviços locais públicos e privados), para promover ações de desenvolvimento e combate à pobreza rural.

- 3.2.4. Realizar estudos em diferentes situações e contextos das diferentes formas associativas em que esteja organizada a pequena produção.**
- 3.2.5. Analisar as redes de organizações não-governamentais que atuem nos meios rurais, para conhecer sua capacidade de trabalho, forma jurídica, necessidade de reforço, etc., com vistas à participação dessa estrutura no apoio à ações de desenvolvimento rural, tanto de caráter produtivo como social.**
- 3.2.6. Fortalecimento dos agentes públicos e privados, envolvidos em ações de desenvolvimento rural, através da capacitação em áreas estratégicas, metodológicas e instrumentos desenvolvidos e aprovados nos diferentes projetos.**
- 3.2.7. Promoção e acompanhamento de processos e experiências de desenvolvimento rural no âmbito local, municipal e microrregional, com base na organização dos pequenos produtores com práticas participativas.**
- 3.2.8. Formulação com acompanhamento e avaliação de modalidades de crédito com análises das áreas disponíveis na atualidade para dinamizar os sistemas produtivos dos produtores.**
- 3.2.9. Formulação e acompanhamento de programas e projetos de agricultura irrigada com ênfases na pequena irrigação, com vistas a contribuir para a modernização de agricultura tradicional.**
- 3.2.10. Introduzir as perspectivas de gênero durante as fases de formulação e execução de projetos de desenvolvimento rural para permitir, tanto o reconhecimento como a efetiva participação dos autores sociais discriminados tradicionalmente, como são o jovem e a mulher rural.**
- 3.2.11. Contribuir com a análise como na internacionalização nos projetos de conceito de desenvolvimento sustentável**

como alicerce básico de um crescimento econômico com equidade e preservação dos recursos naturais.

3.2.12. Facilitar o intercâmbio horizontal de experiências entre instituições em níveis nacional, regional e hemisférico.

4. IDENTIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA EM CADA UMA DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS

Os convênios vigentes, divididos por área de concentração e por programa atual do IICA, assim como novas idéias de projetos que encontram-se em vias de negociação e/ou promoção, estão relacionados no quadro seguinte:

QUADRO 1
2.1. IDENTIFICACAO DE INSTRUMENTOS DE COOPERACAO TECNICA

AREA: MODERNIZACAO DA AGRICULTURA

PROG	CONVENIOS	D. ASSINATURA	VALIDADE	CONTRAPARTE	FONTE DE RECURSOS	RESPONSAVEL
I	Apoio a Secretaria de Política Agrícola	Dezembro de 1992	Junho/96	SPA	SPAMAARA	M. Carriguiry
II	Cooperacao Tecnica a EMBRAPA PROCENSUL I E BIRD III	Julho de 1988	Dez/93	EMBRAPA	BID/BIRD	J. Ardila
II	Cooperacao Tecnica a EMBRAPA PROCENSUL I E BIRD III	Maior de 1990	Jan/96	EMBRAPA	BIRD	J. Ardila
II	Implementacao do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional da EMBRAPA para a Geracao e transferencia de Tecnologia	Maior de 1992	Maior/96	EMBRAPA	EMBRAPA	J. Ardila
II	Programa de Modernizacao Tecnologica da Agropecuaria na Regiao Centro-Sul do Brasil - Promoagro	agosto de 1993	Fev/97	EMBRAPA	BID	J. Ardila
III	Cooperacao Tecnica ao Programa de Apoio a Producao e Exportacao de Frutas "in natura" FRUPEX	Dezembro de 1990	Dez/94	MAARA/SPA/ DENACOOP	MAARA	A. Carraro
III	Apoio ao Programa Nacional de Telecomunicacoes Rurais	Dezembro de 1990	Dez/94	MAARA/SNPA/ DENACOOP	MAARA	E. Fonseca
III	Apoio ao Programa Nacional de Fortalecimento de Cooperativismo de Credito	Dezembro de 1990	Dez/94	MAARA/SNPA/ DENACOOP	MAARA	A. T. Araujo
III	Apoio ao Programa Nacional de Energizacao Rural	Dezembro de 1990	Dez/94	MAARA/SNPA/ DENACOOP	MAARA	A. Moreira
IV	Acordo-Geral de Cooperacao Tecnica entre o BRDE e o IICA	Dezembro de 1992	Dez/94	BRDE	Segundo Termos Aditivos	M. Carriguiry
V	Fortalecimento Institucional dos Servicos da Empresa Sanitaria Animal do Brasil	Dezembro de 1989	Dez/93	ONPDA	MAARA	R. Dugas
V	Apoio a Reestruturacao e Fortalecimento do Sistema de Sanidade Vegetal no Brasil	Dezembro de 1991	Dez/94	ONPDV	MAARA	M. Tadano
V	Apoio a Associao Nacional de Defensivos Agricolas - ANDEF	Outubro de 1987		ANDEF	ANDEF	R. Dugas

AREA: MODERNIZACAO DA AGRICULTURA

CONVENIOS EM NEGOCIACAO

PROG.	CONVENIOS	D. ASSINATURA	VALIDADE	CONTRAPARTE	FONTE DE RECURSOS	RESPONSAVEL
II	Programa de Capacitacao Tecnica em Sustentabilidade e Competitividade do Setor Agropecuário no Estado de São Paulo			Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo	M. Infante
III	Agroindustrial do Estado do Mato Grosso			PRODEAGRO	Governo do Estado do Mato Grosso	R. Gonzalez
IV	Apoio a Criacao de Polos Agroindustriais			Ministerio da Integracao	A definir	M. Carriquiry
IV	Cooperacao Tecnica para apoiar o Desenvolvimento de Assuntos Internacionais do MAARA			AAI/MAARA	MAARA	M. Carriquiry

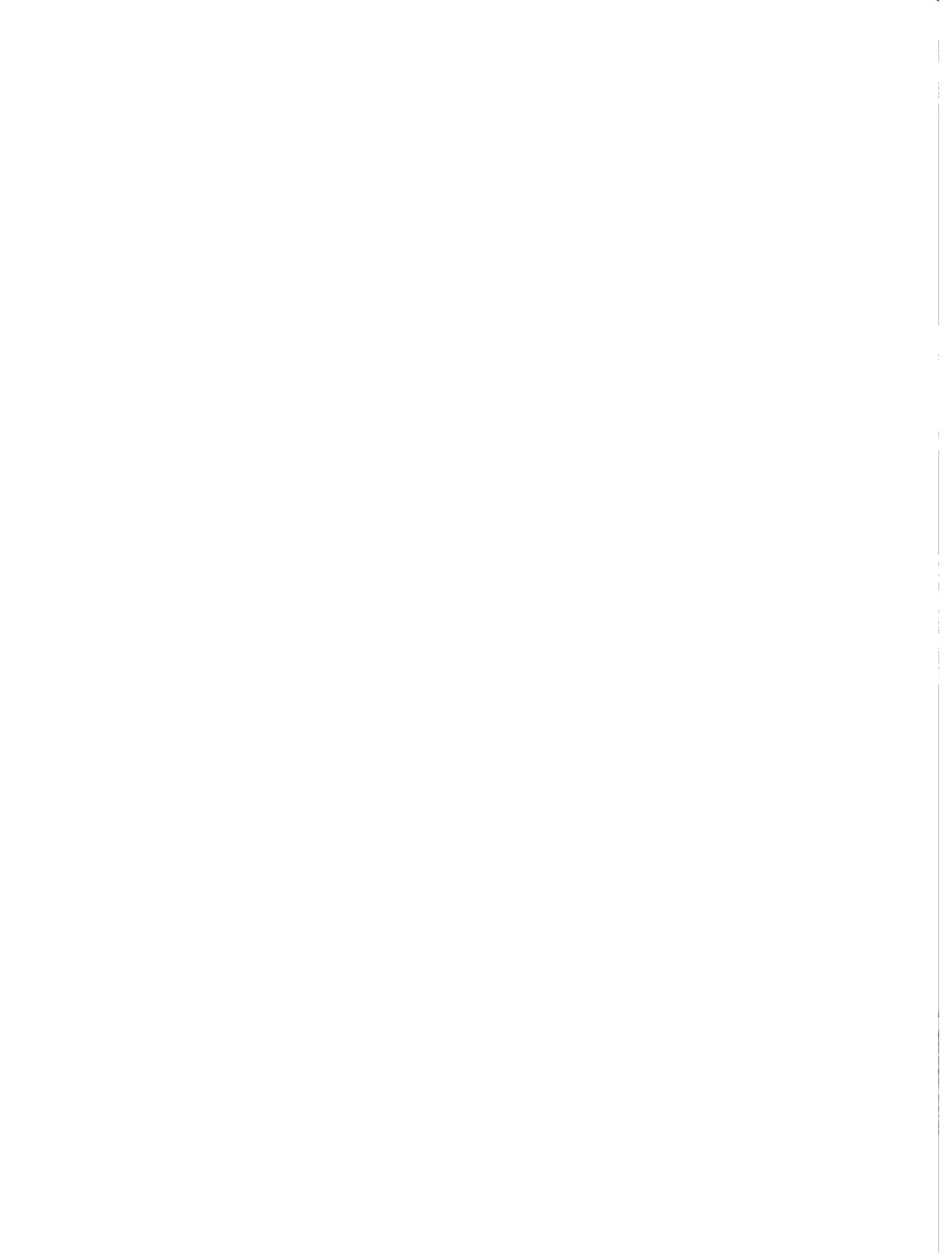


AREA: COMBATE A POBREZA RURAL

PROG	CONVENIOS	D. ASSINATURA	VALIDADE	CONTRAPARTE	FONTE DE RECURSOS	RESPONSAVEL
■	Apoio ao Banco do Nordeste do Brasil para o Planejamento e Execucao de Acoes em Credito para o Desenvolvimento Rural	Outubro de 1990	Out/1994	BNB	BNB	C.Furche
■	Cooperacao Tecnica a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Sao Francisco (CODEVASF) para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	Maior de 1991	Maior/1995	CODEVASF	CODEVASF	C. Miranda
■	Cooperacao Tecnica a SENIR e a DNOCS para a Implementacao do Projeto de Irrigacao Nordeste I	Marco de 1990	Marco/96	SENIR/DNOCS	BIRD	Agustin Millar
■	Programa de Apoio a Autogestao de Organizacoes de Produtores em Areas de Reforma Agraria (PROARA)	Dezembro de 1990	Dez/96	PROARA	MAARA	R. Ferreira
■	Apoio ao Instituto Nacional de Colonizacao e Reforma Agraria (INCRA) para a Modernizacao Administrativa e a Capacitacao de seus funcionarios na Formulacao de Projetos de Desenvolvimento em Areas de Assentamento	Dezembro de 1990	Dez/94	INCRA	INCRA	F. Velasquez
■	Convenio entre a SEPLAN-PR/SPA-PNUD	setembro de 1993	Nov/93	SEPLAN-PR-PNUD	PNUD	C. Miranda
■	Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado do Acre	Julho de 1993	Nov/93	Gabinete do Governador	Governo do Estado do Acre	R. Gonzalez
■	Cooperacao Tecnica na implementacao do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural no Estado da Bahia	Outubro de 1993	Out/95	SEPLANTEC-BA	Governo do Estado da Bahia/BIRD	C.Miranda
■	Cooperacao Tecnica na implementacao do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural no Estado do Ceara	Outubro de 1993	Out/95	SEPLANTEC-CE	Governo do Estado do Ceara/BIRD	C. Miranda
■	Cooperacao Tecnica na implementacao do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural no Estado do Maranhao	Outubro de 1993	Out/95	SEPLANTEC-MA	Governo do Estado do Maranhao/BIRD	C.Miranda
■	Cooperacao Tecnica na implementacao do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural no Estado de Pernambuco	Outubro de 1993	Out/95	SEPLANTEC-PE	Governo de Estado de Pernambuco/BIRD	C.Miranda
■	Cooperacao Tecnica na implementacao do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural no Estado de Piaui	Outubro de 1993	Out/95	SEPLANTEC-PI	Governo do Estado de Piaui/BIRD	C.Miranda
■	Cooperacao Tecnica na	Outubro de 1993	Out/95	SEPLANTEC-RN	Governo de Estado de Rio Grande	C. Miranda



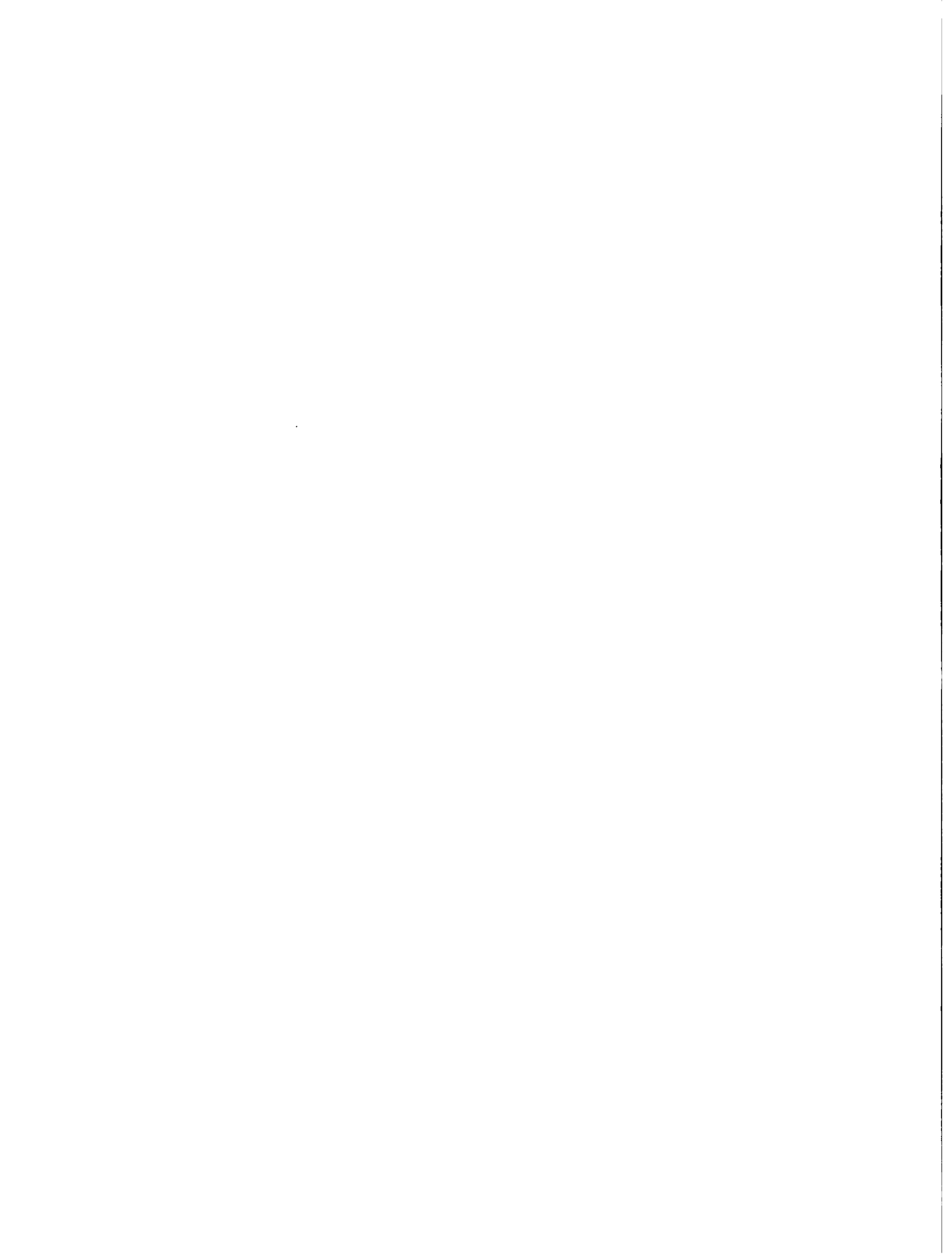
	implementacao do Programa de				do Norte/BIRD	
	Apoio ao Pequeno Produtor Rural					
	no Estado do Rio Grande do Norte					



AREA: COMBATE A POBREZA RURAL

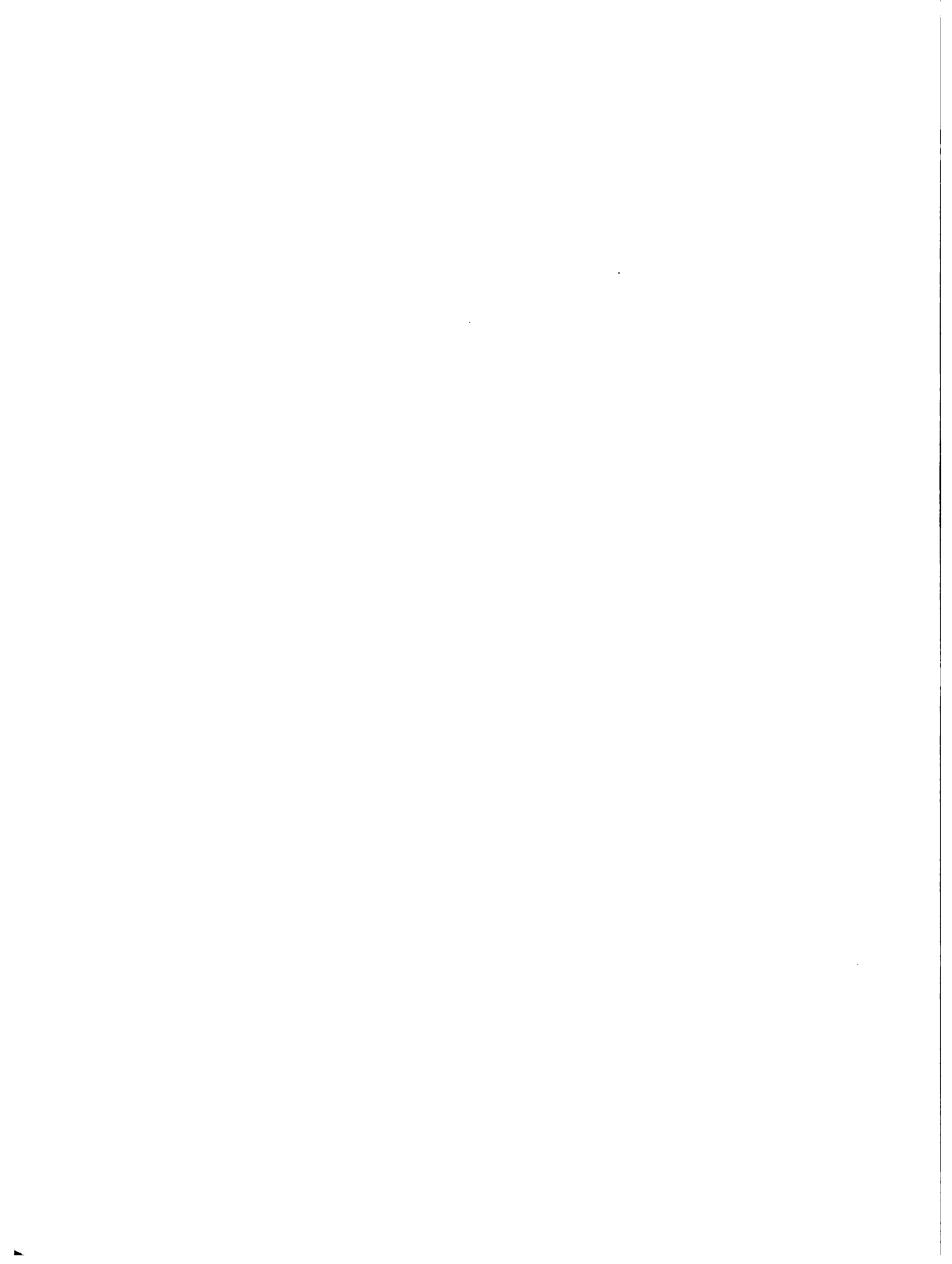
CONVENIOS EM NEGOCIACAO

PROG	CONVENIOS	D. ASSINATURA	VALIDADE	CONTRAPARTE	FONTE DE RECURSOS	RESPONSAVEL
III	Apoio a Pequena Irrigacao			SIR/MIR	SIR/BRID	R. Gonzalez
III	Apoio a SUDENE para o desenvolvimento rural sustentavel no Nordeste			SUDENE	a definir	R. Gonzalez
III	Programa de Fomento a Geracao de Emprego e Renda no Nordeste do Brasil			BNB	BNB/BID	R. Gonzalez
III	Programa Regional de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais dos Estados do Parana, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul (PRAPEM)			Estados do Sul e Mato Grosso	Governo do Mato Grosso	M. Carriquiry
III	Cooperacao Tecnica na implementacao do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural no Estado de Minas Gerais			SEPLANTEC-MG	Governo do Estado de Minas Gerais/BID	C. Miranda

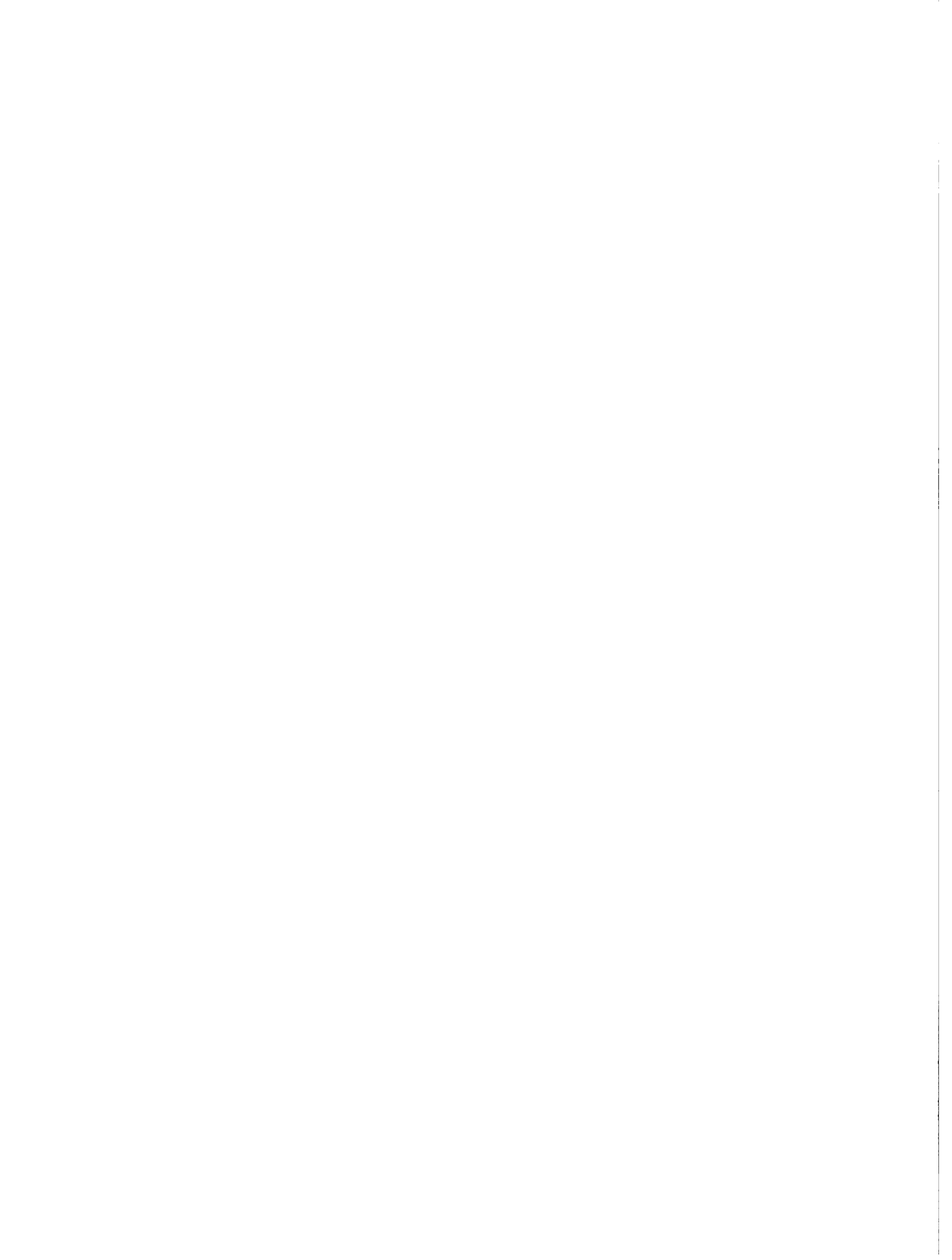


OUTRAS ACOES

PROG	CONVENIOS	D. ASSINATURA	VALIDADE	CONTRAPARTE	FONTE DE RECURSOS	RESPONSAVEL
IV	Convenio com o BGE objetivando o estabelecimento de normas de procedimentos sobre estimativas e acompanhamento de safras agricolas	Julho de 1993	Out/93	BGE	Segundo Termos Aditivos	M. Infante
IV	Cooperacao Tecnica a Fundacao Alexandre Gusmao, por intermedio da Agencia BrasJeira de Cooperacao/MRE	Maior de 1993	Maior/95	Esternos	Segundo Termos Aditivos	M. Carriginy
AAA	Apoio ao CIAT - Feijao	Outubro de 1991		EMBRAPA	CIAT	L. Carlos
AAA	Apoio ao CIAT - Pastagem	Outubro de 1991		EMBRAPA	CIAT	L. Carlos
AAA	Apoio ao CIAT - Mandioca	Outubro de 1991		EMBRAPA	CIAT	L. Carlos
AAA/II	Apoio as atividades de Cooperacao NCSU/EMBRAPA	Agosto de 1991	Out/94	EMBRAPA	NCSU	L. Carlos



**IDENTIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
ÁREA: MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA
CONVÊNIO VIGENTES E PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO**



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Apoio técnico à Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

2. OBJETIVO GERAL

Apoio à Secretaria de Política Agrícola (SPA/MAARA) para melhor desempenho das tarefas necessárias para a tomada de decisões de política Agrícola por parte do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Apoio à Coordenação do Sub-Grupo de Trabalho N° 8 do MERCOSUL.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Organizar e implementar métodos de trabalho;**
- **Sistema de informação agrícola;**
- **Apoio à formulação de políticas, avaliação de impactos;**
- **Capacitação e intercâmbio.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **Secretaria de Política Agrícola - SPA**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução

FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

PROCENSUL II (Projeto de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia na Região Centro-Sul do Brasil)

2. OBJETIVO GERAL

Prestação de Cooperação Técnica do IICA à EMBRAPA no que concerne à seleção, contratação e administração de consultores nacionais para treinamento no exterior a serem colocados à disposição da EMBRAPA.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Serviços de especialistas nacionais e internacionais, para atuação de longo e curto prazos**
- **Treinamento de curta duração, no exterior, do pessoal da EMBRAPA**
- **Treinamento formal; (MS e PhD), no exterior, no da EMBRAPA),**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **EMBRAPA**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Cooperação Técnica EMBRAPA-IICA para a execução do Projeto de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária na Região Centro-Sul do BraSIL - PROCENSUL II , e para execução de serviços de consultoria internacional e nacional no âmbito do Projeto de Pesquisa Agropecuária - BIRD III.

2. OBJETIVO GERAL

É a prestação de cooperação técnica do IICA à EMBRAPA no que concerne à seleção, contratação e administração de consultores estrangeiros e nacionais a serem colocados à disposição da EMBRAPA.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Desenvolvimento da estrutura técnica-organizacional;**
- **Revisão dos sistema de planejamento, estratégico e de controle;**
- **Formulação de Política, estratégias e gestão;**
- **Desenvolvimento de mecanismos de comercialização de tecnologia geradas e serviços;**
- **Definição e implementação de políticas e mecanismos de descentralização institucional;**
- **Desenvolvimento de diretrizes e estratégias para o estabelecimento de vínculos com o setor privado;**
- **Fortalecimento da coordenadoria de captação de recursos para a formulação de programas e projetos de investimento; e**



- **Desenvolvimento de atividade de seu interesse realizado num esforço de modernização tecnológica nas suas unidades descentralizadas.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **EMBRAPA**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução

FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

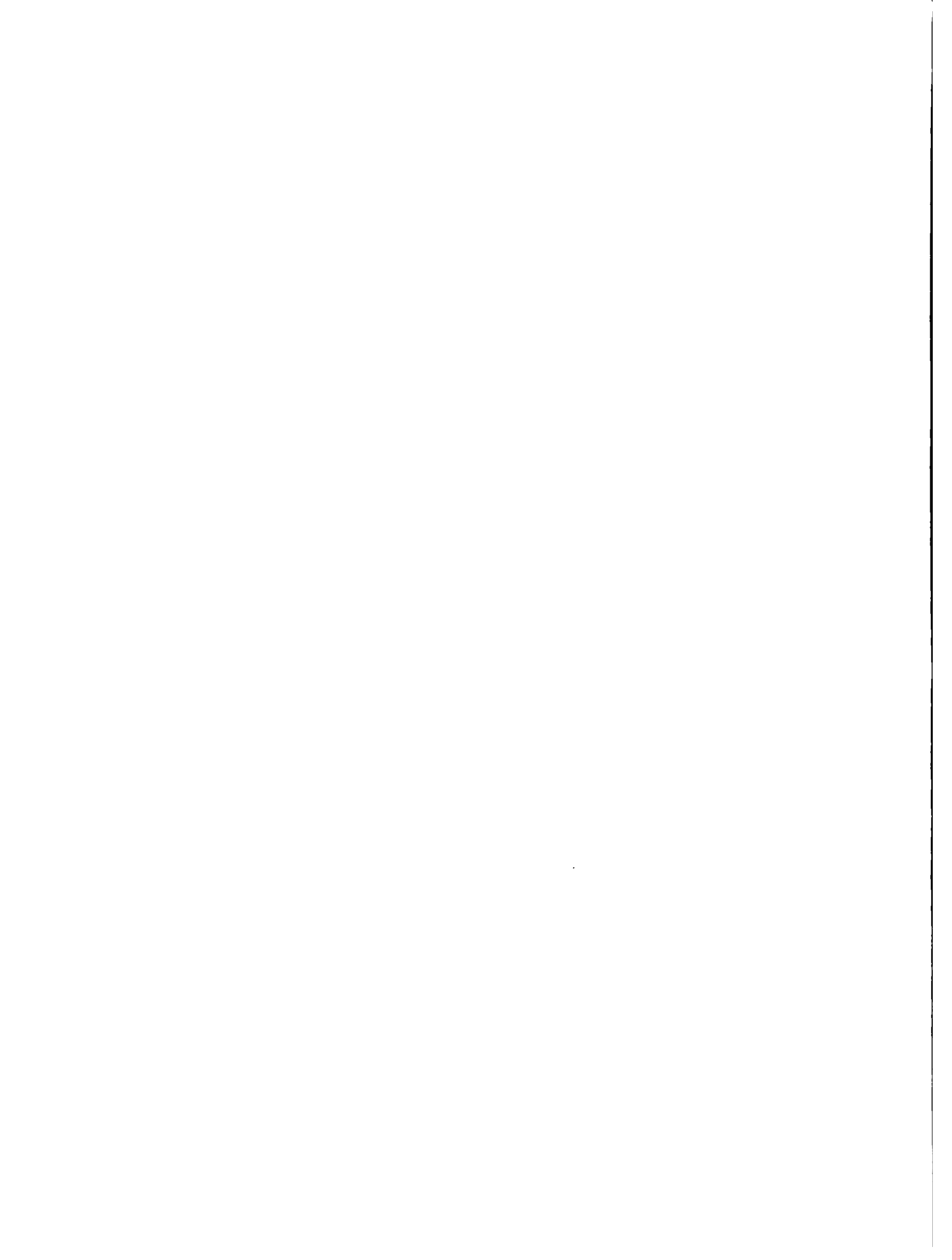
Apoio ao Desenvolvimento Institucional da EMBRAPA para a Geração e Transferência de Tecnologia.

2. OBJETIVO GERAL

Apoiar a EMBRAPA no desenvolvimento da estrutura técnico-organizacional de geração e transferência de tecnologia, que possibilite o pleno aproveitamento da contribuição potencial da tecnologia e facilite o aproveitamento do potencial dos novos avanços científicos para o desenvolvimento agrícola e o crescimento econômico do Brasil.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Formular políticas, de estratégia e gestão em geração e transferência de tecnologia;**
- **Revisão do sistema de planejamento com ênfase nas fases de planejamento estratégico e controle;**
- **Desenvolver mecanismos de comercialização de tecnologias geradas e de prestação de serviços pela EMBRAPA.**
- **Desenvolver mecanismos de comercialização de tecnologias geradas e de prestação de serviços pela EMBRAPA;**
- **Definição e implementação de políticas e mecanismos de descentralização institucional;**
- **Desenvolver a coordenadoria e estratégias para o estabelecimento de vínculos com o setor privado;**



- **Fortalecer a coordenadoria de captação de recursos nos aspectos de formulação de programas e projetos de investimento; e**
- **Desenvolver atividades de seu interesse no seu esforço de modernização tecnológica em suas unidades descentralizadas.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **EMBRAPA**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Contrato de cooperação técnica para execução dos serviços de cooperação técnica na área de Modernização da Tecnologia agropecuária no Centro-Sul do Brasil - PROMOAGRO

2. OBJETIVO GERAL

Prestação de cooperação técnica do IICA à EMBRAPA, no que concerne à seleção, contratação e administração de consultores nacionais e estrangeiros a serem colocados à disposição da EMBRAPA.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

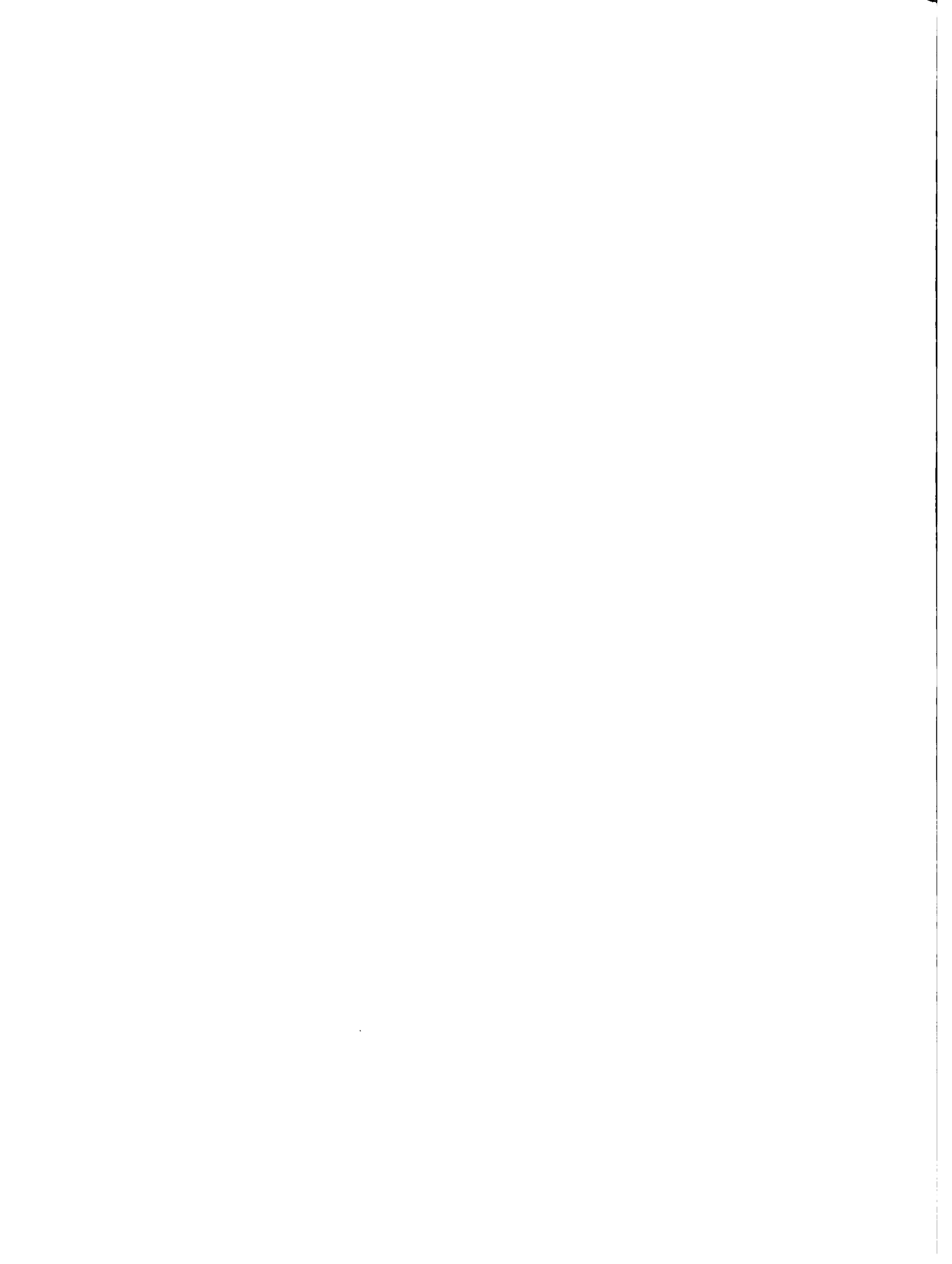
- **Serviços de especialistas nacionais e internacionais, para atuação de longo e curto prazos**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **EMBRAPA**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Apoio ao DENACCOOP para Formulação e Execução de Programas e Projetos de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo.

2. OBJETIVO GERAL

Fortalecimento da capacitação técnica e institucional do DENACCOOP para o planejamento e coordenação da execução das políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

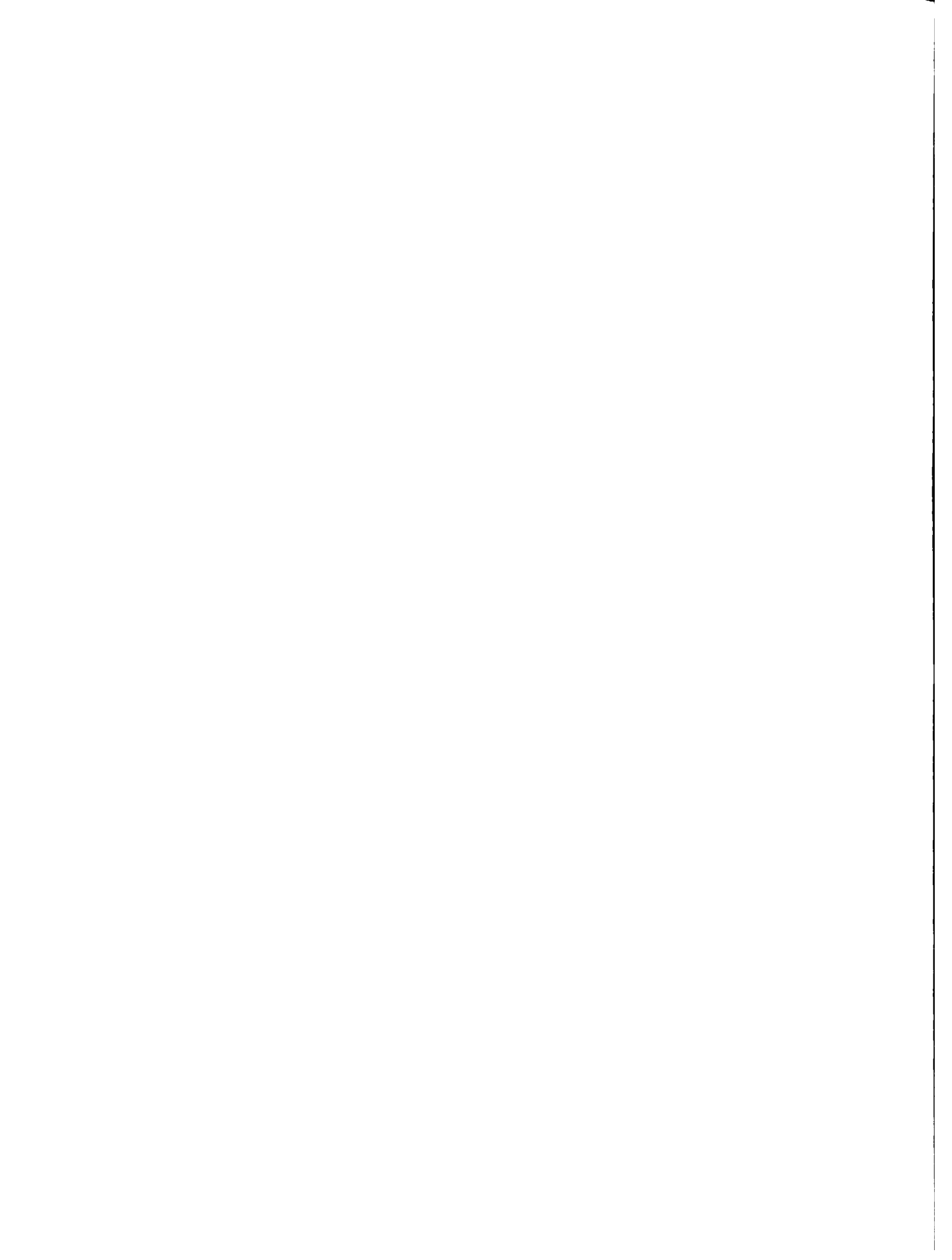
- **Subprojeto 2 - Cooperação técnica ao Programa de Apoio à Produção e Exportação de Frutas in natura - FRUPEX;**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **MAARA**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Apoio ao DENACOOOP para Formulação e Execução de Programas e Projetos de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo.

2. OBJETIVO GERAL

Fortalecimento da capacitação técnica e institucional do DENACOOOP para o planejamento e coordenação da execução das políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

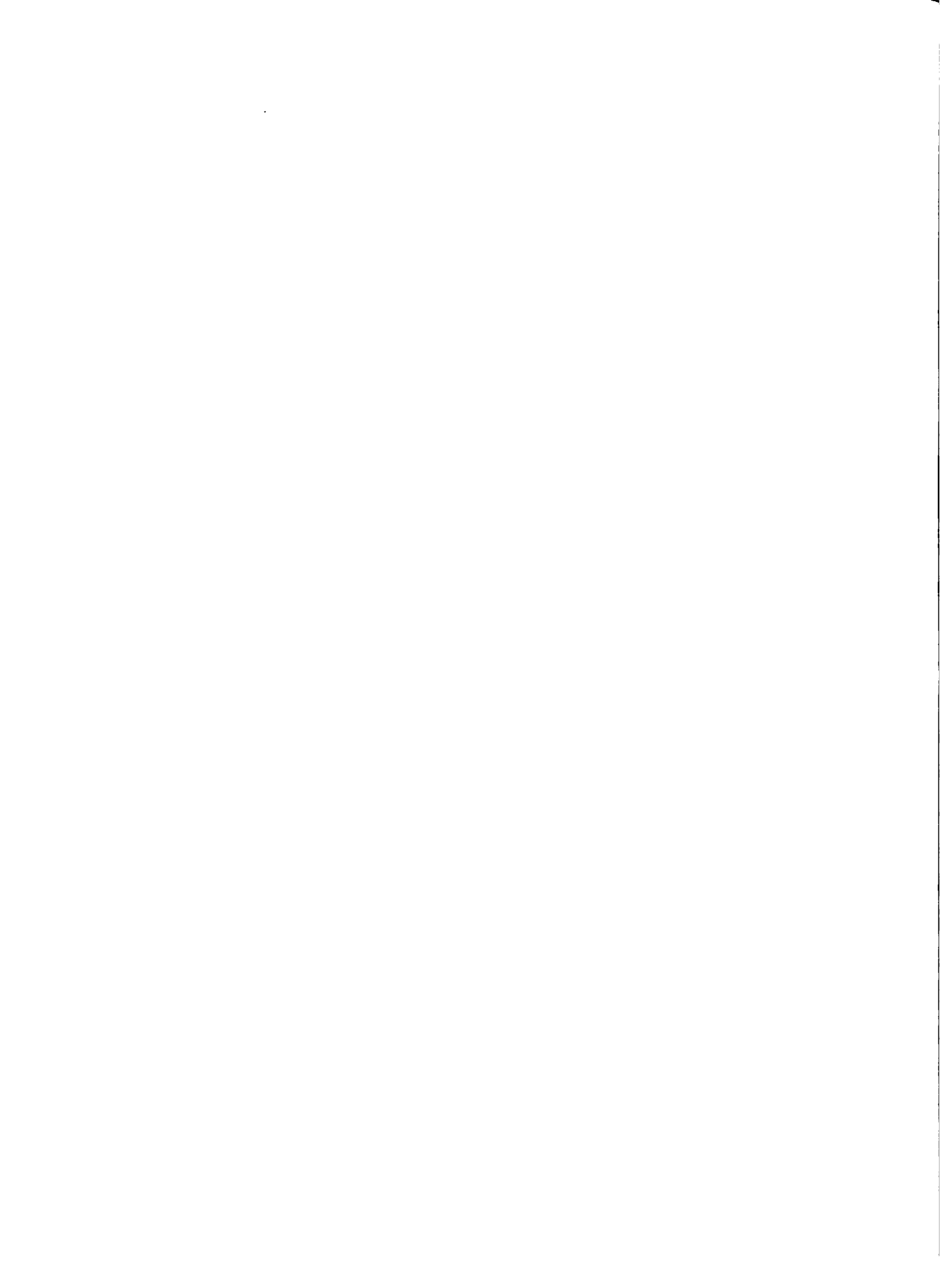
- **Subprojeto 3 - Apoio ao Programa Nacional de Telecomunicações Rurais.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **MAARA**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Apoio ao DENACOOOP para Formulação e Execução de Programas e Projetos de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo.

2. OBJETIVO GERAL

Fortalecimento da capacitação técnica e institucional do DENACOOOP para o planejamento e coordenação da execução das políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Subprojeto 5 - Apoio ao Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo de Crédito**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **MAARA**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução

FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Apoio ao DENACOOOP para Formulação e Execução de Programas e Projetos de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo.

2. OBJETIVO GERAL

Fortalecimento da capacitação técnica e institucional do DENACOOOP para o planejamento e coordenação da execução das políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Subprojeto 4 - Apoio ao Programa Nacional de Energização**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **MAARA**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Acordo-Geral de Cooperação Técnica entre o BRDE e o IICA

2. OBJETIVO GERAL

Integrar esforços institucionais com vistas a contribuir para aumentar a capacidade de competitividade dos setores agropecuário e agroindustrial dos Estados do Sul do Brasil, especialmente no processo de integração com os países do MERCOSUL.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

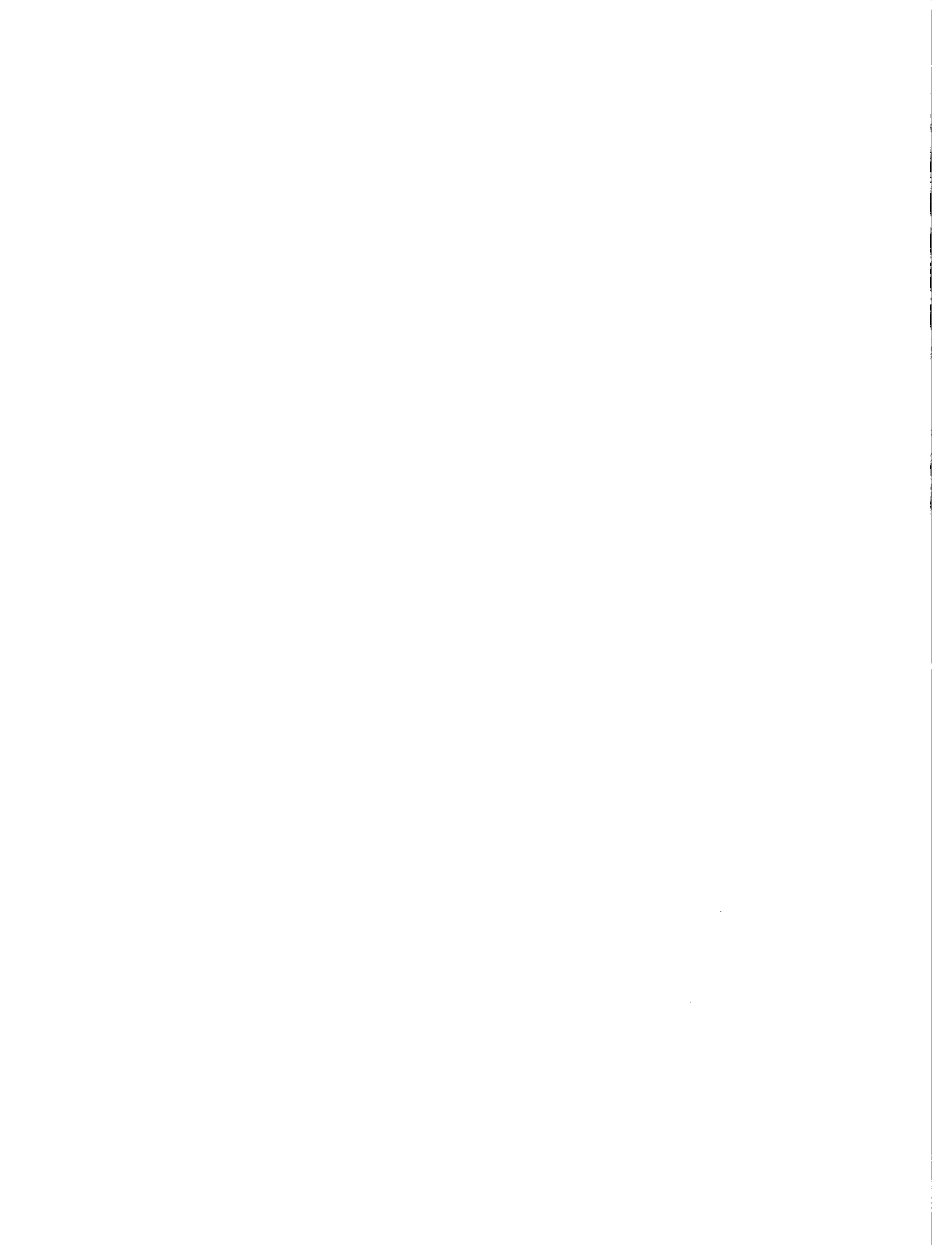
- **contribuir, na forma mais eficaz possível, para a realização dos estudos e análises necessários à orientação das ações do BRDE vinculadas com a problemática do setor agropecuário e agroindustrial, com a gestão de recursos externos e com a promoção de investimentos no contexto do MERCOSUL.**
- **dar amparo e fundamento legal a futuros convênios ou contratos de operação específicos, motivados tanto por preocupações comuns como por propostas de colaboração de ambas Partes.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Fortalecimento Institucional dos Serviços de Defesa Sanitária Animal do Brasil

2. OBJETIVO GERAL

Fortalecer os serviços de Defesa Animal e Laboratórios do Brasil na sua estrutura e capacidade técnica para cumprir eficientemente suas funções no planejamento e execução de programas e projetos de Defesa Animal com integração regional, inerentes ao Contrato de Empréstimo do BIRD nº 2864

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Desenvolvimento de metodologias e procedimentos para um sistema de capacitação contínua em defesa sanitária animal e laboratorial (elaboração dos módulos de treinamento, módulos de laboratório, implementação de cursos e simulados de emergência em enfermidades exóticas para grupos);**
- **Modernização utilizando um sistema computadorizado para levantamento, avaliação e supervisão dos programas de defesa (equipamentos, banco de dados, programas informatizados, registro e controle de produtos veterinários, quarentena, inspeção e trânsito animal nos principais portos de entrada);**
- **Desenvolvimento dos serviços de laboratório de referência animal para o diagnóstico de doenças, controle de alimentos, controle de produtos veterinários (informatização, manuais de procedimentos técnicos para uso integrado, informações epidemiológicas).**



4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária**
- **Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução

FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Apoio à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema de Sanidade Vegetal no Brasil

2. OBJETIVO GERAL

Reestruturar e fortalecer o Sistema de Defesa Sanitária Vegetal, dando ênfase à legislação, vigilância, trânsito e capacitação.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Formular Carta-Consulta à COFIEEX para obtenção de financiamento externo destinado ao Projeto;**
- **Adequação, atualização e harmonização da legislação fitossanitária e de agrotóxicos;**
- **Implantação do Sistema de Registro de Agrotóxicos com uso de computadores;**
- **Estratégia para controle e prevenção ao ingresso do Pulgão Russo (*Diuraphis noxia*) e, Ação de Emergência quanto ao Nematóide do cisto da soja (*heterodera Glycines*);**
- **Diagnóstico e operacionalização do sistema laboratorial;**
- **Execução e acompanhamento de ações do Comitê de Sanidade Vegetal através de 4 Grupos de Trabalhos Permanente nas áreas de Sanidade Silvoagrícola, Normas e Métodos, Quarentena Vegetal e Defensivos Agrícolas.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- Departamento Nacional de Produção e Defesa Vegetal
- Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária
- Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução

FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Apoio à Associação Nacional de Defensivos Agrícolas - ANDEF

2. OBJETIVO GERAL

Apoiar a implementação no Brasil, da estratégia do sistema de manejo integrado de problemas fitossanitários, do Programa de Sanidade Vegetal do IICA.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

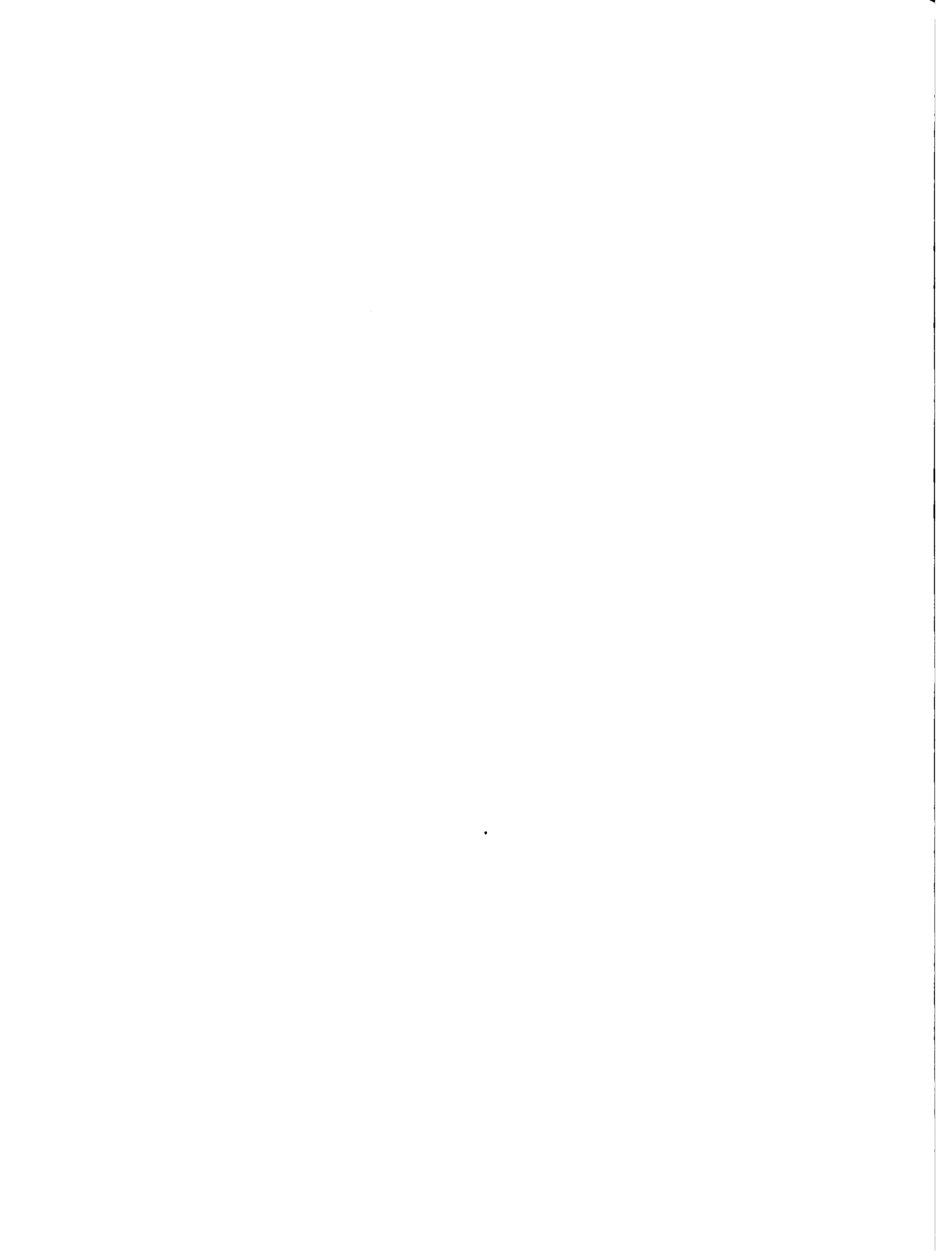
- **Apoiar o fortalecimento institucional dos organismos responsáveis pelas atividades fitossanitárias do Brasil;**
- **Apoiar o incremento da capacidade técnica fitossanitária dos Programs Nacionais;**
- **Promover a utilização de tecnologias fitossanitárias, visando o incremento da produção de alimentos, bem como a sua utilização adequada, objetivando a redução de riscos à saúde e ao meio ambiente.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

ANDEF

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Programa de Capacitação Técnica em Sustentabilidade e Competitividade do Setor Agropecuário no Estado de São Paulo

2. OBJETIVO GERAL

Assistência técnica para a elaboração e execução de um Programa de Capacitação para o Pessoal Técnico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

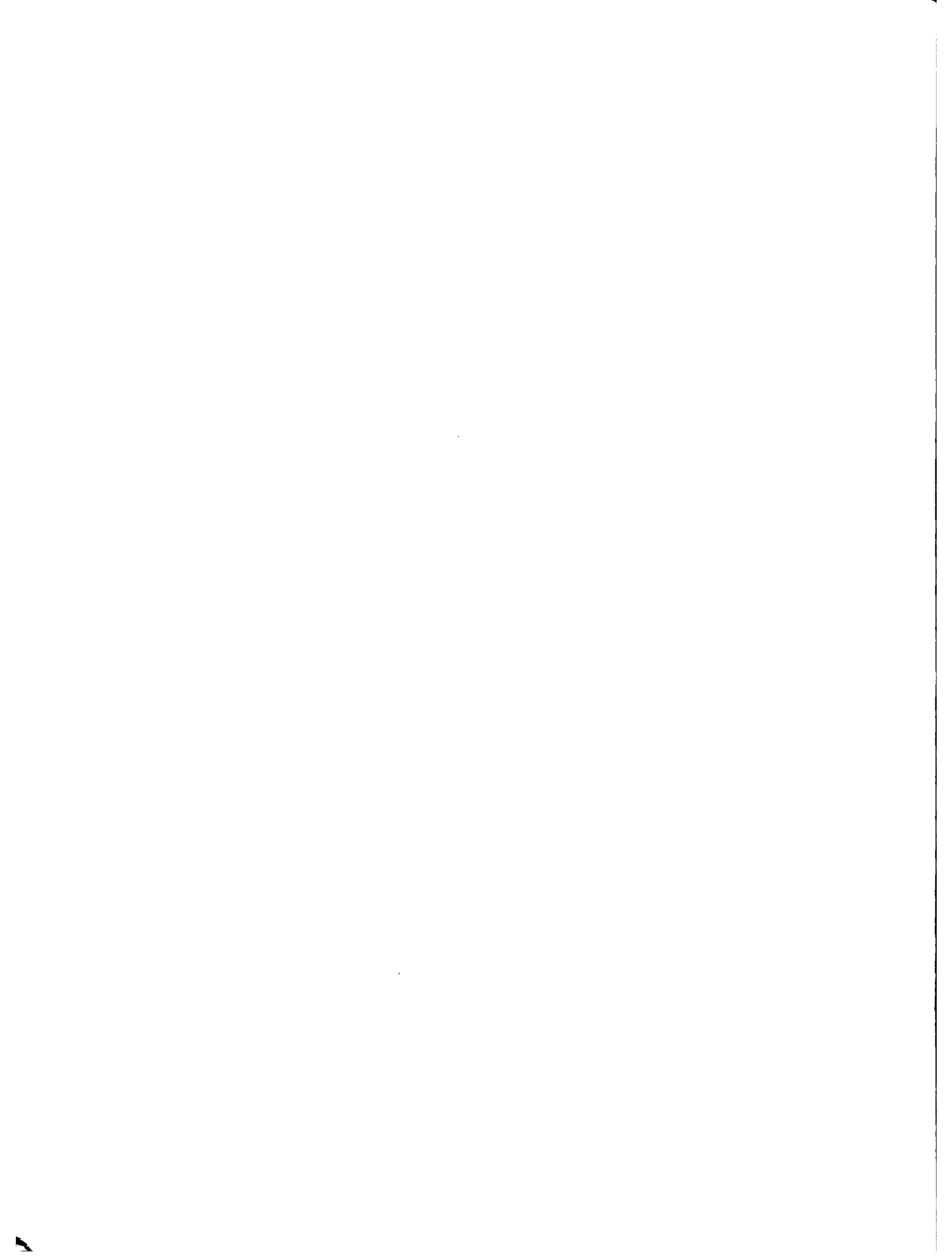
- **Elaboração de um Programa de Capacitação de recursos humanos ligados diretamente às atividades da Secretaria visando envolver harmonicamente o desenvolvimento com competitividade e sustentabilidade;**
- **Contribuir para a execução do programa;**
- **Contribuir para a aplicação de conceitos técnicos em uma micro-região do Estado de São Paulo;**
- **Contribuir no desenvolvimento de estratégias visando a participação do setor privado no âmbito do programa.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em negociação



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Projeto Agroambiental do Estado do Mato Grosso (PRODEAGRO)

2. OBJETIVO GERAL

Implantar o desenvolvimento e propiciar o adequado manejo e conservação dos recursos naturais no Estado do Mato Grosso

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

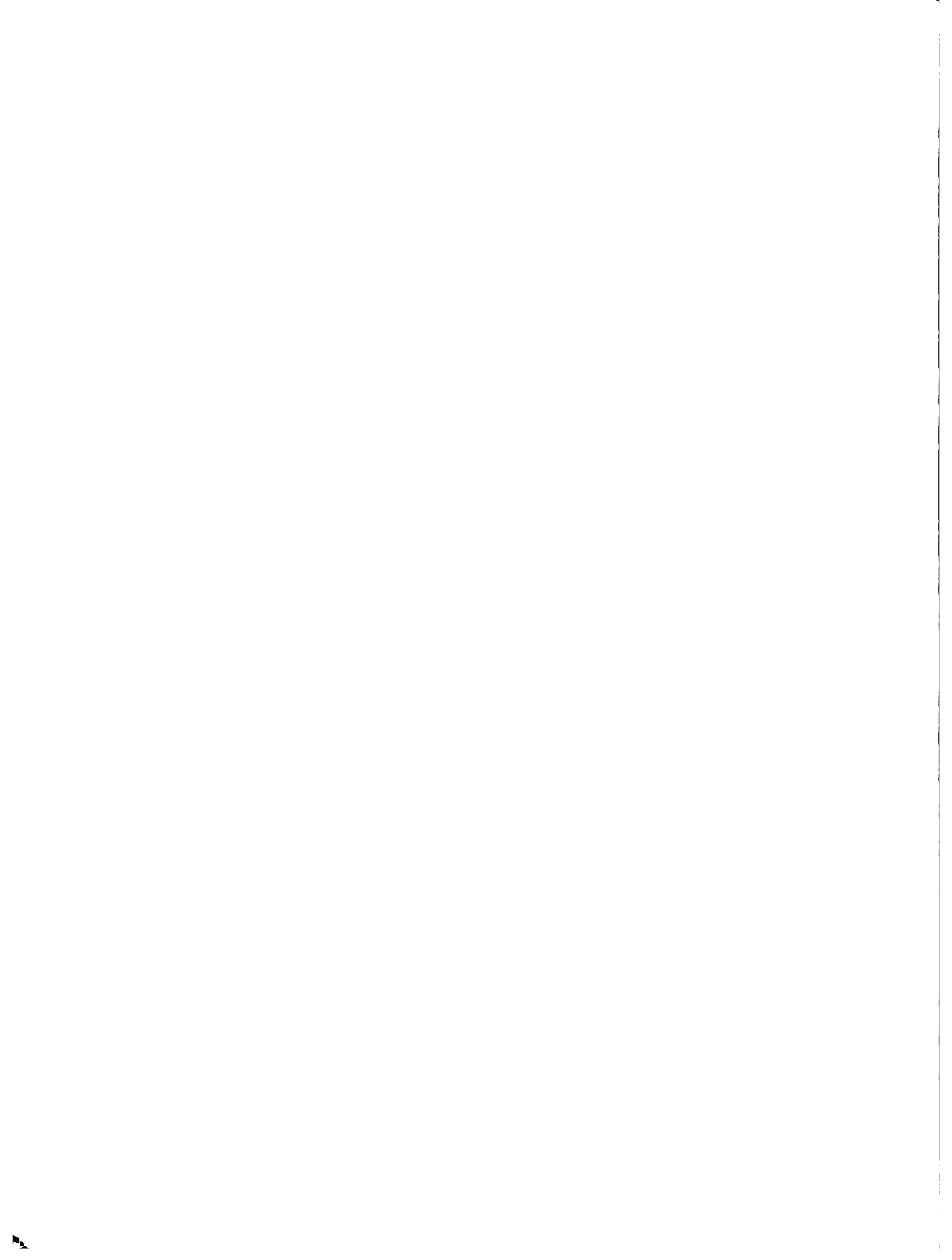
- **Elaboração de um diagnóstico econômico, social e ambiental e da sua dinâmica nos municípios selecionados, através de análises integradas dos múltiplos fatores que integram os meios físicos, biótico e sócio-econômico e a quantificação dos respectivos indicadores que possibilitem a avaliação do PRODEAGRO nas suas diferentes etapas**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **Governo do Estado do Mato Grosso**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em negociação



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Apoio à Criação de polos Agroindustriais

2. OBJETIVO GERAL

Consolidar o desenvolvimento dos polos agroindustriais do Nordeste

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

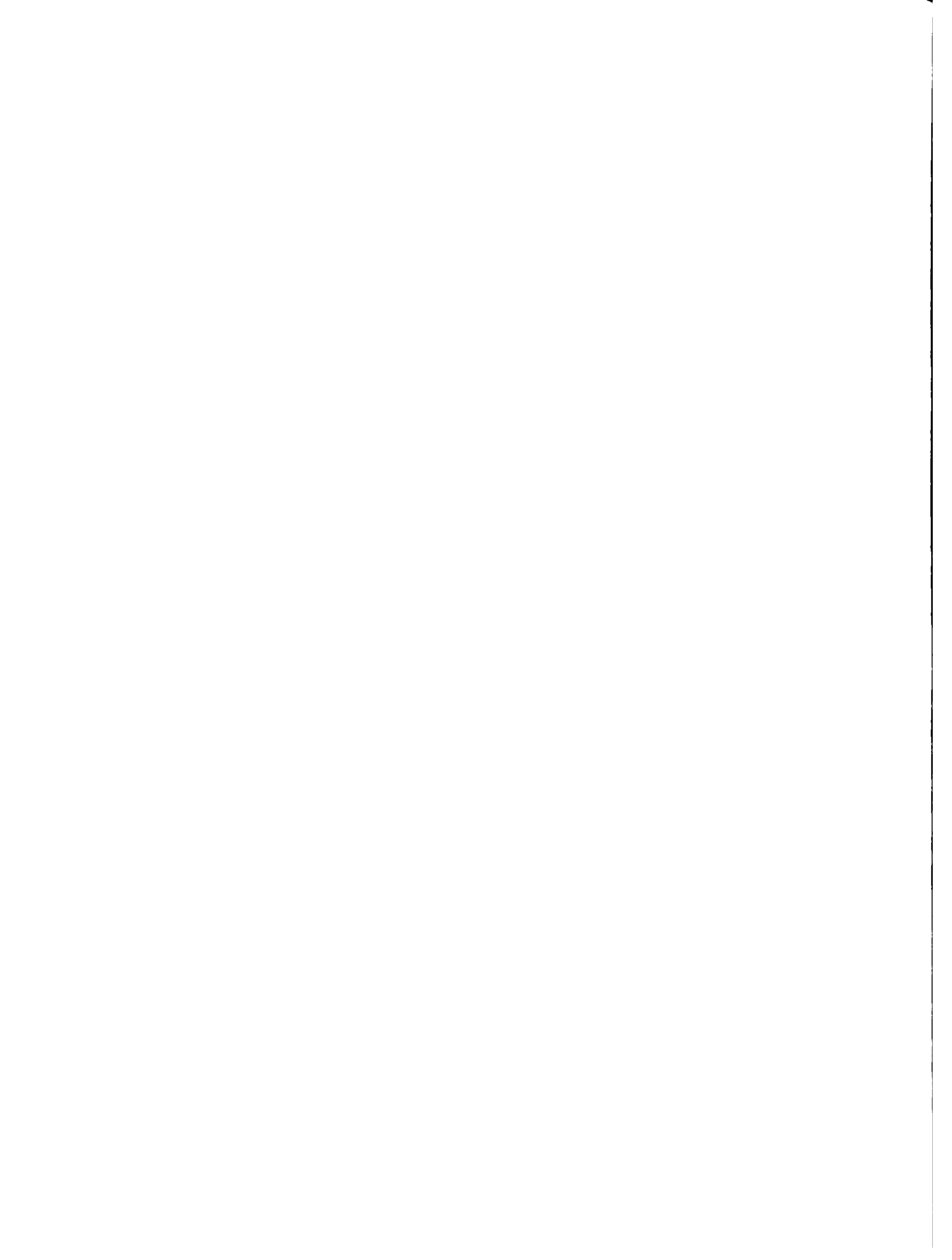
- **Relevar toda a informação existente e identificar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento dos polos agroindustriais;**
- **Acompanhar as tarefas de execução com a supervisão técnica necessária.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

Ministério da Integração Regional

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em negociação



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Cooperação Técnica para o apoiar o Desenvolvimento de Assuntos Internacionais do MAARA

2. OBJETIVO GERAL

Prestação de cooperação técnica para a definição e implantação de mecanismos de apoio ao MAARA, em sua atuação junto às instituições internacionais e governos estrangeiros, especialmente no que se refere à integração econômica regional, política comercial agrícola e cooperação técnica e econômica.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Apoio à AAI na Coordenação da participação do MAARA nas negociações do MERCOSUL e na realização de atividades em nível nacional necessários, a ordenação de subsídios às negociações e a definição de política e projetos nacionais do setor agropecuário e suas interfaces.**
- **Apoio à AAI no acompanhamento e coordenação das atividades do MAARA no CONASUR.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

AAI/MAARA

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em negociação



**IDENTIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE COOPEERAÇÃO TÉCNICA
ÁREA: POBREZA RURAL
CONVÊNIOS EM EXECUÇÃO E PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO**

FICHA DE PROJETOS II/CA 1993

1. PROJETO

Apoio ao Banco do Nordeste do Brasil para o Planejamento e Execução de Ações de Crédito para o Desenvolvimento Rural

2. OBJETIVO GERAL

Apoio ao fortalecimento institucional, técnico-normativo e a capacitação de recursos humanos para a implementação de programas e projetos de desenvolvimento rural

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

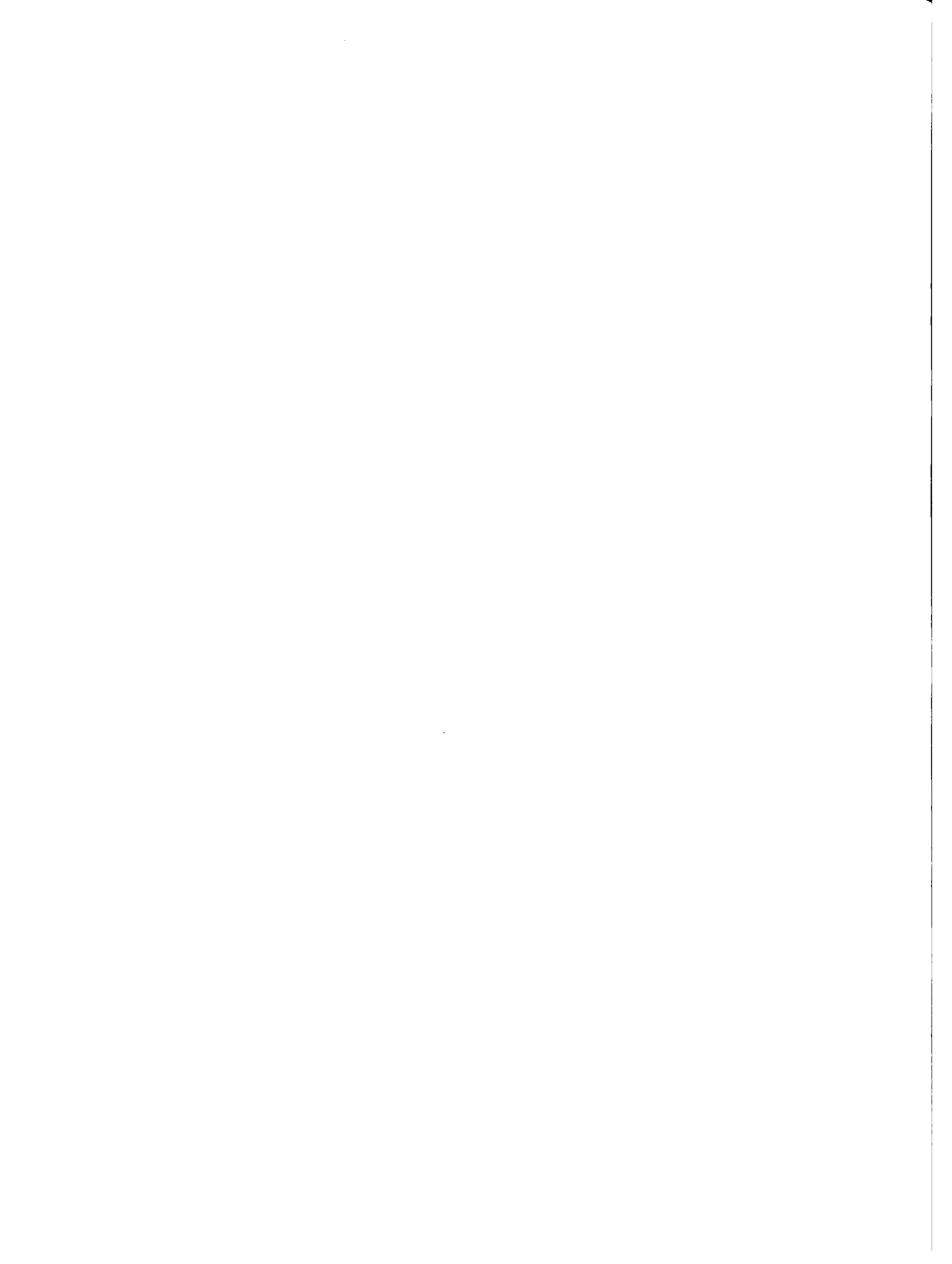
- **Elaboração e implementação de metodologias específicas de acompanhamento, monitoramento e avaliação de crédito rural.**
- **Assessoramento às equipes do BNB na identificação, elaboração, análise e avaliação de projetos de crédito rural no âmbito das Unidades de Produção e Organização de Produtores;**
- **Assessoramento na mobilização de recursos técnicos para avaliação, transferência e adoção de tecnologia apropriada para os pequenos produtores do Nordeste;**
- **Assessoramento na formulação e execução de um programa de capacitação de técnicos e administradores nos temas relacionados com o ciclo de projetos de desenvolvimento rural.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **BNB - Departamento de Crédito Rural (DERUR)**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Cooperação técnica à CODDEVASF para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

2. OBJETIVO GERAL

Apoiar ao fortalecimento, a modernização técnico-administrativa e a capacitação de recursos humanos.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formulação e implementação de um programa de "Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Vale do São Francisco";
- Formulação e implementação de um programa para "Gerenciamento Auto-sustentável de Distrito de Irrigação";
- Definição e implementação de um Sistema de Monitoria e Avaliação dos Aspectos Ambientais no Projeto Jalba;
- Promoção das oportunidades de investimentos da iniciativa privada e promoção de exportações;
- Definição e implementação de um Programa de capacitação.

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- CODEVASF - Gabinete da Presidência

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução

FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Cooperação técnica à SIR para a implantação do Projeto de Irrigação Nordeste I

2. OBJETIVO GERAL

Fortalecer gerencial, técnica e operacionalmente a SIR para implantar e operar os projetos específicos integrantes do Projeto de Irrigação do Nordeste I, visando alcançar os objetivos e metas propostos.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Organização e operação de um sistema de coordenação e gerenciamento de projetos financiados com recursos externos;
- Capacitação dos técnicos responsáveis pela operação e manutenção do sistema de monitoria e avaliação dos projetos de irrigação;
- Elaboração de metodologias, procedimentos e instrumentos para realizar a programação, monitoria e avaliação do desenvolvimento agrícola dos projetos de irrigação;
- Elaboração de normas e procedimentos para organização dos irrigantes, desenvolvimento produtivo, assistência técnica e outros serviços.

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- SIR

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução

FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Apoio ao DENACOOOP para Formulação e Execução de Programas e Projetos de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo.

2. OBJETIVO GERAL

Fortalecimento da capacitação técnica e institucional do DENACOOOP para o planejamento e coordenação da execução das políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Subprojeto 1 - Programa de Apoio a Autogestão das Organizações de Produtores em Áreas de Reforma Agrária (PROARA)**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **MAARA**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução

FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Apoio ao INCRA no assessoramento direto à Presidência, na modernização administrativa e na formulação e implantação de projetos de desenvolvimento em áreas de assentamento.

2. OBJETIVO GERAL

Apoio técnico para o fortalecimento institucional e a modernização técnico-administrativa do INCRA, para a formulação e execução de projetos visando o desenvolvimento rural e a emancipação das áreas de assentamento e valorização.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Elaborar uma avaliação da situação atual do PROCERA quanto a sua normatividade, operatividade, abrangência e recursos disponíveis para atender as necessidades do Programa Emergencial de Reforma Agrária;**
- **Preparar uma proposta visando a definição das fontes de financiamento, as normas e as formas de operação que viabilizem a ampliação do PROCERA, dando prioridade ao atendimento das metas e prioridades de política definidas no Programa Emergencial de Reforma Agrária;**
- **Analisar a capacidade técnica e institucional dos municípios, outras entidades públicas e organizações da sociedade civil local (ou do âmbito micro-regional) para executarem ações de reforma agrária e desenvolvimento rural;**
- **Preparar uma proposta contendo os mecanismos institucionais, organizacionais, financeiros e operacionais, e de capacitação de recursos humanos para descentralizar no âmbito municipal, a programação e uma parte da execução das ações de reforma agrária;**

- **Intensificar a participação do INCRA no PROCODER, incorporando novas áreas de cooperação;**
- **Difundir os documentos elaborados no âmbito do Convênio INCRA-IICA, que contenham propostas relevantes para a política de reforma agrária;**
- **Apoiar ao INCRA na execução das propostas que o Instituto considere prioritárias e viáveis de serem implementadas a curto prazo.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **INCRA**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução

FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Convênio de Cooperação técnica entre a SEPLAN-PR/SPA-PNUD e o IICA.

2. OBJETIVO GERAL

Apoiar a SEPLAN-PR/SPA na elaboração de diferentes estudos relacionados com a temática do desenvolvimento sustentável.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Elaboração dos seguintes trabalhos:

- Variabilidade Climática e Planejamento da Ação Governamental no Semi-Árido do Nordeste
- Formulação de Diretrizes e Orientações Metodológicas para Inserção dos Princípios do Desenvolvimento Sustentável nos Instrumentos de Planejamento da SEPLAN-PR;
- Perspectivas da Zona da Mata da Região e o Planejamento da Ação Governamental em Apoio à Transformação de sua Economia.

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- SEPLAN-PR/SPA-PNUD

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução

FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado do Acre (PRODEACRE)

2. OBJETIVO GERAL

Prestação de assistência técnica do IICA ao Governo do Acre para elaboração da Carta-Consulta e o perfil do PRODEACRE

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Apresentação dos documentos Carta-Consulta e Perfil de Entrada à Comissão de Financiamento Externo - COFIEX**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **Governo do Estado do Acre**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

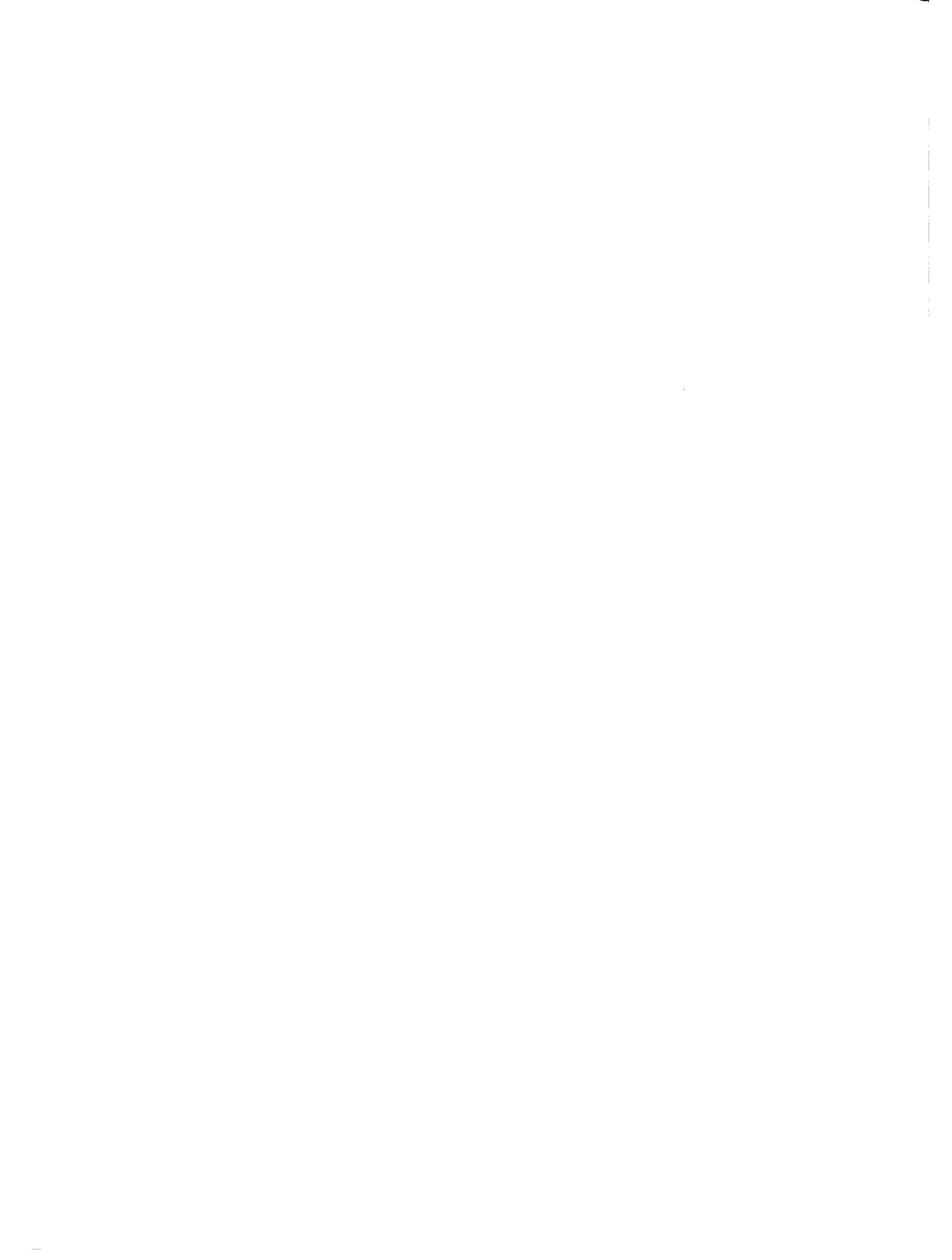
Cooperação técnica ao Governo do Estado da Bahia na Implementação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP-BA

2. OBJETIVO GERAL

Apoiar a implementação do PAPP/BA, observadas as diretrizes contidas no documento "Diretrizes Básicas para a Implementação do PAPP reformulado"

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Definir formas adequadas de organização de estrutura técnico-administrativa municipal com seus correspondentes mecanismos operativos para assumir as novas funções e tarefas que compreende o desafio de desenvolvimento local;**
- **Estabelecer instâncias de participação, mecanismos de decisão e instrumentos de avaliação e controle por parte das comunidades locais e Conselhos Municipais;**
- **Definir formas de articulação e coordenação interinstitucionais visando a conformação das redes locais de apoio;**
- **Desenhar e estabelecer um mecanismo financeiro municipal que mantenha e ative a estratégia;**
- **Desenhar mecanismos de coordenação institucional em nível central e sub-regional que possibilitem a articulação dos processos de desenvolvimento municipal num sistema regional;**
- **Capacitar em serviço aos técnicos da CAB em técnicas e metodologias de promoção e condução do processo de desenvolvimento municipal;**



- **Capacitar em serviço aos funcionários e técnicos das prefeituras em técnicas de análise do entorno, planejamento por objetivos e resultados, gerenciamento de programas e promoção do desenvolvimento local;**
- **Formular e estabelecer um sistema de acompanhamento para a avaliação em processo das experiências.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

Secretaria de planejamento do Estado da Bahia.

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução

FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Cooperação técnica ao Governo do Estado de Minas Gerais na implementação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor - PAPP-MG

2. OBJETIVO GERAL

Apoiar a implementação do PAPP/MG, observadas as diretrizes contidas no documento "Diretrizes Básicas para a Implementação do PAPP reformulado"

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Adaptação das estruturas institucionais às novas exigências e diretrizes para a implementação do programa reformulado;**
- **Aperfeiçoamento dos sistemas operativos de programação e monitoramento do programa e das atividades de promoção e financiamento dos subprojetos (SPs) e dos empreendimentos produtivos de infra-estrutura e de cunho social executados através do projeto de apoio comunitário (PAC) e do Fundo Municipal de apoio comunitário (FUMAC);**
- **Realização de atividades junto as prefeituras e a comunidade municipal para promover sua adaptação às necessidades do PAPP com vista a futuros empreendimentos de desenvolvimento dentro de um contexto micro-regional;**
- **Realização de pesquisas e estudos nas áreas de meio-ambiente e desenvolvimento sustentável do semi-árido;**
- **Apoio ao Estado na promoção e busca de financiamento total ou parcial para futuros projetos de investimento.**

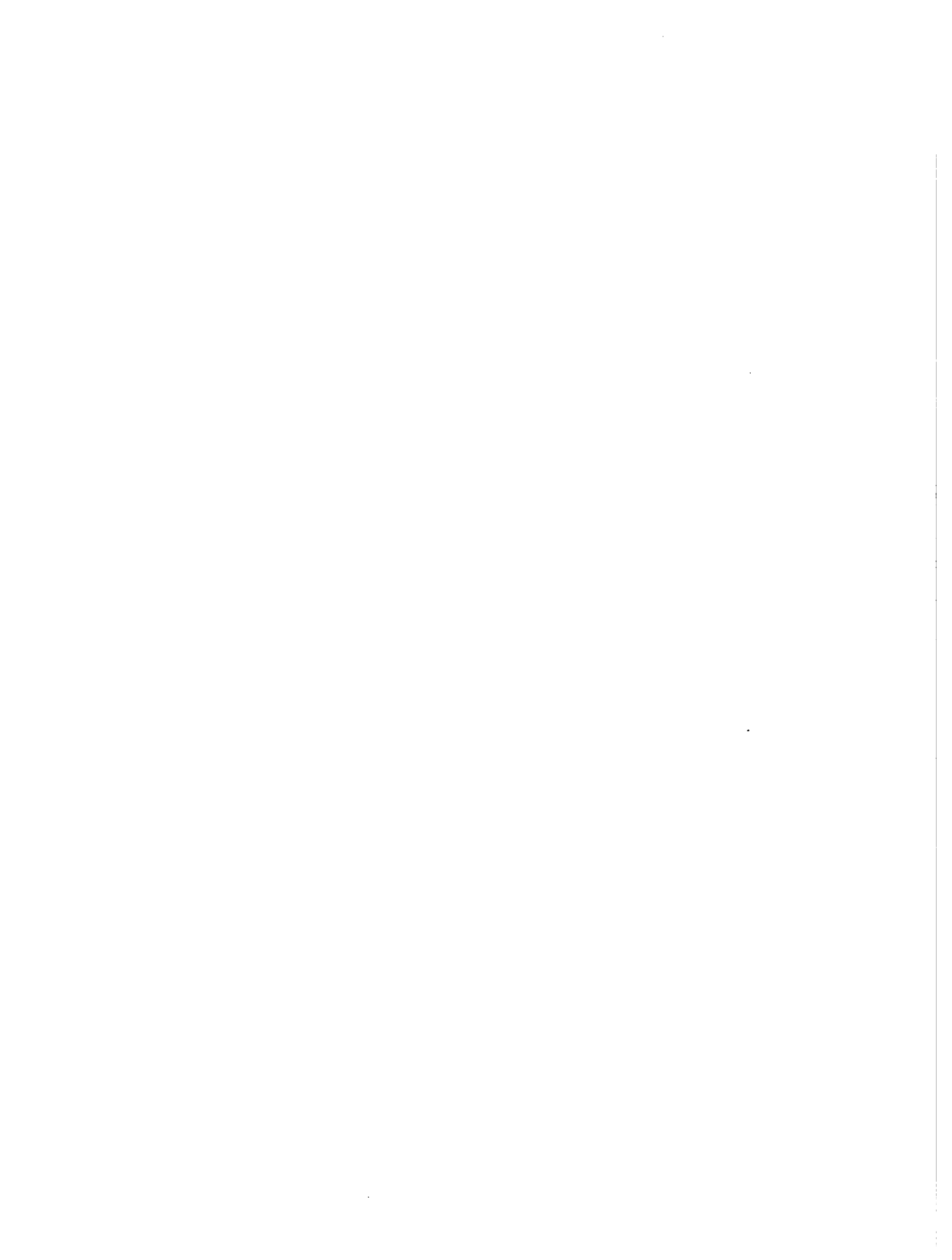
4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de Minas Gerais

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em negociação

**IDENTIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
OUTRAS AÇÕES**



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Convênio com o IBGE objetivando o estabelecimento de normas de procedimentos sobre estimativas e acompanhamento de safras agrícolas

2. OBJETIVO GERAL

Desenvolvimento, implantação e homologação de um sistema para criação, manutenção e acesso da Base de Dados central do projeto.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Desenvolvimento de atividades, pelos convenientes, por si ou por terceiros, sendo que nesta hipótese, mediante convênios, contratos, acordos e ajustes a serem firmados, visando a cooperação técnica e científica na área de Estimativas e Acompanhamento de Safras Agrícolas, estabelecendo-se as normas e procedimentos a serem observados.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **IBGE**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em negociação

FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Convênio de Cooperação técnica entre a ABC/MRE e o IICA

2. OBJETIVO GERAL

Colaboração da ABC e do IICA nas ações de cooperação técnica no âmbito de suas competências, especialmente naquelas referentes ao MERCOSUL.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Organizar missões conjuntas de apoio aos países da América Latina e do Caribe para a consecução de ações de cooperação técnica bilateral identificadas como prioritárias por ambas as partes convenientes.**
- **Realizar eventos técnico-científicos para suscitar o debate e a difusão de novas idéias relativas à cooperação técnica na agropecuária; e**
- **identificar possibilidades de inclusão da modalidade de CTPD em programas e projetos bilaterais e regionais do IICA em terceiros países, a partir da definição de interesses de outros países em desenvolvimento.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **Agência Brasileira de Cooperação (ABC)**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução

FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Apoio às atividades de Cooperação ao Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) para Apoio Administrativo no Brasil)

2. OBJETIVO GERAL

Apoiar, em seus aspectos administrativos, as atividades de pesquisa agrícola e capacitação do CIAT, no País, especialmente junto à EMBRAPA.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

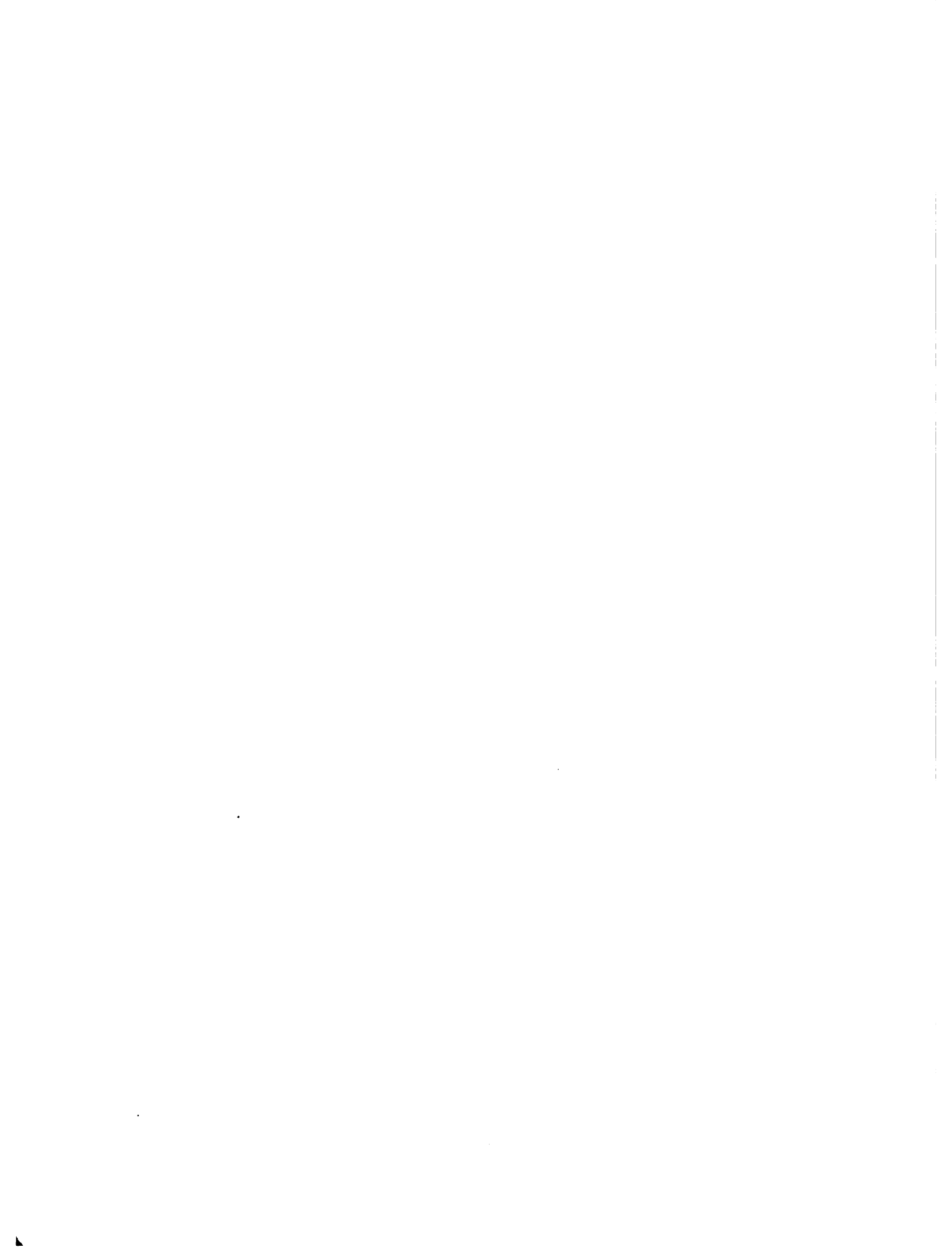
- **Apoiar o CIAT nos aspectos de relacionamento dos seus técnicos, como Pessoal Associado do IICA;**
- **Facilitar o apoio logístico e administrativo para os projetos de pesquisa e capacitação, com ênfase em mandioca, feijão, sementes e tecnologia para o cerrado brasileiro.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **CIAT/EMBRAPA**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução



FICHA DE PROJETOS IICA 1993

1. PROJETO

Apoio às atividades de Cooperação da Universidade da Coralina do Norte (NCSU/EMBRAPA)

2. OBJETIVO GERAL

Apoiar administrativamente as ações do grupo técnico da Universidade da Coralina do Norte para que possam desenvolver os projetos com as instituições nacionais, especialmente com a EMBRAPA.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

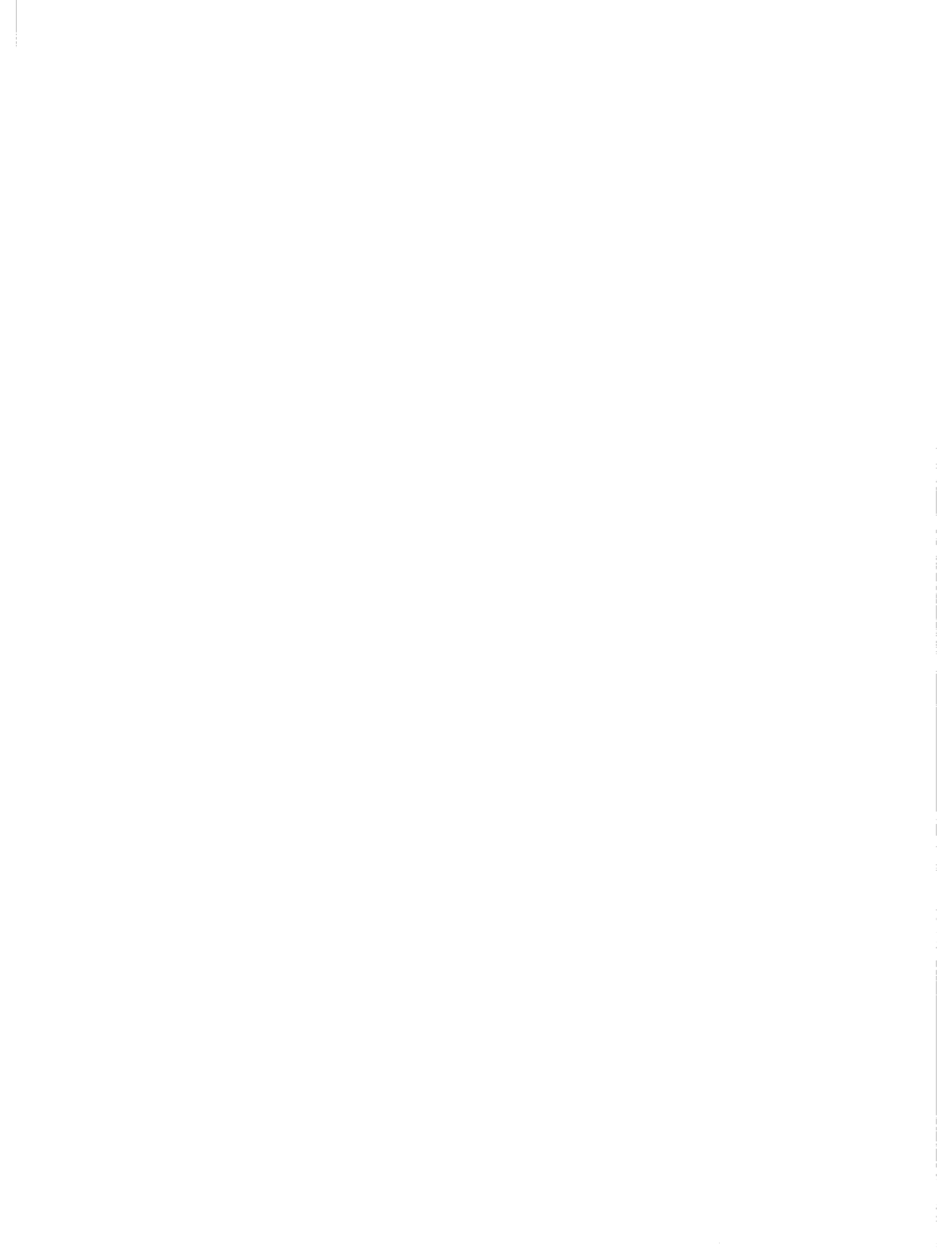
- **Apoiar os técnicos da NCSU para desenvolver os trabalhos técnicos no Centro de Pesquisa Agro-florestal da Amazônia Ocidental de Manaus.**

4. INSTITUIÇÃO CONTRAPARTE

- **NCSU/EMBRAPA**

5. SITUAÇÃO ATUAL:

Em execução





QUADRO 2

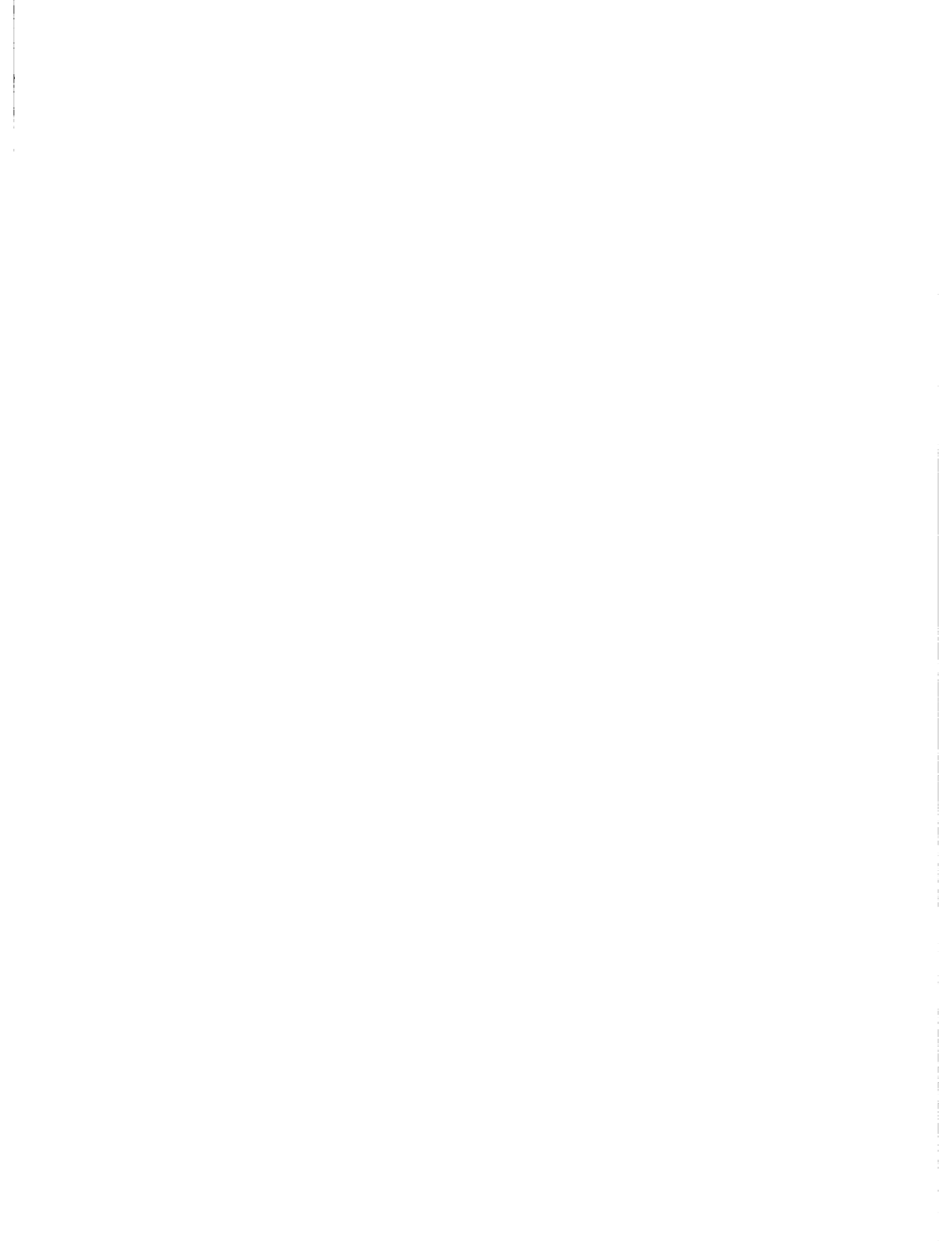
INGRESSOS - GASTOS 1994 (MIL US\$)

GASTO MAIOR		COTAS	CATIS	INGR/ MISC.	RECURSO EXTERNO	TOTAL
	DIREÇÃO					
1	PPI	177				177
2	PPL-PSG	139	155			294
3 A 9	GASTOS OPERATIVOS	215	55	35		305
	TOTAL	531	210	35	0	776
	MODERNIZAÇÃO					
1	PPI	117	84		41	242
2	PPL-PSG	9	81		273	363
3 A 9	GASTOS OPERATIVOS	61	19		2386	2466
	TOTAL	187	184		2700	3071
	POBREZA					
1	PPI	89			2100	2189
2	PPL-PSG	18	9		450	477
3 A 9	GASTOS OPERATIVOS	25	17		1450	1492
	TOTAL	132	26		4000	4158
	A.A.A.					
1	PPI					0
2	PPL-PSG				150	150
3 A 9	GASTOS OPERATIVOS				150	150
	TOTAL				300	300
	TOTAL GERAL					
1	PPI	383	84		2141	2608
2	PPL-PSG	166	245		873	1284
3 A 9	GASTOS OPERATIVOS	301	91	35	3986	4413
	GRANDE TOTAL	850	420	35	7000	8305
	Ingressos	850	420	35	7000	8305

6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ESCRITÓRIO DO IICA NO BRASIL

A estrutura deste Escritório para executar a estratégia apresentada deveria ser a seguinte:

- **Uma unidade de representação constituída pelo Representante e pelo Adjunto, cumprindo funções de direção na cooperação técnica, de relacionamento político institucional, de orientação e controle administrativo e de monitoria e avaliação da ação dos convênios e projetos.**
- **As duas principais áreas de concentração (modernização e pobreza) contariam com um técnico coordenador líder, responsável de forma pessoal, pelo projecto bandera dessa área de concentração e pela gerencia dos aspectos técnicos e operativos de todos os projetos envolvidos na área. Contará com um trabalho de apoio e supervisão dos especialistas designados para as respectivas áreas.**
- **Equipe de especialistas por área de concentração, como responsáveis de convênios ou projetos específicos, financiados com recursos regulares e/ou externos, segundo é indicado no quadro de gastos. A função destes especialistas é a de gerenciar os convênios e projetos nos aspectos técnicos e operativos.**
- **Uma unidade de administração com um administrador responsável pela unidade e gerencia de sua equipe para assistir administrativamente aos convênios em sua totalidade.**



RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DO ESCRITÓRIO DO IICA NO BRASIL

Escritório em Brasília (Sede)

Dirigentes e Técnicos

- **Víctor Eduardo Machinea**
Representante (PPI)
- **Mario Aristides Infante Olano**
Representante Adjunto (PPI)
- **Roberto González Gómez**
Especialista em Desenvolvimento Rural (PPI)
- **Miguel Raul Carriquiry Peñino**
Especialista em Política Agropecuária (PPI)
- **Jorge Ardiia Vazquez**
Especialista em Geração e Transferência de Tecnologia (PPI)
- **Raymond Dugas**
Coordenador de Sanidade Agropecuária (PPI)
- **Tomás Backer Ecos González**
Especialista em Projetos (PPI)
- **Víctor Francisco Palma**
Especialista em Geração e Transferência de Tecnologia
Secretário de Coordenação Executivo do Proctrópicos (PPI)
- **Braulio Cezar L. B. Heinze**
Especialista em Economia (PPL)
- **Christian Fischer Troncoso**
Especialista em Informática (PPL)



Unidade de Administração

- **Luiz Carlos Santhiago Fontes**
Administrador (PPL)
- **Vera Lúcia Alves**
Secretária do Administrador (PSG)

Financeiro

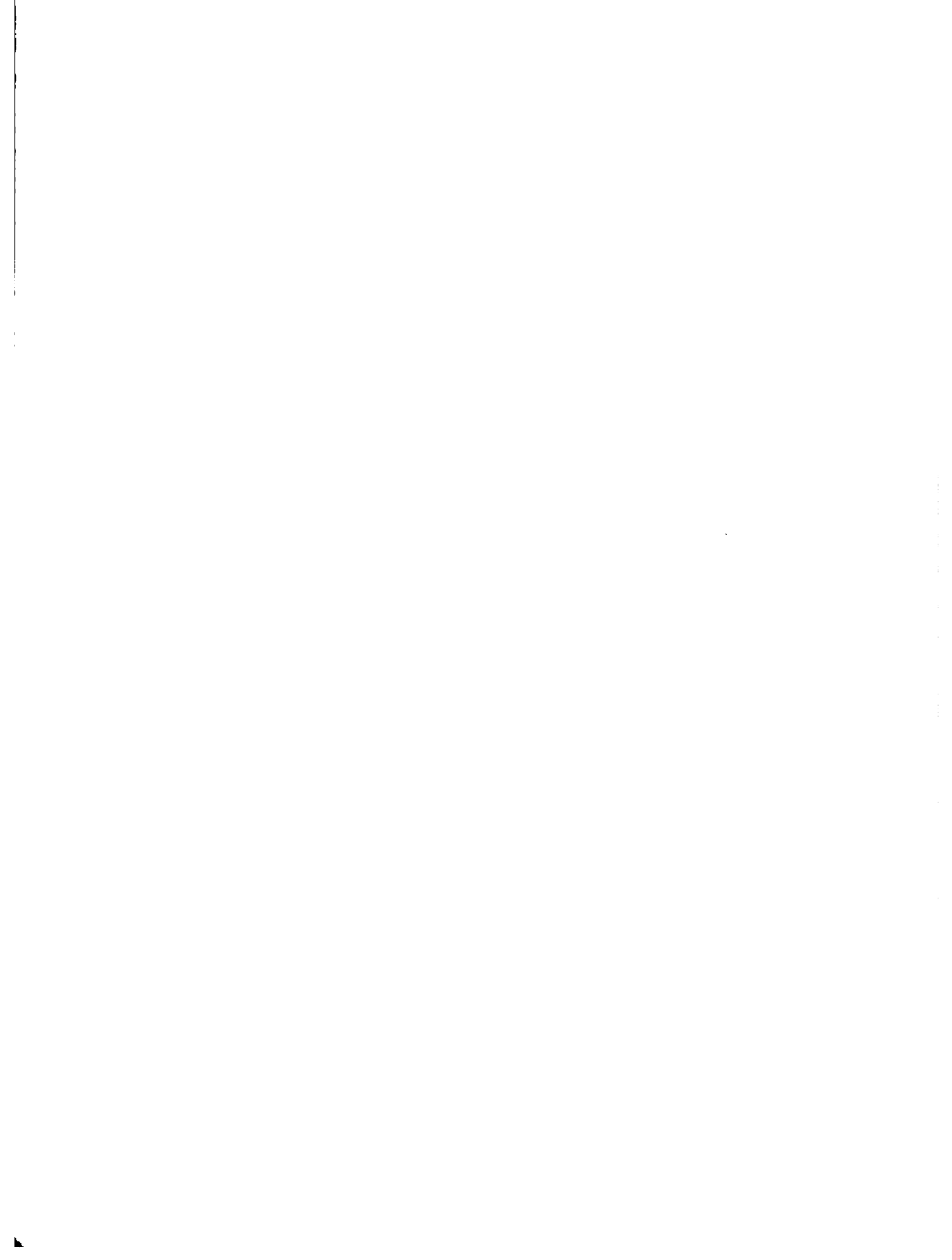
- **Beatriz Maria S. Caballero**
Especialista em Finanças (PPL)
- **Francisco Carlos da Cunha**
Técnico em Finanças I (PSG)

Contabilidade

- **João Carlos Figueiredo**
Técnico em Contabilidade III (PSG)
- **Bertolomeu da Rocha Souza**
Assistente em Finanças II (PSG)

Recursos Humanos

- **Maria Helena Alves de Jesus**
Especialista em Administração (PPL)
- **Severino Noel da Silva**
Técnico em Pessoal I (PSG)
- **Maria de Jesus Vieira Soares**
Secretária Auxiliar (PSG)
- **Aristides Gomes da Silva**
Telefonista (PSG)



Pessoal de Serviços Gerais

- **Adilson Loretto**
Assistente de Oficina II (PSG)

- **Alzeny A. da Silva**
Secretária Principal (PSG)

- **Amarildo Lucio de Almeida**
Assistente em Administração II (PSG)

- **Antonio Ventura Filho**
Motorista (PSG)

- **Daniela de Almeida Assen Dias**
Assistente Administrativo (PSG)

- **Gladstone Barbosa**
Técnico em Serviços Gerais II (PSG)

- **Idermone Camargos de Melo**
Motorista (PSG)

- **Ilda dos Santos Mata**
Secretária Auxiliar (PSG)

- **José Maria Prado**
Motorista (PSG)

- **José Paulo Costa Pereira**
Vigia (PSG)

- **Leida Maria Feitosa Farias**
Secretária (PSG)

- **Ludmilla Flores Menezes Lima**
Telefonista (PSG)

- **Maria Cristina F. Silva**
Auxiliar de Serviços Gerais (PSG)

- **Maria da Penha Pessoa Verdi**
Secretária (PSG)
- **Maricín Marcela R. Mendoza**
Secretária (PSG)
- **Matilde Monteiro dos Santos**
Faxineira (PSG)
- **Monica de Carvalho Tollini**
Secretária Bilingue (PSG)
- **Murilo Sodre da Silva**
Operador de Máquina II (PSG)
- **Paulo Antonio da Silva**
Faxineiro (PSG)
- **Reginaldo dos Santos Nunes**
Mensageiro (PSG)
- **Vera Regina Ros Vasconcelos**
Assistente de Projetos (PSG)
- **Virgínia Maria de S. M. Rocha**
Secretária (PSG)

CONVÊNIO - FRUPEX

- **MARIA CLOTILDE B. L. CAMPOS**
Secretária

CONVÊNIO - SNARA/PROARA

- **LUIZ ALBERTO CUELLAR**
ESPECIALISTA EM COOPERATIVISMO (PPI)
- **ANA RITA DE CASTRO CUNHA**
ESPECIALISTA EM MONITORIA E AVALIAÇÃO (PPL)

- **MARIA TERESA R. DA SILVA**
ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO RURAL (PPL)
- **MÔNICA DIAS MARTINS**
ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO RURAL (PPL)
- **RAIMUNDO FERREIRA FILHO**
ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO RURAL (PPL)
- **SEVY DE BARROS M. FERREIRA**
ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO RURAL (PPL)

CONVÊNIO - ELETRIFICAÇÃO RURAL

- **ADHEMAR CARICATI FILHO**
ESPECIALISTA EM DESTILARIA DE ALCOOL (PPL)
- **EDNARDO DE FREITAS MACHADO**
ESPECIALISTA EM ORGANIZAÇÃO DE PRODUTO (PPL)
- **JOÃO LUIZ VALIN BATELLI**
ESP. CAPAC. UNIVER. ALUN. CUR. TEC. RURAL (PPL)
- **LUIZ DIELSON A. MACEDO**
ESP. EM MICROCENTRAIS HIDROELÉTRICAS (PPL)
- **MARCONI LOPES DE ALBUQUERQUE**
TÉCNICO EM PLANEJAMENTO (PPL)
- **MARIA E. R. ARAUJO DE CASTRO**
ESP. FORMULAÇÃO E AVALIAÇÃO POLÍTICAS PUBL. (PPL)
- **NELSON FERREIRA PRAÇA**
ESP. EM ACOMP. FIS. FINANCEIRO DE PROJETOS (PPL)
- **ODILSON LUIZ RIBEIRO E SILVA**
ESP. EM CULT. COMPL. PRODUÇÃO ALCOOL E CANA-DE-AÇÚCAR (PPL)
- **PAULO MARTINS TOLLINI**
ESP. EM MICRO E MINI-USINAS DE DENDE (PLL)



- **RENATO MOREIRA DE FARIA**
ESP. EM PROD. E UTIL. DE FLORESTAS (PPL)

- **ANA ANGELIA D. DE O. MENDES**
SECRETÁRIA (PSG)

- **ANTONIO IVES DE ALMEIDA**
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO II (PSG)

- **BENEDITO GARCIA DA SILVA**
TÉCNICO EM ARQUIVO (PSG)

- **CLEUBI PEDROSO TOLEDO BRASIL**
SECRETÁRIA (PSG)

- **GLEIDE PERES DE ARAUJO**
SECRETÁRIA EXECUTIVA AUXILIAR (PSG)

- **MAGDA LUCIA DE OLIVEIRA**
TÉCNICA ADMINISTRATIVA (PSG)

- **MARIA ALICE COSTA DIAS**
SECRETÁRIA (PSG)

- **MARIA DE FÁTIMA O. GONÇALVES**
SECRETÁRIA (PSG)

- **NEIDE ARAUJO LIMA NOGUEIRA**
TÉCNICA ADMINISTRATIVO (PSG)

- **REGINA STELLA DE O. BARBOZA**
SECRETÁRIA AUXILIAR (PSG)

- **TANIA DONIZETE J.R. PEREIRA**
SECRETÁRIA (PSG)

- **VIRGINIA F. DOS SANTOS**
COPEIRA (PSG)



CONVÊNIO - SENIR

- **ANA CLAUDIA B. OLIVEIRA
ESPECIALISTA EM MONITORIA FINANCEIRA (PPL)**
- **ANA MARIA PINHO TEIXEIRA
ESPECIALISTA EM MONITORIA (PPL)**
- **CELIO DE ARAUJO ROCHA
ESPECIALISTA EM SISTEMA (PPL)**
- **HENRIQUE MARINHO LEITE CHAVE
ESP. EM GERENCIAMENTO DE PROJETO (PPL)**
- **JAQUELINE FREIRE DE MORAIS
ESPECIALISTA EM MONITORIA FINANCEIRA (PPL)**
- **MARCO ANTONIO DE A. ARARIPE
ESPECIALISTA EM MONITORIA (PPL)**
- **DINAIR GIMENES RAMOS
DIGITADORA (PSG)**
- **GUTEWALTER JOSE DA SILVA
MOTORISTA (PSG)**
- **JOSÉ CLERIVALDO F. LIMA
ASSISTENTE FINANCEIRO (PSG)**
- **JUAN CARLOS CANON ROMERO
PROGRAMADOR (PSG)**
- **MÔNICA LOBO COSTA
SECRETÁRIA (PSG)**
- **SUZANE ITOH
ASSISTENTE EM ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS (PSG)**
- **VERA LUCIA DA SILVA
SECRETÁRIA (PSG)**



CONVÊNIO ANDEF

- **MARIA HELENA L. DE MELO
SECRETÁRIA (PSG)**

CONVÊNIO - CIAT

- **ANA MARIA MASCARENHAS ELOY
ECOLOGISTA (PPL)**
- **CYTHIA CORREIA COSTA GOMIDE
ESPECIALISTA EM PESQUISA ASSISTENTE (PPL)**
- **EDINAIR INACIA DE LIMA
TÉCNICO EM COMPUTADOR (PPL)**
- **ELVIS EDSON MONTENEGRO
ESP. EM GENÉTICA E MOLHORAMENTO DE PLANTAS (PPL)**
- **ITALO DELALIBERA JUNIOR
PATOLOGISTA EM INSETOS (PPL)**
- **JOSÉ LUIZ DIAS CABRERA
ESPECIALISTA EM AGRONOMIA (PPL)**
- **JOSÉ MAURICIO SIMÕES BENTO
ARCAROLOGISTA ESTOMOLOGISTA (PPL)**
- **MAGDA CRISTINA L. SOARES
ESPECIALISTA EM ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS (PPL)**
- **MARCELO AYRES CARVALHO
ESPECIALISTA EM PESQUISA ASSISTENTE (PPL)**
- **RUBEM MARCONDES FERREIRA
ESPECIALISTA EM NUTRIÇÃO DE PLANTA (PPL)**
- **AMADO QUEIROZ NETO
TÉCNICO AGRÍCOLA (PSG)**
- **ANTONIO BALBINO DE O. LIMA
OPERARIO RURAL (PSG)**

- **ANTONIO CARLOS SOUZA LIMA
OPERÁRIO RURAL (PSG)**
- **ANTONIO LUIZ DOS SANTOS
OPERÁRIO RURAL (PSG)**
- **BIBIANO FERREIRA FILHO
TÉCNICO AGRÍCOLA (PSG)**
- **CORIFEU FRANCISCO BUZETTI
TÉCNICO AGRÍCOLA (PSG)**
- **DAVID ANTONIO TEXEIRA
ASSISTENTE DE LABORATÓRIO (PSG)**
- **DIVINO EURIPIDES DIAS
AUXILIAR DE CAMPO (PSG)**
- **DOMINGO SOUZA RAMOS
ASSISTENTE DE PESQUISA (PSG)**
- **ECIO BASTOS DE QUEIROZ
ASSISTENTE DE PESQUISA (PSG)**
- **EDMAR RIVEIRO DA SILVA
OPERÁRIO RURAL (PSG)**
- **EDMILSON SANTOS SILVA
AUXILIAR DE LABORATÓRIO (PSG)**
- **ELIAS CONCEIÇÃO DE JESUS
OPERÁRIO RURAL (PSG)**
- **GILBERTO ROQUETE DE MELO
OPERÁRIO RURAL (PSG)**
- **HUMBERTO DA SILVA FRANÇAS
OPERÁRIO RURAL (PSG)**
- **HUMBERTO PEREIRA PEIXOTO
OPERÁRIO RURAL (PSG)**

- **ISAIAS DOS ANJOS ALMEIDA
AUXILIAR DE LABORATÓRIO (PSG)**
- **IZANEY LIMA DE OLIVEIRA
TÉCNICO AGRÍCOLA (PSG)**
- **JOÃO FERREIRA DA COSTA
AUXILIAR DE CAMPO (PSG)**
- **JOSE AUGUSTO P. DA SILVA
OPERÁRIO RURAL (PSG)**
- **JOSÉ FERNANDO G. DOS SANTOS
OPERÁRIO RURAL (PSG)**
- **LUIZ LOPES DA SILVA
AUXILIAR DE CAMPO (PSG)**
- **NATALICIO DE JESUS SILVA
OPERÁRIO RURAL (PSG)**
- **PAULO CEZAR O. SILVA
ASSISTENTE EM PESQUISA (PSG)**
- **PAULO FERNANDES PINHEIRO
OPERÁRIO RURAL (PSG)**
- **PAULO HUMBERTO DA COSTA
TÉCNICO AGRÍCOLA (PSG)**
- **RAIMUNDO JOSE S. DE JESUS
OPERÁRIO RURAL (PSG)**
- **RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA
AUXILIAR DE LABORATÓRIO (PSG)**
- **ROMILDO FERREIRA BUENO
AUXILIAR DE CAMPO (PSG)**
- **ROQUE FRANÇA
OPERÁRIO RURAL (PSG)**



- **VALDEMIR JOSE DA COSTA
OPERÁRIO RURAL (PSG)**
- **WILLIAN DA SILVA
OPERÁRIO RURAL (PSG)**
- **ZARA MARIA DA COSTA
ASSISTENTE DE PESQUISA (PSG)**

CONVÊNIO - MAARA

- **RACHEL SBAMPATO PEREIRA
ESPECIALISTA EM ADMINISTRAÇÃO (PPL)**

CONVÊNIO - SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

- **JOSE UBIRAJARA C. DE S. TIMM
ESPECIALISTA EM PISCICULTURA (PPL)**

CONVÊNIO - EMBRAPA

- **ERASMO DE JESUS G. ASSUNÇÃO
DIGITADOR (PSG)**
- **LUCIANA REGO GONÇALVES NUNES
SECRETÁRIA (PSG)**
- **LUCIMAR BATISTA DA SILVA
SECRETÁRIA (PSG)**
- **NEUDA MARIA A. BEZERRA
SECRETÁRIA PRINCIPAL (PSG)**

CONVÊNIO - SUDENE

- **ALEJO LERZUNDI SILVEIRA**
ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO RURAL (PPI)
- **CARLOS A. AGUILAR LYON**
ESPECIALISTA EM IRRIGAÇÃO (PPI)
- **CARLOS JULIO JARA**
ESP. EM PROJ. DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PPI)
- **CARLOS VICTOR NONONE**
ESP. EM IRRIGAÇÃO E DRENAGEM DE TERRAS AGRÍCOLAS (PPI)
- **EDUARDO NORBERTO LUI**
ESPECIALISTA EM AGRICULTURA IRRIGADA (PPI)
- **FÉLIX HATTA**
ESP. EM IRRIGAÇÃO E DRENAGEM (PPI)
- **FIDEL BRACERAS**
ESP. EM PROJETOS AGROPECUÁRIOS (PPI)
- **GUSTAVO LIZARRAGA**
ESPECIALISTA EM IRRIGAÇÃO (PPI)
- **JORGE SARRIEGO**
ESP. DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS (PPI)
- **JORGE LUIS MORANDI**
COORDENADOR GERAL PAPP (PPI)
- **LUIS A. VALDES**
ESP. EM PROJ. DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PPI)
- **MANUEL PAULET**
ESP. EM MANEJO E CONSERVAÇÃO DE TERRAS E ÁGUAS (PPI)
- **RAFAEL MARIA ROJAS**
ESPECIALISTA EM IRRIGAÇÃO (PPI)
- **RODOLFO TERUEL**
ESP. EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PPI)



CONVÊNIO - BNB

- **CARLOS FURCHE**
ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO RURAL (PPI)
- **JUAN CARLOS BRESCIANI**
ESP. EM GER. E TRANSF. DE TECNOLOGIA (PPI)

CONVÊNIO - INCRA

- **FÁBIO DE JESUS VELASQUEZ**
ESPECIALISTA EM DESENV. RURAL (PPI)

PESSOAL PROFISSIONAL ASSOCIADO

- **BERNARDO OSPINA PATINO**
ESPECIALISTA EM SISTEMA DE DESSECAÇÃO DE MANDIOCA
- **CARLOS CASTILLA**
AGRONÔMO CIENTÍFICO
- **ERICK CARTEJAN MARIAN FERNANDES**
ESPECIALISTA EM MANEJO DE SOLOS TROPICAIS
- **ESTEBAN A. PIZARRO**
ESPECIALISTA EM FORRAGEIRAS
- **JAMES MAURICE SPAIN**
ESPECIALISTA EM SOLOS
- **MICHAEL DJIE T. THUNG**
ESPECIALISTA EM FITOTECNIA DO FEIJÃO
- **MIGUEL AYARZA**
ESPECIALISTA EM FORRAGENS TROPICAIS
- **RENÉ BILLAZ**
TÉCNICO ASSOCIADO

10/10/10

10/10/10

10/10/10
10/10/10
10/10/10
10/10/10
10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10
10/10/10
10/10/10
10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

CONSULTORES CONTRATADOS PELO INSTITUTO EM 1993, COM CONTRATOS VIGENTES

FICHA DE ESTE INFORME: 22 de outubro de 1993

SEDE: Escritorio no Brasil

PREPARADO POR: Maria Helena Alves de Jesus

NOME	APELLIDO	SEXO	PAIS DE NACIONALIDADE	SEDE DE TRABALHO	CATEGORIA	FECHA/INIC CONTRATO	FECHA/FIM CONTRATO	FUENTE
EDUARDO	MANCIANA	M	ARG	BRA	I	21.07.1993	10.1993	IICA/MAARA
STANIS S.	PANAGIDES	M	EUA	BRA	I	20.09.1993	10.1993	IICA/ARIDAS/CE
RENATO DE LIMA	DIAS	M	BRA	BRA	L	12.09.1993	10.1993	IICA/SEPLAN-PR
CESAR ORLANDO RODRIGUEZ	OSORNO	M	COL	BRA	I	01.10.1993	10.1993	IICA/SENIR
PABLO CORELHO GOMES	NOBREGA	M	BRA	BRA	L	19.08.1993	10.1993	IICA/SEPLAN-PR
LEONARDO G.	NETO	M	BRA	BRA	L	15.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN/PHUD
SUELY	BASTOS	F	BRA	BRA	L	15.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN/PHUD
PAULO MARCOS DE BARROS R	SOUZA	M	BRA	BRA	L	29.09.1993	11.1993	IICA/PAPP-BA
ILTO ANTONIO	MORANDINI	M	BRA	BRA	L	01.02.1993	11.1993	IICA/BID
OSMIL	GALINDO	M	BRA	BRA	L	14.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN-PR
VALDECI DIORQUISA	SILVA	M	BRA	BRA	L	29.09.1993	11.1993	IICA/PAPP-BA
JOAQUIM CORREA XAVIER DE	NETO	M	BRA	BRA	L	15.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN/PHUD
GUSTAVO ROMAN	SECILIO	M	ARG	BRA	I	10.10.1993	11.1993	IICA/PAPP-BA
BRAULIO DE SA	MAGALHAES	M	BRA	BRA	L	14.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN/PR
LUCIA ELANDE SILVA	SANTOS	F	BRA	BRA	L	30.08.1993	11.1993	QUOTAS
IRACEMA CORREIA O.	ANDRADE	F	BRA	BRA	L	15.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN/PHUD
AGUSTIN ANTONIO MILLAR	BRAVO	M	CHI	BRA	I	30.05.1993	11.1993	IICA/SENIR
CLAUDIO ANTONIO GONCALVES	EGLER	M	BRA	BRA	L	16.08.1993	11.1993	IICA/SEPLAN-PR
ALICE KALYVAS DE	CARVALHO	F	BRA	BRA	L	01.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN/PHUD
MARY DAYSE	KINZO	F	BRA	BRA	L	26.04.1993	11.1993	IICA/BID
ANITA	BRUNER	F	BRA	BRA	L	01.09.1993	11.1993	IICA/PAPP-BA
MANUEL CORREIA	ANDRADE	M	BRA	BRA	L	15.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN/PHUD
JOSE MARIA G. ALMEIDA	JUNIOR	M	BRA	BRA	L	15.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN/PHUD
IGUINEIS C. BARBOSA	FERRERIA	F	BRA	BRA	L	15.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN/PHUD
JOSE DE CASTRO MOREIRA	FILHO	M	BRA	BRA	L	14.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN-PR
FRANCISCO H. DE QUEIROZ	PINTO	M	BRA	BRA	L	14.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN-PR
ABRAHAM BENZUAQUEM	SICSU	M	BRA	BRA	L	01.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN/PHUD
GERSON VICTOR	SILVA	M	BRA	BRA	L	15.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN/PHUD
JOSE PAULO C.	FILHO	M	BRA	BRA	L	15.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN/PHUD
EDUARDO DE CASTRO BEZERRA	NETO	M	BRA	BRA	L	01.09.1993	11.1993	IICA/PAPP-CE
ANTONIO ROCHA	MAGALHAES	M	BRA	BRA	L	01.09.1993	11.1993	IICA/PAPP/ARIDAS-CZ
EDUARDO	TOURINHO	M	BRA	BRA	L	14.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN-PR
SERGIO JOSE C.	BUARQUE	M	BRA	BRA	L	01.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN/PHUD
LUIZ AUGUSTO CLEMENTINO	OLIVEIRA	M	BRA	BRA	L	15.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN-PR
JOSE OTAMAR DE	CARVALHO	M	BRA	BRA	L	01.09.1993	11.1993	IICA/SEPLAN
SEBASTIAO ROBERTO	BRESSAN	M	BRA	BRA	L	01.09.1993	11.1993	IICA/PAPP/BA
MARCELO MARCUSO	CUNHA	M	BRA	BRA	L	01.05.1993	11.1994	IICA/MAARA/SDR
PAULO	PROITE	M	BRA	BRA	L	01.08.1993	11.1994	IICA/ENBRAPA
JOSE MARCIO DE NOURA	SILVA	M	BRA	BRA	L	16.02.1993	12.1993	IICA/MAARA
ANTONIO FERNANDO	CARRARO	M	BRA	BRA	L	01.03.1993	12.1993	IICA/MAARA
SILVIO	SANTANA	M	BRA	BRA	L	15.09.1993	12.1993	IICA/SEPLAN/PHUD
ADILSON TADEU DE	ARAUJO	M	BRA	BRA	L	01.02.1993	12.1993	IICA/MAARA
SERGIO HERRERA DA	SILVA	M	BRA	BRA	L	01.09.1993	12.1993	IICA/PAPP-BA
ERARDO LOURENCO DA	FONSECA	M	BRA	BRA	L	01.02.1993	12.1993	IICA/MAARA
IVAN R. DE	MORAES	M	BRA	EUA	L	01.07.1993	12.1993	IICA/ANDEF
EDNEZER HEGRON	VASQUEZ	M	EUA	BRA	I	07.12.1992	12.1993	IICA/ENBRAPA/BIRDIII
KAREN MARIE	MAYES	F	EUA	BRA	I	01.09.1993	12.1994	IICA/ENBRAPA
MARIA CRISTINA BASTOS	OLIVEIRA	F	BRA	BRA	L	04.10.1993	13.1994	IICA/ENBRAPA

